

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DANIEL MACEDO LOPES VASQUES MONTEIRO

GEOGRAFIAS DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS:
estratégias do agronegócio brasileiro na educação

RIO DE JANEIRO
2024

Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro

**GEOGRAFIAS DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS:
estratégias do agronegócio brasileiro na educação**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Júlia Adão Bernardes

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

M775g Macedo Lopes Vasques Monteiro, Daniel
Geografias dos discursos hegemônicos: estratégias
do agronegócio brasileiro na educação / Daniel Macedo
Lopes Vasques Monteiro. -- Rio de Janeiro, 2024.
266 f.

Orientador: Júlia Adão Bernardes.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. Agronegócio. 2. Educação. 3. Hegemonia. 4.
Estratégia. 5. Análise de discurso. I. Adão
Bernardes, Júlia, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro

**GEOGRAFIAS DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS:
estratégias do agronegócio brasileiro na educação**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovado em

Orientadora - Professora Doutora Júlia Adão Bernardes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Doutora Ève Anne Bühler
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Jorge Osvaldo Romano
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Professor Doutor Paulo Roberto Raposo Alentejano
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Professora Doutora Sandra de Castro de Azevedo
Universidade Federal de Alfenas

DEDICATÓRIA

À Professora Júlia Adão Bernardes, representando todos os professores que dedicam suas vidas e sonham com um país menos injusto e desigual. À ela e a todos os educadores e educadoras que acreditam na educação como emancipação dos povos, na busca da transformação de um mundo possível.

À minha mãe Jócia, professora da vida, como milhares de trabalhadores brasileiros, consciente da luta diária, crítica das opressões do sistema que esmaga os corpos, as mentes e o tempo de vida do nosso povo.

AGRADECIMENTOS

Início esses agradecimentos parafraseando Milton Santos no prefácio de seu livro “O Espaço do Cidadão”, onde diz que “um livro não se termina de escrever quando se quer, mas quando se pode” (2014, p.12). Dentre tantas teorias e debates realizados por Milton Santos, confesso que esse trecho me tocou profundamente nesse término de escrita. Esta tese, se prolongou muito mais do que deveria, mas não somos donos do tempo e nem tampouco do futuro. A assunção de um governo de extrema-direita embaralhou as cartas, não somente minhas, mas de toda ciência brasileira. Nos vimos com as mãos atadas em vários momentos, mas com a resiliência do brasileiro, que é aprendida desde a infância a lidar com os problemas cotidianos desse país, num jogo de cintura de sobrevivências, estamos aqui, terminando esta pesquisa com muita felicidade deste trabalho final.

Em primeiro lugar agradeço à agência de fomento à pesquisa, da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou em parte meu doutoramento com uma bolsa, assim como o período de intercâmbio na Argentina. Juntamente a este órgão, dirijo meus agradecimentos ao povo brasileiro que financiou esta tese, muitas vezes impossibilitados de almejam o caminho dos estudos trilhado por mim. Aproveito e ressalvo a importância e a permanência dos órgãos públicos de investimento à educação e à ciência que possibilitam que possamos pesquisar assuntos fundamentais para o Brasil, livres das amarras das censuras.

Por conseguinte, agradeço:

À minha orientadora e amiga, Júlia Adão Bernardes. Parceira de trabalho e de vida, que me enriquece intelectualmente, através de nossos debates e nas trocas quase que diárias, na possibilidade da construção de um pensamento crítico, provocador e mobilizador. Júlia nos conta sempre a história das freiras conhecidas como “Irmãzinhas do Tapirapé”. Resumidamente, essas mulheres resolveram viver no nordeste mato-grossense, nas cercanias da margem direita do Rio Araguaia, junto ao povo Apyãwa-Tapirapé, que naquele momento corriam risco de desaparecimento. As irmãzinhas juntaram-se aos indígenas, passaram a conviver com os Apyãwa, transmitiram a eles, a importância do valor de suas vidas e a relevância de se manterem juntos como povo, fortalecendo sua cultura. Trataram das doenças dos enfermos, ajudaram a registrar seu idioma e viveram ali, por todas suas vidas, sem evangelizar ao menos um indivíduo. Trago a síntese dessa história, para dizer que existe muito das irmãs do Tapirapé em Júlia, que

acredita em seus orientandos, mais do que nós mesmo. Que permanece ao nosso lado, apoiando, embarcando nas nossas ideias (muitas vezes louca, como é o caso da proposta desta tese) e encorajando-nos como uma frondosa árvore firme, que no vento, impulsiona que suas sementes sejam dispersadas pelo mundo a fora.

Ao grupo NUCLAMB-UFRJ e todos os membros que passaram por lá. A convivência e o ensinamento que pude ter durante todos esses anos, enriqueceram todo meu processo de formação. Vale destacar, as parcerias que através deste núcleo de pesquisa pude ter por todo Brasil, fortalecendo as nossas redes e tecendo aprendizados e parcerias ao longo da vida.

Ao Jorge Romano e a todo grupo Discurso do CPDA, que me acolheram com muita afetuosidade. Através de Jorge e do grupo, pude ter contato com Laclau e sua teoria, compreendendo melhor o período tão nefasto da história recente do Brasil. É muito bonito vermos a dinâmica do CPDA e as discussões que esse excelente centro de estudos agrários proporciona para o Brasil e para nossa América Latina.

Ao GT de Agrária da AGB, que na militância geográfica pôde me proporcionar trocas com incríveis companheiros de caminhada. Cito aqui Paulinho Alentejano e Tássia Cordeiro, por suas dedicações e sensibilidades no tema proposto nesta tese. Tive sorte de esbarrar pelo caminho com eles e poder me fortalecer nesse período, principalmente com Tássia, por versarmos em nossas teses o mesmo tema, ainda tão pouco estudado.

À Roberta Arruzzo e aos amigos do Grupo Geopovos da Rural de Nova Iguaçu que mesmo com minha tese versando em uma temática diferente à do mestrado, permaneceram na troca e na preocupação de fazermos uma geografia que vise a aprender e a lutar junto com os povos indígenas. Aproveito e agradeço aos amigos indígenas e não-indígenas do Mato Grosso do Sul, tão fundamentais para minha formação desde o mestrado. Um estado tão sacrificado com os avanços e ideologias do agronegócio, demonstra meu respeito e afetuosidade eterna àqueles que resistem diariamente as truculências do neofascismo e da intolerância que por lá, muitas vezes, reina. Sigo acreditando em um Mato Grosso do Sul possível, penso na paz e na tranquilidade daquelas terras, junto com os meus amigos Kaiowá.

Aos hermanos e hermanas argentinos que me receberam na Universidad de Buenos Aires durante meu período de doutorado-sanduíche, aos amigos argentinos, brasileiros e de demais nacionalidades latino-americanas que fiz por lá. À Victoria Caso que me recebeu, à solidariedade de Elvira Gentile, à ponte realizada por Maria Laura

Silveira, às trocas de pesquisa com Esteban Salizi e às aulas de Paulo Freire com Inés Moujan. Além da receptividade de Gabriela Maldonado e toda sua equipe de Río Cuarto em Córdoba na realização de um divino trabalho de campo. Às Madres de la Plaza de Mayo e todos os amigos que por lá eu fiz, a sabedoria da luta dessas mulheres enriquecem nosso latino-fazer diário. Minha solidariedade a todos nesse momento difícil que passa a Argentina, tudo passa amigos, esperançamos! As nossas veias continuam abertas na América Latina, mas relembro que “somos um povo sem pernas, mas que caminha”!

Aos meus professores que em todas a jornada de aprendizado, foram fundamentais, sem eles não chegaria até aqui. Saúdo aqueles que aqui já foram citados, mas também destaco aqueles que ofertaram disciplinas que participei durante o doutorado. Agradeço à Carla Madureira, Gislene Santos, Naíse Peixoto, Ana Daou, Ève Anne, André Dummas, Marcos Bezerra, Valter Oliveira e Leonildes Medeiros.

Aos amigos do Morro da Conceição e da vida, que estão junto na caminhada, nos debates, nas trocas, nas alegrias e nas tristezas. Como são muitos, peço desculpas, mas é impossível mencionar todos aqui. Agradeço a eles, porque sozinho, não chegamos a lugar nenhum. Todos sabem os sacrifícios que temos que fazer durante esse período de escrita, eles souberam respeitar (quase) sempre, essa necessidade. Volto às ruas flanando como João do Rio, nas ladeiras do meu morro e nos becos da nossa Zona Portuária. Com saudades dos sambas e dos papos furados dos botequins, da vida simples, de um cotidiano de quem “sai da batalha, entra no botequim, pede uma cervinha gelada e agita na mesa uma batucada. Aquele [a] que manda o pagode e sacode a poeira suada da luta. E faz a brincadeira, pois o resto é besteira” (Gonzaguinha, 1980).

Aos entrevistados nesta tese que possibilitaram uma melhor análise sobre o tema tratado. Pessoas que tampouco me conheciam e revelaram seus afazeres. Trabalhadores da educação que se submetem às artimanhas do neoliberalismo para garantirem seus sustentos diários. Um agradecimento especial a eles e a todos aqueles que são persuadidos pelo agronegócio, mas que mantêm, apesar de tudo, a essência e a força de um pensamento crítico, na fé de uma educação emancipadora.

Ao João Andrade ou Jaum, que chegou em minha vida “entrando sem bater, ligou a vitrola baixinho e esperou o anoitecer” (Lyra, 1959). Meu companheiro, que acompanhou arduamente esse período, sem ele, tenho certeza de que está tese ainda não teria terminado. Na partilha das tarefas diárias, nas levezas da vida, nas revisões que foram feitas por ele, sempre, brilhante nas correções, principalmente quando minha mente

já não podia pensar em mais nada. Suas ideias estavam ali presentes em todas as etapas. Esse trajeto não foi tão solitário por causa de pessoas como Jaum.

À minha família, meus irmãos, avó, tias e primos. Que torcem sempre por mim e acreditam no trabalho que realizo. Tenho sorte e privilégio, de ter uma família como eles. Durante o último trágico período da história do Brasil, onde famílias foram despedaçadas pelo ódio e pela ignorância que reinava, ter uma família que permaneceu unida e que ao invés de se dividir, permaneceu se fortaleceu mais ainda, foi fundamental para a mim e, principalmente, para minha sanidade mental durante os anos após o golpe de 2016.

Aos meus pais, Jócia e Daniel (*in memoriam*) que acreditaram na educação como arma de emancipação do pobre. Agradeço a eles, principalmente a minha mãe, retirante nordestina, a longa e árdua jornada que foi para ela, em educar 3 filhos nesse Rio de Janeiro e garantir que todos pudessem chegar ao nível superior. Graças não somente a ela, mas às políticas públicas que possibilitaram os filhos do porteiro e da operadora de supermercado, alcançar um doutorado em geografia (no meu caso), um mestrado em farmácia (no caso do meu irmão, Matheus) e um mestrado em nutrição (no caso da minha irmã, Isabela), pelo menos por enquanto, até porque, a vida está apenas no início.

Minha vida segue, na ambição de ter forças para se rebelar contra as injustiças e na esperança utópica de um mundo onde os oprimidos possam tomar consciência de seus opressores. Esta tese é um exemplo de que não vamos em lugar nenhum sozinhos, ficando cada vez mais compreensível a ideia de Paulo Freire que nos diz que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (1987, p.52).

Sigamos juntos, companheiros!

RESUMO

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. **Geografias dos Discursos Hegemônicos: estratégias do agronegócio brasileiro na educação.** Rio de Janeiro, 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024

O setor do agronegócio se configura como um importante agente hegemônico no Brasil na atualidade. Esse ramo econômico, a partir dos anos 2000, passou a estabelecer um modo singular de acumulação do capital. Munido de técnica, ciência e informação na produção, seus cultivos passaram a se expandir rapidamente por todo território nacional, tendo os grãos, principalmente a soja, como produto principal. Esta tese trata da construção hegemônica do setor e, para isso, buscou compreender as nuances para além da base técnica, levando em consideração as estratégias utilizadas para disseminar seus ideais. Vale destacar que a educação passou a ser acionada como instrumento de dispersão ideológica do setor. Dessa maneira, partimos do pressuposto que a educação é uma ferramenta fundamental na produção de lugares pelo agronegócio, no que tange à expansão do setor ou à sua consolidação no Brasil. O projeto político do agronegócio brasileiro não se limita somente ao campo, mas com enfoque, principalmente, na cooptação ideológica da população urbana. Assim sendo, objetiva-se analisar as estratégias do agronegócio na educação, no que concerne às suas propostas, escalas de atuação e perspectivas ideológicas, buscando compreender como o agronegócio utiliza o ambiente escolar como instrumento de construção de sua hegemonia, e quais discursos e materiais são utilizados para propagar suas ideias e concepções. Esta tese buscou desvendar o setor do agronegócio com base na teoria analítica do meio-técnico-científico-informacional de Milton Santos (1996), focando nas estratégias de expansão e no fortalecimento da psicosfera ao utilizar a educação. O trabalho debate: a construção ideológica do agronegócio no Brasil; a inserção do neoliberalismo na educação brasileira e as investidas do setor na educação, destacando os principais programas. Aplicou-se, também, a teoria de Laclau (2009), para analisarmos o discurso do programa Agrinho de Mato Grosso do Sul, buscando compreender com mais profundidade as estratégias discursivas utilizadas. Destaca-se, a partir do cenário exposto, o avanço de políticas neoliberais, seja no projeto de produção de mercadorias no campo, seja nas pautas que constroem a educação brasileira, acentuadas após o golpe de 2016 no Brasil. Esta tese demonstra o projeto político de poder do agronegócio brasileiro na busca pela hegemonia.

Palavras-chave: Agronegócio. Educação. Hegemonia. Estratégia. Análise de discurso.

ABSTRACT

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. **Geographies of Hegemonic Discourses: Brazilian agribusiness strategies in education.** Rio de Janeiro, 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024

The agribusiness sector is currently an important hegemonic agent in Brazil. Since the 2000s, this sector of the economy has established a unique way of accumulating capital. Armed with technical, scientific and information production, its crops began to expand rapidly throughout the country, with grains, especially soybeans, as the main product. This thesis deals with the hegemonic construction of the sector and, to this end, seeks to understand the details beyond the technical base, taking into account the strategies used to disseminate its ideals. It is worth noting that education came to be used as an instrument for the sector's ideological dispersion. In this way, we assume that education is a fundamental tool in the production of places by agribusiness, in terms of the sector's expansion or consolidation in Brazil. The political project of Brazilian agribusiness is not just limited to the rural areas, but focuses mainly on the ideological co-optation of the urban population. The aim is therefore to analyze agribusiness strategies in education, in terms of their proposals, scales of action and ideological perspectives, seeking to understand how agribusiness uses the school environment as an instrument for building its hegemony, and what discourses and materials are used to propagate its ideas and conceptions. This thesis sought to unravel the agribusiness sector based on Milton Santos' (1996) analytical theory of the technical-scientific-informational environment, focusing on expansion strategies and the strengthening of the psychosphere by using education. The study examines: the ideological construction of agribusiness in Brazil; the insertion of neoliberalism into Brazilian education and the sector's investments in education, highlighting the main programs. We also used Laclau's theory (2009) to analyze the discourse of the Agrinho program in Mato Grosso do Sul, in order to gain a deeper understanding of the discursive strategies used. From the above scenario, we highlight the advance of neoliberal policies, both in the project to produce commodities in the countryside and in the agendas that shape Brazilian education, which were accentuated after the 2016 coup d'état in Brazil. This thesis demonstrates the political power project of Brazilian agribusiness in its quest for hegemony.

Keywords: Agribusiness. Education. Hegemony. Strategy. Discourse analysis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Distribuição de financiamento do BNDES – janeiro a junho – 2023	p. 75
Gráfico 02	Pirâmide do processo ideológico do agronegócio nas escolas do Mato Grosso do Sul	p.170

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Relação entre deputados federais pertencentes à Frente Parlamentar da Agropecuária (2023)	p. 69
Tabela 02	Recursos da união repassados ao ensino superior (reais)	p. 108
Tabela 03	Abrangência do programa Agrinho no Mato Grosso do Sul	p. 138

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Distribuição dos deputados federais pertencentes à Frente Parlamentar da Agropecuária (2023)	p. 68
Mapa 02	Distribuição dos instrutores do Agrinho por município do Mato Grosso do Sul em 2023	p. 139
Mapa 03	Quantidade de prêmios do concurso Agrinho por município no ano de 2022 – escolas públicas	p. 168
Mapa 04	Quantidade de prêmios do concurso Agrinho por município no ano de 2022 – escolas privadas	p. 168

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01	Cadeia equivalencial do discurso do “nós”	p. 188
Diagrama 02	Cadeia equivalencial do discurso do “outro”	p. 188

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Organização do concurso Agrinho 2023	p. 163
Quadro 02	Reconhecendo o opositor no discurso	p. 185
Quadro 03	Marcos do discurso das notícias do site do Agrinho-MS	p. 190
Quadro 04	Elementos antagônicos e equivalentes na construção do discurso acionados na carta das Mães do Agro	p. 210
Quadro 05	Elementos antagônicos e equivalentes na construção dos discursos acionados no webinar do “De Olho do Material Escolar”	p. 217

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Personagens dos materiais didáticos do Agrinho do estado do Paraná	p. 118
Imagem 02	Desenho premiado – 9 e 8 ° ano – etapa digital 2022	p. 121
Imagem 03	Redação premiada - 7 ° ano – etapa digital 2022	p. 122
Imagem 04	Capa dos Cadernos do professor disponibilizado pelo PEA	p. 124
Imagem 05	Gibi da Capitã Recicla, distribuídos como material de educação ambiental	p. 126
Imagem 06	Propaganda para divulgar os pontos de coletas nas escolas	p. 127
Imagem 07	Rede intersetorial de atuação no território	p. 130
Imagem 08	Imagem principal do site da Escola de Negócio Geminare	p. 134

Imagem 09	Material do Agrinho para o 1º ano	p. 143
Imagem 10	Material do Agrinho para o 2º ano	p. 144
Imagem 11	Material do Agrinho para o 3º ano	p. 146
Imagem 12	Material do Agrinho para o 4º ano	p. 147
Imagem 13	Material do Agrinho para o 5º ano	p. 149
Imagem 14	Material do Agrinho para o 6º ano	p. 150
Imagem 15	Material do Agrinho para o 7º ano	p. 151
Imagem 16	Material do Agrinho para o 8º ano	p. 152
Imagem 17	Material do Agrinho para o 9º ano	p. 153
Imagem 18	Print do vídeo da aula sobre Agrinho	p. 181
Imagem 19	Print do vídeo dos alunos motivados	p. 181
Imagem 20	Reportagem anunciando a chegada das “Mães do Agro” ao Ministério da Educação	p. 207
Imagem 21	Participantes do Webinar “O agro para estudantes”	p. 212
Imagem 22	Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” sobre a utilização dos insumos na agropecuária	p. 219
Imagem 23	Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” sobre a o uso da água na agropecuária	p. 219
Imagem 24	Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” sobre a semana do meio ambiente	p. 220
Imagem 25	Publicação do perfil do “De Olho do Material Escolar” sobre a agricultura familiar	p. 220
Imagem 26	Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” sobre a falta de rigor científico nos materiais	p. 221
Imagem 27	Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” a necessidade da verdade	p. 221
Imagem 28	Manifesto à união do agro, elaborado pelo movimento “Todos a uma Só Voz”	p. 228
Imagem 29	Cartilha do ABC do Agro – Letra S	p. 229
Imagem 30	Parte da história em quadrinho do Reino de Agrus	p. 230

LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ABIA	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
ABIEC	Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne
ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ACRIMAT	Associação dos Criadores de Mato Grosso
ADE	Arranjo de Desenvolvimento da Educação
ADM	Archer Daniels Midland
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
Alcopar	Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná
ANDEFedu	Associação Nacional de Defesa Vegetal
Aned	Associação Nacional de Educação Domiciliar
Aproferp	Associação dos Profissionais de Educação de Ribeirão Preto
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja e Milho
BASF	Badische Anilin & Soda Fabrik
BioSul	Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAIs	complexos agroindustriais
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAPES	Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFAPROS	Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso
Ceise	Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFE	Conselho Federal de Educação
CNA	Confederação Nacional da Agricultura

CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
Epem	Planejamento do Ensino Médio
EPI	equipamento de proteção individual
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESG	Escola Superior de Guerra
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
EUA	Estados Unidos da América
FAMA	Faculdade de Macapá
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FAMATO	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
FAO	Food and Agriculture Organization
Fenep	Federação Nacional das Escolas Particulares
FFP	Faculdade de Formação de Professores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIA	Fundação Instituto de Administração
Fies	Fundo de Financiamento do Ensino Superior
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMC	Fazer Mais pelo Campo
FPA	Frente Ampla Ruralista
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GeoAgrária	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária

GERM	Global Education Reform Movement
GTAgrária	Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
inpEV	Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
IPA	Instituto Pensar Agropecuária
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
JBS	José Batista Sobrinho
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
LDC	Louis Dreyfus Company
LGBTQIA+	Movimento político de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
MEC	Ministério da Educação
Mirad	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
Moderfrota	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MP	Medida Provisória
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NUCLAMB	Núcleo de Estudos Geoambientais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONGs	organizações não governamentais
Orplana	Organização de Associações de produtores de Cana do Brasil
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PEA	Programa de Educação Ambiental Campo Limpo
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
Penssan	Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PEVS	Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	projeto de lei
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPM	Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal
PREMEN	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sialpar	Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado do Paraná
SIAMIG	Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais
SIAPAR	Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná
SIFAEG	Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás
Sindaçúcar	Sindicato da Indústria e do Álcool
SINDALCOOL	Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool
Sindoleo	Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados do Estado de São Paulo
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira

TV	televisão
UDR	União Democrática Ruralista
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFs	unidades da federação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unic	Universidade de Cuiabá
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Uniderp	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
Unime	União Metropolitana de Educação e Cultura
Unopar	Centro de Estudos do Norte do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 - DESVENDANDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO COM MILTON SANTOS: O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E O AGRONEGÓCIO NA ATUALIDADE	32
CAPÍTULO 2 - AGRONEGÓCIO, HEGEMONIA E “A GEOGRAFIA DISSO TUDO”	44
2.1 Do agribusiness ao agronegócio: a construção do termo, seu significado e suas estratégias	45
2.2 - A hegemonia do “AgroQuíron”: do mito do centauro ao pop da Globo	59
2.3 Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para compreender os processos hegemônicos	81
CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO, HISTÓRIA DO BRASIL E NEOLIBERALISMO	89
3.1 – A educação no Brasil e os anseios ideológicos do mercado: a ideia de progresso e as disputas políticas	90
3.1.1 O modelo de desenvolvimento econômico do PCB e a defesa da escola pública e estatal	92
3.1.2 O modelo de desenvolvimento econômico do ISEB e a democratização da educação	93
3.1.3. O modelo de desenvolvimento econômico da ESG e a formação pensada na segurança nacional	96
3.1.3.1 Não pense, trabalhe: o regime militar e a construção de uma educação tecnicista	97
3.2 A educação e a reorganização do espaço capitalista	100
3.3 “Edubusiness” ou “edunegócio”: a construção hegemônica do neoliberalismo na educação	103
CAPÍTULO 4 - INVESTIDAS E OFENSIVAS: A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO AGRONEGÓCIO	116
4.1 As entidades patronais do agronegócio e seus interesses na educação	117
4.2 As empresas do agronegócio e o discurso de responsabilidade social empresarial: a educação no alvo das “boas ações” do mercado	129
4.3 Agronegócio na escala local: manipulações ideológicas imersivas	135
CAPÍTULO 5 - FÁBULAS E PERVERSIDADES: O AGRINHO NO MATO GROSSO DO SUL	137
5.1 O agronegócio tal como nos fazem crer: o Agrinho como fábula	140
5.1.1 O Agrinho como fábula e a perversidade dos seus materiais didáticos	141
5.1.2 O Agrinho como fábula e a perversidade dos temas transversais	155
5.1.3 O Agrinho como fábula e a perversidade dos concursos	161
5.1.4 O Agrinho como fábula e a perversidade da “capacitação” dos professores	169
5.2 A perversidade do Agrinho: análise do discurso	174
5.2.1 A estratégia populista do discurso do agronegócio: a construção da demanda	175
5.2.2 A construção da lógica de equivalências do discurso do agronegócio nas escolas: o outro a ser combatido	177

5.2.3 A metodologia da frame analysis para estabelecer os marcos nos discursos do programa do Agrinho sul-mato-grossense _____	189
CAPÍTULO 6 - “ESCOLA COM PARTIDO”: O BOLSONARISMO E AS RECENTES OFENSIVAS DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO _____	193
6.1 Pânicos morais, medo e mobilização de forças conservadoras: o discurso da carta das “Mães do Agro” _____	201
6.1.1 O surgimento das “Mães do Agro” e a carta para o Colégio Anglo ____	202
6.1.2. O terreno fértil das “Mães do Agro”: contexto de neoliberalismo e populismo de extrema direita _____	207
6.1.3 Processo hegemônico do agronegócio e o populismo da carta ao colégio Anglo _____	209
6.2 O apelo pela verdade e pela ciência: articulação discursiva do “De Olho no Material Escolar” _____	211
6.2.1 Primeiras impressões: exposição pública das intenções do movimento “De Olho no Material Escolar” _____	212
6.2.2. “De Olho no Material Escolar”: estratégias e redes sociais _____	217
6.2.3 E na prática? O discurso como elemento antecipador das ações neoliberais _____	223
6.3 “Todos a uma só voz”: difusão de padrões homogêneos legitimados pelo agronegócio _____	226
CAPÍTULO 7 GEOGRAFIA DAS ESTRATEGIAS, DAS ESCALAS E DOS DISCURSOS _____	232
7.1 A geografia dos discursos hegemônicos: estratégias escalares _____	233
7.2 “Que fazer”? _____	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	254

INTRODUÇÃO

Na primeira década dos anos 2000, segundo Delgado, o Brasil mostra com clareza o fenômeno da “reprimarização” do comércio exterior “em contraponto à fase áurea de crescimento da economia no período militar (1964-1984), quando há avanço proporcional da exportação dos manufaturados” (2012, p.95). O PIB brasileiro passou a ter forte influência da extração de minérios, mas também, da exploração das terras voltadas ao agronegócio, principalmente no que diz respeito aos grãos. Outros produtos relacionados à agricultura moderna, como os oriundos do setor sucroenergético, da silvicultura e do algodão, foram responsáveis pela divisão do espaço agrário brasileiro, intensificando as produções voltadas para o agronegócio e para as indústrias de transformação associadas a este setor.

A política de Estado atrelada às políticas empresariais de corporações nacionais e transnacionais já se destacava em grande parte do território nacional, devido ao cenário propício ao agronegócio, tanto no que diz respeito aos incentivos fiscais, de créditos e de infraestrutura, mas também em um contexto internacional favorável à produção nacional com vistas à exportação.

Devido a estas proporções dinâmicas de fluxos de capitais mercantis e financeirizados, o Brasil passou a atender demandas, apostando na produtividade de seus bens naturais. A economia agrícola brasileira, que sempre se baseou nos bens oferecidos pela terra, passa a ser vinculada aos interesses das grandes empresas e às fortes demandas do capital portador de juros.

No atual cenário global de financeirização das relações econômicas, as políticas neoliberais foram mundializadas, tendo o Brasil as condições propícias para as novas formas de apropriação de suas terras (Frederico; Bühler, 2015). Com o avanço do agronegócio, novos territórios são apropriados, transformados e utilizados na produção de cultivos que favorecem os grandes capitalistas na esfera nacional e internacional. Segundo Delgado (2012), ao incorporar novas áreas, o agronegócio utiliza a capacidade tecnológica já existente, além de consumir bens naturais que não são produtos da atividade humana, como o solo, a água, as florestas, a luminosidade etc.

O agronegócio nacional, protegido pelo Estado, e sob pressões globais do sistema-mundo, busca incessantemente territorializar ou reterritorializar o capital, gerando conflitos com outros grupos presentes nesses territórios. Ao se territorializar, procura

atribuir significados relacionados às suas práticas, utilizando determinadas estratégias para se apropriar desses espaços.

Os conflitos pela terra no Brasil são de conhecimento geral. As disputas pela posse, uso e direito à terra atravessam a história do Brasil desde o primeiro contato de europeus com os habitantes originários que aqui já estavam. Entretanto, no atual contexto hegemônico do meio agrário brasileiro, o agronegócio busca não somente apropriar-se fisicamente dos territórios, mas também construir políticas que entrelaçam às ideologias na disputa do imaginário da população brasileira. Estabelece-se, assim, um projeto de hegemonia que vai para além do campo.

Ao considerar o agronegócio no Brasil, a partir dos anos 2000, como um dos principais setores da economia nacional, há de se distinguir que essa predominância nas relações econômicas e políticas do setor não são homogêneas em todo o território nacional. A expansão da soja, da cana-de-açúcar, do milho, do algodão, entre outros cultivares, que envolvem tecnologias altamente informatizadas e capitalizadas, significa a instalação do “meio técnico-científico-informacional” (Santos, 1996), levando para o interior do Brasil um meio de produção e de reprodução do capital pautado basicamente nessas produções, sem que haja diversificação nos cultivos e nas maneiras distintas de uso da terra.

Contudo, o Cerrado brasileiro tornou-se o alvo principal de tal expansão, principalmente por culminar interesses expansionistas do Estado, mas também pelas inovações tecnológicas e científicas desenvolvidas para aquele bioma, que envolvem todas as partes do circuito produtivo desses produtos. Mais recentemente, áreas da Amazônia brasileira também se destacaram no cenário nacional e mundial evidenciando políticas estatais com fortes influências do empresariado, com a justificativa de alcançar o progresso e o desenvolvimento econômico na exploração da terra.

Associado à tecnificação do agronegócio, ocorre a expansão de elementos da urbanidade no campo, significando mudanças nas relações sociais e no conteúdo material do território, instalando-se, segundo Santos (1996) uma “tecnosfera”, sendo paralelamente criadas as bases para a instalação de uma “psicosfera”. Por consequência destas ações serem mais concentradas nessas áreas de consolidação e de expansão do agronegócio, a “psicosfera” desses lugares é profundamente mais influenciada pelas ideologias do setor do que no restante do país. Entretanto, a construção da “psicosfera” está associada as estratégias de luta pelo processo hegemônico do agronegócio.

De acordo com De Certeau “as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor” (2014 [1980], p.87); assim sendo, o agronegócio, ao lançar mão de suas estratégias, principalmente nas áreas da fronteira agrícola, controla informações e difunde o discurso hegemônico de suas ações. Conseqüentemente, a educação torna-se um elemento estratégico fundamental para as ações de disseminação de seus ideais, constituindo-se instrumento do agronegócio, deixando evidente que as ações desse setor são objetivadas para além das terras para o cultivo.

A educação está cada vez mais atrelada a uma peça-chave da reorganização do espaço capitalista, principalmente quando é direcionada aos modelos de mercado para a obtenção do inalcançável desenvolvimento econômico. As ideias desenvolvimentistas pairam sobre a história do Brasil, e do “Sul-global” como um todo, e as investidas do Estado para alcançar o desenvolvimento são contínuas. A busca por um desenvolvimento econômico atrelado ao progresso faz parte dos momentos políticos e desenham as ações dos agentes sociais no território. Seja os agentes hegemônicos que idealizam e constroem subsídios para o fortalecimento de políticas desenvolvimentistas ou aqueles que estão “no meio” desses traçados. Os que não fizeram parte da construção desses ideais, também são afetados pelas políticas desenvolvimentistas que ocorreram, sendo que em grande parte das vezes, esses são vistos como entraves no território.

De acordo com essas discussões, partimos do pressuposto que a educação é uma ferramenta fundamental na produção de lugares pelo agronegócio, no que tange à expansão do setor ou à sua consolidação no Brasil. O projeto político do agronegócio brasileiro não se limita somente ao campo, mas com enfoque, principalmente, na cooptação ideológica da população urbana. Torna-se então, imperativo destacar no cenário exposto, o avanço de políticas neoliberais, seja no projeto de produção de mercadorias no campo, seja nas pautas que constroem a educação brasileira, acentuadas após o golpe de 2016 no Brasil.

Entendemos que o processo político sofrido pela presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, no ano de 2016, foi um golpe de Estado com respaldo político, jurídico e midiático, além do apoio de setores reacionários e conservadores da sociedade brasileira. Golpe que foi orquestrado e apoiado por atores hegemônicos do agronegócio brasileiro. O marco pós-2016, serve, não como recorte temporal do trabalho, pois a expansão do agronegócio e das suas ações na educação ocorreram em períodos anteriores a esse, inclusive sob a gestão de governos progressistas, como o da própria

Dilma Rousseff. Contudo, o marco simboliza a intensificação das ações após o golpe, seja na expansão do setor em direção à Amazônia e ao Matopiba (acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia); na liberalização de agrotóxicos; na falta de demarcações de terras indígenas e dos territórios quilombolas, entre outros; seja também no cenário propício para a intensificação de propostas retrogradadas no que concerne à educação brasileira, como o Movimento Escola Sem Partido e projetos aprovados, como a reforma chamada de Novo Ensino Médio. Vale destacar, que as ações do agronegócio nas escolas se tornaram mais ofensivas a partir do golpe de 2016, devido ao cenário propício com o advento dos retrocessos vividos nesse período histórico no Brasil.

Ao partir desse pressuposto, fazemos jus ao que Mészáros (2008) desenvolve ao explicar que no capitalismo a educação se torna mercadoria. O sistema público de educação sofre pressão pelas demandas do capital, concomitantemente em que há o arrocho dos recursos destinados pelo orçamento relacionado a essa pasta. Assim, “o enfraquecimento da educação pública, paralelo ao crescimento do sistema privado, deu-se ao mesmo tempo em que a socialização se deslocou da escola para a mídia, a publicidade e o consumo” (Sader, 2008, p. 16). Mészáros complementa que a educação institucionalizada passa a servir com o propósito de fortalecer os conhecimentos com fundamentos ligados à máquina produtiva do capitalismo em expansão, mas também para “gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (2008, p. 35).

A precariedade e, principalmente, o discurso de desqualificação da escola pública, abre portas para a entrada do agronegócio nesses espaços. Chã (2018) aponta os principais projetos educacionais de algumas entidades da classe patronal e das principais empresas do agronegócio no Brasil, como exemplo a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e o projeto Agronegócio na Escola; a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e o projeto do Agrinho; a UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar) e o projeto Agora; a Bunge e o projeto Comunidade Educativa, entre outras. Esses são alguns exemplos da apropriação da escola pública pelas entidades do agronegócio brasileiro¹.

¹ A tese de Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro (2022), intitulada “A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), descreve diversos outros programas educacionais do agronegócio existentes no Brasil, somente em sua tese a autora lista 16 projetos, os mesmos serão debatidos no 4.

Nesse contexto, observamos que a tecnosfera criada pelo agronegócio, ao ser instalada, necessita paralelamente de uma base, a psicosfera. Para Santos, “tecnosfera e psicosfera são redutíveis uma à outra” (1996, p. 204). Portanto, para territorializar-se cada vez mais, o agronegócio necessita desses dois pilares do meio técnico-científico-informacional fortalecidos. Ribeiro (1991) compreende que a psicosfera faz a associação da técnica para a consolidação dos valores morais dessa racionalidade técnica. Ou seja, é necessário para além dos investimentos técnicos do setor, a consolidação de uma ideologia que estimule o imaginário da população em geral de uma visão positiva do agronegócio.

No âmbito da intencionalidade dos projetos educacionais geridos e pensados por entidades do agronegócio, levantamos as seguintes questões:

- a) qual é o papel da educação no projeto de sociedade idealizada pelo agronegócio brasileiro?
- b) de que forma o agronegócio brasileiro utiliza a educação enquanto estratégia de construção de sua hegemonia?

As duas questões norteadoras desta tese foram elaboradas, tendo em vista a educação como o espaço de conflito, terreno no qual ocorre a disputa pela hegemonia. O conceito marxista de hegemonia é estabelecido como um processo pautado na infraestrutura econômica. Gramsci (2017) enriquece o debate propondo uma relação entre o infraestrutural (econômico) e o supraestrutural (expressões culturais e ideológicas) sem cair no determinismo econômico. É importante deixar evidente que essa disputa hegemônica é um processo político. Por isso, se torna necessário compreender a busca pela hegemonia do agronegócio nos espaços da sociedade brasileira.

Neste contexto, esta tese tem como objetivo compreender as estratégias do agronegócio na educação, no que tange às suas propostas, escalas de atuação e perspectivas ideológicas, buscando compreender como o agronegócio utiliza do ambiente escolar como instrumento de construção de sua hegemonia e quais discursos e materiais são utilizados para propagar suas ideias e concepções. Nessa perspectiva, desdobram-se 7 objetivos específicos:

- a) analisar o processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil;
- b) avaliar como os agentes hegemônicos utilizam a educação como estratégias ideológicas nos processos de acumulação do capital;

- c) identificar como o agronegócio se insere na educação, levando em consideração sua organização estratégica de acordo com as escalas de atuação;
- d) analisar o discurso do agronegócio e suas justificativas para a implementação das ações nos âmbitos escolares;
- e) relacionar as ações do agronegócio na educação com as ideias neoliberais e conservadoras que ganharam força na sociedade brasileira pós-golpe de 2016;
- f) debater as possibilidades de resistências no que diz respeito a essas ofensivas;
- g) compreender as estratégias geográficas utilizadas no discurso do agronegócio.

Acreditamos que o estudo do tema emerge da necessidade de compreendermos a situação atual da educação no Brasil, pressionada pelos discursos meritocráticos e pelas investidas dos setores empresariais. O avanço do agronegócio a partir dessa perspectiva extrapola as cercas das fazendas e do sentido físico do espaço. As investidas ocorrem em ambientes para além do rural, aplicando suas ideologias em diversos ramos da sociedade, sendo a escola uma delas.

É necessário compreender as estratégias da construção do que o setor já chama de “agrossociedade”², observando, como afirma Chã (2018), “a necessidade de uma comunicação mais próxima com o público urbano”. Assim, é importante estudar e desmembrar as finalidades na compreensão de sociedade que esse ramo tem na construção do país.

O trabalho enaltece debates úteis e atuais na esfera da educação brasileira. Revelará as estratégias que o agronegócio utiliza para adentrar no ambiente escolar, atrelado a um contexto de precarização do trabalho docente. O trabalho age como denúncia das ações do mercado em se apropriar de territórios que deveriam ser livres de amarras. Além disso, tem como finalidade fortalecer a defesa por uma educação pública, crítica e de qualidade, com liberdade de expressão e atuação para os profissionais da educação. Uma educação, como afirma Mészáros (2008), para além do capital, para além

² O agronegócio necessita de uma nova imagem, com isso é atribuído conceitos que corroboram com uma imagem mais amena do setor para a sociedade. Em buscas rápidas no Google ao jogar a palavra “agrossociedade”, muitos sites, empresas, páginas da web ligadas ao agronegócio indicam que esse termo é uma comunhão do “agro” com a “cultura”, outros indicam que seja uma construção de um “agro” com “ética”. Na obra de Chã (2018), a autora traz um trecho do Consenso do Agronegócio no qual tem o seguinte trecho “Segundo José Tejon Megido, da ESPM, a Agrossociedade é a nova fronteira do agronegócio, onde os muros que separam o campo da cidade não existirão mais – o agronegócio representado pelos ativos econômicos, financeiros e tecnológicos ao longo das cadeias de valor, e a agrossociedade pelos valores da nova sociedade e do capitalismo consciente” (2014, p.38).

das concepções de mundo baseadas em sociedades mercantis. Uma educação como forma de liberar o ser humano do determinismo neoliberal.

A pesquisa visa contribuir para a ciência geográfica, por vincular o discurso e as ideologias ao território. Tem a intenção de trazer, empiricamente, as reverberações do discurso no espaço e as disputas territoriais do agronegócio, através dessas narrativas. Pretende-se demonstrar a importância da análise das fronteiras do agronegócio que vão além da terra e do capital financeiro. Fronteiras ideológicas que se apresentam na disputa pelas bases sociais e culturais no país, buscando compreender através da criticidade da Geografia Agrária brasileira os espaços para além do campo e do rural.

As Geografias da desigualdade, segundo Maria Adélia Souza (1998), são geradas a partir de processos de globalização e fragmentação, resultando em territórios diversos. Assim, a formação do território brasileiro é produto das relações sociais e dos processos de tecnificação. Santos (2013b) na sua obra “O trabalho do geógrafo no terceiro mundo” disserta sobre as maneiras de fazer geografia em países como o nosso, o Brasil.

Relacionar o tema do agronegócio, tão desenvolvido por nós, do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB), com a educação, tornou-se um desafio novo. No processo de elaboração desta tese, diversos novos elementos apareceram desde o momento da ideia inicial, como as “Mães do Agro”, o “De olho no Material Escolar” e o “Todos a Uma Só Voz”, que emergiram devido ao cenário propício legitimado pelas ideias do então presidente Jair Bolsonaro. As mudanças drásticas na política brasileira durante os anos que essa tese foi desenvolvida, somou-se à crise sanitária assolada pela pandemia da Covid-19. Nesse contexto, Milton Santos, décadas antes de Bolsonaro e da pandemia, já afirmava que: “a sociedade e a economia dos países subdesenvolvidos evoluem tão rapidamente que uma realidade descrita há alguns anos corre o risco de ser hoje apenas história” (2013b, p.65).

Dentro da dinamicidade dos elementos acrescidos no processo de desenvolvimento dessa tese ao longo desses anos, exponho, a seguir, a divisão dos capítulos e seus respectivos aportes teórico-metodológicos.

No primeiro capítulo, intitulado “Desvendando o espaço geográfico com Milton Santos: o meio técnico-científico-informacional e o agronegócio na atualidade”, buscamos compreender o período atual em que estamos inseridos, levando em consideração a base teórica e analítica de Santos (1996). Através da compreensão da organização do meio técnico-científico-informacional iniciamos a tese. A intenção de

iniciarmos com este capítulo levou em consideração a necessidade da construção de um pilar teórico de análise crítica do espaço geográfico, que faça compreender o agronegócio no processo de globalização. Por isso, a escolha teórica da periodização do meio geográfico realizada por Santos (1996). A riqueza da contribuição do autor, proporciona um diálogo com os exemplos observados no setor, além de estruturar teoricamente os pressupostos desta tese.

O segundo capítulo, intitulado “Agronegócio, hegemonia e “a geografia disso tudo”” está dividido em três partes. Inicialmente, procuramos compreender a construção do termo agronegócio. O trabalho de Caio Pompeia (2021), nos foi fundamental nesta parte. A partir da obra do autor, traçamos uma ordem cronológica para melhor compreender o termo utilizado no Brasil. Na segunda parte buscaremos compreender o setor do agronegócio como um agente hegemônico; para isso utilizamos autores como Lênin (1978; 2019), Gramsci (2004; 2017) e Williams (1977), para construir o conceito de hegemonia que estamos tratando nesta tese, além da compreensão de Guilherme Delgado (2013), no que tange às características do período atual, categorizado por ele como “Economia do Agronegócio”; na terceira parte do capítulo faremos um debate sobre a geografia inserida nos processos descritos acima, revelando a potência da ciência geográfica em desvendar os processos ideológicos dos agentes hegemônicos do agronegócio. Para isso, fizemos analogia com a obra de Ruy Moreira (2008), articulando com as bases elencadas por Santos (1996) da “tecnosfera” e da “psicosfera”, contando com a contribuição teórica de Ana Clara Torres Ribeiro (1991), de David Harvey (2011) na construção capitalista dos desejos e de Hanna Arendt (1985) e Marcelo Lopes de Souza (2013), para tratar de território e poder.

O terceiro capítulo, intitulado “Educação, história do Brasil e neoliberalismo”, está dividido em três partes. Na primeira, realizou-se um retorno histórico para compreensão da base capitalista que resultou no neoliberalismo atual. Nesse sentido, utilizamos a obra de Otávio Ianni (1984), para compreender as disputas no Brasil no período democrático anterior à ditadura militar, e os projetos de educação de cada linha de pensamento, tratando, em seguida, do projeto vencedor, o dos militares, após o golpe engendrado em 1964; na segunda parte, relacionamos a educação à organização do espaço capitalista, demonstrando como ela é fundamental para a colonização dos corpos e das mentes, principalmente no Sul-Global. Traçamos um paralelo de semelhanças descritas na obra de Jonathan Crush (1995), no período colonial na África, e no discurso de um

empresário da educação brasileira no ano de 2004, com a finalidade de percebermos os interesses que influenciam as decisões do Estado no contexto da lógica desenvolvimentista; por fim, na terceira parte, analisamos a ofensiva neoliberal na educação, utilizando o debate realizado por Luiz Carlos de Freitas (2018) e o manifesto escrito por professores de geografia (Albuquerque *et all*, 2021). A partir destas obras, observamos as articulações dos dispositivos neoliberais elaborados para serem aplicados na educação brasileira.

O quarto capítulo, que tem como apontamento, a entrada do agronegócio na educação, foi intitulado “Investidas e ofensivas: a educação a serviço do agronegócio”. Nele evidenciamos os projetos mais antigos do agronegócio, construídos antes do período governado por Jair Bolsonaro. Este capítulo divide-se em três partes, de acordo com o nível de atuação dos agentes hegemônicos do setor: na primeira, exemplificamos a atuação dos projetos coordenados pelas entidades patronais; na segunda, os projetos relacionados às empresas do setor e, na terceira, os casos micros, localizados na escala do local. Para isso, nos baseamos inicialmente nas obras de Rodrigo Lamosa (2016) e Tássia Cordeiro (2022), além de pesquisas em sites dos projetos anunciados. Não foram pontuados todos, pois são inúmeros, mas fizemos um levantamento de alguns, para ilustrar a ramificação do agronegócio na educação brasileira.

No capítulo 5, intitulado “Fábulas e perversidades: o Agrinho no Mato Grosso do Sul”, elencamos o projeto Agrinho do SENAR-MS e da entidade patronal do Mato Grosso do Sul para analisar profundamente o programa. A divisão do capítulo teve por base a obra de Milton Santos, “Por uma outra globalização”, onde o autor explana o processo de globalização como fábula e como perversidade. Na primeira parte, expomos o Agrinho como fábula e perversidade, no que se refere ao uso dos materiais didáticos, aos temas transversais, aos concursos e à capacitação dos professores; na segunda parte analisamos o discurso do programa Agrinho, utilizando o aporte teórico de Laclau (2009) e, na terceira, utilizamos a metodologia de *frame analysis* aplicada por Galvan (2012), para compreendermos as estratégias discursivas de cooptação ideológica do setor. O programa e os discursos foram coletados no site do próprio Agrinho. Tanto o projeto, como os editais, os materiais didáticos e as notícias, foram analisadas com base no que eles dispõem em sua página na internet.

O sexto capítulo trata das ofensivas do agronegócio após a eleição de Bolsonaro, sob o título ““Escola com Partido”: o bolsonarismo e as recentes ofensivas do

agronegócio na educação”. Neste capítulo há uma breve análise da conjuntura, que nos faz compreender o que levou o Brasil a eleger Jair Bolsonaro, destacando as ideologias do “Movimento Escola sem Partido”, como nos indica Guilherme e Picoli (2018) e os comandos do Ministério da Educação, durante esse período, levando em consideração a análise de Roberto Leher (2019) sobre o tema. O ex-presidente, através de seus discursos, passou a legitimar certas ações dos seus grupos de apoiadores. Dessa forma, neste capítulo analisamos os movimentos que surgiram no agronegócio, no intuito de adentrar a pauta da educação após 2019, a saber: as “Mães do Agro”, o “De Olho do Material Escolar” e o “Todos a uma Só Voz”. Neste capítulo com base na teoria da fronteira ideológica de Laclau (2009), realizamos a análise do discurso dos dois primeiros movimentos, para compreender como os mesmos atores agem de maneira distinta, de acordo com a escala de atuação. Utilizou-se a carta escrita pelas “Mães do Agro”, as redes sociais do “De Olho no Material Escolar”, o site do “Todos a uma Só Voz” e um webinar realizado pelos principais agentes do agronegócio na educação. Vale destacar que, duas entrevistas foram realizadas, que ajudaram a compreender a inserção da força do agronegócio nas editoras que produzem os materiais didáticos.

No sétimo e último capítulo, “Geografias das estratégias, das escalas e dos discursos”, procuramos responder as perguntas que motivaram essa pesquisa. O capítulo se divide em duas partes: na primeira revelamos como o setor se organiza estrategicamente em escalas, e como os agentes hegemônicos agem, de acordo com o território que querem alcançar. Para dar conta da proposta, utilizamos o debate de Michel de Certeau (2014 [1980]) para compreender as estratégias e as táticas que envolvem os “agentes hegemônicos” e os “agentes da resistência”. Vimos que os discursos se radicalizam quando estes são feitos nos espaços já hegemônicos pelo agronegócio; levamos, também, em consideração, o que Milton Santos (1996) nos revela sobre a “escala de origem” e a “escala de impacto”; a segunda parte foi dedicada ao debate final sobre as possíveis saídas. Tendo em vista que há uma organização por escalas vindas de “cima para baixo”, acreditamos que as resistências na educação se fortalecem e rompem com as estratégias hegemônicas, quando articuladas no sentido contrário “de baixo para cima”. Neste final, retornamos a importância de entendermos a hegemonia como um processo, como nos aponta Williams (1997) e Laclau e Mouffe (1987). Finalizamos ao visionarmos um horizonte possível, na premissa apontada por Milton Santos (2000), no que concerne à possibilidade de construção de um novo mundo.

Vale destacar que as reflexões sobre o agronegócio debatidas nesse trabalho advêm dos debates contínuos que se somam em minha trajetória, por mais de uma década, no Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB)³, onde a prática cotidiana da pesquisa geográfica enriqueceu os debates e as análises feitas nesta tese. São aproximadamente 12 anos de inserção minha, na pesquisa do laboratório, em que pude observar, aprender, investigar e tentar compreender as nuances existentes na formação socioespacial brasileira. Através desse grupo, tive a oportunidade de conhecer diversas regiões produtivas do agronegócio nacional em trabalhos de campo, além de interagir nas entrevistas com diversos agentes locais. Neste tocante, foi a partir das realizações dos diversos trabalhos de campo, realizados no passado, que se manifestou em mim o questionamento sobre a atuação de setores do agronegócio na educação institucional.

³ Núcleo de pesquisa sediado no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1 - DESVENDANDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO COM MILTON SANTOS: O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E O AGRONEGÓCIO NA ATUALIDADE

Milton Santos dedicou-se a compreender o espaço através da periodização do meio geográfico de acordo com as relações entre sociedade e natureza, preconizando, sua análise, compreender a inserção da técnica em cada meio estudado. Conforme o autor, a divisão histórica do meio geográfico ocorre de três maneiras: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. Portanto, este capítulo objetiva contextualizar a estrutura atual de organização do espaço global e, a partir desta discussão, iniciaremos a análise geográfica da tese. De acordo com a base teórica discutida por Santos (1996) em seu livro “Natureza do Espaço - Técnica e tempo. Razão e emoção”, serão realizadas conexões com as ações do agronegócio, a fim de ilustrar tal processo.

Para iniciar a discussão, levamos em consideração a clássica definição de Santos sobre o espaço geográfico, definido pelo autor como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (1996, p. 18). Tal definição é ampla e complexa, mas ao sistematizá-la, Santos disponibiliza uma base que envolve a relação dialética entre objeto e ação, demonstrando no espaço as instâncias e as relações sociais que vão expondo uma concretude ao longo de um processo histórico.

Não se trata de debater a construção conceitual de espaço geográfico, mas é importante compreendermos os processos ocorridos no meio geográfico, principalmente os que estão em vigência na contemporaneidade.

Sua análise inicia-se ao compreender o meio natural, quando o ser humano fazia uma seleção dos elementos organizacionais da natureza para sua sobrevivência. A base material, provinda, obviamente, da natureza, era organizada de acordo com o tempo desta, não havendo grandes transformações humanas, nem ações/trocas entre diversas escalas. Vale destacar que havia sistemas técnicos e leis de organização do espaço pelo ser humano, entretanto as transformações ocorriam na escala local, baseavam-se em uma harmonia socioespacial com a natureza e sua transformação. Havia um comprometimento de preservação e conservação desta natureza, para desencadear continuidade ao meio de sobrevivência da espécie humana. Ao transformar a natureza em sistemas técnicos – como, por exemplo, pousio, rotação de terras, agricultura itinerante – o resultado não

tinha como fim a destruição da natureza, era parte de um processo de transformação-reconstrução (Santos, 1996).

Já no meio técnico, o tempo social se sobrepõe ao tempo natural, inicia-se a mecanização do espaço e a divisão internacional do trabalho. Os objetos no meio natural que eram apenas culturais, passam então a serem culturais e técnicos, simultaneamente. O espaço passa, portanto, a ser formado por elementos naturais e artificiais. Neste período as trocas ganham intensidade, o comércio se destaca e passa a ser a razão dirigente. A escala das ações humanas transcende o local, e até mesmo o nacional. No entanto o advento da técnica não ocorreu de forma homogênea em todo globo, eram poucos aqueles espaços no qual o progresso técnico era instalado, e mesmo assim, suas ações eram restritas. Havia um recorte espacial delimitado e um fluxo delimitado de intercâmbios. As transformações ocorriam no tempo dos seres humanos e o espaço estava a serviço desses, mas as ações eram, assim como os sistemas técnicos vigentes, geograficamente circunscritas (Santos, 1996).

Porém, o que se torna importante para iniciarmos a discussão desta tese é o momento atual, nomeado por Milton Santos como meio técnico-científico-informacional. Entretanto, vale ressaltar, o porquê desta discussão inicial. A construção do contexto é de extrema importância, é através desta base conceitual que vamos compreender onde se inserem as articulações do agronegócio no Brasil e o papel que a educação adquiriu ao ser utilizada por este setor. Milton Santos expõe a conduta dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações no mundo do capitalismo periférico.

Tomamos Milton Santos como ponto de partida por quatro importantes motivos. O primeiro por ser uma escolha política, e compreender que as teorias e os autores fazem parte da escolha do escritor, este por sua vez, adota aquilo que acredita fazer sentido para o desenvolvimento de seu trabalho. Assim, afirmamos que as escolhas teóricas são políticas. Apesar de Milton Santos ser considerado, mesmo depois de morto, o mais importante geógrafo brasileiro (um dos mais importantes intelectuais que já houve no país) e um dos mais destacados mundialmente, sua obra em algumas academias no Brasil, é deveras relegada e, por muitos, menosprezada. Destaca-se que o menosprezo não advém da crítica acadêmica, baseada na sensatez do movimento científico do questionamento e da problematização, mas que se origina e se perpetua por viés puramente político-ideológico. Portanto, julgo como extremamente necessário registrar nesta tese que ainda pulsa um movimento crítico miltoniano na Geografia da UFRJ.

O segundo motivo tem a ver com a capacidade crítica de Milton Santos em trazer para a realidade da geografia os processos que ocorrem no que ele categoriza como “Terceiro Mundo” - um movimento de compreensão a partir dos que habitam as terras do “Sul-Global” - uma geografia com as “lentes das periferias do mundo capitalista”. Ao abrir a porta para a discussão do espaço geográfico do “Terceiro Mundo”, Santos possibilitou que a geografia fosse feita por nós e para nós, tornando-se, assim, politicamente decisivo ressaltar esse motivo, principalmente em tempos de “produtivismo acadêmico”, em que as pontuações e as avaliações criadas nos centros capitalistas mundiais determinam os índices a serem alcançados, não só nas escolas de ensino básico, como veremos ao longo desta tese, mas também, e especialmente, na academia. Lugar este, onde os critérios de “internacionalização” tornam-se cada vez mais supervalorizados e o de “interiorização” e do “diálogo entre academia e comunidade”, não são levados em consideração.

O terceiro motivo tem a ver com o longo trabalho realizado pelo grupo Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB), liderado pela Professora Júlia Adão Bernardes, que há mais de três décadas pesquisa o agronegócio no Brasil à luz da teoria miltoniana. Esta tese, será, portanto, um galho a mais na extensa árvore construída pela solidez e rigorosa crítica relacionada aos processos de criação e de destruição que envolvem o setor. O destaque para a compreensão do espaço brasileiro através da incorporação da técnica, tornou-se fundamental para a compreensão das realidades brasileiras, principalmente aquelas localizadas nas fronteiras agrícolas. Na dinâmica de exploração do trabalho e da natureza, sob a égide do capital, que o núcleo de estudos através de uma extensa rede de pesquisadores, possibilitou o olhar geográfico sobre os sistemas de objetos e sistemas de ações que envolvem o agronegócio no país. Além do mais, destaca-se, sobretudo que

As mazelas e impactos nas histórias dos lugares e das regiões são elementos que a Geografia tem assumido o compromisso de dar visibilidade, e Júlia Bernardes tem um papel protagonista importantíssimo na revelação desse modelo de modernização agrícola no território brasileiro (Silva, 2022, p.7).

O quarto motivo é revelador e fundamental para responder o questionamento central desta tese, dessa forma o debate teórico de Santos, torna-se enriquecedor. Ao compreender que a técnica não caminha sozinha, que para ela avançar é necessário ser inserida nas ideias sobre o espaço, a teoria de Santos dialoga com desenvolvimento desta tese. Adiantemos aqui que a discussão que envolve ideologia e espaço, ganha notoriedade quando Santos especifica as peculiaridades do meio técnico-científico-informacional,

especialmente quando o autor trata da construção da “tecnosfera” e da “psicosfera”. Essas duas noções são importantes para analisarmos o agronegócio e a sua ideologia na educação, que vem se tornando um dos pilares fundamentais para dar robustez às estratégias expansionistas do setor.

Dada a justificativa, retomemos aqui o “fio da meada”. Ao tratar do meio técnico-científico-informacional, Santos destaca que é neste meio que ocorre a união entre técnica e ciência, respaldada e favorecida pelo e sob o mercado global. Neste período os objetos não são apenas técnicos, mas também informacionais. A informação torna-se a principal mola propulsora para o funcionamento desses objetos. O espaço passa a ser produzido com base na ciência e na tecnologia, não somente nas áreas urbanas, mas o campo passa a ser *locus* desse suporte organizacional.

O agronegócio é um bom exemplo para compreendermos a produção do espaço através da inserção técnica, científica e informacional, desde a produção genética de novas variedades propícias às variações edafoclimáticas distintas, até a conexão instantânea do que ocorre na lavoura através da agricultura de precisão. A biologia, a agronomia, a engenharia, a metalmecânica, a física, a química, a farmácia, a medicina veterinária, a informática, dentre outras áreas, tornam-se fundamentais e cada vez mais dinâmicas para atender as demandas de produtividade do setor.

Além disso, destacamos que a expansão da soja pelo Cerrado brasileiro ocorreu devido às pesquisas voltadas à ciência e tecnologia, lideradas e financiadas pelo Estado, que propiciaram a modificação de espécies que pudessem ser adaptadas às condições climáticas dos trópicos. Vale ressaltar que essa planta não condizia com o clima que encontramos no Centro-Oeste brasileiro. A produção de soja no Brasil começou no Rio Grande do Sul, e somente após diversos desenvolvimentos tecnológicos de adaptação da cultura às condições edafoclimáticas com foco nas regiões tropicais, iniciou-se a expansão em direção ao Planalto Central.

Neste movimento observa-se que a técnica produz espaços e transforma as paisagens, tudo de acordo com os “interesses dos agentes hegemônicos da economia, da cultura e da política [...] O meio técnico-científico-informacional é a cara da geografia da globalização” (Santos, 1996, p.191). O avanço desse *modus operandi* globalizado gera conflitos e contradições inerentes ao capital. A natureza passa a ser vista pelos agentes hegemônicos como fonte de riqueza, categorizado por eles - em evidência para os Estados

- como fonte de recursos naturais. Ou seja, torna-se para eles pecúlio, dinheiro, capital, divícia, fazenda.

A lógica da interação na escala global é uma marca dos tempos atuais. Nestes intercâmbios, a produção do espaço tende a homogeneizar as relações, ações e paisagens. Por si, os objetos que são criados na contemporaneidade estão acrescidos de cada vez mais técnica e subordinados às lógicas globais, tornando-se nítida “a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos [...] ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização” (Santos, 1996, p. 191).

A expansão do agronegócio ocorre, por exemplo, em direção à Amazônia e ao Cerrado por processos repletos de tecnicidade avançada dentre os objetos que ali são utilizados. Por mais que as relações ainda possam permanecer arcaicas no sentido da exploração da natureza e, principalmente, da superexploração do trabalho, os objetos utilizados são altamente modernos e sofisticados, possuindo conexões instantâneas com as bases de comando. Cita-se, a fim de ilustrar, que um pé de milho, antes mesmo de nascer têm contabilizado, em média, a quantidade de espigas que serão produzidas e em que altura, aproximadamente, elas nascerão, a fim de facilitar a mecanização na colheita. Esta, por sua vez, podendo ser gerida de qualquer lugar do globo terrestre que tenha conexão com internet.

Ao mesmo tempo que aumenta a interação entre os objetos, torna-se importante, o que Santos indica como os capitais fixos e os capitais constantes. Continuemos no exemplo do milho, sua produção, necessita de silos, de armazenagens e estradas para o escoamento, sendo esses os exemplos de capitais fixos no agronegócio. No que tange ao capital constante, apontamos os insumos químicos e as sementes. Percebemos que esses capitais também, por si só, são potencializados com informações e organizam-se de acordo com uma lógica de atribuição dada a eles pela ciência que foi desenvolvida para facilitar os intercâmbios dentro da racionalidade capitalista.

A arena, de acordo com Santos, se amplia. As circulações ganham dimensões que almejam se estender o máximo possível pelo espaço. Criam-se, dessa forma, espaços especializados que tendem a servir como áreas destinadas à produção de certos produtos ou, até mesmo, de ideias. O agronegócio no Brasil passa a se organizar em regiões especializadas agrícolas (Elias, 2011), tornando cada vez mais rígidas as mudanças na paisagem, quando são consolidadas num certo espaço. Essas regiões especializadas

tendem a produzir ideais e modos de vida, para além de produtos do agronegócio. Neste caso, espaço e ideologia, se retroalimentam, criando as espacialidades do capital.

No mundo globalizado a informação torna-se “arma” fundamental na competitividade entre agentes hegemônicos ou entre regiões especializadas. No início do processo de informatização, os lugares que recebiam e adquiriam sinal de internet ganhavam intensidade em seus processos produtivos. No agronegócio, as informações sobre o clima passaram a ser fundamentais, os lugares monitorados com esse propósito angariavam vantagens competitivas sobre os demais.

Hoje em dia, prognósticos climáticos mais apurados não são privilégio de algumas poucas regiões do país, a cobertura e a análise de informações meteorológicas cobrem todo o território nacional, no entanto outras necessidades vão surgindo com a evolução da tecnologia. Observamos recentemente, com a chegada da internet 5G, que as regiões do agronegócio que receberam a cobertura do novo sinal ganharam vantagens dentre as estratégias de mercado através do monitoramento dos processos produtivos devido à acurácia da nova tecnologia.

O desenvolvimento de dispositivos interligados à tecnologia 5G, proporcionou conectar e automatizar ainda mais os processos que envolvem o plantio, a colheita e até mesmo a distribuição. Revela-se com clareza uma das facetas da globalização apontada por Santos (1993), “a convergência dos momentos”, demonstrando a instantaneidade na comunicação ao conceber que as decisões sejam tomadas em tempo real em qualquer lugar do mundo. O aumento da velocidade de conexões gera mais divisas. No agronegócio “tempo” de fato “é dinheiro”, tendo em vista a velocidade de modernização do setor no Brasil. “O conhecimento exerceria assim – e fortemente – seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem” (Santos, 1996, p.194).

Dessa forma, os atores hegemônicos, munidos de informação adequada para sua reprodução, utilizam todas as redes e territórios. Como afirma Santos, “eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos” (1996, p. 194). Essa afirmação é de grande valia para esta tese, até porque, nos faz refletir sobre a intenção do agronegócio em adentrar os espaços escolares. Tais espaços, não necessariamente são aqueles “reticulares”, já especializados na produção do setor, são “espaços banais”, aparentemente de pouca importância para o setor, mas disfarçadamente

suas ações revelam intenções de grande valia estratégica. Revela-se outra faceta da globalização analisada por Santos (1993), chamada por ele como “unicidade do motor”, seria a direção do mundo econômico, aquilo que move os agentes hegemônicos e seus verdadeiros interesses.

No processo de globalização, o território nacional transforma-se em um espaço da economia internacional (Santos, 1996). Os sistemas de engenharia modernos criados pelo Estado são, em grande medida, de serventia para o uso das empresas transnacionais. Observemos que, aqui no Brasil, a expansão e o asfaltamento das rodovias que cortam a Amazônia servem peculiarmente para a exportação das commodities agrícolas. O porto de Miritituba no Pará serve de exemplo dentre tantas engenharias construídas no território brasileiro a serviço das empresas estrangeiras. Após a construção desse terminal portuário, grandes empresas estrangeiras como a Cargill e a Bunge tornaram-se privilegiadas com tal empreendimento (Costa, 2017; Bernardes e Silva, 2016).

As empresas internacionais estão efusivamente presente nos territórios nacionais, principalmente nos países da periferia capitalista, sendo providas de infraestruturas que servem muito mais a elas do que à própria sociedade nacional (Santos, 1996). A conduta das empresas de agrotóxicos constitui outro exemplo. Vemos a liberação de agrotóxicos no Brasil que são proibidos na Europa, porém são as empresas estrangeiras, em grande parte europeias, as principais responsáveis pelo *lobby* que visa promover mais uso e liberação desses produtos a serem consumidos no Brasil. A Bayer/Monsanto e a BASF atuam de maneira, não somente a aumentar o mercado e as vendas de seus produtos, mas também na promoção e apoio de movimentos organizados pelo agronegócio nacional, para minar propostas que regulamentem o uso dos venenos ou até mesmo em temas que tangenciem as proteções ambientais ou de direitos de povos indígenas e demais comunidades tradicionais (Bombardi; Changoe, 2022)⁴. O agronegócio ilustra os movimentos globais no atual meio técnico-científico-informacional e, nesses exemplos, “os negócios governam mais que os governos (E. Laslo, 1992) e, com a globalização da

⁴ De acordo com os dados revelados no relatório elaborado por Bombardi e Changoe (2022) o uso de agrotóxicos multiplicou 6 vezes no Brasil nos últimos 20 anos; grupos representados pela Bayer, BASF e Syngenta gastaram aproximadamente 2 milhões de euros em apoio ao *lobby* do agronegócio no Brasil; entre 2019 e 2021 (governo Bolsonaro) 45 novos agrotóxicos foram aprovados beneficiando diretamente a Bayer e a BASF, destaca-se que desses 19 contém substâncias banidas na União Europeia; e o número mais assustador é que 1 pessoa morre por envenenamento de pesticidas a cada 2 dias no Brasil, sendo 20% das vítimas crianças e adolescentes.

tecnologia e da economia, os Estados aparecem como servos das corporações multinacionais (R. Petrella, 1989)” (Santos, 1996, p. 195).

Processos como esses corroem a soberania nacional. Santos (1996) aponta que o Estado passa a ser mais necessário do que nunca para legitimar as ações das empresas multinacionais. Claro que, o contrário também é possível, o Estado tem a capacidade de inibir a inserção de empresas multinacionais. No entanto, nas concepções de competitividade do cenário capitalista global, em que o Brasil está inserido, isso não ocorre com tanta evidência. Ainda assim, vale ressaltar que encontramos indícios de batalhas que são travadas nas disputas internas dentro do Estado brasileiro, principalmente nos governos de coalisão do Partido dos Trabalhadores. O exemplo clássico é a co-presença de dois ministérios responsáveis pelas pastas da agricultura, o da agricultura patronal (Ministério da Agricultura e Pecuária) e o da agricultura familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar).

No que tange à diferenciação espacial, a globalização acelera tal processo e atribui produtividade a certos lugares, gerando disputas entre eles. Santos (1996) aponta que há uma “guerra de lugares” que concorrem, com a intenção de atraírem a presença dos agentes hegemônicos do capitalismo. Ao analisar o agronegócio, observamos a organização do setor em regiões especializadas agrícolas (Elias, 2011) no Brasil. “Cada commodity possui suas próprias exigências de insumos químicos, serviços, força de trabalho, tecnologia, capital, maquinário etc., o que resulta em arranjos territoriais produtivos distintos” (Elias, 2011, p.157). Essa divisão territorial do trabalho, demonstra uma solidariedade organizacional, principalmente em relação às vantagens de ordem técnica e organizacional.

Castillo e Bernardes (2019), ao elaborarem a regionalização do setor sucroenergético no Brasil, apontam para regiões produtivas que se apresentam organizadas em um nível de coerência no que concerne à atividade econômica em comum e complementar. Os autores destacam a força dos investimentos públicos e privados nas regiões com foco a atender a demanda da economia do agronegócio. Destaca-se que há ao mesmo tempo uma solidariedade econômica e uma competição entre as regiões produtivas do mesmo setor, elas “competem entre si em diversas escalas geográficas e se diferenciam pelo nível de competitividade” (Castillo e Bernardes, 2019, p. 10).

No entanto, nessas regiões há também uma competitividade interna. Como exemplo, a disputa que ocorreu entre os municípios da “área consolidada da soja da BR-

163 mato-grossense” (Bernardes; Freire Filho, 2006) na primeira década dos anos 2000 para atrair as indústrias da Sadia e da Perdigão, hoje BRF. O poder público – na figura das instâncias municipais – viabilizava vantagens comparativas com capacidade objetiva de oferecer rentabilidade às empresas (Bernardes, 2010; Gabrig, 2016; Felipe, Silva e Lourenço, 2021; Monteiro e Pacheco, 2021).

No Brasil, o agronegócio opera visando sempre à lógica da exportação, tendo como consequência a disputa entre os lugares e as regiões. Destaca-se que aqueles que melhor respondem a uma vantagem logística, ganham mais poder de barganha na atração das empresas. A localização, a conexão, a diferenciação, a distribuição, a extensão, entre outros princípios do espaço geográfico, assumem papéis fundamentais na organização espacial do agronegócio no país. O mercado consumidor guia a expansão do setor ao mesmo tempo em que os lugares se subordinam aos desejos empresariais.

Na medida em que as possibilidades dos lugares são hoje mais facilmente conhecidas à escala do mundo, sua escolha para o exercício dessa ou daquela atividade torna-se mais precisa. Disso, aliás, depende o sucesso dos empresários. É desse modo que os lugares se tornam competitivos. O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas também, à geografia (Santos, 1996, p.199).

O modo de reprodução do capital transforma as paisagens que tendem a se reproduzir com certas semelhanças pelo mundo. Santos (1993) expõe a “unicidade da técnica” como uma das facetas da globalização. Com isso, ele quer dizer que um objeto do meio técnico-científico-informacional responde à mesma funcionalidade em qualquer lugar do mundo. Esses objetos compõem a paisagem, tendendo a construir certa similaridade entre elas. Um campo de soja em Mato Grosso, por exemplo, pouco difere de um campo de soja em Córdoba (Argentina), tanto no que diz respeito à paisagem quanto ao ritmo das ações que a criam.

Tanto no Brasil, como na Argentina, ou em outro país da periferia capitalista, as facetas da globalização atuam com efeitos muito mais desestruturadores do que nos países do centro econômico. Na periferia da ordem global, “tais efeitos são sociais, econômicos, políticos, culturais, morais e, igualmente, espaciais, geográficos, levando a uma reorganização do território” (Santos, 1996, p. 200) e, acrescentamos ainda, a impactos ambientais. Logo, ao reproduzir o modelo do agronegócio global, muito “bem-sucedido” nos Estados Unidos, temos aqui no Sul-global as nuances acentuadas das contradições da globalização.

O agronegócio no Brasil, quando se expande, gera transformações de ordem: da logística, da comunicação, do comércio, da estrutura produtiva, das relações de trabalho, da forma de angariar capitais, dos hábitos de consumo, dos sociais, da cultura, dos valores e, principalmente, da forma de controle. “As novas formas, criadas para responder às necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais endurecidas, material e funcionalmente, mais rígidas tanto do ponto de vista das técnicas implicadas como de sua localização” (Santos, 1996, p.200).

As empresas do agronegócio orientam o capitalismo na região onde se instalam, o que Santos (1996) nomeia como “corporativização do território”, pois elas qualificam os espaços nacionais de acordo com seus interesses. Esses espaços da globalização se adaptam permanentemente às formas e às normas exigidas pelo mercado. Os objetos do meio técnico-científico-informacional

vão do infinitamente pequeno, como os microssistemas, ao extremamente grande, como, por exemplo, as grandes hidroelétricas e as grandes cidades, dois objetos enormes cuja presença tem um papel de aceleração das relações predatórias entre homem e o meio, impondo mudanças radicais à natureza (Santos, 1996, p. 201).

A expansão das commodities e o modo de produção alertam para uma crescente crise ambiental, observada no período atual. A lógica global de ampliar as estratégias empresariais de exploração de espaços, que não estão em conexão com as redes globais de produção e consumo, operam ocasionando uma crescente destruição da natureza e de modos de vida que se contrapõem ao modelo expansionista do agronegócio, ou de outras formas de espoliação do neoliberalismo.

As fronteiras agrícolas se expandem em direção à Amazônia e ao Cerrado brasileiro, desencadeando um processo de “acumulação primitiva” (Marx, 2023) dos tempos atuais. Geram-se conflitos com povos e comunidades que não constituem suas vidas e organizações sociais com as mesmas racionalidades do capitalismo globalizado. Santos questiona se é possível falarmos de “desterritorialização do desastre ecológico” (1996, p.202), tendo em consideração que interesses que surgem na escala global, repercutem na escala local de modo a reproduzir uma lógica extra local, onde o ônus dos rejeitos e das contradições do processo exploratório permanece. Somente as dívidas da exploração são transportadas até seu destino, os destroços e os extermínios ficam. Seria uma “terceirização” da natureza, explora-se no local o que tem de mais valioso, retirando os bens de maior interesse lucrativo, deixando o rastro de destruição por onde passa.

A globalização “alarga os contextos” (Santos, 1996), ou seja, aumenta as novas possibilidades de fluidez a partir das trocas. Há uma atuação em nível global em diversos lugares, pressupõe-se, assim, uma “hegemonia da circulação” (Chesneaux, 1983). Essa necessidade do capital em se deslocar amplia uma interdependência dos lugares, conectando os territórios capitalistas em uma comunhão solidária e competitiva. Tais conexões ocorrem com o advento da informatização dos objetos e da fluidez dos sistemas de engenharia, garantindo maior eficiência e eficácia das ações dos agentes hegemônicos.

A globalização alarga as possibilidades de atuação dos agentes hegemônicos do capitalismo, não somente no que diz respeito às empresas, mas também à atuação dos Estados que agem com ímpeto imperialista. A geopolítica de interesse dos hegemônicos se faz presente como nunca observado. No que se refere ao agronegócio, é igual. As ações, por exemplo, de empresas multinacionais estadunidenses, como a Monsanto, têm atuação em conjunto com os interesses neoliberais expansionistas do Estado imperialista.

O patenteamento de espécies vivas, como as plantas, passou a desencadear ações destrutivas de sistemas locais em todo planeta. A estratégia de dominação de disseminação de sementes transgênicas da Monsanto opera sobre os territórios do globo terrestre, principalmente entre o Sul-Global, na intenção de desarticular os sistemas produtivos locais já existentes e introduzir uma relação de dependência aos produtores (grandes ou pequenos) nacionais, no que diz respeito à utilização de suas sementes. Na dissimulada lógica “democrática” expansionista dos interesses dos EUA, incluem-se as estratégias no setor da alimentação, diversas vezes disfarçada com justificativa de ajuda humanitária no combate à fome.

Fuchs (2012) demonstra a atuação da Monsanto em comunhão com os interesses dos Estados Unidos agindo estrategicamente a fim de expandir a acumulação do capital para além do território nacional. O autor revela como ocorreu a imposição do monopólio de sementes transgênicas em países como a Argentina, o Paraguai, o Iraque, o Afeganistão, o Sri Lanka, o Camboja, o México, o Canadá, a China e a Romênia, revelando uma expansão da interdependência da produção agrária com os centros de comando global. Os circuitos dominantes se ampliam e, com eles, a corrosão das estruturas anteriormente criadas nos lugares. Para isso, não existe somente uma expansão da técnica científicizada e informatizada, há a necessidade de se criar uma estrutura ideológica que facilite a reprodução de seus ideais.

Santos (1996) nos diz que, ao mesmo tempo que se instala no espaço uma “tecnosfera”, há também o que ele chama de “psicosfera”. Não há, portanto, a chegada de uma ordem que depende da ciência e da tecnologia, sem a produção ideológica de sentidos para que essa ordem se mantenha e se reproduza. Elas agem no local através de valores disseminados de outras escalas. No item 2.3 desta tese, compreenderemos com mais profundidade essa dinâmica, pois a noção de psicosfera é de extrema importância para o desenvolvimento desta tese.

É importante levar em consideração que, para a instalação da espacialidade técnica-científica-informacional, é necessário que seja introduzida a psicosfera simultaneamente ou antecipadamente. Seria esta, uma base que faz o elo entre os objetos e os valores necessários para a reprodução do capital. Atenta-se que

tecnosfera e psicosfera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais (Santos, 1996, p.204).

Neste capítulo inicial da tese, buscamos compreender o período que estamos vivendo na atualidade e sua correspondência com as práticas do agronegócio. Dessa forma, tornou-se necessário contextualizar o ponto de partida para a discussão a seguir, tendo em vista que o movimento estratégico do agronegócio nacional envolve ações de níveis organizacionais que se pautam necessariamente pela construção ideológica dos seus valores.

Esse capítulo serve de base teórica para compreender como a ideologia e as ações do agronegócio atuam no espaço. Buscar-se-á, a partir desta análise, compreender a geografia dos valores do agronegócio brasileiro, movimento necessário para compreender como um setor econômico possui, a cada ano, demasiado poder político e capacidade articuladora de mobilização da sociedade em prol dos seus princípios.

CAPÍTULO 2 - AGRONEGÓCIO, HEGEMONIA E “A GEOGRAFIA DISSO TUDO”

David Harvey (2011), no capítulo 6, “A geografia disso tudo”, de seu livro “Enigma do capital e as crises do capitalismo”, revela aos leitores a geografia por trás das crises do capitalismo, principalmente da mais recente, datada de 2008, conhecida como a crise do *subprime*, relacionada ao movimento dos bancos e das habitações hipotecadas nos Estados Unidos. O autor revela a geografia que há por trás das ações dos agentes hegemônicos do capitalismo. É na perspectiva das ações espacializadas dos agentes hegemônicos que iniciamos o segundo capítulo.

Como visto no capítulo anterior, no meio técnico-científico-informacional os espaços são requalificados de acordo com os interesses dos agentes hegemônicos. Assim, torna-se necessário compreendermos as estratégias dos agentes hegemônicos que estamos considerando nesta tese, no caso do agronegócio. Para isso, é de extrema importância debatermos a noção do termo agronegócio, como ele vem sendo constituído e como nós compreendemos a noção a ser trabalhada nesta tese. Leva-se em consideração aspectos que não são atrelados somente à questão econômica, mas a outras nuances que envolvem a *práxis* dos agentes hegemônicos desse setor.

Inicialmente, não foi pensado em discutir tal termo, que considerávamos já deveras debatido na academia, mas nas trocas e diálogos nesse longo período de doutoramento, vimos a necessidade de evidenciar os fatos considerados aqui. Esse movimento revelou a importância da valorização de compreendermos a história dentro da geografia, valorizando a memória e os acontecimentos pretéritos, uma vez que é na compreensão dos processos históricos que concebemos as noções do presente. Por isso, a importância de compreendermos historicamente a noção de agronegócio, revelando os contextos e os objetivos da estrutura hegemônica de cada época.

Santos concebe o tempo como “o transcurso, a sucessão dos eventos e suas tramas”, enquanto o espaço nessa relação seria “o meio, o lugar material das possibilidades dos eventos” e o mundo, como “a soma, que é também síntese, de eventos e lugares” (2013a, p.38). Acrescenta-se a esta análise que a concepção de mundo dos indivíduos e da sociedade tem a ver com a linguagem utilizada para construir esse mundo. A linguagem é utilizada como “meio onde a vida é tornada possível” (Santos, 2013a, p.38), revelando, portanto, a importância da comunicação na transmissão de ideias.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições (Santos, 2013a, p.39).

Iniciamos com esse debate do tempo porque para muitos, principalmente no Brasil, a história é dada como elemento unicamente do passado, devendo ser esquecida, no entanto, grande parte das vezes, nunca fora superada. Na geografia, é de suma importância que o tempo seja considerado, pois as ações decorridas no passado já grafaram suas intenções no espaço em que vivemos atualmente. O agronegócio como visto hoje, nasceu e foi se constituindo como um agente hegemônico bem estruturado da sociedade brasileira, devido às organizações pretéritas que o constituíram como tal. É importante levar em consideração que os agentes hegemônicos também hegemonizam o tempo, gerando conflitos permanentes com outros agentes hegemônicos ou não-hegemônicos.

Neste capítulo não temos como objetivo compreender o tempo, mas analisar como a geografia pode trabalhar com as ideologias empreitadas pelos agentes hegemônicos do capital ao longo da história. Portanto, está dividida em três partes: na primeira, debateremos a construção da noção de agronegócio que estamos considerando nesta tese; em seguida a noção de hegemonia, para compreender como age o agronegócio ao instalar certa ideologia nos projetos de construção intelectual do setor e, por fim, como a geografia se faz potente como ciência reveladora das ações territoriais dos agentes hegemônicos nas diversas escalas e nos diversos conflitos gerados por eles ao desestruturarem as ordens anteriormente estabelecidas.

2.1 Do *agribusiness* ao agronegócio: a construção do termo, seu significado e suas estratégias

Apesar da vasta bibliografia já discutida sobre o tema, faz-se necessário expor o que estamos considerando nesta tese sobre agronegócio. Inicialmente, era uma discussão que julgava ser desnecessária, tendo em vista o debate rico estabelecido não somente na geografia, mas em diversas áreas do conhecimento no Brasil. No entanto, minha passagem pela Argentina, em meu doutorado-sanduíche, foi importante para compreender as interfaces brasileiras que por mim eram naturalizadas.

Dessa forma percebi que o termo agronegócio não era muito compreendido e, por vezes, não era aceito pelos nossos vizinhos “hermanos”. Além do mais, atualmente no Brasil, utiliza-se a corruptela “agro”, para se referir ao agronegócio. Ao falar “agro” na Argentina, não necessariamente as pessoas ligavam ao agronegócio. A construção semântica construída no Brasil em retirar o “negócio” do termo tem como objetivo generalizar todos os modos de produção do campo em um só termo.

o sentido de usar o termo agro como corruptela de agronegócio revela uma estratégia central de abarcar o máximo possível de sentidos e significados, desviando e resignificando o próprio caráter de negócio do agronegócio que pode ser considerada de forma negativa pela opinião pública. (Bittencourt, Romano e Castilho, 2022, p. 200-201).

Neste tocante, recebi críticas de colegas geógrafos argentinos dizendo que o termo agronegócio era generalizador e que não havia debates aprofundados para sua definição, o que para mim foi um choque, pois no Brasil o termo é amplamente difundido e debatido em todas as áreas, principalmente na geografia. Dessa maneira, vejo como necessário, estabelecer um breve debate sobre o que estou considerando como agronegócio e construir uma compreensão que abranja as nuances e especialidades do setor no Brasil.

Para tal, há a necessidade de compreendê-lo como linguagem acadêmica e geográfica. O termo se universalizou, extravasando os cercos empresariais e adentrando não somente na academia, mas também sendo utilizado pelos veículos midiáticos, pelos setores políticos e pelo senso comum (Monteiro, 2017).

O termo agronegócio foi originado do termo *agribusiness* criado pelo ramo empresarial estadunidense para definir as relações econômicas do setor agropecuário com os demais setores (comércio, indústria e serviços) envolvidos na rede estruturante desse ramo do capital. Pompeia (2021) aponta que o termo foi considerado inovador já na década de 1950 pelo “*Journal of Business*, da Universidade de Chicago, no *Journal of Farm Economics*, da American Economic Association [Associação americana de marketing], e no *Journal of Marketing*, da American Marketing Association” (2021, p.53). Segundo Leite e Medeiros (2012), o termo chegou no Brasil por volta dos anos 1970, respaldado pelo ideal progressista e modernizador da agricultura, que se materializa em sua industrialização. Assim, haveria a verticalidade da produção, gerando divisas para os detentores da terra “agronegociada”. Pompeia especifica que “a noção começou a ganhar mais destaque em uma escola de administração – na USP –, e só depois na área de agronomia” (2021, p.53).

Destaca-se, de acordo com o resgate histórico construído por Pompeia (2021), que o termo no Brasil aparece na esfera pública já nas décadas de 1950 e 1960, especificamente nas entidades patronais da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e na Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O autor faz uma cronologia inicial da utilização do termo no país, desde o fórum de debates produzidos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelos Jornal Correio da Manhã. Nesse último, o termo fora referido como crítica ao governo daquele momento, Juscelino Kubitschek, onde os projetos de industrialização do país acarretavam debates e críticas, advindas dos setores primários da economia.

Já no ano de 1964, a CNA fez uma publicação na qual definiria o termo *agribusiness*, que “trataria da crescente interdependência entre agropecuária e atividades secundárias e terciárias, em um processo que alteraria drasticamente o mundo agrícola norte-americano, com diminuição dos trabalhadores rurais e aumento da produtividade” (Pompeia, 2021, p. 89).

Pompeia relata que na década de 1970 a noção de *agribusiness* no Brasil tomou eixos diferentes, na academia, na mídia e no poder público. Muitos autores inspiravam-se na noção setorial de *agribusiness* para enriquecer as análises dos chamados complexos agroindustriais (CAIs). Destaca-se que a noção de Complexo Agroindustrial (CAI) já vinha sendo utilizada no Brasil, ganhando grande notoriedade nas décadas de 1980 e 1990.

A noção de CAI seria fundamental para que passassem a ser percebidos, mais claramente, os resultados de ações – com destaque para a política de crédito rural subsidiado – dos governos militares nas relações da agropecuária com funções a montante e a jusante. Tais ações haviam garantido estímulo à intensificação do uso de insumos e máquinas, por um lado, e à modernização das funções de armazenamento, agroindustrialização, transporte e comercialização, por outro” (2021, p.105).

O entendimento mais detalhado dos CAIs aprofundou o domínio analítico das etapas produtivas, assim como a compreensão das áreas prioritárias para os investimentos públicos no meio agrário brasileiro. Logo críticas surgiram e ganharam destaque junto à mídia. Segundo Pompeia (2021), após à diminuição do crédito na década de 1980, começam a surgir críticas ao *agribusiness* na mídia. O governo cada vez menos apoiava às políticas relacionadas ao incentivo aos CAIs, somando-se a isso, o fato de que os setores distintos dos CAIs acirravam conflitos internamente, principalmente no que tange à distribuição dos créditos governamentais. Para além disso, entidades organizadas de

produtores também faziam suas críticas aos setores e agentes localizados à jusante e à montante, além da cooptação de cooperativas por corporações do *agribusiness*.

Numa breve passagem, Leite e Medeiros (2012) citam David (1997), a fim de compreender a dicotomia existente ao longo do processo de percepção do espaço agrário/rural. Antes dos anos 1960, a dicotomia era estabelecida entre latifúndio e minifúndio; nos anos 1960 observa-se a contradição entre reformas estruturais e políticas de modernização; nos anos 1970 o embate entre a produção com fins para a exportação e a produção de alimentos para consumo interno; e nos anos 1980 a ideia de industrialização da agricultura em oposição àquela que apontava um caráter anticíclico.

No final da década de 1980, houve um acontecimento muito importante para a compreensão do agronegócio nacional, a fundação da União Democrática Ruralista (UDR) em 1985 e da Frente Ampla Ruralista (FPA) em 1986, organizadas durante a Assembleia Nacional Constituinte. Destaca-se que, nesse período, as elites agrárias se organizaram no entorno da defesa da propriedade privada da terra, articuladas através dessas duas entidades. A criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, e do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), motivaram a organização, de caráter conservador e reacionário das elites agrárias. Deve-se ressaltar a presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, importante organização atuante nos movimentos de luta por terra e dignidade de vida no campo. Alentejano destaca, nesse contexto, a

conjuntura da época, marcada, de um lado, pela ofensiva dos movimentos sociais rurais, em especial o MST, recentemente organizado no contexto do final da ditadura militar; do outro, pela forte reação dos latifundiários, organizados na União Democrática Ruralista (UDR), num contexto de forte polarização política que envolvia o debate sobre a reforma agrária na Constituinte de 1988 e a eleição direta para presidente da República em 1989 (2007, p. 108).

Os movimentos sociais do campo sofreram grande derrota, tanto na Constituinte, como nas eleições de 1989 (Alentejano, 2007). Foi a partir destes episódios que o agronegócio brasileiro passou a se organizar no âmbito político institucional. Neste mesmo período, de acordo com Pompeia (2021), especificamente em 1986, foi publicado um texto intitulado “Aspectos do agribusiness no Brasil”, retomando-se, assim, no país, o debate estabelecido com ideia original de Davis e Goldberg (1957), afastando-se, também, o conceito de CAI.

A abordagem de *agribusiness* poderia auxiliar, segundo defendia Ney Bittencourt de Araújo, presidente da Agroceres, na promoção do desenvolvimento mais harmônico do conjunto de relacionamentos tecnológicos, mercadológicos e negociais existentes entre a agricultura e atores industriais. E seria justamente da análise desses contornos que deveria ser criada a estratégia macroeconômica do Estado para o conjunto desses agentes (Pompeia, 2021, p. 122, [grifo nosso]).

É necessário compreender que, a construção do termo agronegócio passa também por uma construção discursiva, com intenções ideológicas e políticas por detrás, visando dentro da consolidação da hegemonia, organizar o espaço a fim de favorecer ao grupo/agente que o declama. Ao longo desse trabalho vamos nos deparar com a análise de discursos. Não iremos adentrar nesta discussão, nesse momento, no entanto faz-se necessário compreender que os discursos, de acordo com Bittencourt, Romano e Castilho, “podem ser emblemáticos e reveladores de algumas das estratégias utilizadas na busca do que seria a formação e consolidação de hegemonia” (2022, p.200).

Isso dito, destaca-se que, na década de 1990, constrói-se um novo discurso que ajudará a corroborar na construção do que conhecemos hoje como agronegócio, o discurso da especialização decorrente dos avanços tecnológicos e de que havia uma complementariedade de interesses no *agribusiness*.

Essa ideia de interdependência foi importante na tarefa de criar fundamentos para melhor administrar conflitos distributivos intersetoriais nas cadeias produtivas. [...] tal idioma de complementariedade seria indispensável para a promoção de convergência política entre as cadeias, ou seja, para esforços de construção institucional que abrangessem as representações dos principais complexos (Pompeia, 2021, p.129).

Essa ressalva é importante para compreendermos que o discurso faz parte também da organização espacial. A construção discursiva dos agentes antecipa as estruturas desejadas. Um outro exemplo, é o distanciamento do termo “latifúndio” e a aproximação das “ideias-chave como eficiência, tecnologia e produtividade” (Pompeia, 2021, p.129).

Na mesma perspectiva discursiva cria-se a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) em 1993, com a intenção, segundo eles, de interligar o setor à questão da segurança alimentar no Brasil e no mundo. Destaca-se que era uma época de efervescência de projetos relacionados ao combate à fome. Em 1992 houve a Conferência Internacional sobre Nutrição realizada pela Food and Agriculture Organization (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com o debate ao acesso ao alimento; no mesmo ano o Partido dos Trabalhadores (PT) anunciou a entrega do plano de luta contra fome ao então presidente Itamar Franco; além da campanha liderada por Betinho (Hebert

José de Souza) para o lançamento da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, no ano de 1993 (Pompeia, 2021). Observamos desde esse ponto de vista, a tentativa discursiva do agronegócio em vincular-se como setor fundamental no combate à fome. Nos dias atuais, o discurso de que o agronegócio brasileiro tem a “missão de alimentar o mundo” permanece.

A ABAG torna-se agente fundamental na representação do setor nacional. A partir de então, passa a ter destaque como um ator público que demanda políticas ao Estado. As reivindicações advindas da entidade miravam em exigir uma melhor eficiência em infraestrutura e em pedir um volume considerável de créditos destinados ao setor. Além disso, estabeleceu diversas propostas oferecidas aos candidatos à presidência da república no ano de 1994, num documento intitulado “Um panorama do agribusiness no Brasil: documento para candidatos à presidência da República”, reivindicando a inserção do setor no planejamento estratégico do país (Pompeia, 2021).

Nesta carta, a educação já é mencionada, porém é relacionada aos “produtores não-patronais e [às] propostas sociais para o campo – com incentivo à universalização da habitação e da educação” (Pompeia, 2021, p. 155). Observa-se, desde então, uma articulação do setor para além dos circuitos produtivos ligados diretamente à sua produção. A ABAG, de acordo com Lamosa, tem uma posição dianteira no “processo de reorganização da classe dominante no Brasil, que resultou na difusão de um tipo novo de organização empresarial que reúne diferentes frações do capital sob uma mesma associação” (2016, p. 16).

Campanhas feitas pela ABAG já objetivavam alcançar a aceitação do setor para demais grupos de brasileiros comuns, através de campanhas publicitárias. “A relevância do papel da ABAG no contexto de reorganização da sociabilidade da classe dominante no Brasil não é justificada apenas pela originalidade, mas também por sua potencialidade” (Lamosa, 2016, p.17).

Destaca-se que, ainda em 1994, criou-se a primeira feira voltada para o agronegócio no Brasil com o apoio da Sociedade Rural Brasileira e da Sociedade Rural do Paraná, nas mediações da cidade de Londrina, com inspiração nas feiras dos Estados Unidos (Pompeia, 2021). Os eventos do agronegócio não são realizados somente para divulgar as inovações tecnológicas do setor e estabelecer negociações comerciais, mas também para promover a cultura e ideologia do agronegócio.

Somente em 1997 é que o termo agronegócio passa a ser utilizado com a grafia que conhecemos atualmente no Brasil. Este fato ocorre devido a uma exigência do então Ministério das Relações Exteriores do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que era avesso aos termos estrangeiros, nomeando um evento que ocorrera de “Seminário Agronegócio de Exportação”⁵ (Pompeia, 2021).

Ainda na década de 1990, no governo FHC, algumas leis e decisões políticas favoreceram o agronegócio. Vimos, a partir de então, a força do setor nas decisões públicas, devido principalmente à articulação realizada a partir da ABAG. Segundo Pompeia, os desdobramentos materiais ocorreram: com a criação da Lei Kandir que “estabeleceu o fim do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em cima de exportações de produtos primários” (2021, p.186); com o aumento do crédito rural; com o Convênio 100, que “reduziu a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais de insumos agropecuários” (2021, p.186); com a desvalorização do real “que contribuiu para aumentar a competitividade externa das cadeias tomadas em conjunto, embora trouxesse complicações para agentes que dependiam diretamente da importação de insumos agropecuários” (2021, p.187) ; e com o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota).

Esses são alguns exemplos iniciais da organização do agronegócio em exigir políticas públicas diretamente relacionadas aos seus interesses. Lembramos que o período era de forte reprimarização da economia, quando setores como o da produção agrícola ganhou destaque e papel importante da porcentagem representativa do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A estruturação da economia brasileira, valorizando as commodities, baseou-se em um comportamento imediatista, traço contundente das elites hegemônicas em diversos períodos da história do país.

Ocorreu reespecialização e remercantilização, pois o Brasil durante os anos 1990 aprofundou ainda mais suas vantagens competitivas estáticas e absolutas históricas nos segmentos padronizados e de processamento contínuo de recursos minerais, florestais, energéticos, agrícolas e pecuários, como a produção de minério de ferro, siderurgia e alumínio (basicamente insumos metálicos semiacabados), petróleo e petroquímica, celulose e papel, alimentos industrializados (grãos, suco de laranja, carnes, etc) e têxteis padronizados etc.

⁵ Pompeia (2021) nos alerta que a grafia apareceu inicialmente no México na década de 1960, como grafia em espanhol, na área de sociologia da Universidad Nacional Autónoma do México, porém era pouco utilizada até a década de 1990, até a adesão do Brasil ao termo. O autor ressalva também que no Brasil o termo apareceu no ano de 1969 em uma publicidade da Coca-Cola chamada “Soja, bom agronegócio” para tentar emplacar a venda do refrigerante de soja criado pela empresa e chamado de “Saci”.

Assim, ocorreu regressão no dinamismo industrial, com o reforço do agronegócio, dos segmentos ancorados na exploração de recursos naturais, extração e beneficiamento de petróleo e outros minerais (Brandão, 2010, p.61).

Um fato importante, que caracteriza o que chamamos de agronegócio, é a sua ligação com a publicidade que, por muitas vezes, é esquecida por diversos analistas do setor e até mesmo desconhecido por muitos, principalmente fora do Brasil. A ligação do agronegócio com a publicidade e a propaganda é incontestável. Enfatiza-se, como um marco importante o início dos anos 2000, com a entrada da Rede Globo e de outras empresas de comunicação na ABAG. Vale ressaltar, de antemão, que o agronegócio constrói sua hegemonia para além da produção econômica, há um projeto nacional, e para isso necessita dos aparelhos de difusão da informação, como a cultura, o jornalismo e a educação.

A força e a organização do agronegócio através da ABAG tornaram-se tão evidentes no país, que o Ministério da Agricultura do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi liderado pelo então presidente da ABAG, Roberto Rodrigues. No entanto, tensões ocorreram no que concerne às disputas entre o agronegócio e a agricultura familiar, como às críticas feitas pelo agronegócio ao governo, pois, segundo eles, havia uma predileção do governo às políticas dos pequenos produtores e às críticas feitas pelos movimentos sociais e pelos produtores familiares, devido à insistência, por parte do governo, pelo incentivo ao modelo do agronegócio. O governo de coalisão, formado a partir das eleições de 2002, demonstrava grandes dificuldades para desenvolver políticas que agradassem as diversas camadas que compunham o meio agrário brasileiro e a composição da chapa presidencial ganhadora.

Leite e Medeiros (2012) afirmam que a dicotomia existente no espaço agrário brasileiro até meados da década de 2010 consistia na oposição do agronegócio à agricultura familiar. Com isso, observamos que desde o primeiro mandato do governo Lula ocorreu uma divergência “da narrativa oficial, movimentos sociais e a parcela socialmente progressista da Igreja Católica, entre outros agentes, passaram, sobretudo a partir de meados da década de 2000, a mobilizar a categoria “agricultura familiar” em oposição direta à categoria “agronegócio”” (Pompeia, 2021, p. 236).

É interessante destacar que, na década de 2000, o debate entre agronegócio e agricultura familiar obtinha representatividade nas disputas discursivas que estavam presentes no Brasil naquela época. No entanto, observamos desde então, dois expoentes nomes que, décadas depois, iriam se organizar em investidas oficiais contra à educação,

passando a promover e desenvolver propostas educacionais voltadas para o agronegócio. Naquela época Xico Graziano e Marcos Fava Neves já demonstravam suas opiniões na defesa do setor e no contorcionismo de explicar o termo “agronegócio”, tendo os dois a necessidade de contestar certos fatos verídicos contidos na compreensão sobre agronegócio, sendo por eles considerado, estigmas.

Pompeia (2021) nos traz o debate estabelecido pelas duas expoentes vozes do agronegócio em defender que o termo nada tinha a ver com o tamanho das propriedades. Naquela época, já percebíamos a tentativa dos dois em construir um alinhamento na compreensão sobre agronegócio, observando-se a necessidade de estabelecer o setor como totalidade absoluta do meio agrário brasileiro, o que anos depois se caracterizaria pelo uso generalizante do termo “agro”.

Xico Graziano [...] enfatizou que o agronegócio não teria nenhuma relação, na acepção original, com o tamanho das propriedades [...] Marcos Fava Neves [...] escreveu sobre o incômodo com “a ignorância em relação ao conceito de agronegócio. [...] Agricultura integrada com o comércio, com a indústria, com os serviços, com a pesquisa, com os insumos e com os produtores. Na definição, não existe a palavra “tamanho”. É preciso entender que agronegócio não significa algo grande, e sim algo “integrado””. (Pompeia, 2021, p. 238).

Dessa forma, começamos a desenhar e compreender um pouco sobre o que representa e o que chamamos de agronegócio brasileiro. Há uma construção intelectual do setor a fim de defender seus interesses. “Os intelectuais são sujeitos importantes na interação entre sociedade civil e a sociedade política, ambos espaços de consenso e de conflito” (Lamosa, p.20, 2016). Nesse contexto é importante compreendermos a construção da noção de agronegócio, principalmente a estabelecida pelos intelectuais do setor, sendo importante considerar que

as realizações atuais, oriundas de ações hegemônicas, têm como base construções intelectuais fabricadas antes mesmo da fabricação das coisas e das decisões de agir. A intelectualização da vida social, recentemente alcançada, vem acompanhada de uma forte ideologização (Santos, 2000, p. 159).

O que para nós, muitas vezes torna-se naturalizado, é o fato de não compreendemos que, por trás de certas visões de mundo, há uma construção ideológica e intelectualizada que são difundidas através dos meios de comunicação. Observamos assim, “o exercício de poder pelos meios de comunicação de massa sob dois aspectos principais: o econômico e o ideológico” (Chauí, 2019, p. 17).

Pompeia nos revela a relação do setor com o trabalho análogo à escravidão e as justificativas, vindas do agronegócio, de que são apenas casos isolados. “Diante do

aumento das críticas a violações de direitos humanos em parte da agropecuária patronal, alguns líderes do campo defenderam que casos de trabalho escravo nas fazendas seriam episódicos” (2021, p.245). O autor nos revela as justificativas do agronegócio no princípio dos anos 2000, uma vez que, como “não poderiam generalizar casos que eram exceção” ou que “casos do tipo seriam isolados”. A construção ideológica de se criar um agronegócio desvinculado da superexploração do trabalho e do trabalho análogo à escravidão se faz presente, a partir do momento em que as estratégias do setor têm como foco outros grupos sociais da população brasileira.

Observamos o caráter expansionista do agronegócio brasileiro e sua oposição marcada com os projetos de preservação ambiental. A expansão da fronteira agrícola, impulsionada pelo desejo de novas terras para exportação de commodities, afetou áreas de floresta, e colocou em evidência a destruição dos biomas brasileiros em detrimento da pujança econômica criada pelo setor. O movimento da fronteira demonstra que o agronegócio está no rastro do desmatamento. Como colocado por Bernardes,

A pecuária bovina frequentemente é responsável pela inauguração de fronteiras: num primeiro momento ocorre a extração de madeira, em seguida vem o desmatamento e, após este, e por vezes, queimadas, é realizado o plantio de pastagens. O ônus ambiental decorrente desse processo de expansão é muito elevado e se expressa na deterioração do meio físico-biótico em função do elevado nível de desmatamento e na ruptura étnico-cultural, resultando na perda de identidade por parte de segmentos nativos longamente adaptados aos ecossistemas ali dominantes (Bernardes, 2021, online).

Assim, “as fronteiras agrárias do capital avançam em espaços que correspondem a outras lógicas de organização. A chegada dos agentes capitalistas perpassa pela lógica de acumulação e reprodução do capital” (Monteiro, 2022, p.74-75). Os debates ambientais, não giram somente em torno da questão do desmatamento, mas também no que diz respeito, por exemplo, às queimadas e à poluição advindas do uso incessante de venenos que visam aumentar o rendimento da produção.

Cria-se então a necessidade de alinhar o agronegócio a um discurso ambientalmente aceito. O discurso da sustentabilidade aparece com grande evidência a partir do ano de 2008 com o evento organizado pela ABAG sobre “Agronegócio e sustentabilidade”.

Liderada por indústrias, muitas das quais sob pressão no mercado internacional, a entidade passou, ao mesmo tempo, a atribuir maior ênfase a medidas como a certificação e o pagamento por serviços ambientais: “O agronegócio desperta para a sustentabilidade: o equilíbrio entre as vertentes econômica, social e ambiental [...] Essa tendência ganha força geral e faz parte

dos anseios da civilização moderna. [...] A estratégia é buscar alternativas para implantar um modelo de remuneração adequado para os serviços ambientais. (Associação Brasileira do Agronegócio, 2018)". (Pompeia, 2021, p. 256-257).

No ano seguinte, de acordo com Pompeia (2021), a ABAG substitui a conjunção “e” pelo verbo “é”, tornando assim “Agronegócio é sustentabilidade”, dando firmeza afirmativa. Muda de uma relação complementar, para a ligação entre o sujeito “agronegócio” e sua característica “sustentável”. Magias da língua portuguesa, onde um simples acento agudo atribui uma maior assertividade e marca a permanência de uma característica. O verbo “é” enfatiza a estratégia funcional do setor, caracterizando-se assim, de acordo com as demandas do mercado internacional.

Observamos que a estruturação do agronegócio no Brasil perpassa pelas estratégias do setor para além dos espaços produtivos, estando também nos campos culturais e políticos. Assim, em 2010 o agronegócio traça um plano estratégico de Estado. Junto com a FIESP, a ABAG desenvolveu um documento que “pleiteava que o agronegócio fosse tratado como estratégia de Estado, não sujeito a variações de governo” (Pompeia, 2021, p. 270). Neste documento, existiam propostas, dentre elas, decisões diretas de estruturação do governo, como a unificação do Ministério da Agricultura, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, podendo ser observado, mais uma vez, o incômodo do setor com as políticas voltadas para os pequenos produtores⁶. A intenção era introduzir os pequenos produtores nas intenções planejadas pelo agronegócio.

Também aparecia, pela primeira vez, em um documento oficial, segundo Pompeia (2021), a contestação sobre o processo de demarcação de Terras Indígenas e de Territórios Quilombolas, além da defesa da alteração do Código Florestal e uma modificação da legislação trabalhista para o trabalhador do setor rural. “Ficava patente que parte relevante dos agentes dominantes do campo do agronegócio decidira resolver os conflitos ambientais, trabalhistas, indígenas, quilombolas e agrários subtraindo direitos e diminuindo dispositivos de conservação ambiental” (Pompeia, 2021, p. 273).

É a partir deste momento que há a demonstração, com maior evidência, no que se refere à oposição do agronegócio com outros grupos para além da agricultura familiar. Notabiliza-se, assim, diversos contrapontos que ameaçam a expansão do setor/capital e

⁶ Tal objetivo só foi concretizado após o golpe de 2016, tendo nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro somente um ministério que envolvesse às questões agrárias de acordo com os desejos e os comandos do setor. Destaca-se o papel fundamental, não somente do agronegócio, mas principalmente da FIESP como incentivadora durante o processo de golpe, financiando e estimulando atos que tinham a intenção de derrubar a presidenta, democraticamente eleita, Dilma Rousseff. Momento este, ilustrado, com o famoso pato gigante amarelo que era inflado em frente ao prédio da FIESP.

que embarreiram a sua expansão econômica e cultural, sendo parte dessa disputa os povos e as terras indígenas, quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses, caiçaras, quebradeiras de coco, seringueiros, pescadores, castanheiros, geraizeiros, piaçabeiros, peconheiros, populações de fundo e fecho de pasto, retireiros e demais populações tradicionais, além da oposição da questão ambiental, principalmente no que diz à respeito à manutenção e preservação do meio ambiente e às formas de produção, que divergem da sua lógica, como a agroecologia, as agroflorestas e, claro, os pequenos produtores, os produtores familiares e os assentados e acampados da Reforma Agrária (Monteiro, 2017).

A inserção do agronegócio na política institucional passa a ser estratégia do setor. A chamada Bancada Ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária, ao ser organizada, passa a se articular com outros grupos que não, necessariamente, têm conexão com a agropecuária: “há um entrelaçamento entre vários campos, instâncias, estruturas e atores que realimenta pleitos e interesses os mais diferenciados” (Bruno; Lacerda; Carneiro, 2012, p.528).

A FPA organiza a agenda legislativa dos parlamentares que compõem a bancada e “orienta” os deputados e senadores, através de notas diárias, a tomarem decisões favoráveis ou contrárias aos interesses da frente. Encaminham aos parlamentares como devem agir em cada caso proposto colocado em votação, envolvendo os mais variados temas. A partir dessa organização, eles se articulam com os demais deputados não inseridos na FPA, estabelecendo troca de favores, criando assim uma “rede de sociabilidade política” (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012: 528). A partir da FPA nacional foram criadas Frentes Parlamentares da Agropecuária nos estados, através dos deputados estaduais, e até mesmo nos municípios, com os vereadores. Além da intermediação nas tomadas de decisões no parlamento, a FPA promove eventos com a finalidade de divulgar os resultados do agronegócio e intermedia a ligação do agronegócio brasileiro com instituições internacionais (Monteiro, 2017, p.135).

Vale a pena destacar a presença determinante da FPA na votação do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, sendo que 82,9% dos deputados da bancada votaram a favor (Pompeia, 2021). Em sua nota à imprensa, a ABAG expressou que “o Brasil venceu uma etapa importante de sua trajetória e dá um grande passo na direção de solucionar a mais séria crise política, econômica e moral de sua história”(Associação Brasileira do Agronegócio, 2016; nota à imprensa).

Após o golpe de 2016, os desejos estruturais do setor estavam mais alinhados com a ideologia que governara o país. Neste período, nota-se a crescente força e articulação do grupo chamado Instituto Pensar Agropecuária (IPA), sendo composto por diversas

entidades representativas do agronegócio, passando a ter um papel fundamental como ator intelectual do setor no Brasil.

É a partir de 2016 que observamos um intenso alinhamento dos interesses do agronegócio brasileiro com os projetos voltados para o setor. O governo de Michel Temer não somente se articulava para agradar os anseios econômicos do agronegócio, mas também ideológicos. Nesse contexto surge a campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, um projeto da Rede Globo de televisão para promover a atividade do agronegócio para todo o país, “com o intuito de propagar o discurso do agronegócio em diferentes espaços da programação da emissora e suas afiliadas e, automaticamente, levá-lo para novos espaços do cotidiano do público, que surge a campanha” (Bittencourt; Romano; Castilho, 2022, p. 197).

A cada análise do momento histórico percebemos que os objetivos do agronegócio ultrapassam as atividades da produção agropecuária. Há por detrás uma estratégia ideológica para o Brasil. Observamos o auge da atuação do setor nos anos do Governo Jair Bolsonaro quando,

encontrou terreno mais fértil do que nunca para se expandir. Não aponto somente para a articulação do executivo com a bancada ruralista, mas, principalmente, no fortalecimento de uma psicofera que passa a ser cada vez mais legitimada. O agronegócio não é somente o modo de produzir, o agronegócio está no modo de pensar (Monteiro, 2022, p.17).

O agronegócio brasileiro desenvolve particularidades no decorrer dos períodos. Quando comparamos com a ideia de *agribusiness* desenvolvida pelos estadunidenses na década de 1950, observamos que muitas características atuais extrapolam as intenções iniciais. Acrescenta-se que, ao passar dos anos, cada vez mais os traços históricos da formação desigual da sociedade brasileira evidenciam-se nas demandas e nas ações do setor. Os privilégios de classe são expostos com maior clareza e o objetivo do setor revela os desejos internalizados de um projeto de país que privilegia a classe dominante rural brasileira.

Vale ressaltar que além da questão ideológica, o agronegócio brasileiro possui um outro eixo em comum: a base fundiária. A concentração de terra e a grande propriedade são elementos fundamentais e centrais na definição do setor no Brasil. O controle do monopólio das terras, articulado com a grande propriedade e com o grande capital, respaldado pelos incentivos e proteções advindas do Estado. Tal constituição do setor, teve seu fortalecimento no período da ditadura militar.

(...) o atual modelo de desenvolvimento rural do país, fundado na promoção do agronegócio e na proteção das grandes propriedades de terras, foi desenvolvido e financiado pelo regime militar. Desde então, a inércia conservadora do Estado se manteve sem grandes alterações, apesar da democratização do regime político, das leis favoráveis à reforma agrária e da expressiva demanda popular por terra (Carter, 2010, p. 514).

Almeida (2010) acrescenta que existe no Brasil as chamadas “agroestratégias”, que são demandas advindas da escala internacional do mercado, que se manifestam nas escalas locais. Assim, essas agroestratégias compreendem-se como “um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras”. Compreendem também “um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas” (2010, p. 102).

Leva-se em consideração que o agronegócio não é totalmente uno, há tensões internas no que diz respeito, principalmente, às tomadas de decisões nas pautas política que envolvem o Congresso Nacional. Pompeia (2023) revela o conflito interno que há no setor quando se trata da questão ambiental. O autor aponta, neste caso, cinco correntes de posicionamento no agronegócio, intituladas por ele como “negacionista”, “conservadora”, “volúvel”, “descarbonizadora” e “europeia”. No entanto, Pompeia revela “que a crescente heterogeneidade entre correntes do agronegócio não implicou rompimentos significativos entre elas nos principais espaços de decisão política do agronegócio no Brasil” (2023, s.p), demonstrando que a combinação de interesses supera as divergências internas em algumas pastas.

A intenção desse debate inicial era expor a construção do que estamos compreendendo como agronegócio. Um setor inicialmente pautado na economia brasileira com um mero caráter produtivista, mas que revela, através de suas ações e estratégias um caráter articulador de concentração do capital, de monopolização de terras, de expropriação dos recursos naturais e da exploração do trabalho no país. Para isso, o setor se articula através do discurso, produzindo e disseminando ideologias que garantem aceitação de suas ações por parte da sociedade brasileira.

O agronegócio no Brasil procura se estruturar como um projeto nacional para além do meio rural, objetivando alcançar a aceitação desse modelo de exploração do capital por toda a sociedade brasileira. O setor almeja criar subsídios que influenciem a adesão a

suas práticas por parte da população residente nas áreas urbanas. Para isso, as ações estabelecidas por esses agentes hegemônicos são mobilizadas por intelectuais que objetivam criar modelos de expansão ideológica de um modo de vida para todo Brasil que seja desejável e lucrativo para agronegócio.

2.2 - A hegemonia do “AgroQuíron”: do mito do centauro ao pop da Globo

O agronegócio brasileiro utiliza diversas estratégias para edificar uma harmonia de ideias perante a sociedade brasileira. A intenção é que haja uma consolidação de suas práticas, objetivando um consenso nacional. Considera-se, de antemão, que existe um projeto do campo que busca construir hegemonia para além da supremacia de um modelo produtor agrário, mas com projeções ideológicas para todo o país. Torna-se necessário compreendermos como ocorre a hegemonia do setor do agronegócio no Brasil. Para isso, o embasamento teórico-conceitual de hegemonia contribui para o aprofundamento das análises que tangenciam as práticas políticas do setor no Brasil.

O conceito de hegemonia vem sendo amplamente debatido na literatura. Nesta parte do trabalho não temos o objetivo de fazer um debate alongado sobre hegemonia, mas tentar relacionar o conceito em virtude das práticas do agronegócio brasileiro. Três importantes autores foram utilizados nessa parte da tese, para embasar teoricamente as análises: Lênin (1978; 2019), Gramsci (2004; 2017) e Williams (1977). É importante destacar a grande importância dos marxistas à luz desse conceito, tornando as suas contribuições para além dos pensamentos que envolvem as análises do método material-histórico-dialético. Esse debate integra amplamente as discussões do pensamento político universal.

O conceito de hegemonia surge no marxismo através de Lênin, para indicar a direção política da classe operária no I Congresso Mundial da Internacional Comunista, apontando os rumos necessários para que o partido dos proletariados se direcionasse na luta contra o czarismo. Assim, Lênin publica o artigo “A democracia operária e a democracia burguesa”, com o intuito de questionar o posicionamento dos mencheviques, que na época eram considerados uma corrente da pequena burguesia que combatiam o czarismo, junto com o movimento operário.

Todo liberalismo serve para que a social-democracia o apoie na mesma exata medida em que ele, na prática, avança na luta contra a autocracia. É justamente nesse apoio de todos os democratas inconsequentes (ou seja, burgueses) ao único democrata consequente até o fim, ou seja, o proletariado, que se efetiva a hegemonia. Apenas a concepção pequeno-burguesa, mercantilista, de

hegemonia vê sua essência no acordo de reconhecimento mútuo e nas condições verbais. Do ponto de vista proletário, a hegemonia na guerra pertence àquele que luta com mais energia, que se vale de qualquer ocasião para desferir golpes no inimigo, alguém cujas palavras não diferem da prática, que é, por isso, o líder ideológico da democracia, que critica cada indecisão (2019, p.164-165).

Lênin defendia que qualquer apoio ao partido operário seria bem-vindo, quando esse se somava à luta contra o regime dos czares. Os mencheviques desejavam acordar somente com os liberais mais progressistas. Lênin buscava ali criar uma hegemonia na comunhão dos burgueses com os proletariados. A junção dos dois grupos visava um objetivo maior, mas Lênin ressaltava que a hegemonia fosse construída a partir das propostas do proletariado. A ideologia, para ele, devia ser imposta sob a liderança dessa classe, sendo assim aceitava todo tipo de apoio, destacava em sua defesa que a hegemonia não seria construída nos moldes “pequeno-burguês-mercantilista” dos mencheviques.

Lênin traçava, então, a importância da luta ideológica para se criar a hegemonia. Destaca-se, assim, o projeto ideológico de construção intelectual que adentrava a estratégia revolucionária estabelecida por Lênin, referindo-se à ““massa espontânea” dos trabalhadores e à necessidade de transformar os militantes e o proletariado em intelectuais de sua classe” (Mazzeo, 2015, p.52). Assim, ao formar a classe do proletariado, criaria um campo hegemônico fortalecido, “não somente político, mas fundamentalmente teórico-cosmológico” (Mazzeo, 2015, p.53).

Lênin propõe a necessidade de uma luta política das ideias. Dessa maneira, no que tange ao debate ideológico, destaca que as ideologias das classes dominantes adentravam com mais eficiência as bases da sociedade, “pela simples razão de que, cronologicamente, a ideologia burguesa é muito mais antiga que a ideologia socialista, está completamente elaborada e possui meios de difusão infinitamente maiores” (Lenin, 1978, p. 33).

Isto posto, é através dessa difusão infinitamente maior que atua o agronegócio no Brasil. A obra de Ana Manuela Chã (2018) nos revela a importância de compreender a construção e o fortalecimento da hegemonia do agronegócio através da publicidade e da propaganda de grande alcance. A autora busca compreender como as organizações e as empresas do agronegócio utilizam-se do marketing cultural como parte do processo de expansão do setor.

No Brasil observamos, cada vez com maior pujança, a atuação do agronegócio no campo simbólico. O que antes era identificado somente como um agente econômico,

passou a ser considerado também como um agente político, em suas atuações organizadas na política institucionalizada do país.

Além disso, os movimentos sociais e demais grupos críticos à expansão do modelo do agronegócio no Brasil, passaram a acrescentar mais um elemento considerável para compreender o setor, a atuação no campo ideológico nacional.

A realidade, porém, com a crescente aposta do setor na ampliação de sua atuação para aparelhos privados de hegemonia, como escolas e o *marketing* cultural, tem mostrado que o processo de expansão do agronegócio, que ameaça a agricultura camponesa e as comunidades tradicionais, implica também uma territorialização da indústria cultural no meio rural que passa a ocupar um espaço central na vida dessas populações, cumprindo muitas vezes um importante papel de desmobilização e perda de identidade com a vida no campo. (Chã, 2018, p. 18-19).

É importante acrescentar à análise precisa de Chã que, para além da territorialidade no meio rural, o agronegócio busca atingir também as populações urbanas, através das diversas publicidades, das propagandas e da cooptação em diversas áreas. O setor foca em todo o território nacional, construindo um escopo para além de sua parte agrícola-industrial. Recupera-se, assim, a contribuição de Lênin (1978), sobre a potência dos meios de difusão da classe dominante serem infinitamente maiores e com mais recursos do que as demais.

Segundo Lênin (1978), as ideias da classe dominante são mais antigas. Portanto, ao analisarmos o Brasil, se faz importante levar em consideração a construção do país de acordo com as elites agrárias desde o princípio do século XVI. Destaca-se que, mesmo com inúmeras transformações existentes na sociedade brasileira, diversos *modus operandi* deste princípio se perpetuam até hoje. A estrutura agrária brasileira, embora com novos agentes que formam as redes de poder - como empresas, *tradings* etc - permanece com um enorme caráter de concentração no que diz respeito ao uso e posse das terras agricultáveis e de violação dos direitos sociais e ambientais.

Lembramos, então, que uma importante base ideológica do que concebemos hoje como estrutural no meio rural brasileiro, surgiu com a implantação do modelo denominado “Revolução Verde”. Esse modelo tinha como propaganda central, resolver a questão da fome, porém despolitizando o debate social e vendendo como solução pacotes técnicos. “O pacote de transformações tecnológico-científicas viria, desde logo, acompanhado de uma clara estratégia de comunicação e convencimento sobre a sua eficácia e inevitabilidade na resolução do problema da fome” (Chã, 2018, p.24). Observamos, então, uma difusão de valores do sistema dominante em uma escala global.

A implementação mundial dos ideários da Revolução Verde, ocorreu concomitantemente no contexto brasileiro do golpe de 1964, em que militares assumiram o poder, depondo o então presidente João Goulart. Foi sob o período da ditadura civil-empresarial-militar brasileira que se concretizou de fato, a chamada modernização no campo brasileiro.

Chã estabelece essa modernização do tempo ditatorial como precursora da hegemonia do agronegócio que temos hoje no Brasil. De acordo com a autora, foi esse período que “deu origem ao processo de territorialização do grande capital, como o aumento da concentração da propriedade”, além da intensificação da “desigualdade no campo” e da “migração dos camponeses em busca de terra e, mais ainda, de êxodo rural rumo às cidades” (2018, p.27).

É importante destacar que esse processo de modernização do campo brasileiro ficou conhecido como “modernização conservadora” “porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (Guimarães, 1977, p.3).

Para ilustrar a força da difusão de informações da classe dominante, Chã (2018) ressalta o fortalecimento dos sistemas de comunicação na época da Revolução Verde, concomitante com o regime ditatorial no Brasil e com a criação, em 1965, da Rede Globo de Televisão. A Rede Globo, constituiu-se após alguns anos, como importante agente propagador e criador das ideologias do agronegócio.

Esse resgate é importante para compreendermos o processo da estruturação hegemônica do agronegócio brasileiro. Para continuarmos, é necessário trazermos o debate do conceito de hegemonia elaborado por Gramsci (2004; 2017), na medida em que o autor nos traz uma contribuição extremamente necessária para o desenvolvimento desta tese. Sua visão materialista renovada sobre o conceito coloca em evidência campos da sociedade que tratam não somente das relações econômicas, mas também das políticas, ideológicas e culturais.

Diferentemente de Lênin, o período histórico vivido por Gramsci possibilitou que sua análise partisse do pressuposto conservador das burguesias. Após a queda dos regimes absolutistas, a burguesia derrotada, junto com o proletariado, diversos regimes monárquicos/czaristas. No entanto, durante a Comuna de Paris, em 1870, a classe

burguesa revelou as suas estratégias repressoras e dominantes. Este acontecimento tornou-se um marco histórico para compreendermos o seu carácter conservador.

Destaca-se que, desde o período conhecido como Primavera dos Povos, que marcou a queda do Antigo Regime na Europa, até a Comuna de Paris, havia o que Gramsci nomeava de Revolução Permanente. Isso porque era um período de transição de sistemas organizativos da sociedade, “no período posterior a 1870; com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”” (Gramsci, 2017, p.23). A partir de então, formas mais estáveis de dominação e de poder passam a ser instituídas, renovando o escopo político. Dessa forma, o Estado passa a controlar os propósitos políticos e econômicos da sociedade, de acordo com as normas e ordenamentos das classes dominantes.

Portanto, segundo Gramsci (2017), a burguesia, ao passar a exercer o poder do Estado, passou a dominar hegemonicamente, não somente as instituições da ação política, mas aquelas que produzem e reproduzem os valores sociais e a ideologia. Assim, se dispõe o exercício do poder político, focando não somente o Estado, mas também as instâncias jurídicas, intelectuais e morais.

Gramsci (2017) contribui para a discussão que se baseia no dualismo do materialismo histórico, entre infraestrutura e superestrutura. O autor vai além da compreensão em que a infraestrutura é a base da superestrutura. Para ele a superestrutura está no Estado e na sociedade civil, para além das relações econômicas, trazendo para o debate as relações políticas, ideológicas e culturais.

Assim, a relação entre estrutura econômica e fenômenos superestruturais não se dá de forma retilínea e direta, como se a primeira determinasse imediatamente o desenrolar da segunda, mas de forma orgânica, ou seja, em uma configuração onde todos os elementos, seres humanos, condições materiais de existência, produção econômica, classes, política, cultura, entre outros, se relacionam entre si, configurando uma totalidade social constituída em torno de contradições ontológicas (Arantes; Pereira, 2014, p. 51).

Logo, a contribuição de Gramsci enriquece a nossa compreensão no que tange à superestrutura, composta pelo Estado/sociedade política e pela sociedade civil, correspondendo assim, às dimensões da hegemonia “coerção e consenso” e “dominação e direção”. É fundamental compreendermos a hegemonia através da análise do Estado estabelecido por Gramsci, por meio

1) do consenso “espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nas quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2004, p. 21).

A relação entre agronegócio e Estado é fundamental para compreendermos a hegemonia do setor e as estratégias traçadas por eles. O Estado “legítima, financia e perpetua os ideais do agronegócio calcado no discurso econômico, “desenvolvimentista” e produtivista” (Monteiro, 2017, p.117). O discurso torna-se, assim, instrumento fundamental na atuação do Estado para reforçar o poder simbólico das intenções do agronegócio. Esse poder simbólico é capaz de

construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (Bourdieu, 1989, p.14).

Para além do Estado, observamos também a atuação das empresas. Chã, nos revela a construção da hegemonia do agronegócio através do campo simbólico em propagandas de TV. A autora expõe, através de documentos pesquisados da empresa Bunge, a análise que aponta a “preocupação da empresa sobre como criar identificação dos consumidores com os novos produtos e marcas que estavam lançando” (2018, p. 33). O foco da publicidade era no público urbano, mas que num passado recente vivenciara a experiência do êxodo rural.

Portanto, a nostalgia era uma aposta na construção simbólica, que atravessava desde as propagandas de margarinas com família felizes em cenários rurais, até a criação de programas reconhecidamente com um foco mais rural, como o Globo Rural e o Som Brasil, com Rolando Boldrim. Neste mesmo momento (anos 1980 e início dos anos 1990), ocorria também a assunção das duplas sertanejas e das novelas como Pantanal, que alimentavam a nostalgia de uma vida passada. Assim, revela-se a “habilidade da empresa em fazer com que toda essa história apareça ao leitor como algo natural e sem contradições e não como algo construído intencionalmente” (Chã, 2018, p.34). É através

de estratégias como essa que os agentes do agronegócio constroem o poder simbólico e sua hegemonia.

O campo, onde antes o trabalho da roça era pesado para a maioria, estava agora, em grande medida, ocupado por gigantescos monocultivos e poderosas máquinas. Mas no imaginário de quem vivia na cidade, começava a se transformar apenas em uma imagem de vida idílica, em harmonia com a natureza, ao som das modas de viola do Boldrin, para onde se sonhava voltar um dia e descansar numa casa de campo – tantas vezes estampada nos produtos do supermercado –, mas não para “ganhar a vida” (Chã, 2018, p.35).

Para uma classe se estabelecer como hegemônica, não vale somente comandar seus aliados ou ser detentora do poder estatal. É importante compreender que a hegemonia mobiliza “eixos de consensualidade — não necessariamente unânimes, mas amplamente majoritários — capazes de galvanizar o conjunto da sociedade, por meio da imposição de significados e estilos de vida por parte do grupo social dominante” (Azevedo, 2019, online).

No Brasil, o agronegócio se constitui ideologicamente como fábula⁷. Há uma fabricação massiva de uma ideia de um agronegócio fantasioso, embasado principalmente na tentativa de criar consenso em toda a sociedade brasileira. É nesse sentido que consideramos aqui o setor como hegemônico. Mesmo não sendo unânime, há tentativas de construção de eixos de consensualidade do agronegócio brasileiro, por meio de significados e estilos de vida.

O grande discurso proferido pelo setor é calcado na economia. Vende-se um agronegócio dinâmico, moderno e extremamente responsável pela economia brasileira em geral. Observa-se, também, que a hegemonia do agronegócio perpassa por um pacto de poder que o estrutura; relacionamos isto ao que Maquiavel (2019) indica ser o centauro Quíron. Este mito, revivido por Maquiavel (2019), para indicar as formas como os príncipes deviam atuar perante sua sociedade, foi utilizado também por Gramsci (2017) para compreender a natureza dual da política e, assim, compreender a natureza dual da hegemonia em “coerção e consenso” e “violência e ideias”.

O mito do centauro Quíron ilustra com muita perspicácia a atuação do agronegócio brasileiro. Fazemos aqui a analogia do setor ao príncipe maquiavélico, para compreendemos a duplicidade da estrutura de poder.

⁷ Aqui, faço uma analogia à obra de Milton Santos (2000), “Por uma outra Globalização”, remetendo à máquina ideológica que sustenta o agronegócio. Dialogaremos tal debate proposto por Santos com a temática da ideologias confabuladas da globalização no capítulo 5.

Saiba-se que existem dois modos de combater: um com as leis, outro com a força. O primeiro é próprio do homem, o segundo dos animais. Não sendo, porém, muitas vezes suficiente o primeiro, convém recorrer ao segundo. Por conseguinte, a um príncipe é mister saber comportar-se como homem e como animal. Isto ensinaram veladamente os autores da Antiguidade, ao escreverem que Aquiles e muitos outros príncipes daquela era foram confiados ao centauro Quíron para que os educasse e criasse. Esta parábola não significa senão que é necessário ter-se por preceptor um ser meio homem e meio animal; ou, por outras palavras, que a um príncipe incumbe saber usar dessas duas naturezas, nenhuma das quais subsiste sem a outra (Machiavelli, 2019, p.104-105).

O processo de construção hegemônica do agronegócio perpassa pela estruturação de poder descrita por Maquiavel. A metade humana do agronegócio estabelece discursos que justificam sua outra metade animal. Por exemplo, o “agronegócio, a cada ano que passa, tenta desassociar sua imagem dos índices que o conectam com os elementos do atraso, ainda presente na estrutura fundiária brasileira” (Monteiro, 2022, p.79). Há na compreensão da noção e da práxis do agronegócio, elementos arcaicos presentes.

A racionalidade “humana” do centauro do agronegócio nos indica a cada safra, os saltos de enormes capacidades de produção. No entanto, a grande contradição está na agricultura ultramoderna, tecnificada, cientificizada, informatizada, ao mesmo tempo em que parte da população brasileira passa fome⁸. Inclusive todo o desenvolvimento tecnológico agrícola no Brasil ocorreu concomitante a elementos arcaicos nas produções agrícolas do passado, como o trabalho-escravo e a espoliação de terras. Este retrato, é possível de ser visualizado quando miramos nosso olhar para a expansão da fronteira agrícola brasileira.

Assim como Maquiavel, Gramsci nos indica o fundamento dual na ação política e na vida estatal. Como o centauro Quíron citado por Maquiavel, Gramsci nos diz

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc (Gramsci, 2017, p. 33-34).

Assim a hegemonia, de acordo com Gramsci, corresponde na dualidade entre coerção e consenso, violência e ideias. Gramsci “quando fala de hegemonia, refere-se por

⁸ De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), no final de 2020, cerca de 19 milhões de brasileiros passaram fome, sendo que 55,2% dos domicílios no país enfrentaram algum grau de insegurança alimentar, aproximadamente 116,8 milhões de pessoas.

vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e dominação” (Gruppi, 1978, p.11). Dessa forma, Gruppi (1978) nos aponta a necessidade da unidade de teoria e ação para a construção possível de uma hegemonia. Gramsci avança no debate do conceito iniciado por Lênin, para além da direção política, mas indicando também um comando moral, cultural e ideológico.

Delgado (2013) historiciza em dois períodos para compreender as recentes relações do poder agrário com o Estado, a fase da Modernização Conservadora (entre 1965 e 1985) e a Economia do Agronegócio (a partir de 2000). O autor aponta que, apesar das similitudes e diferenças entre os períodos da “Modernização Conservadora” com a “Economia do Agronegócio”, “nos dois processos persegue-se lucro e renda fundiária propiciados pelas “vantagens comparativas naturais”, que se tornam atrativos explorar” (2013, p. 63).

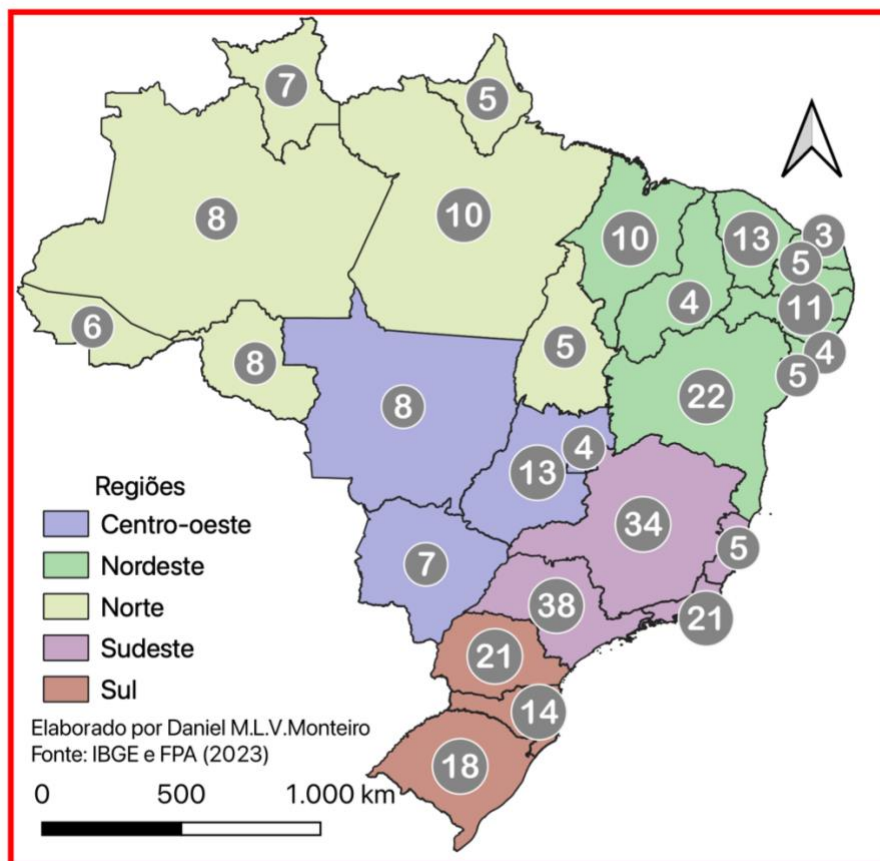
No entanto, Delgado aponta a diferença do arranjo político, destacando que no período atual, “Economia do Agronegócio”, a hegemonia vai além da estratégia puramente econômica. “A esse projeto, fortemente assentado na captura e super exploração das vantagens comparativas naturais ou de sua outra face da moeda – a renda fundiária, organiza-se vários aparatos ideológicos, ausentes na “modernização conservadora”” (2013, p. 64).

Delgado levanta seis pontos importantes para que possamos compreender o processo hegemônico atual do agronegócio. Inicialmente, o autor aponta a existência de “uma bancada ruralista ativa, com ousadia para construir leis casuísticas e desconstruir regras constitucionais” (2013, p.64). Ademais, destaca-se que a bancada ruralista ou FPA estrutura a agenda legislativa dos parlamentares que a compõem, além de orientá-los “através de notas diárias, a tomarem decisões favoráveis ou contrárias aos interesses da frente. Encaminham aos parlamentares como devem agir em cada caso proposto colocado em votação, envolvendo os mais variados temas” (Monteiro, 2017, p.137).

A bancada ruralista, atualmente está presente em todas as unidades da federação (UFs). A teia de atuação do setor, através da política institucionalizada, se espalha por todo território nacional. De acordo com o site da FPA, a Frente totaliza 375 parlamentares, sendo 324 deputados federais e 50 senadores⁹. No mapa 01 observa-se a quantidade absoluta de deputados federais da FPA de cada unidade da federação.

⁹ Fonte: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/> - Atualização do dia 25 de julho de 2023, às 12h47.

Mapa 01
Distribuição dos deputados federais pertencentes à Frente Parlamentar da Agropecuária (2023)



Destaca-se que 21 das 27 UFs possuem metade ou mais da metade de seus parlamentares compondo a FPA. Até mesmo UFs que não possuem produção representativa econômica do agronegócio possuem parlamentares da FPA, demonstrando um espraiamento da bancada por todo território nacional. Amazonas, Mato Grosso e Rondônia têm a totalidade de seus deputados pertencentes à bancada. Ressalva-se que são 3 estados pertencentes à Amazônia Legal, resumindo, esses dados, a intenção e preposição da composição atual do congresso brasileiro (Tabela 01). No que diz respeito aos senadores, todas as UFs têm seus representantes na bancada ruralista, com exceção de Amapá e Amazonas.

Tabela 01
Relação entre deputados federais pertencentes à Frente Parlamentar da Agropecuária (2023)

Unidade da Federação	Deputados da FPA	Total de deputados	%
Amazonas	8	8	100,0
Mato Grosso	8	8	100,0
Rondônia	8	8	100,0
Mato Grosso do Sul	7	8	87,5
Roraima	7	8	87,5
Santa Catarina	14	16	87,5
Tocantins	7	8	87,5
Goiás	13	17	76,5
Acre	6	8	75,0
Paraná	21	30	70,0
Minas Gerais	34	53	64,2
Amapá	5	8	62,5
Sergipe	5	8	62,5
Ceará	13	22	59,1
Pará	10	17	58,8
Rio Grande do Sul	18	31	58,1
Bahia	22	39	56,4
Maranhão	10	18	55,6
São Paulo	38	70	54,3
Distrito Federal	4	8	50,0
Espírito Santo	5	10	50,0
Rio de Janeiro	21	46	45,7
Alagoas	4	9	44,4
Pernambuco	11	25	44,0
Paraíba	5	12	41,7
Piauí	4	10	40,0
Rio Grande do Norte	3	8	37,5

Fonte: Frente Parlamentar da Agropecuária (julho de 2023)

O segundo ponto importante destacado por Delgado para compreendermos o aparato ideológico do agronegócio tem a ver com “uma Associação de Agrobusiness, ativa para mover os aparatos de propaganda para ideologizar o agronegócio na percepção popular” (2013, p.64). A forte presença das organizações do agronegócio, principalmente atuando na educação brasileira, revelam os aparatos de propaganda do setor, observando-se a atuação direta da CNA e ABAG, por exemplo. “Essas organizações têm um papel fundamental na construção e reprodução da hegemonia do setor, a partir da defesa de seus interesses” (Cordeiro, 2022, p.185).

É importante destacar que essas associações representam os interesses dos produtores, dos sindicatos patronais e de empresas do setor, seus objetivos vão além do

estreitamento econômico das relações e dos laços em comum. Um bom exemplo, seria o trabalho realizado por Pompeia, revelando o funcionamento do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que “surgiu com o ímpeto na esfera pública em meio as articulações privado-parlamentares para encerrar o governo petista” (2021, p.301).

O IPA aglutina diversas representações do agronegócio, dentre elas grandes organizações, como a ABAG, CNA, APROSOJA (Associação dos Produtores de Soja e Milho), ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), FAMATO (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso), UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), ACRIMAT (Associação dos Criadores de Mato Grosso), ABIEC (Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne), Viva Lácteos (Associação Brasileira de Laticínios), ABIA (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos), dentre outros.

Hoje em dia, o IPA é o principal ator de articulação intelectual do agronegócio. Suas demandas foram, em grande parte, atendidas ou fortalecidas após o golpe de 2016. Dias após a tenebrosa votação da câmara dos deputados em Brasília, dia 17 de abril de 2016, na qual votaram a favor do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o então vice-presidente Michel Temer, recebeu um documento intitulado Pauta Positiva – Biênio 2016-2017¹⁰.

Este documento, elaborado pelo IPA, orientava as intenções do setor do agronegócio após a mudança drástica que ocorrera meses depois com a efetivação do golpe presidencial. Um dos pontos requiriria apoio do Executivo à tese do Marco Temporal de demarcação das Terras Indígenas para a aprovação do então Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215/2020; solicitava também a reversão das Terras Indígenas homologadas pela presidenta Dilma nos últimos momentos de seu governo; demandavam apoio do governo para permitir que empresas com maioria de capital estrangeiro, pudessem adquirir terras no Brasil; exigiam a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário; propunham medidas para enfraquecer o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); pediam mudanças na legislação trabalhista; sugestionavam limites ao Ministério do Trabalho e Previdência Social; apontavam para a retirada de poder deliberativo do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); sugeriam a

¹⁰ Ver documento na íntegra: https://cimi.org.br/pub/doc/Pauta-bancada-ruralista_2016-2017.pdf
Acessado em: 20 jan. 2023.

repassagem do poder de licenciamento ambiental para os governos estaduais; além de exigirem mais créditos, preços mínimos, seguro e pesquisa ao setor (Pompeia, 2021).

Dessa forma, percebemos as articulações do setor para modificar aparatos que garantem direitos básicos protegidos pela Constituição de 1988. Anos mais tarde, o setor se alinha mais ainda com o governo eleito de Jair Bolsonaro, comandando também em 2022 tentativas golpistas, ao financiar a intentona do 08 de janeiro em Brasília¹¹.

Junto a isso, acrescentamos o terceiro ponto estabelecido por Delgado “um grupo de mídias – imprensa, rádio e TV nacionais e locais, sistematicamente identificado com formação ideológica explícita do agronegócio” (2013, p.64). É necessário levar em consideração a comunicação como um elemento fundamental na estrutura de poder, logo, na construção hegemônica do agronegócio. Os meios de comunicação, como nos afirma Chauí, estruturam-se por meio da técnica, da encenação e da persuasão, e constroem “a capacidade mágica de fazer acontecer o mundo”. De acordo com a autora, essa capacidade é “a competência suprema, a forma máxima do poder: o poder de criar a realidade, poder que outrora havia sido reservado aos deuses” (2019, p.20).

A propaganda da Rede Globo “Agro indústria-riqueza do Brasil”, na qual emana o slogan “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” ilustra perfeitamente o processo hegemônico do agronegócio no Brasil e suas estratégias persuasivas ideológicas perante a sociedade brasileira em geral. No que tange ao princípio do marketing, “o objetivo é claro, o de conquistar o consenso na sociedade brasileira de que o setor da economia recentemente intitulado de Agro é que assegura a economia nacional, sendo ele a “riqueza do Brasil”” (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p.2). Essa propaganda exemplifica o que Pompeia (2021) chama de “agropublicidade”.

O uso estratégico de renovar a imagem do setor, deveras comprometida na esfera pública, provocou a substituição do termo “agronegócio”, convertendo-o somente em “agro”. Este termo passou a ser designado no Brasil como “palavra-chave para a estratégia publicitária de acoplar nova imagem ao campo do agronegócio” (Pompeia, 2021, p.275-276).

Grandes campanhas publicitárias do setor do agronegócio passaram a utilizar somente “agro” para se autodesignarem. O marco seria o ano de 2011 após a união entre

¹¹ Ver Dossiê: FIALHO, Bernardo *et al.* “As elites agrárias do terror: do golpe de 1964 ao 8 de janeiro de 2023, entenda como fazendeiros atuam contra a democracia”. Disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/05/As-Origens-Agrarias-do-Terror-2023.pdf>

Bunge, Fiesp e Unica denominado Movimento Sou Agro¹². Essa campanha passara em horário nobre nas principais redes de televisão do país - Globo, Record, SBT e Band – visava a relação da agropecuária com produtos beneficiados, aqueles produzidos “depois da porteira” (Pompeia, 2021).

[...] se Giovanna Antonelli falava de soja, aparecia óleo; se citava algodão, mostrava-se uma camisa (Agência Nova /SB, 2011).

Havia nos vídeos o intuito de fomentar uma sensação de pertencimento dos telespectadores em relação ao agronegócio, além de encorajá-los a sentir orgulho dele. Todos os produtos do “agro” seriam de uma “fazenda chamada Brasil”, anunciava a atriz, que também afirmava: “Sou agro. Agrobrasileira”. Em tom ufanista, Lima Duarte proclamava: “Bendita terra, que é uma das maiores agronações do planeta. Bendita terra, que me dá orgulho de dizer: sou agro. Sou agrocidadão. Sou agroator. Sou agrobrasileiro” (Agência Nova/SB, 2011).

Na mesma linha, eixos da campanha em outros formatos, como revistas, propunham neologismos como “agroestudante”, “agrocooperado”, “agroestilista”, “agrotaxista” e “agromãe”, cabendo salientar, em particular, o esforço de associação positiva da ideia de “agro” a temas que haviam afetado a percepção da opinião pública sobre o agronegócio, como “agroambiente” e “agroinclusão” (Agência Nova /SB, 2011) (Pompeia, 2021, p.276-277).

A partir deste formato, iniciaram-se diversas construções publicitárias com a finalidade de cativar a população brasileira, em geral, como agentes pertencentes do agronegócio no país. Cria-se então uma produção ideológica constante na propagação de uma imagem que emana os valores do setor.

Este fato pode ser mais bem compreendido com a ideia de hegemonia desenvolvida por Williams (1977), que avança ainda mais no conceito trabalhado por Lênin e Gramsci. Compreendemos aqui, hegemonia como processo. Esses processos jamais poderão ser observados como algo abstrato, mas sim concretizados historicamente, eles “mudam, desenvolvem-se com o avanço da sociedade, podendo diminuir ou ampliar sua eficácia” (Azevedo, 2014, p.138).

A finalidade publicitária das propagandas do agronegócio faz parte do processo hegemônico que Williams nomeia como “hegemonia vivida”. Isso significa que essa hegemonia “tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada” (1977, p.115). Remete à experiência vivida da população brasileira, evidencia o “caráter

¹² De acordo com Pompeia (2021), o movimento também contou com o aporte de recursos de outras empresas e entidades organizadas do agronegócio. Além de declarações dos intelectuais do setor, Roberto Rodrigues, por exemplo, exclamou que tal movimento seria inédito “Nunca antes todos os setores se uniram e trabalharam de forma coordenada na promoção da imagem de forma estruturada e sinérgica” (União da Indústria de Cana-de-açúcar, 2011).

molecular, introduzindo-se capilarmente no dia a dia das relações sociais” (Pronko; Fontes, 2012, p. 394).

Por isso, faz-se necessário tratarmos aqui da mais pujante publicidade do agronegócio nacional, a campanha “Agro indústria-riqueza do Brasil” da Rede Globo. Criada em 2016, publiciza a cada 15 dias novas propagandas de 1 minuto que reproduzem a visão do setor, além de tentarem introduzir nas histórias propagadas, práticas que não pertencem efetivamente ao agronegócio, reduzindo, assim, todos os processos que ocorrem no campo ou na indústria, ao termo totalizante “agro”. O objetivo é “ propagar o discurso do agronegócio em diferentes espaços da programação da emissora e suas afiliadas e, automaticamente, levá-lo para novos espaços do cotidiano do público” (Bittencourt; Romano; Castillo, 2022, p.197).

Como já relatado anteriormente no início do subcapítulo 2.1, pude perceber ao residir na Argentina, o quão introjetado em nós já se encontra o termo “agro” para se referir ao agronegócio. Assim, percebi que os argentinos compreendiam “agro” de uma forma diferente do que eu pretendia dizer. “Agro” aqui no Brasil, remete-se automaticamente ao “pop”, “tech” e, logicamente, a “tudo”, sendo diretamente ligado ao ramo econômico do agronegócio. Assim se constrói no imaginário do brasileiro a ligação do “tudo” do “agro” com os agentes hegemônicos do campo. Na Argentina, quando “hablávamos agro” a ligação feita por eles, designava o rural, não necessariamente era diretamente percebido como agronegócio. No Brasil, o

Agro, que começa a ser utilizado como prefixo da linguagem hodierna de muitos brasileiros, faz subsumir suas adjetivações intrínsecas: o Agro(**negócio**) - que já foi Agribusiness - esconde sua única razão de ser que é o negócio/lucro; acoberta a Agri(**cultura**) apagando sua essência que é a produção de alimentos, a cultura alimentar; e desvia o olhar sobre o Agro(**toxico**) ocultando as milhões de toneladas de venenos e seus impactos devastadores. O “Agro” apaga muitas coisas, restando a narrativa de sucesso, de recordes de produtividade... “a riqueza do Brasil” (Mitidiero Júnior; Goldfarb, 2021, p.3 [grifos dos autores]).

Cria-se, então, uma imagem do agronegócio que tem a intenção de esconder certas práticas do setor e de envolver o apoio da população a este ramo econômico. O foco não passa a ser somente as comunidades rurais, mas, principalmente, as populações urbanas. Reforça-se o termo “agro” e o conecta com o consumidor final.

O programa de ação presente nas práticas discursivas dessas peças publicitárias consiste em, por um lado, investir na construção do agro enquanto marca junto à população em geral, a fim de criar empatia e confiança; mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimenta outros setores da economia; fazer com

que o brasileiro tenha orgulho do agro. E, por outro lado, elege a tecnologia como solução para melhorar a qualidade da alimentação e aumentar a produção de forma sustentável, melhorando também os índices socioeconômicos. (Bittencourt; Romano; Castillo, 2022, p.197).

Assim, o poder simbólico da ideologia do agronegócio é perpassado diariamente ao seio da população brasileira, introjetado nas mentes, fazendo com que pareça ser “orgânico” quase de maneira natural. Milton Santos, em seu livro “Por uma outra globalização”, apesar de ter sido escrito em 2000, debatia fatos daquele tempo, que são facilmente aplicáveis, hoje, 24 anos depois. Santos alerta sobre a informação hegemônica que chega para toda a população, resultado de uma manipulação com alto teor ideológico.

Retomando os aparatos ideológicos do agronegócio apresentados por Delgado, o autor pontua a existência de “uma burocracia (SNCR) ativa na expansão do crédito público (produtivo e comercial), acrescido de uma ação específica para expandir e centralizar capitais às cadeias do agronegócio (BNDES)” (p.64, 2013).

Um ponto pouco discutido é que por de trás das políticas financiadoras de crédito, existe uma construção ideológica, principalmente no que tange ao atrelamento do Estado ao setor do agronegócio. A ideologia do pensamento fisiocrata econômico, ainda permanece nas propostas de desenvolvimento estabelecidas pelo Estado brasileiro.

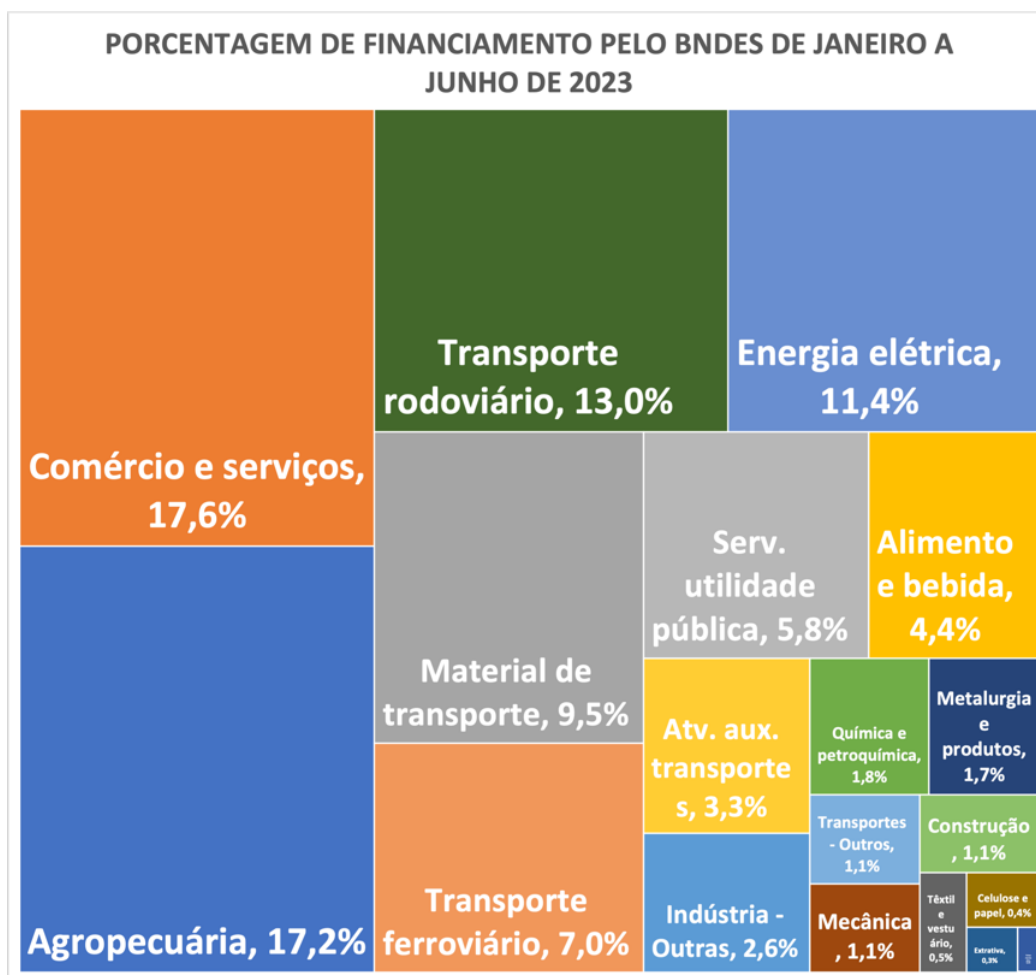
Resumidamente, os fisiocratas acreditavam que toda a riqueza advinha da terra e dos processos ocorridos sobre ela. Assim, a agricultura emergia como um sistema produtivo fundamental para a prosperidade econômica de certos territórios. No entanto, tal teoria fora desenvolvida na França no século XVIII, e François Quesnay, principal expoente dessa corrente, apoiava a atuação do Estado com a intenção de proteger o setor. Baseando-se em Sócrates, Quesnay construía o princípio da fisiocracia, “quando a agricultura prospera, todas as outras artes florescem com ela; mas quando se abandona o cultivo da terra, por qualquer razão que seja, todos os outros trabalhos, em terra ou no mar, desaparecem ao mesmo tempo” (1983, p.211).

Faço aqui esse resgate, pois vemos, ainda muito em vigência os princípios ideológicos da fisiocracia no que tange às políticas de crédito no Brasil¹³. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), por exemplo, observamos a prioridade do Estado no setor da agropecuária. De acordo com os dados obtidos na base estatística

¹³ É importante destacar que a reprimarização da economia e/ou as políticas neoextrativistas da atualidade não constituem como base do pensamento fisiocrata. A conexão foi resgatada para ressaltar que ainda há na base ideológica de setores da economia brasileira o pensamento pautado de acordo com a estruturação da fisiocracia como horizonte econômico.

do BNDES, observa-se que a agropecuária no primeiro semestre de 2023 foi o segundo setor mais privilegiado com os financiamentos, totalizando 6.980 milhões de reais (Gráfico 01).

Gráfico 01
Distribuição de financiamento do BNDES – janeiro a junho – 2023



Fonte: BNDES (2023)

O quinto aparato ideológico apontado por Delgado refere-se à “operação passiva das instituições vinculadas à regulação fundiária (INCRA, IBAMA E FUNAI), desautorizadas a aplicar os princípios constitucionais da função social da propriedade e de demarcação e identificação da terra indígena” (2013, p.64). A concepção desenvolvimentista propagada no Brasil, caminha de acordo com os interesses expansionistas do agronegócio, não levando em consideração outras maneiras de se viver no território.

O processo de acumulação por espoliação (Harvey, 2005) ocorrido no Brasil, mantém lógicas territoriais que buscam um desenvolvimento econômico atrelado à ideia de progresso. Os habitantes do país que, porventura do azar, estão no traçado das miradas desenvolvimentistas do agronegócio, são diretamente afetados pelos projetos que insistem em manter uma única racionalidade, a expansionista. Trataremos de nomear os espaços espoliados pelo agronegócio como “territórios de sacrifício”, ou seja, territórios

a serem “sacrificados” em prol de um pretense desenvolvimento em função da acumulação ilimitada e da exploração predatória dos recursos. Trata-se de um “modo particular de acumulação” (Terán, 2016) ou um modelo de produção fundado na extração em massa/superexploração de recursos naturais não processados (Gudynas, 2009) (Haesbaert, 2021, p.60).

É nesses territórios, vistos como obstáculos pela ideologia expansionista, que o modelo econômico do agronegócio tenta se impor. “Podemos ler esse desenvolvimentismo brasileiro nas últimas décadas como um modelo neoextrativista, voltado para as ações do capital” (Monteiro, 2022, p.77). Nos últimos 4 anos, governados por Jair Bolsonaro, pode-se observar com mais evidência os fatos que interligavam o agronegócio à desautorização dos princípios constitucionais exercidos por órgãos como o INCRA, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Em 22 de maio de 2020, o Brasil assistiu atônito à reunião do presidente Bolsonaro com seus ministros. Dentre as atrocidades esbravejadas pelos participantes, destacamos a fala do então ministro do meio ambiente, Ricardo Sales. O ministro enfatizou que seria interessante aproveitar o foco na Covid-19 para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”. Essa frase, simplifica, a ideologia existente por de trás das ações do então governo, fortemente apoiado pelo agronegócio.

O agronegócio, representado pela sua bancada orientada pela FPA, endossava as ações e inércias do então governo. Projetos de leis (PL) que atacavam diretamente os direitos constitucionais foram criados ou até mesmo resgatados, pois o ambiente nacional favorecia aos princípios ideológicos do setor. Citamos, como exemplo, rapidamente, alguns dos mais importantes: PL 2633/2020 da grilagem de terra¹⁴, PL 490/2077 do

¹⁴ Criada com a justificativa de combater a grilagem. No entanto, abre mais brechas para sua legalidade. Permite, por exemplo, titular áreas desmatadas ilegalmente, pois não se exigirá regularização de passivo ambiental. Possibilita que a pessoa, que recebeu o título do imóvel, pratique desmatamento de forma ilegal em até dez anos (Monteiro, 2022).

Marco Temporal¹⁵, Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 177 /2021 da saída do Brasil da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁶ e PL 3729 /2004 do licenciamento ambiental¹⁷.

Portanto, a produção da hegemonia passa também pelo sufocamento dos povos e das instituições que não colaboram com a expansão do setor. Relembrando Gramsci, hegemonia é para além do uso das ideias, mas também da coerção. Cordeiro reafirma que os Aparelhos Privados de Hegemonia das classes dominantes do campo utilizam a predominância da

violência como mecanismo de ação, em comunhão mais recente com formas mais elaboradas de persuasão. Essas formas mais ampliadas de hegemonização, com a incorporação mais pujante do elemento consenso, ficam a cargo da mídia, da produção cultural e da esfera educativa (2022, p.186).

Por fim, Delgado aponta como aparato ideológico da Economia do Agronegócio “uma forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo pensamento empirista e completamente avesso ao pensamento crítico” (2013, p.64). Essa cooperação mencionada por Delgado ocorre, porque há de fato uma estruturação intelectual por detrás. O escopo ideológico do agronegócio passa por uma elaboração intelectual marcada por estabelecer os princípios discursivos perpetuados pelo setor.

Gramsci aponta o papel dos intelectuais orgânicos na elaboração da hegemonia. “Os intelectuais são sujeitos importantes na interação entre a sociedade civil e a sociedade política, ambos espaços de consenso e de conflito” (Lamosa, 2016, p.20). É através desses, que os valores são disseminados, eles têm a função de orientar e organizar as ideologias.

¹⁵ Coloca todas as Terras Indígenas, até então demarcadas, em uma situação de insegurança jurídica. Impõe a Tese do Marco Temporal, sendo este a justificativa utilizada pela Bancada Ruralista, assim como dos advogados dos fazendeiros, ao alegar que a Constituição garante as terras somente habitadas pelos indígenas no dia 5 de outubro de 1988, desconsiderando as violações que ocorreram sobre os povos indígenas em períodos que antecederam este marco (Monteiro, 2022).

¹⁶ Autorizava o presidente da república ir contra a convenção 169 da OIT, com a justificativa de desburocratizar os trâmites que se pautam a essa convenção. Esta norma reconhece as aspirações dos povos indígenas a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida, de seu desenvolvimento econômico, de manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram (Monteiro, 2022).

¹⁷ Marginalizava as perspectivas politizadoras do licenciamento ambiental, tirando de debate os movimentos sociais e as pessoas atingidas; esvaziando a função pública da regulação ambiental e isentando a atividade empresarial da supervisão estatal e do controle social. Dentro dessa proposta, o Estado passaria a não ser mais regulador, tornando-se um entrave dos investimentos privados. Permitindo a junção do Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e do Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) quando os empreendimentos forem na mesma área, além de permitir o reaproveitamento de EIA/RIMAs anteriores (Monteiro, 2022).

No setor, o intelectual mais famoso que conhecemos é Xico Graziano, que é agrônomo e professor, mas também se autointitula como “comunicador do agro”, lançando recentemente um livro que segundo ele, é fundamental para desmistificar certos pensamentos enviesados sobre o agronegócio. Este personagem “tem investido numa verdadeira guerra cultural, preocupado com o conteúdo de livros didáticos e apostilas utilizadas pelos principais colégios e escolas [...] seu objetivo é desconstruir os agromitos sobre o rural e a agricultura brasileira desde a escola, na sala de aula” (Bittencourt; Romano; Castilho, 2022, p.193).

Nessa mesma linha, também existe Marcos Fava Neves, que é professor em Estratégia e Marketing da Universidade de São Paulo, que junto com Xico Graziano têm travado uma batalha contra a educação crítica brasileira. Juntos, focam na ofensiva ao ensino de certos conteúdos programáticos, principalmente da área da geografia¹⁸.

Além de Graziano e Fava Neves, destacamos mais intelectuais conhecidos do agronegócio brasileiro como é o caso de José Luiz Tejon Megido, jornalista e publicitário, conhecido por cunhar o termo “agrossociedade” e Roberto Rodrigues, ex-ministro da agricultura no primeiro governo de Lula, um dos principais nomes da história da ABAG.

A edição 93 da Revista da ESPM¹⁹, publicada em 2014, reúne um considerável número de intelectuais orgânicos do agronegócio na elaboração dos artigos publicados. Para além desses nomes, já vimos no Brasil que a formação de intelectuais orgânicos do agronegócio é gerada, também, nas universidades (públicas e/ou privadas), sendo atualmente, espaços centrais de formação dessas classes.

As universidades, assim como as agências de fomento, fazem parte desse processo hegemônico. O estado de São Paulo concentra a maior produção acadêmica e intelectual voltada ao agronegócio, podendo citar alguns exemplos como a ESALQ-USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo) e a UNICAMP (Universidade de Campinas). As escolas de agronomia dessas instituições são referências voltadas, não somente para estudos e pesquisas que contribuem para o desenvolvimento do agronegócio, mas também para a criação e disseminação da ideologia que conhecemos hoje.

¹⁸ Ver capítulo 6 as ações detalhadas desses dois atores intelectuais do agronegócio.

¹⁹ Ver revista da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Agrossociedade: o Brasil que deu certo. Ano 20. Edição 93. N3. Maio/Junho 2014. Disponível em: < https://arquivo.espm.edu.br/ic.espm.br/arquivos/revista_espm_maio-jun_2014/files/assets/common/downloads/publication.pdf > Acessado em: 14 jul. 2023.

Para além de outros centros universitários de referência para o setor, como as “Faculdades de Agronomia de Piracicaba, Viçosa, Pelotas, Rural Fluminense [e] a Fundação Getúlio Vargas”, Chã pontua que essas instituições “realizam pesquisas encomendadas e divulgam os “extraordinários” resultados do agronegócio entre o meio acadêmico e para toda a sociedade em geral em parceria com a grande mídia” (2018, p.61).

Intitulamos esses espaços como “Agroespaços Intelectuais de Formação e Disseminação”, nos quais contribuem para o enrijecimento hegemônico do setor, focado na ideologia da expansão dos lucros e da mercantificação das ideias homogeneizadas e centralizadas, o que podemos chamar de “agroego”, onde a autocrítica passa bem longe. A hegemonia do agronegócio, pensada nos “Agroespaços Intelectuais de Formação e Disseminação”, em grande maioria são sediadas em centros públicos de ensino, desenvolvendo pesquisas de interesses do setor, muitas delas com verba pública.

Os elementos listados por Delgado (2013) para compreendermos os aparatos ideológicos da “Economia do Agronegócio”, foram fundamentais para esmiuçarmos a construção hegemônica do setor na atualidade. Acrescentamos aos elementos de Delgado o foco do setor na indústria cultural (Chã, 2018) e na educação (objeto central desta tese).

A estrutura de poder construída pelo agronegócio, perpassa pelo que Vandana Shiva (2003) nos aponta como “monocultura das mentes”. São as ideologias e os valores construídos de forma absoluta e difundidos como algo único em todos os cantos do planeta. Para Shiva as monoculturas exterminam a vida, a auto-organização da vida e a sustentabilidade das comunidades locais, para transformar tudo em propriedade de um único sistema. A autora faz uma relação ideológica por trás da prática da monocultura, valiosa para compreender a ideologia do agronegócio no Brasil, segundo a perspectiva da diversidade

as monoculturas levam a um declínio das safras e da produtividade. São sistemas empobrecidos, qualitativa e quantitativamente. Também são sistemas extremamente instáveis e carecem de sustentabilidade. As monoculturas disseminam-se não por aumentarem a produção, mas por aumentarem o controle. A expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica. (Shiva, 2003, p. 18).

No Brasil, a imposição da ideologia criada como universal na produção rural é replicada para além das porteiras. A “monocultura das mentes” no Brasil atravessa as monoculturas do campo e daqueles que ali vivem. A imposição tem um objetivo final

maior, caracterizado pelos intelectuais do agronegócio como “agrossociedade”. Este termo, tem a ver, nas palavras do intelectual que o desenvolveu, José Luiz Tejon Megido da ESPM, com

uma nova dimensão, uma nova fronteira do agronegócio, que exige a derrubada dos muros que separam cidade de campo, commodities da ausência de conhecimento, com o objetivo de colher um futuro em que o cidadão e a cidadania levam a vida rural para dentro das cidades (2014, p.138).

A “nova fronteira do agronegócio” revela a produção da hegemonia como um processo. O agronegócio brasileiro se revela como um agente produtor de ideologias. Megido pontua que o agronegócio tem um objetivo maior do que o de produzir alimentos, energia e fibras, o professor diz que há a necessidade de se produzir com “estética, ética e excelência, gerando experiências sensoriais” (2014, p.138). Essa pretensão, para além do campo econômico produtor, indica o movimento da produção hegemônica do setor.

O agronegócio então aparece como concepção de mundo. Observamos, assim, como o setor se articula com elementos simbólicos, a fim de construir uma hegemonia nacional, para além dos assuntos agrários. Como afirma Bruno

não é na modernidade tecnológica nem na competitividade diante dos mercados internacionais que repousa o cerne da concepção de mundo e da identidade do agronegócio. É no conservadorismo, na valorização dos clãs familiares, na recusa aos direitos civis, na visão de propriedade como direito absoluto (2017, p.166).

Essa formação ideológica do agronegócio revela a interligação da cultura com a política, gerando significados que estrategicamente objetivam ser passados da maneira mais orgânica possível para o seio da sociedade brasileira. Para isso, articulam com aparelhos fundamentais dispersores dos valores na sociedade atual, os meios de comunicação em massa, as redes sociais e a escola.

Por fim, é importante destacar, conforme Laclau e Mouffe (2004), que nenhuma lógica hegemônica abrange a totalidade do tecido social. Caso isso ocorra, o conceito se autoeliminaria. Vale destacar, como afirma Williams (1977), que a hegemonia não atua em um campo passivo de dominação.

2.3 Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para compreender os processos hegemônicos²⁰

O aporte teórico sobre hegemonia nos fez compreender um pouco sobre as estratégias ideológicas do agronegócio no Brasil. No entanto, levanta-se o questionamento: onde fica a geografia quando tratamos de hegemonia? Assim, considerando o pensamento de Ruy Moreira, esta tese tem a intenção de “desvendar máscaras sociais” e tentar construir um trabalho geográfico na compreensão de “dois processos articulados que são vitais à análise de uma formação econômico-social – o de produção social e o de controle de suas instituições e relações de classe” (2008, p.62).

Procuraremos trabalhar com os elementos das instâncias ideológicas na produção do espaço, levando em consideração que “tais elementos [...] não se encontram soltos no espaço, pois se inserem numa lógica de arranjo espacial que reproduz a própria lógica do modo de produção a que pertencem” (2008, p.62). Dessa forma, buscaremos desenvolver um olhar geográfico a fim de compreender os processos hegemônicos engendrados pelo agronegócio.

O agronegócio descobre a potência da dimensão dos discursos ideológicos como instrumentos de acumulação e de poder. Assim, torna-se necessário compreender como esses discursos se territorializam no espaço. Para início da discussão, partiremos do pressuposto da interpretação geográfica do meio-técnico-científico-informacional e da sistematização do espaço, trabalhada por Milton Santos. Consideramos, assim, o espaço, sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 51). Isto posto, torna-se necessário compreender que no mundo atual esses objetos são cada vez mais artificiais e as ações imbuídas de artificialidade (Santos, 1996). Dessa forma, leva-se em consideração a rapidez das artificialidades dos objetos e das ações, transformando constantemente o espaço, repleto de dinâmicas cada vez mais aceleradas.

As rapidezzes observadas no espaço, não estão relacionadas somente ao trabalho do desenvolvimento da técnica puramente em si. É necessário que haja a construção de uma demanda para esses novos objetos e novas ações. Santos nos diz que os novos objetos

²⁰ É necessário explicar que, infelizmente, a geografia não serve em primeiro lugar para compreender os processos hegemônicos. a verdade esse subtítulo evidencia um desejo, como geógrafo militante, de apontar o potencial da ciência geográfica para tal.

e as novas ações são compostos por discursos. Os objetos são insuflados com o discurso do uso e da sedução, revelando, portanto, sua função e despertando desejos. No que tange ao discurso das ações, é insuflado pela dependência de sua legitimação. “Essa legitimação prévia tornou-se necessária para que a ação proposta seja mais docilmente aceita, e mais ativa se torne na vida social” (1996, p.181).

O discurso está no cotidiano, presente onde a modernidade se instala. Santos (1996), afirma que as pessoas estão mais letradas na tradução dos sistemas técnicos modernos, porém destaca que ao mesmo tempo estão menos cultas. Na constituição atual do Brasil, conseguimos compreender que, de fato, uma população informada, não necessariamente, significa que tem a capacidade de interpretar os fatos do mundo. Talvez seja por isso que, a quantidade de brasileiros que não possuem sequer um hectare de terra, mas que repetem o discurso anti-reforma agrária ou anti-indígena, seja na mesma proporção e reprodução engendrada pelos intelectuais orgânicos do agronegócio. Dessa forma, corroboramos com o que Santos nos diz sobre a violência da informação e a violência do dinheiro, que fazem parte do sistema ideológico hegemônico atual, em que “a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social” (2001, p. 38).

De acordo com Santos, isso ocorre devido, em parte, à velocidade das novidades tecnológicas inventadas no mundo “cada dia somos ignorantes do que são e do que valem as coisas novas” (1996, p.181). Essa velocidade é tão intensa, que desconhecemos os segredos dos novos objetos e das novas ações. Na maior parte das vezes, consumimos e reproduzimos, aceitando religiosamente a função que é dada à técnica nova. No entanto, “quanto menos dominam esses segredos” da técnica, as pessoas tendem a ter “menos condições de comandar a sua própria evolução e mais dirigidas de fora tendem a ser” (1996, p.181).

Nos períodos atuais, com as técnicas cada vez mais inseridas de artificialidade, os discursos dos objetos e das ações correspondem a uma demanda estratégica do que é hegemônico. O uso dos agrotóxicos nos serve de um belo exemplo sobre hegemonia de um modo de produção dito eficiente e competitivo. A rapidez necessária no cultivo e as demandas competitivas externas, atribuem ao produtor a necessidade de ser mais eficiente. O discurso do objeto (agrotóxico) reproduz a aplicação desse produto no solo e/ou nas plantas, pois a legitimidade dessa técnica corresponde a uma demanda hegemônica na produção do campo.

Ou seja, a ideologia da “eficiência formal” (Hinkelammert, 2005) busca maximizar os lucros, tendo a “competitividade como valor central” (2005, p.193). Dentro dessa lógica “a eficiência vira disputa, e o sistema de mercado vira compulsivo na destruição das fontes de riqueza para ganhar a concorrência” (Bernardes, Santos e Nascimento, 2021, p.269). É o discurso hegemônico do agronegócio que, ao se materializar, estrutura o território de acordo com seus valores. Dessa forma, compreende-se, segundo Santos, que “os objetos técnicos são susceptíveis de influenciar comportamentos e, desse modo, presidem a uma certa tipologia de relações, a começar pelas relações com o capital e o trabalho” (1996, p.181). Essas transformações do espaço na atual fase do capitalismo, o período “meio técnico-científico-informacional” (Santos, 1996), correspondem também “à manifestação de processos culturais e metas sociais” (Ribeiro, p. 48, 1991).

Santos diz que “os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos” (1996, p.194). A partir daí, percebemos que o agronegócio, munido de todo o seu aparato hegemônico, alcança os “espaços banais”, incluso os territórios da educação nesse sentido. Santos (1998) compreende como o “espaço banal” aquele espaço de todos. Assim, consideramos os espaços da educação nessa mesma perspectiva de raciocínio de Santos.

Nesse sentido, compreendemos que as transformações do espaço, engendradas pelas práticas do agronegócio, são baseadas na extração do lucro entre a relação de exploração do trabalho sobre a natureza ou trabalho sobre o trabalho. Milton Santos (1996) categoriza essa base como “tecnosfera”, aquela que é desenvolvida de acordo com a ciência e tecnologia.

A tecnosfera, segundo Santos, “se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio”, muitas vezes essa base advém para desenvolver uma demanda criada em outras escalas. Ao chegar no território opera fazendo transformações, substitui “o meio natural ou o meio técnico que a precedeu”. No entanto, para isso ocorrer, é necessário que seja implementada uma base, concomitante ao reino das técnicas. Santos, a chama de “psicosfera” (1996, p.204).

Essa “psicosfera” é o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (Santos, 1996, p.204). Portanto ao

se instalar a “tecnosfera” do agronegócio nos espaços, é necessário que seja instalada, paralelamente, a “psicosfera”. Assim, podemos perceber que o processo de hegemonia do setor, no que tange aos espaços da educação, por exemplo, busca estimular o imaginário, demonstrando novas possibilidades de mundo que ajudem a constituir o que eles chamam de “agrossociedade”.

Tanto a “tecnosfera” como a “psicosfera”, agem na escala do local, porém “sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas” (Santos, 1996, p.204). Ou seja, essas duas esferas são produtos que advêm de uma escala mais ampla. A ideia, por exemplo, elaborada pelos intelectuais orgânicos do agronegócio, chega aos “espaços banais” para vender um modo técnico e ideologizar a população através de construções de paixões, de criação de crenças, de cooptações de ideias, de produção de sentidos.

Ana Clara Torres Ribeiro, também, desenvolve a ideia de “psicosfera”; para a autora, essa base é fundamental para apoiar e, por vezes, anteceder a expansão do meio técnico-científico, “colabora para que seja atribuída a correta relevância à relação entre técnica e cultura no debate da modernidade brasileira” (1991, p.49). Vejamos que, na expansão da fronteira agrícola, a ideologia do agronegócio não é implementada somente com a chegada da modificação da paisagem, seus ideais chegam antes da soja, e até mesmo do gado, implementando nos espaços a serem espoliados, a cultura do setor.

A “psicosfera”, conforme ressalta Ribeiro, conforma em “verdadeiros pólos emissores de valores” (1991, p.48). A expansão técnica do agronegócio necessita interagir a tecnologia com os seus valores sociais, alimentando com bastante ênfase os processos culturais, tendo como finalidade a consolidação da sua “tecnosfera”. “Trata-se, portanto, da emergência de instrumentos técnicos e culturais de administração de interesses econômicos e políticos que pressupõem a possibilidade de intervenção no cerne do tecido social, em valores e princípios” (Ribeiro, 1991, p.49).

Consideramos aqui, o agronegócio, como componente pertencente à lógica da globalização atual; assim, “os espaços da globalização [inclui-se, o agronegócio] se definem, pois, pela presença conjunta, indissociável, de uma tecnosfera e de uma psicosfera, funcionando de modo unitário. A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicosfera é a esfera da ação” (Santos, 1996, p.204).

A produção de desejos e vontades fazem parte do amalgama capitalista, essa ideologia criada que dinamiza também o capital. Harvey (2011), aponta, por exemplo, a

reprodução criada através de uma ilustração baseada no estilo de vida suburbano dos Estados Unidos, pós-Segunda Guerra Mundial, que se tornou modelo ideal para a disseminação das vontades de consumo da população, através da publicidade. Onde, por exemplo, os produtos básicos de uma família dos subúrbios estadunidense, passaram a ser desejados e consumidos em outros recortes familiares.

Portanto, criam-se novas necessidades absolutas, e o que antes, certas mercadorias eram apenas vontades e desejos, passaram ser fundamentais para as demais famílias atingidas pela publicidade de consumo. Fabrica-se, assim, com a expansão da acumulação do capital, a ligação do desejo, ou do que Santos (1996) e Ribeiro (1991) chamam de “psicosfera”. “É aqui que as tecnologias e a política de criação de novas necessidades vêm à tona como ponta de acumulação sustentável” (Harvey, 2011, p.92).

As paixões são comercializadas, o desejo gira a roda do capitalismo, e a ideologia é força motriz da expansão do meio técnico-científico-informacional. Compreende-se “que “o sentimento do consumidor” e “a confiança do consumidor” nas sociedades mais afluentes não são apenas as chaves para a acumulação do capital sem fim, mas são também cada vez mais a base da qual depende a sobrevivência do capitalismo” (Harvey 2011, p.92).

O agronegócio, por exemplo, sabe jogar com a publicidade e as propagandas na TV ou em programas educacionais, construindo parte da “psicosfera” necessária para sua expansão. Destaca-se que, muitas vezes, essa “psicosfera” precede de fato a chegada da produção de commodities no local, além de ser utilizada não somente como ideologia local, mas também, numa pretensão cada vez mais ambiciosa, da criação de uma “psicosfera” nacional. A população urbana, crítica aos movimentos realizados pelo agronegócio, passa a ser o público-alvo, gradativamente, das campanhas publicitárias do setor.

As necessidades criadas, os desejos e as paixões modificam o espaço. O capitalismo, por exemplo, para atender a demanda criada no consumo de produtos de acordo com o estilo de vida suburbano estadunidense, teve que construir ou ampliar fábricas, que por sua vez, atraíram novos trabalhadores que necessitaram de moradias, fazendo-se necessário a construção de novos bairros que exigiram novos serviços, seguindo assim uma cadeia de demandas. Em outra escala, essas mesmas fábricas iriam demandar matérias-primas e energia, que seriam extraídas de alguma parte, provavelmente periférica, do globo terrestre. Assim, para atender as exigências, nesse

novo local de extração de matéria-prima e energia, foram construídas novas fábricas, com novas forças de trabalho, desenvolvendo, dessa maneira, o ciclo da acumulação capitalista, engrenada por desejos, quase sempre, produzidos pelos centros capitalistas.

Antes mesmo do capitalismo, como nos diz Harvey “território e lugar sempre foram utilizados pelas instituições para organizar as populações e as relações de poder” (2011, p.159). A categoria de poder é muito importante para conectarmos as ideologias do agronegócio ao território. Refletimos novamente a indagação feita por Souza (2013) que, para compreender o território que estamos trabalhando, necessita-se compreender “quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?” (2013, p.87).

O território trabalhado aqui é compreendido como instrumento de exercício de poder, como “campos de força”. As disputas que existem sobre o território são sempre de cunho político, porém a cultura e a economia também são relevantes. Logo, é a dimensão política das relações sociais que o define (Souza, 2013).

O poder, de acordo com Arendt (1985), é identificado como uma habilidade dos homens, quando eles agem juntos, pertencentes a um grupo, nunca sendo uma característica particular de um único indivíduo. Os discursos do agronegócio na educação²¹, que são o que chamamos aqui de “discursos territorializados”, fortalecem o poder existente nas relações sociais. Através desses discursos, observamos que não necessariamente necessita do uso da violência, da força ou do vigor, para tornar-se hegemônico sobre certo território.

Nos territórios em conflito, podemos observar que há também disputas de discursos. A disputa hegemônica ocorre por discursos que são instrumentos do processo de territorialização. São os discursos que elaboram a construção ideológica dos agentes em conflito. As vezes não há diretamente um conflito explícito, mas há a imposição de um grupo hegemônico sobre os “espaços banais”, na intenção de transformá-los em territórios da hegemonia.

A análise de discurso pode servir para compreendermos as geografias e as instâncias superestruturais. É no processo de territorialização que se produzem, também, os discursos, sempre imbuídos de paixões e de valores, e ao estabelecer o poder sobre determinado espaço, esses discursos se tornam concretos. Portanto, a hegemonia do agronegócio materializa-se no território, através das demandas econômicas, mas também

²¹ No capítulo 5 analisaremos a miúdo o discurso do agronegócio, através do programa Agrinho do Mato Grosso do Sul.

político-jurídicas-ideológicas. A educação e a cultura, por exemplo, servem de caminho para o fortalecer o poder do setor.

Podemos analisar, também, como a ideologia do agronegócio se organiza em rede. Os territórios e os agentes do setor, através de fluxos de informações, geram não somente trocas de material, mas também de valores. Há uma dinâmica entre os territórios do agronegócio que buscam alcançar a totalidade do país, disseminando, por exemplo, os ideais necessários que visam um objetivo final, a constituição de uma “agrossociedade”.

Levamos em consideração o aporte teórico estabelecido por Leila Dias sobre redes, para compreender que “elas são portadoras de ordem” quando tratadas numa escala global ou nacional. Quando tratamos redes na escala local, as analisamos como “portadoras de desordem” (1995, p.154).

Assim compreendemos os discursos do agronegócio: quando operados na escala nacional, articulam-se através de grandes corporações ou de associações ou até mesmo através do Estado. O ritmo geralmente é acelerado, buscam materializar os discursos nos diversos territórios pretendidos, fortalecendo as suas ideologias no local. No entanto, esses discursos do agronegócio, quando operados na escala local, geram tremendos processos de exclusão social. Santos afirma que, através das redes, podemos reconhecer os níveis de sociabilidade, sendo no local onde “ganham uma dimensão única e socialmente concreta” (1996, p.215).

Entende-se que é na escala local que os discursos, de fato, são territorializados e passam a ganhar materialidade. É nas escolas, por exemplo, que o agronegócio atua na construção ideológica e na mudança de conteúdos didáticos. É nas escolas, escala local, que os princípios da “agrossociedade” se territorializam e/ou são reforçados, e de lá se disseminam para toda a comunidade no entorno.

Compreendemos a rede ideológica do agronegócio como um jogo de escalas operantes, relacionando a escala da origem ideológica e as escalas do impacto, onde o discurso se concretiza. Nesse jogo, há relações de poder, disputas ideológicas e construções de discursos, operando estrategicamente na disputa territorial. Nesse jogo de escalas, também há a relação engendradora do agronegócio de afetar ou influenciar outros agentes do espaço que não são diretamente ligados à sua produção econômica.

É através do controle do território, em seu exercício de poder, que o agronegócio busca expandir sua rede de atuação, conquistando e/ou dominando novos territórios, agindo estrategicamente no espaço. Ao tratar de territorialidades, Sack nos afirma que são

fluidas e dinâmicas, porém quando ocorre uma coerção sobre elas, pode ocorrer um controle sobre o espaço. No entanto “a territorialidade dos homens é mais bem entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar pessoas, ao controlar área(s); e, como uma estratégia, a territorialidade pode ser acionada ou desativada” (Sack, 1986, p. 1-2).

A geografia, para além de “desvendar as máscaras sociais” (Moreira, 2008), também “serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (Lacoste, 1989). Assim, torna-se essencial compreender as estratégias hegemônicas do agronegócio, no que tange à uma geografia do poder, desmascarando e revelando suas ofensivas à educação crítica, emancipadora e autônoma.

Atualmente, o agronegócio, é capaz de “produzir, mapear e impor” (De Certeau, 2014, p.87) estratégias, principalmente na educação, constituindo-se como agente produtor de “psicosferas”. Dessa forma, é importante também levar em consideração a materialidade histórica apresentada, até então, nesta tese, no que diz respeito ao agronegócio no Brasil. Opera-se, assim, a compreensão que o setor se impõe, não somente através da disputa direta pelo uso da violência, mas também através do poder simbólico. Por fim, destaca-se, que racionalidade estratégica do agronegócio perpassa também pelas construções ideológicas de suas redes de poder.

CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO, HISTÓRIA DO BRASIL E NEOLIBERALISMO

Esta tese foi iniciada em um período em que a educação brasileira passou a ser foco de uma parte da sociedade, que não tem embasamento científico, formação profissional e nem proposições intelectuais para desenvolver tais propósitos. A pasta da educação foi duramente atacada e perseguida após o golpe de 2016. As pautas educacionais, além de passar por um processo de desmonte, foram atravessadas por um revisionismo que nos fazia voltar à época pré-iluminista.

O golpe e a assunção da extrema direita ao poder colocaram em debate discussões, julgadas por muitos como ultrapassadas. Elementos fundamentais da construção da educação brasileira foram ameaçados, destruídos e, muitos ainda, não voltaram a se recompor. O questionamento de conteúdos científicos e a escalada do fundamentalismo religioso nos fez retornar a debates da Idade Média. A força da violência antiprogressista no Brasil, reapareceu de forma brutal, apegando-se a elementos do passado, onde grupos conservadores e reacionários a qualquer mudança, se negavam a dialogar com um futuro mais equânime e digno.

Os debates pairavam no entorno: da laicidade da escola; da retomada dos militares às decisões de poder; das propostas de combate à socialização das crianças (o tal *homeschooling*); dos ataques a Paulo Freire, grande patrono e intelectual símbolo de orgulho nacional, duramente perseguido, mesmo não estando mais vivo; da censura e do uso das novas tecnologias no controle de conteúdos e no trabalho docente; do ataque à diversidade, à falta de respeito ao diferente, ao empoderamento feminino e ao estrangulamento dos debates emancipatórios da população LGBTQIA⁺²², tornando-se pontos de ofensivas que agregaram os mais abjetos brasileiros; do sucateamento das educações indígenas, quilombolas e do campo; além, é claro, dos destinos financeiros relacionados aos recursos da educação.

Vimos, nos últimos anos, o que nenhum de nós poderia imaginar acontecer no desmonte programado e intencional da educação brasileira, acompanhado com o crescimento brutal dos projetos neoliberais da economia e do poder ideológico de diversos setores do mercado, como o agronegócio.

²² Movimento político de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero

Neste terceiro capítulo tentamos compreender a raiz dos motivos do interesse dos grupos empresariais em relação à educação. Diversos dos movimentos retrógrados que presenciamos, tiveram como base movimentos reformulados na ditadura militar. Soma-se a isto, o processo atual da globalização, que, por sua vez, atinge profundamente a educação. Os agentes hegemônicos do capital adentram tal agenda, passam a pautar demandas e a atuar nas tomadas de decisões. Destaca-se que, todo esse movimento, se articula e se fortalece no contexto neofascista da política brasileira dos últimos anos.

Portanto, neste capítulo, objetivamos compreender as raízes que resultaram no neoliberalismo atual da educação brasileira. A história se faz presente novamente na compreensão do território. Buscaremos esse entendimento a partir dos projetos disputados no Brasil, no primeiro período democrático, passaremos pela ditadura militar, pelo período pós constituinte, até os dias atuais. Este capítulo reflete a necessidade, mais do que nunca, de mantermos vivo Paulo Freire.

3.1 – A educação no Brasil e os anseios ideológicos do mercado: a ideia de progresso e as disputas políticas

Os setores empresariais reconhecem o papel da educação e da ciência como parte de um todo nas estratégias gerais e na promoção de suas políticas sociais. A educação constitui um direito básico daqueles que desejam uma sociedade com plenos direitos sociais e culturais, mas também constitui a base para suprir as demandas das economias regionais e nacional. Neste ponto, passa-se a discutir a educação como formadora de força de trabalho essencial para os setores empresariais, constituindo uma base estratégica na competitividade capitalista global.

A visão da educação como chave fundamental para o progresso é construída no Brasil no final do Império e início da República, quando o positivismo ganhava força. No entanto, o país negligenciou os investimentos em educação e ciência, mesmo sendo alertado por figuras notáveis da época, como Rui Barbosa, que almejavam um progresso por intermédio da educação, a exemplo de países de base mais industrial na Europa.

Neste período, o Brasil passava por ideias liberais com influências vindas dos Estados Unidos e, principalmente, da Europa. A partir de então, a educação passou a ser concebida como forma de qualificar a população para o mercado de trabalho. Vale ainda ressaltar que, neste período pós-abolição, a educação também teve o papel de disciplinar a população, principalmente aquela que antes era escravizada e passara a ser liberta.

Disciplinar os corpos e as mentes, para que o país pudesse alcançar o “progresso”, doutrinar uma população que estivesse preparada para a nova fase do capitalismo mundial.

Ao longo do século XX, o Brasil, a passos lentos, promoveu mudanças em seus setores educacionais. Destaca-se que os momentos de mudanças mais abruptas voltadas à educação e à ciência no Brasil, são aqueles dotados por modificações estruturais na política e na economia, âmbitos nos quais a educação se encaixa como parte de um projeto maior.

Estão presentes na história do Brasil, políticas e planos estratégicos dos grupos colonizadores e das elites dominantes que buscaram, e ainda buscam, agir sobre o território nacional, com a justificativa de desenvolver a economia, levando o Brasil ao “progresso”. Ao longo da história diversos projetos de nação disputaram o poder, sendo atrelados a eles as concepções de educação almejadas por cada grupo em disputa.

Resgataremos o primeiro período democrático da república brasileira, entre 1946 e 1964, onde aparentemente havia um razoável progresso democrático, localizado na cronologia histórica brasileira entre o fim da ditadura do Estado Novo/início da Constituinte de 1946 e o golpe de 1964/ditadura militar. Justifica-se, assim, a importância de entendermos o passado, para compreendermos as visões ainda vigentes que perduram nas ideologias atuais, associadas à educação.

É importante termos em vista que as ideologias do agronegócio ganharam força nos 4 anos da presidência de Jair Bolsonaro. Com base nos valores do Tribunal de Contas da União, durante este período, o governo abrigou diretamente mais de 6 mil militares que ocuparam cargos civis em diversos órgãos federais. Resgatar a história nos faz esmiuçar a raiz do cenário atual. O militarismo do golpe de 1964, mais do que nunca, esteve e ainda está presente no Brasil da atualidade.

Torna-se assim, necessário, mesmo que brevemente, compreendermos as raízes político-ideológicas da ascensão do agronegócio nas escolas. Portanto, esta parte do trabalho tem a intenção de debater os projetos educacionais no Brasil, realizada no recorte temporal proposto, como forma de contribuir na compreensão das bases das atuais investidas neoliberais na educação brasileira.

Para isso, utilizaremos as contribuições de Otavio Ianni (1984) para a compreensão das ideologias desenvolvimentistas no Brasil no período em análise. Ianni, foi um sociólogo preocupado em compreender as questões brasileiras, sendo um dos

principais discípulos de Florestan Fernandes. Destaca-se que seu brilhante trabalho de compreender a sociedade brasileira foi um gatilho para que os militares o perseguissem após o golpe de 1964. Nesse sentido, utilizaremos a obra de Octávio Ianni “O ciclo da revolução burguesa”, de 1984, como fio condutor da análise dos projetos desenvolvimentistas entre 1946 e 1964, e após, durante a ditadura empresarial-militar.

A concepção e a construção totalizante de um país que necessita se desenvolver economicamente, está diretamente ligada à concepção de uma educação voltada para esse fim. No entanto, veremos, que a educação também serviu como papel fundamental para fundar o alicerce da ideologia por trás das políticas desenvolvimentistas ao longo da nossa história. Assim sendo, dialogamos com a singularidade dos projetos desenvolvimentistas brasileiros analisado por Ianni (1984) com as propostas educacionais vigentes em cada um desses projetos.

Este subcapítulo está dividido em três partes, de acordo com as três ideologias em disputa no Brasil naquele momento e suas propostas na educação: na primeira será abordada o modelo de desenvolvimento econômico do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na segunda o modelo de desenvolvimento econômico do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, por fim, o modelo de desenvolvimento econômico da Escola Superior de Guerra (ESG) e a concepção educacional implementada no período da ditadura empresarial-militar após o golpe de 1964.

3.1.1 O modelo de desenvolvimento econômico do PCB e a defesa da escola pública e estatal

Ianni (1984) relata a concepção de desenvolvimento que havia no PCB que, naquele momento, tinha como um ideal a Revolução Burocrático-Burguesa. Acreditavam que, para alcançar o desenvolvimento político e econômico, necessitavam do crescimento e da consolidação do capitalismo nacional. A intenção pautava-se na necessidade de o Brasil deixar de ser dependente economicamente e passar a ser autônomo, autossustentado e com centro de decisões nacionais. Uma proposta dividida em etapas, voltada para um regime nacionalista capitalista de transição para o socialismo.

Esse processo de desenvolvimento tinha como proposta a estatização das empresas estrangeiras e o investimento na indústria nacional, almejando, principalmente, o que tinham de mais potente em si, a indústria nacional do petróleo. Ou seja, o foco era

uma aliança das classes urbanas e dos trabalhadores rurais para combater o imperialismo e os grandes capitalistas latifundiários ligados aos interesses estrangeiros.

Nesse contexto, a educação fazia parte do debate interno do partido como um elo importante para a adesão a esse projeto. Era necessário aliar a democratização do ensino ao desenvolvimentismo almejado. Assim, para eles, caberia ao Estado brasileiro a responsabilidade de seu povo. Nessa visão etapista de se aliar aos interesses do capitalismo industrial nacional, predominava a ideia de que o “desenvolvimento econômico possibilitaria uma democratização do ensino, da educação e da cultura” (Viana, 2020, p.49).

O período tinha como debate o avanço da política nacional voltada para as escolas privadas e católicas conservadoras. Nesse contexto, os intelectuais do PCB aderiram ao Manifesto de 1959²³, no qual defendiam veementemente o fortalecimento de uma escola pública e estatal, levando assim esses ideários para o debate da construção da primeira Lei de Diretrizes Básicas (LDB) no ano de 1961 (Viana, 2020).

No entanto, o plano de desenvolvimentismo do PCB não ocorreu por causa da burguesia nacional, que decidiu se aliar aos interesses das empresas internacionais, preferindo conciliar-se aos interesses imperialistas no que tange à questão da classe, através das suas características burguesas, do que integrar-se ao plano de fortalecimento nacional.

3.1.2 O modelo de desenvolvimento econômico do ISEB e a democratização da educação

O segundo modelo de desenvolvimento capitalista explicitado por Ianni (1984) teve sua base ideológica construída pelo ISEB, identificado como neobismarckismo, fazendo referência ao período de intenso desenvolvimento industrial que houve na Alemanha na gestão de Otto Bismarck.

Este órgão pertencia ao Ministério da Educação, o que já conectava diretamente os interesses em atrelar a educação ao planejamento desenvolvimentista que se pensava no Brasil naquela época. Destaca-se, que o ISEB tinha uma articulação forte com o

²³ Segundo Viana “O documento fez uma realista análise da situação de escassez da educação brasileira. Não no sentido de apurar os responsáveis pelos problemas da educação, mas de buscar uma maior conscientização da importância primordial da educação no processo de reconstrução e mudanças da sociedade, bem como sugerir meios de efetivação dos princípios e planos na realidade educacional” (2020, p.200).

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), também ligado ao Ministério da Educação. Juntos tinham a finalidade de “efetivar a construção de uma ideologia nacional desenvolvimentista” (Viana, 2020, p. 189) os quais, por sua vez, eram influenciados pelas teorias econômicas desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), voltadas para os países subdesenvolvidos.

Ianni (1984) destaca duas fases do ISEB. A primeira, na gestão de Juscelino Kubitschek, com o destaque decisório de Hélio Jaguaribe; nesse período, a ideologia objetivada era a do modelo neobismarckiano, nacional-desenvolvimentista. Na segunda fase, no período do governo de Jânio Quadros e de João Goulart, sobressaíram as ideias do modelo de capitalismo nacional, com destaque decisório de vários intelectuais²⁴.

O Brasil passava por um momento político voltado para um acelerado desenvolvimento econômico nos anos 1950, principalmente no período governado por Juscelino Kubitschek. A criação do ISEB teve a intenção de traçar uma política de cunho ideológico desenvolvimentista, capaz de articular as novas demandas econômicas do país, focando em um fortalecimento da indústria. A concepção de país estava mudando, as elites latifundiárias estavam dividindo o espaço do Brasil rural com a burguesia industrial em ascensão.

Desse modo, o país necessitava “modernizar-se” e superar os pontos arcaicos existentes na divisão econômica da sociedade. Para isso o Estado deveria ser funcional, no sentido de ter de criar “condições de programar e realizar políticas e projetos de desenvolvimento” (Ianni, 1984, p.58). Outro ponto destacado no projeto do ISEB, era o esclarecimento das elites e a necessidade de participarem ideologicamente desse movimento, o qual seria conduzido pelo Estado, que na concepção isebiana deveria ter sob seu absoluto controle o desenvolvimento econômico capitalista.

O papel da educação era, para os isebianos, fundamental para “auxiliar” na condução desse Estado forte e ativo. Neste período, o ISEB junto com o INEP, assumidos naquele momento por Anísio Teixeira, fundamentavam componentes de reconstrução educacional. Destacavam-se, assim, os componentes do INEP: “o desenvolvimentismo como princípio de transformação e o fortalecimento de uma ciência nacional e políticas de planejamento estatal” (Viana, 2020, p.192).

Dessa forma, a escola pública e estatal passou a ser responsável pela formação de uma força de trabalho necessária para atender os anseios dos setores industriais em

²⁴ Destacam-se Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto.

desenvolvimento, fortalecendo-se, assim, a democratização do acesso à escola na década de 1950/60, com o intuito maior de atender as demandas do capitalismo industrial. Até aquele momento, o país, que voltava sua economia para a produção agrária, não exigia um movimento de escolarização da base para os serviços do trabalhador e da trabalhadora rural. O caminho para o desenvolvimento foi acompanhado por mudanças na concepção da educação desejada e ansiada pelo Estado e pelas elites dominantes. Dessa maneira, a adequação da educação ao desenvolvimento industrial, ocorreu de forma agregada

à inovação tecnológica industrial, o cientificismo moderno e o progresso, a possibilidade de superação dos aspectos da sociedade atrasada, conservadora e dogmática (ou anticientífica). A elaboração de uma ideologia desenvolvimentista associada à democratização do ensino baseava-se no cientificismo na pesquisa e no ensino, com a aplicação prática das ciências a fim de solucionar os problemas sociais, econômicos, educacionais e culturais, bem como a construção de uma escola progressista e experimental como única capaz da superação da educação atrasada, elitista e abstrata. (Viana, 2020, p.193).

A concepção da democratização da educação, por mais que estivesse ligada diretamente para atender as demandas da indústria crescente, passava também a ser compreendida por muitos intelectuais do ISEB como uma ferramenta necessária de compreensão crítica do mundo, para além das camadas mais altas da sociedade. Vieira Pinto, por exemplo, nos indica que, ao se popularizar a educação, a consciência social é expandida e multiplicada.

O desenvolvimento implica o progresso da consciência, e este se acelera pela educação, mas para que isto aconteça faz-se preciso que a educação vise à totalidade das massas trabalhadoras e se descaracterize cada vez mais como privilégio das elites. A elaboração da teoria educacional exigida pela presente fase do desenvolvimento nacional se apresenta como uma das mais difíceis tarefas das forças de vanguarda do nacionalismo (Pinto, 1960, p.502).

Observa-se, a partir das ideias de Vieira Pinto, que os intelectuais do ISEB almejavam que a possibilidade de democratização da educação via mercado de trabalho, também poderia ser a oportunidade de posicionar criticamente a população em geral, transformando as pessoas, e assim também o país. Até porque o ISEB tinha como ideologia desenvolver o Brasil pensando a partir do Brasil; dessa forma, o desenvolvimento do país passava pela necessidade de despertar uma consciência nacional, e para isso a escola seria um espaço essencial em busca de uma transformação e de uma construção de país. No entanto, esse debate foi interrompido. A extinção do instituto ocorreu após o golpe de 1964, tendo seus membros investigados e perseguidos pelos militares.

3.1.3. O modelo de desenvolvimento econômico da ESG e a formação pensada na segurança nacional

O terceiro modelo desenvolvimentista destacado por Ianni (1984) é o da ESG, o qual atrelava a segurança com o desenvolvimento político e econômico. Este modelo, elaborado entre 1949 e 1964, pensava num capitalismo associado à segurança interna do país. Criado no contexto da Guerra Fria, teve fortes influências do governo dos Estados Unidos, desenvolvendo, assim, uma relação de assistência e cooperação para questões econômicas, militares, educacionais, entre outras.

Os interesses dos setores privados junto ao Estado foram crescentes nesse período, desencadeando numa mudança ideológica nos setores militares: a passagem de uma doutrina pensada na defesa nacional, para uma doutrina da segurança nacional. Ou seja, o que antes era voltado somente para a defesa do país, relacionado às ameaças externas, passaram a ser mais abrangentes, envolvendo questões internas, ameaças que surgissem dentro do território nacional também passariam a ser incorporadas no alvo das ações militares.

A estabilidade política internamente no país garantiria, segundo eles, um terreno favorável para o desenvolvimento econômico. A ideologia por trás dessas ideias desencadearam no golpe de 1964. Baseavam-se numa doutrina de segurança e desenvolvimento e na ideia de revolução.

Os militares tinham como ponto de partida a noção de que a sociedade civil era incapaz de comandar um governo, sendo esta, de acordo com eles, sujeita à corrupção e subversão. Essa ideia de incapacidade, para Ianni, foi “o complemento ideológico necessário da prática ditatorial” (1984, p.68). É a partir dessa justificativa moral que a presença ideológica dos militares começa a se fazer presente na educação e na construção de nação almejada por eles.

Ianni traz o trecho de Edmundo Campos Coelho, que sintetizava a doutrina de segurança e desenvolvimento, do qual destaco o seguinte: “a função da elite dirigente é educativa por excelência. É ela a de educar indivíduos de formação heterogênea, inculcando-lhe o sentimento de comunidade e do interesse coletivo” (Coelho, apud Ianni, 1994, p.69). Ou seja, a educação, não somente aquela da escola, mas a que é praticada pelo aparelho estatal, torna-se pensada a partir dos seus dirigentes, no caso, os militares.

Fazia-se, então, a construção, a partir desta ideologia do “sentimento de comunidade” e do “interesse coletivo”.

Destaca-se que a ESG já tinha um papel formador educacional, porém focada somente, até o golpe, nos oficiais das forças armadas. Após o golpe de 1964 as ideologias formadoras na educação passaram a ser aplicadas também na sociedade brasileira em geral. A difusão nas escolas passou a ser destinada com base na ideia de desenvolver o Brasil com segurança, para assim prosperar a potência emergente que éramos.

3.1.3.1 Não pense, trabalhe: o regime militar e a construção de uma educação tecnicista

Octavio Ianni (1984), para além das três concepções em disputa no período democrático, traz o debate ocorrido na ditadura empresarial-militar, período no qual o autor ressalta que a sociedade brasileira passa a ter feições de indústria, comporta-se, de fato, como uma fábrica, sempre sob o lema da “segurança e desenvolvimento”. Como uma fábrica, a sociedade necessitava dar lucros, portanto, medidas foram tomadas pensando nessa finalidade, inclusive na educação.

As conquistas democráticas adquiridas, foram interrompidas. Os sistemas do modelo de desenvolvimento capitalista, projetados pelo PCB e pelo ISEB, não foram realizados. O modelo da ESG passou a ser imposto. A partir de então, o terreno tornou-se fértil para um capitalismo que necessitava desenvolver a todo custo suas forças produtivas e suas relações voltadas para a produção, acarretando forte centralização e concentração do capital, concomitante ao aumento dos níveis de desigualdade do país.

O desenvolvimento, a partir de então, atendia aos anseios dos Estados Unidos. O Brasil estimulava a entrada dos investimentos estrangeiros, vendendo vantagens, como a exploração da força de trabalho a preços baixos, além do aparelho repressor e autoritário do Estado, que servia para garantir o desenvolvimento imposto por eles.

O nacionalismo ideológico aparecia nos slogans da ditadura, vendia o desenvolvimento através de jargões como “progresso”, “ordem”, “nação”, “segurança”. Assim, a escola passava a ser um elo fundamental para expansão da propaganda e ideologia militar. Era na escola que as práticas ideológicas se territorializavam e se conectavam com a população. Estava em construção um país com valores pautados pelos militares.

A principal medida que sustentava essas concepções era a Reforma Educacional de 1971. Essa reforma na educação tinha como objetivo maior a profissionalização. As escolas, tanto as públicas como as particulares, deveriam escolher cursos de habilitação para ofertarem. Isso ocorreu no contexto desenvolvimentista do chamado “milagre econômico”. O país, nesse momento, passava por uma industrialização acelerada e com fortes expectativas de crescimento.

O projeto de lei ocorre em um contexto de grande acirramento entre os comandantes políticos e o movimento estudantil. As conquistas dos setores educacionais e o crescimento do ensino superior haviam avançado ao longo dos últimos anos antes do golpe militar. De acordo com Cunha (2014), as camadas médias, que antes conseguiram ascender ao ensino superior, começaram a ter dificuldades de acesso, da mesma maneira que os pequenos comerciantes, industriais e prestadores de serviço passaram a ter dificuldade em abrir novos negócios e de gerar lucros em seus estabelecimentos: “assim, a ascensão ficava dependente da escalada nas burocracias públicas e privadas, para o que um diploma de nível superior tornava-se um requisito cada vez mais necessário, embora não suficiente” (Cunha, 2014, p.918).

O projeto de lei teve o Coronel Jarbas Passarinho, Ministro da Educação, como responsável pela sua elaboração. Dentre os escolhidos para compor o grupo para elaborá-lo, somente dois²⁵ eram da educação, sendo que nenhum tinha experiência no tema do ensino técnico industrial, comercial ou agrícola.

A mensagem de Jarbas Passarinho sobre o projeto, dava o tom da ligação dos anseios desenvolvimentistas dos militares, “abandonar o ensino verbalístico e acadêmico para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento”²⁶. As intenções eram efusivas e diretas, abandonar o ensino que preparava para a entrada no ensino superior, categorizado pelo ministro como um ensino “meramente propedêutico”, para transformar o 2º grau em formação de técnicos de nível médio. Esses serviriam para “matar a fome das empresas

²⁵ Esses eram: “o padre salesiano José de Vasconcelos, membro do Conselho Federal de Educação – CFE, provinha de uma congregação religiosa dedicada, desde sua fundação por Dom Bosco, ao ensino profissional de meninos pobres, de modo a afastá-los do pecado e da subversão. O outro membro era Geraldo Bastos Silva, dos quadros do Ministério, integrante do Epem e do Premem” (Cunha, 2014, p.921).

²⁶ Fonte Agência do Senado. Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura> . Acessado em: 02 jun. 2021

públicas e privadas” nas palavras do ministro. Ou seja, um ensino em massa e para as massas, servindo meramente como “alimento” para as empresas.

Cunha (2014) afirma que, de fato, a intenção do projeto era finalizar os estudos do povo no Ensino Médio e habilitar esse estudante para uma profissão. Assim, a escola serviria como base para o mercado de trabalho. A educação então passava por uma fase voltada para atender uma demanda técnica, onde o pensar não era válido, sua função passava a ser essencial para a reprodução do desenvolvimento capitalista do país.

É necessário destacar, também, a política de alfabetização de jovens e adultos nesse período. Nos anos anteriores ao golpe de 1964, o Brasil passava por uma insurgente manifestação de cunho educacional com grande destaque para o trabalho realizado por Paulo Freire. Seu método de alfabetização perpassava pela realidade do educando, a partir de palavras geradoras retiradas do contexto em que aquela pessoa vivia. Por ser um método crítico, que despertava a consciência daqueles que estavam sendo alfabetizados, ao discutir os percalços da vida cotidiana, foi proibido pela ditadura.

No entanto, havia ainda a necessidade de alfabetizar a população. No Brasil, nos anos 1970, havia grande número de pessoas analfabetas; de acordo com o IBGE,²⁷ em 1970 o contingente de analfabetos acima de 15 anos era de 29,8% entre os homens e de 36% entre as mulheres. Com isso, lançaram o programa chamado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que surgiu para ser um contraponto ao Paulo Freire, mesmo utilizando alguns métodos semelhantes aos elaborados por Freire, como da palavra geradora ou das fichas de leitura, sua essência não perpassava por uma politização da temática.

Diferente do método Paulo Freire, o MOBRAL não era feito de acordo com a realidade individual, local ou regional. O material era produzido de “cima para baixo”, uma visão uniforme e verticalizada, uma única linguagem a ser aplicada em todo o Brasil. Dessa forma, os temas eram decididos pelo governo e não mais pelo educador, prejudicando o diálogo, a construção do saber e da relação educando-educador.

Acreditamos que o “método” de Paulo Freire e o MOBRAL baseiam-se em filosofias e metodologias totalmente opostas - enquanto o primeiro procura partir dos conhecimentos prévios dos alunos, levando em consideração suas experiências de vida, suas particularidades, e a partir destes pontos ocorre o trabalho com os conteúdos de ensino, no segundo, houve uma massificação e imposição dos conteúdos, sem atentar às diferenças regionais e singularidades dos alunos (Horiguti, 2009, p. 04).

²⁷ Fonte: IBGE: códigos das séries: ECE305 e ECE306 Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=8&no=4 Acessado em 02/06/2021

Portanto, a educação no período do Brasil ditatorial passou por fortes intervenções do Estado, com a finalidade de atender as necessidades do capital desenvolvimentista da época, além de ser uma educação que servia como uma ferramenta de formação para subsidiar as demandas da burguesia empresarial. Tornou-se cerceada pelo Estado e reprodutora ideológica de um Brasil com valores morais e conservadores. Uma educação que não possibilitava à classe trabalhadora almejar o ensino superior, e muito menos pensar criticamente sua sociedade. A escola objetivava atender os anseios do mercado.

Recordamos essa fase da história, pois há um intenso diálogo entre o período militar e as ações dos governos Temer e Bolsonaro em relação à educação. As ideologias militarizadas perduram ainda no Brasil do século XXI. A educação e os espaços escolares tornaram-se nos últimos anos foco de disputa ideológica e de mercado. Entender a história do Brasil e os processos do meio técnico-científico-informacional nos ajudam a compreender a realidade atual.

3.2 A educação e a reorganização do espaço capitalista

A educação está cada vez mais atrelada a uma peça-chave da reorganização do espaço capitalista, principalmente quando esta é direcionada aos modelos de mercado para a obtenção do inalcançável desenvolvimento econômico. Esta parte do trabalho ajuda a compreender as raízes históricas das visões tecnicistas dos projetos educacionais em disputa atualmente no Brasil. Um exemplo é a proposta implementada pelo “Novo Ensino Médio” imposto pelo governo Temer, após o golpe de 2016, uma ofensiva empresarial na educação brasileira.

O projeto de país dos militares, no primeiro período democrático da história brasileira, venceu com o uso extremo da força e da violência. O ímpeto ardil foi tamanho que as estruturas alicerçadas desde o golpe de 1964, retornaram com muito mais força entre o golpe de 2016 e a derrota de Jair Bolsonaro em 2022, e ainda permanecem até hoje. Chico de Oliveira (2003) nos diz que o capitalismo coloniza a política. O capitalismo se utiliza da política quando necessário e a elimina quando não é de seu interesse. Isso ocorre desde os tempos primórdios da construção do Brasil como país. A influência do sistema-mundo internacional vem se impondo no território brasileiro, tendo a educação um papel fundamental e estratégico nesse contexto.

Destaco aqui, para um breve debate, um trecho de um artigo do presidente da Sangari do Brasil, de 2004, o empresário Ben Sangari²⁸:

A relação entre o desenvolvimento socioeconômico e quanto desenvolvemos nosso capital humano através dos sistemas educacionais é vital. Estudos internacionais revelam em detalhes como e porque a educação contribui para o desenvolvimento econômico. Estudos envolvendo Irlanda, Espanha e Coréia do Sul são exemplos contundentes de crescimento econômico alimentado pela disponibilidade de capital humano adequado. (...). Nossa economia altamente competitiva e globalizada define a capacidade para adquirir novos conhecimentos e a agilidade para desenvolver novas habilidades como pré-requisitos determinantes para o sucesso de um indivíduo. Até mesmo o sucesso das empresas baseia-se hoje na prontidão da força de trabalho e em sua capacidade de aprendizado e adaptação a novos modelos (2004, p. 110-111).

Neste breve relato observamos a linha intencional do empresário sobre os investimentos voltados para a educação, ilustrando o seu pensamento empresarial e objetivo nos setores educacionais. É, portanto, necessário, compreender o desenvolvimento ansiado por muitos – ou por quase todos – e o porquê a educação se torna importante para este “sucesso” desejado.

Jonathan Crush, na introdução “Imagining development”, inicia sua análise trazendo o relato de Johnston sobre o reordenamento do espaço em Malawi, país da África Central. Um ordenamento desejado e planejado pelos ingleses para “apagar a desordem” das comunidades locais e implementar a ordem no território, que somente a colonização poderia suprir.

Apenas três anos depois, de acordo com Johnston, a paisagem visível havia sido drasticamente transformada sob a influência benigna do governo britânico: um número cada vez maior de nativos é capaz de ler e escrever e, acima de tudo, é treinado para respeitar e valorizar um governo estabelecido e civilizado. Aqui se veem estradas limpas e planas, cercadas por belas avenidas de árvores e agradáveis casas de tijolos vermelhos com varandas cobertas de rosas que se escondem atrás de grupos de arbustos ornamentais. Os nativos que passam por ali estão vestidos de chita branca, com algum toque de cor extravagante adicionado. Um sino está tocando para chamar as crianças para a escola da missão. Um fazendeiro passa galopando a cavalo ou um missionário trota em um burro branco e gordo, vindo de uma visita a uma estação distante. Longas filas de carregadores nativos passam em fila indiana, levando cargas de produtos europeus, ou um policial de aparência inteligente, com fez preto, jaqueta preta e calça, marcha para alguma tarefa. Você verá uma agência dos correios, um tribunal de justiça e, possivelmente, uma prisão, cujos ocupantes, no entanto, estarão consertando estradas sob a supervisão de algum policial de sua própria cor, muito profissional. A característica mais interessante na vizinhança desses assentamentos no momento é a plantação de

²⁸ Empresa que atua com a intenção de desenvolver novas metodologias e materiais educacionais voltados para o mercado da educação no Brasil. O presidente Ben Sangari vendeu a sua participação majoritária da empresa no ano de 2002 para o pecuarista John Gottheiner, já falecido, porém a empresa continua no comando da família.

café, que, em grande parte, é a causa e o suporte de nossa prosperidade (Johnston, 1985, 202-211)²⁹.

Para Johnston, a nova ordem levou para o Malawi, no final do século XIX, “o poder de transformar os antigos mundos, o poder de imaginar novos” (Crush, 1995, p.2). A discussão estabelecida por Crush contribui para compreender que o desenvolvimento estabelece novas formas de conhecimento e produz novas relações de poder, atreladas a uma colonialidade autoritária que silencia vozes durante estes processos de transformação do território.

Tanto Johnston como Sangari têm ideias de desenvolvimento atreladas ao capital. Crush (1995) nos aponta que, para compreender a noção de desenvolvimento que a eles está sendo atribuída, é necessário englobar o contexto histórico e geográfico, além do institucional. A perspectiva do autor nos ajuda a compreender as relações de poder exercidas pelo Ocidente, buscando constituir uma noção deste pensamento pós-colonial. O Estado mantém as lógicas territoriais e capitalistas para cumprir com o seu papel desenvolvimentista. De acordo com Brandão (2010),

os Estados são dominados pelos grandes interesses do poder financeiro e pela força de estruturas empresariais de porte; as propriedades e as fortunas mercantis, fundiárias e imobiliárias, cada vez mais financeirizadas, continuam a ter papel central no funcionamento do sistema capitalista tanto em termos globais como em nacionais (2010, p.42).

As ideias desenvolvimentistas têm um teor extremamente colonializadoras e a educação passa a ser influenciada diretamente por isso. A história dos projetos de educação no Brasil – e no Sul Global – está diretamente ligada aos desejos do Estado, com fortes influências do empresariado em alcançar o progresso e o desenvolvimento econômico. Atualmente, a educação está ligada aos anseios de diversos setores, não

²⁹ Texto original em inglês: “A mere three years later, according to Johnston, the visible landscape had been dramatically transformed under the benign influence of British rule: An increasing number of natives are able to read and write, and, above all, are trained to respect and to value a settled and civilized government ... Here will be seen clean broad level roads, bordered by handsome avenues of trees, and comely red brick houses with rose-covered verandahs peeping out behind clumps of ornamental shrubs. The natives who pass along are clothed in white calico, with some gaudy touch of colour superadded. A bell is ringing to call the children to the mission school. A planter gallops past on horseback, or a missionary trots in on a fat white donkey from a visit to an outlying station. Long rows of native carriers pass in Indian file, carrying loads of European goods, or a smart-looking policeman, in black fez, black jacket and breeches marches off on some errand. You will see a post-office, a court of justice, and possibly a prison, the occupants of which, however, will be out mending roads under the superintendence of some very businesslike policeman of their own colour. The most interesting feature in the neighbourhood of these settlements at the present time is the coffeepplantation, which, to a great extent, is the cause and support of our prosperity”. (Johnston 1895:202, 211)

somente do agronegócio. No neoliberalismo a política tem forte teor ideológico, logo a educação passa a ser alvo também de políticas que almejam uma produtividade e eficiência para o capital.

3.3 “Edubusiness” ou “edunegócio”: a construção hegemônica do neoliberalismo na educação

A educação vem se deparando com as fortes influências de setores empresariais e com as cooptações de políticas neoliberais. Para isso é necessário compreender o desenho neoliberal na educação brasileira, assim como atua a hegemonia das classes dominantes nos projetos educacionais, principalmente quando o foco é voltado aos mais pobres. Ao analisarmos geograficamente, podemos dizer que “a hegemonia neoliberal sobre a educação é fenômeno multiescalar, diverso e desigual” (Albuquerque et al, 2021, p.18), para isso contextualizaremos os acontecimentos para melhor compreensão dos processos hegemônicos aqui estudados.

Luiz Carlos de Freitas (2018) remonta a tempos pretéritos iniciados nos Estados Unidos para explicar como as ideias neoliberais aproximam, economia e educação; além de associar as práticas autoritárias que caminham juntas com as novas diretrizes do liberalismo econômico. O autor nos mostra que a ideia de liberdade, foi utilizada na construção discursiva de segregacionistas nos Estados Unidos após o decreto que punha fim à segregação racial. Foi, a partir dos pensamentos alimentados por uma economia regulada pelo livre mercado, que se implementou a ideia da “escolha da escola” pelos pais, mantendo o apartheid racial que segregava escolas para abrigar os filhos dos brancos. Dessa consequência nasce a ideia dos *vouchers*, “usada para manter processos de segregação racial nos anos 1950 [...] vendida pelo neoliberalismo como “direito democrático dos pais a escolher a escola de seus filhos”” (Freitas, 2018, p.18).

A partir dessa ideia de “escolha” nos anos 1950, se fortalece uma segregação entre escolas, principalmente no quesito classe. Os frutos de tal segregação repercutem até hoje, inclusive no Brasil, as crianças, são matriculadas nas escolas, de acordo com a origem de suas classes.

Uma elite (branca e mais rica) estuda em escola privada e quando necessário tem os *vouchers* para pagá-la com dinheiro público; uma classe média branca

estuda em escolas privadas de menor custo ou públicas terceirizadas e pode também pagá-las com *voucher*, adicionando algum pagamento extra; e os muito pobres (e negros) continuam estudando nas escolas públicas que sobreviveram à privatização, ou nas terceirizadas de baixa qualidade (Freitas, 2018, p.18).

É importante trazer esse exemplo para compreender que o teor das ações nunca é meramente econômico ou meramente administrativo, há sempre um teor ideológico por detrás, “no sentido de dar garantias à defesa da apropriação privada e sua acumulação contínua” (Freitas, 2018, p.23). A ideologia do livre mercado não serve de revestimento econômico, mas torna-se “fundamental para que indivíduos, lançados nele, tenham “liberdade” para construir sua trajetória a partir do mérito e esforço pessoal” (Freitas, 2018, p.23).

Junto a isso há uma propagação de ideias elaboradas pelos agentes hegemônicos. Os discursos empresariais, que em grande medida apontam para um fracasso atual da educação pública, contribuem para uma certa eficácia da ideologia advindas por eles em seus projetos de responsabilidade empresarial-social. Incorporar esse discurso de responsabilidade social “inclui a “Iniciativa Privada” nas responsabilidades do “Estado”, mesmo mantendo-a apartada de suas fronteiras” (Bronz, 2011).

Albuquerque *et al* nos sinaliza para três períodos em que houve políticas neoliberais, implementadas no sistema educacional brasileiro. A primeira fase remonta ao período pós-constituente, presenciado pelas gestões de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). É importante destacar que a Constituição Federal de 1988 “trouxe avanços importantes no que se refere ao direito à educação” (2021, p.20). Por consequência, a expansão das ideias neoliberais no Brasil, passaram a ganhar intensidade, para contrapor às vitórias obtidas na constituinte.

No cenário internacional assinalamos o marco da Conferência Mundial de Educação para Todos, no ano de 1990, realizada na Tailândia, com o objetivo de impulsionar a indústria educacional no mundo. As organizações patrocinadoras do evento foram Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial. Tal encontro resultou na Carta de Jomtien, na qual o Brasil se destacava entre os países signatários (Katuta, 2020).

Alguns dispositivos, que ostentam bastante familiaridade atualmente no cenário escolar brasileiro, passaram a ser implementados nessa época, a exemplo das avaliações

padronizadas em larga escala e dos currículos padronizados e preestabelecidos, “construindo um importante mecanismo de diminuição da autonomia do trabalho docente e da escola, em especial, no que se refere à definição das diretrizes político-pedagógicas” (Albuquerque *et al.*, 2021, p.23). Albuquerque *et al.* lembra que, antes desses dispositivos se disseminarem, os currículos no Brasil eram desenvolvidos com a intensa participação da comunidade escolar, gerando diálogos, fomentados pela atmosfera de redemocratização que se apresentara na época.

Nesta primeira fase surgiram vários instrumentos que começaram a modificar a educação nacional, correspondendo ao início da entrada das entidades privadas e das leis criadas com a finalidade de responder às demandas criadas pela dinâmica neoliberal, a saber:

Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), instituído em 1988 no Governo Sarney; Exame Nacional de Cursos (ENC) (1995), Projetos de Voluntariados – Amigos da Escola (1995), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96). Segue a lista a reconfiguração do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), Lei N.9424/96, o Programa Internacional dos Estudantes (PISA, 1997), os Parâmetros Curriculares Nacional – Ensino Fundamental Séries Iniciais (1997), Séries Finais (1998), Ensino Médio (2000), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio / resolução CEB nº 3, de 26 de junho 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (1998) e, por fim, o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies, 1999) (Albuquerque, 2021 *et al.*, p. 24).

O segundo período de entrada das políticas neoliberais no Brasil, sinalizado por Albuquerque *et al.* (2021) ocorreu nos anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), presidido por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Apesar dos grandiosíssimos avanços sociais, os governos do PT, em seus formatos de coalisão, permitiram acordos que ratificavam as políticas neoliberais criadas na década passada. Destacam-se os seguintes instrumentos criados nessa época, que obedecem à racionalidade neoliberal:

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (2004), Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Lei nº 11096 de 13/01/2005), Prova Brasil (2005), Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007, que criou o FUNDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2007), Provinha Brasil (2007), Coalizão público-privada Educação para Todos' (Education for All), Diretrizes Curriculares - Ensino Fundamental - Resolução Nº 7, de 14 de dezembro que institui os Nove Anos e Orientações sobre Temas de Currículos (2010). Não menos importante no campo das articulações e das diretrizes deste processo de mercantilização, cabe destacar os documentos do Banco Mundial - Programme for International Student Assessment (PISA) instituído inicialmente em 1997, mas que ganha reformulações ao longo desse período e

o BM Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda, C.1. Brazilian Education - 1995-2010 (Albuquerque *et al*, 2021, p.29).

Dentre os dispositivos neoliberais elaborados para serem aplicados na educação no período do PT, ressaltamos a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e da avaliação padronizada da Prova Brasil. Esses dispositivos desencadearam políticas de bonificação das escolas e dos docentes, de acordo com os resultados das avaliações padronizadas (Albuquerque *et al*, 2021).

A lógica meritocrática e competitiva era instalada no sistema educacional brasileira, princípios básicos do neoliberalismo. Aqueles que melhor se saíssem bem nas avaliações passaram a ser premiados, enquanto os demais penalizados. A lógica insere a ideologia da disputa na educação como forma de contabilizar lucros. “Trata-se da unidade da célula neoliberal fabril transportada para a escola e se constituindo como fator decisivo sobre o trabalho e as relações de trabalho docente” (Albuquerque *et al*, 2021, p.27).

Nesse período, ocorre também, o surgimento do “Todos pela Educação”, um importante movimento que marca o vínculo empresarial com o ramo educacional. Este movimento foi criado por grupos empresariais que já possuíam um histórico de atuação junto à educação pública (Martins, 2016), convergindo em uma “aliança nacional apartidária, composta pela sociedade civil, pela iniciativa privada e por organizações sociais de educadores e gestores públicos da educação” (Freitas, 2016, p.13). Oficialmente foi lançado em 2006, com articulações feitas que visavam a “corresponsabilidade pela educação, valendo-se de sua experiência empresarial na tentativa de reorganizar a educação pública” (Freitas, 2016, p.13). Vale ressaltar que, de acordo com Martins, o “Todos pela Educação” é um movimento que abrange

Aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, em suas múltiplas determinações no âmbito de suas complexidades e contradições, alcança um estatuto de especialista em educação frente à sociedade, pressionando e, simultaneamente, promovendo junto aos governos uma ampla e complexa reforma educacional (2016, p.14).

Seguindo a ideologia e a influência do Todos pela Educação, um outro marco que liga o setor empresarial à educação foi em 2010, quando publicaram um documento³⁰ com diretrizes, segundo eles, para “transformar a qualidade da educação pública no Brasil”. Participaram dessa iniciativa as entidades: Casa do Saber, Fundação Aprendiz,

³⁰ Documento disponível em: < [https://issuu.com/casadosaber/docs/a transform a o da qualidade da educa o no brasil](https://issuu.com/casadosaber/docs/a_transforma_o_da_qualidade_da_educacao_no_brasil) > Acessado em: 04 ago. 2023.

Fundação Bradesco, Fundação Educar, Instituto Itaú Social, Instituto Unibanco e Parceiros da Educação. Muitas das propostas contidas nesse documento, foram concretizadas anos mais tarde, após o golpe de 2016, como é o caso do Novo Ensino Médio.

Esse documento previa uma Reforma Educacional, porém nos moldes neoliberais. Dentre os pontos, cito alguns que ilustram o caráter mercadológico:

- criação de um comitê formado por diversos agentes, ressaltando a relevância da importância da participação de empresários com experiência no ramo da educação;
- desarticulação da estabilidade do professor concursado público, tendo esse, necessidade de passar por uma avaliação para mensurar seu mérito em continuar atuando em sala de aula;
- supervalorização de programas que reforçam a iniciativa privada como o Portal Único de Acesso ao Ensino Superior (Prouni) e o Crédito Educativo³¹;
- reformulação no currículo das licenciaturas e pedagogia, com a retirada de conteúdos críticos, segundo o documento, os cursos de formação de professores “gastam muito tempo em discussões ideológicas e leituras sobre sistemas sociais” (2010, p.9);
- flexibilização de critérios de contratação de professores, abrindo a oportunidade para que outros profissionais, que não sejam formados na linha da educação, possam atuar com saberes mais técnicos;
- atribuição de selos de qualidade a materiais didáticos;
- permitir que escolas públicas sejam geridas por entidades privadas ou por organizações não governamentais (ONGs), porém com financiamento público;
- expansão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para escolas privadas, para que o Estado pague às escolas privadas para receber alunos de escolas públicas;
- sugerem uma reforma administrativa nas gestões das escolas, atribuindo aos diretores escolares uma visão de gestor empresarial;
- e, claro, uma Reforma do Ensino Médio, focando na formação para o mercado de trabalho. Para isso, deveriam reduzir a carga horária de disciplinas obrigatórias e criar disciplinas eletivas, além de sugerirem segregar os conteúdos por níveis, com a

³¹ Foi um programa de parcelamento estudantil privado sem juros, anos depois transformou-se no que conhecemos hoje como Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

justificativa de que nem todos necessitam aprender sistemas de operações tão rebuscados para o dia a dia.

Afinal, a reforma proposta tinha como objetivo transformar a educação em um campo rentável. A finalidade era atribuir lucro à educação e, principalmente, às empresas que já trabalham no ramo. O discurso criado apoiava-se em uma visão neoliberal que necessitava extrair mais-valia de todos os sistemas da sociedade, além de transferir verba pública indiretamente para os grandes capitais da educação. Por exemplo, quando pedem para aplicar o FUNDEB para as escolas privadas, leia-se que querem transferir verba pública da educação para as escolas e sistemas privados. “Com isso, o setor público vai sendo asfixiado, enquanto a iniciativa privada se desenvolve utilizando o dinheiro público que deveria estar sendo aplicado na expansão da educação pública” (Freitas, 2018, p.56).

No nível superior isto já ocorre de forma muito naturalizada. O PROUNI e o Financiamento Estudantil (Fies) são programas essenciais para a formação em nível superior da população brasileira, criado e gerido pela União, no entanto repassa às iniciativas privadas, verbas que poderiam ser destinadas à expansão do ensino superior público. Essas ações, além de aumentar o lucro dos grandes grupos empresariais da educação, aumentam, também, o poder dessas empresas. A tabela 02 revela o aumento de verba destinada ao ProUni e ao Fies, que entre os anos de 2003 e 2017, obtiveram um crescimento de 1.255,8%, enquanto a verba destinada às Universidades Federais no mesmo período cresceu apenas 155,6%.

Tabela 02
Recursos da união repassados ao ensino superior (reais)

Ano	Gastos com ProUni e Fies	Gastos com Universidades Pública
2003	1.609.450.918	20.187.196.628
2010	3.645.941.284	42.499.166.828
2015	18.178.015.384	48.900.727.030
2017	21.820.088.542	51.599.122.337
Varição 2003-2017	1.255,8 %	155,6%

Valores (R\$ 1), a preços de janeiro de 2018 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA).

Fonte: Despesas da União por órgãos e unidades orçamentárias, Senado Federal (Portal Siga Brasil) (Chaves,2019).

Dessa forma, exemplificamos a transferência de verba pública para o setor privado, ilustrando o porquê de o ramo empresarial ter tanto interesse na educação. Chaves (2019) revela outros dados: em 2015, o Fies representava 70,5% da receita líquida

dos cursos presenciais do Grupo Kroton³², 55,17% da receita do Grupo Estácio, 46,4% do Grupo Ser Educacional e 45,2% do Grupo Ânima. “É importante destacar que o Fies e as novas formas de financiamento estudantil desse setor vêm contribuindo para o aumento do endividamento familiar” (Chaves, 2019, p.71).

A realidade como ela é, destoa do que é difundido. Ostenta-se a fábula do acesso universal ao ensino superior, mas o fato é que tal “bondade” ocorre no processo oposto ao de fortalecer a educação pública. Na verdade, tem o objetivo de minar a influência do Estado na educação, passando a ser uma área comandada e idealizada pelo mercado. Uma característica comum do capitalismo neoliberal é transformar o Estado em mero abastecedor de verba pública, deixando a gestão por conta do capital privado. Assim, corroboramos com István Mészáros, quando afirma que, “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. [...] Talvez nada exemplifique melhor o universo instalado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação” (2008, p.16)³³.

Avelar sinaliza esse movimento como “edubusiness” ou “edunegócios” (denominação muito semelhante ao que vimos com o “agro” – “business” ou “negócio”), ou seja, empreendimentos ou empresas do setor privado com vistas à área educacional, no Brasil e no mundo, “com foco no lucro [nas quais,] questões éticas, pedagógicas e sociais são colocadas em segundo plano por esse tipo de organização” (2019, p. 75, [grifo nosso]). É importante contextualizarmos esses acontecimentos na escala internacional. No mesmo momento em que havia essa pressão de reforma na educação brasileira, observamos no mundo um Movimento Global da Reforma Educacional, cunhado por

³² É o maior grupo empresarial com foco em educação no Brasil, uma das maiores do mundo. Fazem parte desse grupo algumas faculdades, como: Anhanguera, FAMA (Faculdade de Macapá), Pitágoras, Unic (Universidade de Cuiabá), Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), Unime (União Metropolitana de Educação e Cultura) e Unopar (Centro de Estudos do Norte do Paraná).

³³ No capitalismo, tudo vira mercadoria. Há sempre uma predisposição do sistema capitalista em mercantilizar todos os espaços possíveis e impossíveis. Vemos, nesta tese, a educação sendo loteada para se adequar a este sistema; observamos nesta mesma linha de raciocínio os ataques às Terras Indígenas que, de acordo com o discurso do capitalismo neoliberal, necessitam ser rentáveis, necessitam se tornar espaços capitalizados, pois não geram lucro, inventam daí as tais “governanças” para gerir territórios indígenas, ou, por exemplo, inventam programas de “eco” ou “etno” turismo com a mesma finalidade; seguindo nesta lógica, vemos o “crédito de carbono” em que se capitaliza, gerando uma renda através de algo invisível a olho nu, tão pouco compreendido pelas populações que vivem ali naquelas florestas rentáveis, mas que é uma maneira de inserir povos e territórios dentro do sistema capitalista atual de acumulação; por fim, um outro exemplo que nos atinge a todo instante e mal percebemos, é a mercantilização de nosso comportamento, a transformação de nossos comportamentos em dados, e a transformação desses dados em produtos a serem comercializados, nossos “likes”, nossos caminhos nas redes sociais, nos sites de busca, nas compras feitas, geram informação, poder e renda aos homens mais ricos do planeta. Assim, enxergamos aqui, o capitalismo neoliberal como a materialização da apropriação e da expropriação da vida.

Sahlberg (2011) como “Global Education Reform Movement (GERM)”. De acordo com Freitas, esse padrão internacional pensado na educação se refere a um “cenário de globalização rentista e tecnológica [...], tornando os processos educativos mais atrativos aos investimentos transnacionais” (2018, p.39).

Freitas destaca um ponto muito importante e valioso a essa tese, ao se referir ao “ciclo de colonização científica, cultural e tecnológica”, pois essas reformas educacionais globais atraem os investimentos das transnacionais dos países centrais, permitindo uma atuação dessas empresas nos sistemas educacionais das periferias do mundo. “Não por acaso, seu motor está localizado na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e em órgãos de financiamento internacional (BIRD e Banco Mundial)” (Freitas, 2018, p.39).

É importante destacar que há um teor colonizador imbuído nos discursos, nas propostas e nas ações empresariais na educação. Segundo Chaves, quando se trata do nível superior, a inserção de capital especulativo ocorre de duas formas: “1) pela inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsa de valores; 2) por meio do ingresso de grupos estrangeiros de capitais fechados e abertos” (2019, p.68).

Retomaremos, neste momento, as fases categorizadas por Albuquerque *et al.* (2021), no que se refere às implementações de políticas e projetos neoliberais na educação, levando em consideração o período pós-golpe de 2016, com os governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

Diversas diretrizes aprovadas, principalmente durante o governo Temer, foram apontadas no documento elaborado em 2010, com a intenção de “transformação da qualidade da educação pública no Brasil”, como vimos anteriormente. Destaca-se aí a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio.

No que tange a BNCC, “com baixa participação democrática, o documento foi aprovado à revelia de inúmeras manifestações realizadas por entidades científicas, sindicatos docentes e movimentos sociais contrários ao documento, tanto na forma como no conteúdo” (Albuquerque *et al.*, 2021, p. 31). O golpe contra a presidenta Dilma categoriza um marco na aprovação de medidas neoliberais e conservadoras, sem a anuência da aprovação popular, de caráter elitista e reacionário.

Destaca-se que, no ano de 2019, foi institucionalizado um prolongamento da BNCC, a versão BNC-formação, que pretende realizar mudanças nos currículos das licenciaturas, ampliando, assim, o escopo neoliberal para a formação dos professores.

Refletimos aqui, a importância de se debater o currículo, concebido como instrumento de disputa e, após a concretização da BNCC, de implementação da hegemonia neoliberal. Corroboramos, assim, com a análise feita por Miguel Arroyo, para o qual o currículo, configura ser um território em disputa. “Na construção espacial do sistema escolar, o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola. Por causa disso, é o território mais cercado, mais normatizado. Mas também o mais politizado, inovado, ressignificado” (2011, p.13).

No que diz respeito à Reforma do Ensino Médio, suas consequências resultaram no aumento da desigualdade entre os estudantes do ensino público (filhos das classes trabalhadoras) e os de escolas particulares de excelência (com mensalidades que destoam da realidade da renda mensal da população brasileira). Essa medida implementada, muito se assemelha com a reforma educacional realizada por Jarbas Passarinho, durante a ditadura militar. Os jovens pobres vivenciam a escola para terem uma formação tecnicista, com o intuito de servir de força de trabalho braçal, enquanto os ricos, aprendem os conteúdos repletos de erudição, estimulados pelas atividades intelectuais.

O Novo Ensino Médio escancara o desenho das forças hegemônicas que atuam no território brasileiro, ilustra, nas possibilidades de acesso à educação, os traços da colonialidade ainda presente na sociedade e as desigualdades entre classes. Reforça a segregação existente, principalmente, após a realização do Ensino Médio, quando o estudante de escola pública tenderá a ficar mais impossibilitado de acessar cursos de nível superior, que exigem maior concorrência.

Ao retirar as disciplinas obrigatórias e inserir disciplinas de “utilidade prática” com o Novo Ensino Médio criou-se, pelo Brasil a fora, disciplinas do nível do grotesco como: “O que rola por aí”, “RPG”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA” e “Arte de Morar”³⁴. Só pelos nomes já podemos mensurar a dificuldade do estudante, que teve aula de “Brigadeiro caseiro”, na disputa do ingresso à universidade pública e de qualidade nos cursos mais concorridos. Constrói-se, assim, um regresso educacional de tamanha dimensão, não vista ainda no período pós-constituente.

Destaca-se que além da implicação de viés mercadológico do empreendedorismo e da meritocracia, há também a necessidade do controle. No ano de 2016, surgiu no Brasil um movimento de ocupação nas escolas secundaristas de todo país. Este movimento

³⁴ Dados retirado da reportagem da Revista Exame. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/apos-reforma-do-ensino-medio-alunos-tem-aulas-de-o-que-rola-por-ai-rpg-e-brigadeiro-caseiro/> > Acessado em 15 fev. 2023.

reivindicava dentre tantas urgências do debate ao direito à educação, a PEC 241/2016 do Teto de Gastos que limitou o investimento do governo federal em diversas áreas como na Educação.

foi um movimento que utilizou a estratégia de ocupação de prédios públicos para reivindicar direitos essenciais. Além da atuação expressiva dos estudantes, as pautas que variavam de escola a escola trouxeram para o debate a necessidade de se repensar a educação pública. As primeiras ocupações datam de novembro de 2015 com início em São Paulo, replicando-se em Goiás, depois para o Rio de Janeiro e, quase concomitantemente, envolveu os estudantes do Espírito Santo, Minas Gerais, os estados da região sul, com destaque para o Paraná, e alguns da região nordeste e norte (Rocha, 2020, p. 61).

Portanto, podemos analisar também pelo caráter reacionário da implementação da Reforma do Ensino Médio, uma medida que respondia ao movimento nacional liderado pelos secundaristas. O controle dos corpos e das mentes aparecem nas novas tentativas de reforma na educação.

É importante reforçar mais uma vez que tais medidas não seriam tomadas em tempos normais, que o país recém golpeado, estava à mercê das canetadas neoliberais de seus golpeadores. Temer, o principal líder do movimento, que triunfou na presidência da forma mais deslegitimada possível, organizou fortemente os ataques à educação pública. Paraphraseando Milton Santos, no reino neoliberal, tudo vira mercadoria, até mesmo os “espaços mais banais”.

No que diz respeito ao governo Bolsonaro, as ações neoliberais encontraram terreno amplo e se articularam com os ideais educacionais de caráter conservador e autoritário pregado pelo então governo, como, por exemplo, a “expansão das escolas cívico-militares e [os] controles ideológicos sobre os conteúdos curriculares, livros didáticos e o trabalho docente” (Albuquerque *et al*, 2021, p. 33 [grifo nosso]).

Presenciamos um período revisionista com a intenção de revisitar o passado do regime militar e recolocar a ditadura a partir do ponto de vista dos ditadores. O intuito era prever “uma intervenção mais direta, que objetivava reforçar o discurso do anti-intelectualismo, do escola sem partido” (Albuquerque *et al*, 2021, p.33). Nesse período, surgem movimentos diretamente ideologizados pela noção da “agrossociedade”, obedecendo a uma racionalidade intelectual do agronegócio com ofensivas diretas voltadas aos conteúdos de geografia nas escolas³⁵.

³⁵ Ver capítulo 6.

Neste terceiro mandato do governo Lula (a partir de 2023) até o momento em que este subcapítulo da tese foi escrito, não tivemos notícia da revogação de instrumentos neoliberais aplicados à educação, principalmente daqueles estabelecidos durante o golpe realizado pelo governo Temer. Presenciamos, mais uma vez, um governo de esquerda, abrindo concessões neoliberais para governar. Exigências advindas do mercado, que obrigam a tensionar dentro do jogo de disputas internas da frente ampla criada que elegeu Lula. Nesse sentido, até o momento, nos parece que o neoliberalismo foi vitorioso mais uma vez, priorizando a educação brasileira de acordo com as diretrizes do Banco Mundial, corroborando com a análise de Milton Santos sobre a transformação dos territórios nacionais em “espaço nacional da economia internacional”, passando aos negócios o papel de governar, até mesmo mais que os próprios governos nacionais, comportando-se “os Estados como servos das corporações multinacionais” (1996, p.194-195).

Nesse contexto, a escola passa a ser território do neoliberalismo e, conseqüentemente, os processos acima citados resultarão na

formação de uma geração de jovens que desvaloriza preceitos democráticos, disposições sociais que podem se tornar potencialmente preconceituosas, sexistas, conservadoras, meritocráticas, individualistas, defensora de trabalhos insalubres e precários, que entende o empreendedorismo como uma alternativa viável para o futuro. Ai estão os elementos fundamentais que se pretende implementar a partir da escola como território de difusão desta sociabilidade necessária ao fortalecimento da atual fase de acumulação flexível (Albuquerque *et al*, 2021, p. 70).

A construção do discurso da educação como um valor universal permite que ofensivas neoliberais de todos os cantos do mundo sejam feitas com a prerrogativa do investimento. Assim, a sociedade em geral passa a apoiar a iniciativa privada e pouco se questiona no que diz respeito à entrada empresarial no ramo da educação.

Além disso, a publicidade em massa feita por esses empresários, serve para introjetar na população, que há uma só saída, a saída escolhida pelas iniciativas privadas. Observamos, assim, os atores hegemônicos ocupando todos os possíveis “espaços banais” da sociedade. O caráter empresarial da reforma da educação nos moldes neoliberais tem concepções conservadoras, reacionária, individualista e segregadora (Freitas, 2018), afinal, são os moldes do capitalismo sendo aplicados diretamente na escola.

Observamos, também, uma disputa de projetos, que almejam dois fins distintos sobre o papel da educação: um acredita na educação como bem público, feita e gerida por órgãos públicos com uma finalidade social, visando um desenvolvimento no processo de cidadania; o outro, acredita na educação com fins lucrativos, justificando-se suas

operações com o objetivo do desenvolvimento econômico, atrelada aos avanços neoliberais, dispostos a otimizá-la, de acordo com as diretrizes empresariais.

Destaca-se o movimento combinado e desigual, de que, quanto mais avançam as disparidades educacionais com as políticas neoliberais, mais se fortalece o conservadorismo e o reacionarismo na sociedade brasileira. A educação se insere no escopo da “guerra cultural”, e os Aparelhos Privados de Hegemonia (Fontes, 2010)³⁶, ganham força nos terrenos acrílicos nos períodos sombrios de ignorância da sociedade.

Por detrás do neoliberalismo há um *modus operandi* disfarçado, através de entidades que constroem suas ações com um discurso apolítico. Os agentes hegemônicos neoliberais elaboram e direcionam seus discursos no intuito de criar uma realidade onde, os “agentes politizadores” do debate educacional seriam somente aqueles críticos às ofensivas da entrada empresarial na educação. É comum escutarmos, dos agentes hegemônicos neoliberais e dos agentes do neofascismo (que debatem educação sem nenhum embasamento científico), que os críticos ao sistema empresarial na educação são os que levam suas ideologias para a sala de aula, enquanto a educação ofertada por eles seriam as ideais, por serem “neutras” e “isentas”.

Esses agentes não levam em consideração o que estamos tentando mostrar e defender nesta tese, ou seja, a educação e a escola como um território em disputa. A escola e a educação enquanto espaços de conflito de ideias. A pedagogia se constrói no questionamento, e é no embate de ideias que surgem novas proposições.

As acusações que se dizem apolíticas, são na verdade escamoteadas pela ideologização do neoliberalismo. A construção da ideologia neoliberal apresenta-se sempre como universal, quase inata e com propostas que vem de cima para baixo. O jogo é ditado pelos neoliberais, fazendo com que aqueles que não se adaptam ou não queiram participar, sejam descartados, muitas vezes com a justificativa meritocrática de não terem atingido os resultados esperados.

É possível perceber que, no fundo, há uma eugenia ideológica presente no neoliberalismo, talvez seja por isso que seus métodos comunguem tão bem com as propostas políticas antidemocráticas e ditatoriais que surgiram nos últimos anos em todo

³⁶ A compreensão de Aparelhos Privados de Hegemonia leva em consideração o debate realizado por Virginia Fontes, “remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria, como o momento eticopolítico da contra-hegemonia” (Fontes, 2010, p. 133)

mundo. Conversam, também, em harmonia, com as redes sociais e com as novas tecnologias que são imbuídas de comandos advindos dos centros econômicos do grande capital. Tais técnicas novas adentram, não somente as escolas e os processos educativos, como também a vida cotidiana das pessoas. Dessa maneira, o terreno torna-se fértil para a despolitização da política como compreensão emancipadora do mundo, passando a ser fecundo para as radicalizações neofascistas que, junto com o neoliberalismo econômico, recuperam, no sentido rasteiro, do empobrecimento da humanidade, as mais hediondas formas de se tornarem hegemônicas.

Assim, ficamos com Paulo Freire que, ao tratar das elites dominadoras, nos revela a concepção política dessa classe e os fundamentos da educação categorizada por ele como “educação bancária”. Freire nos lembra que, na medida em que as elites dominadoras desenvolvem “uma ação apassivadora”, vão construindo nos oprimidos um “estado de imersão”, dessa forma a classe dominadora, que chamamos aqui como hegemônica, vai transformando o oprimido numa “vasilha [...] pondo nela *slogans* que a fazem mais temerosa ainda da liberdade” (1987, p.85).

A atualidade de Paulo Freire é perturbadora, pois revela que a hegemonia como vimos, é um processo – como nos apontam Williams (1977) e Laclau e Mouffe (2004). É nesse processo que a classe dominante revela os sentimentos mais assombrosos para com as classes que não são hegemônicas, impondo uma visão que em que o “oprimido” aceite passivamente as ordens neoliberais de seus “opressores”.

Resta a nós, como “humanistas”, nos empenharmos para que “os oprimidos tomem consciência de que [...] estão sendo “hospedeiros” dos opressores”. Para isso, é necessário que

o acercamento às massas populares se faça, não para levar-lhes uma mensagem “salvadora”, em forma de conteúdo a ser depositado, mas, para, em diálogo com elas, conhecer, não só a *objetividade* em que estão, mas a consciência que tenham desta objetividade; os vários níveis de percepção de si mesmos, o do mundo *em* que e *com* que estão (Freire, 1987 [1970], p. 86 [grifos do autor]).

Em suma, a “educação bancária” de Paulo Freire está mais atual que nunca. Por isso acreditamos que, por mais que o neoliberalismo venda a ideia de liberdade individual, sabemos que, o que de fato liberta, é incompatível com essa prática.

CAPÍTULO 4 - INVESTIDAS E OFENSIVAS: A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO AGRONEGÓCIO

As classes dominantes brasileiras “transformam territórios, tecnificando-os, cientificando-os, submetendo-os, impondo novas relações, tentando homogeneizá-los, aproveitando das diferenças a seu favor, apropriando-se da multiplicidade de formas pré-existentes” (Bernardes, 2010, p. 25). Dessa forma elas se reproduzem como classe e se unem, fortalecendo seus ideais. De fato, o corporativismo encontrado entre os setores do agronegócio, como na direita conservadora brasileira, é bastante revelador, mesmo quando há divergências internas, convergem quando o interesse é o mesmo, havendo uma unidade institucionalizada e organizada entre eles.

A reprodução da violência e a penetração no campo político, jurídico e ideológico são práticas usuais do agronegócio. O setor se organiza como classe e age estrategicamente sobre os territórios, gerando conflitos. O agronegócio, como já visto, também constrói a “psicosfera” dos lugares onde atua diretamente na linha de produção, mas suas ações transcendem diversas escalas, para além dos espaços em que ele está materialmente presente. Neste tocante, é importante observar como o setor e seus atores se entremeiam na educação, para fortalecer o seu processo de construção hegemônica.

O processo de legitimação do setor e a construção de uma “psicosfera” nacional passa pela “interlocução da associação com a educação pública, tanto no ensino superior, onde produz pesquisas e forma seus intelectuais orgânicos, quanto na educação básica” (Lamosa, 2016, p.17). Neste capítulo analisaremos, brevemente, programas do agronegócio nas escolas de ensino básico por todo Brasil. De antemão informo que não serão abordados todos os projetos e programas, devido ao grande número e às escalas de atuação³⁷. Para isso dividimos o capítulo em 3 partes, de acordo com os agentes hegemônicos e suas respectivas escalas de atuação: a) as entidades patronais, b) as empresas e c) os produtores locais. Destaca-se que, neste momento da tese, serão mencionados somente aqueles programas que já existiam antes do governo Bolsonaro. No capítulo 6 retomaremos a análise das novas ofensivas legitimadas durante o período presidencial de Jair Bolsonaro.

³⁷ Para compreenderem com maior descrição de detalhes, ver a tese defendida em 2022 de Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro, “A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo”.

4.1 As entidades patronais do agronegócio e seus interesses na educação

O patronato rural se organiza em associações com o intuito de ser coletivamente representado através dessas entidades. É a partir delas que seus interesses são expostos. Todos os setores do agronegócio são representados e compartimentados de acordo com os locais onde se inserem. Na maior parte das vezes, com exceção da ABAG, essas entidades atuam nas escolas que estão inseridas nos seus respectivos espaços de atuação. Ou seja, seus programas educativos têm em vistas as suas áreas de interesse e abrangência.

Um dos mais importantes e conhecidos no país é o “Agrinho”. Criado inicialmente no estado do Paraná no ano de 1996, se expandiu para todas as regiões do Brasil, atuando atualmente em mais 8 estados. A abrangência do programa, conforme os moldes desenvolvidos no Paraná, se expandiu para o Ceará (2002), Rio Grande do Sul (2003), Mato Grosso (2003), Espírito Santo (2004), Goiás (2008), Mato Grosso do Sul (2014), Rondônia (2019) e Rio Grande do Norte (2023). Já na Bahia há um projeto muito semelhante, porém leva o nome de “Despertar”, sendo executado em alguns municípios do estado desde 2005.

Através de pesquisa no Google, podemos perceber a relevância dos programas e o altíssimo nível de estruturação nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Ceará, Bahia, Goiás e Espírito Santo. Já nos demais, parecem ser ainda incipientes. Em Mato Grosso, por exemplo, encontramos poucas informações recentes sobre o programa, em Rondônia iniciaria em 2020, porém com a pandemia, foi adiado e não encontramos informações sobre seu início, já no Rio Grande do Norte, as notícias indicam que será retomado a partir deste ano de 2023, no entanto, não encontramos informações sobre ações anteriores.

Esses programas são desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em cooperação com as Federações Agropecuárias de cada estado. A maior parte do público-alvo são as escolas públicas municipais. O programa tem como objetivo promover um concurso que tem a intenção de premiar alunos, escolas e professores. Observamos a forte presença de uma ação baseada em um caráter competitivo, fundamentado na premiação por mérito. No capítulo 5 da tese iremos esmiuçar, com maiores detalhes, o funcionamento desse programa, tendo como recorte o estado do Mato Grosso do Sul.

Imagem 01
Personagens dos materiais didáticos do Agrinho do estado do Paraná³⁸



Fonte: Site do programa Agrinho – Paraná

O segundo a ser destacado é o Programa Educacional Agronegócio na Escola, da ABAG de Ribeirão Preto. De acordo com as pesquisas realizadas para compreender o estado da arte sobre a temática desta tese, compreendemos ser o programa mais estudado e aprofundado, até o momento, dentre os pesquisadores brasileiros. No capítulo 2, percebemos o papel importante da ABAG para a consolidação do agronegócio como conhecemos hoje, principalmente no que se refere ao escopo ideológico desenvolvido a partir desta entidade.

Dessa forma, ao lermos os trabalhos desenvolvidos para compreender o programa pedagógico, percebemos a linha estratégica do agronegócio e os interesses do setor com a educação local (Lamosa, 2016; Aquino, 2018). Lamosa (2016) revela que o projeto hegemônico da ABAG, se baseia na relação através do trabalho intelectual de líderes do agronegócio, mas também na exploração do trabalho intelectual não remunerado dos professores das redes municipais. A forma de organização do concurso, se assemelha em demasiado, com o que ocorre atualmente no Agrinho, desenvolvido pelo SENAR.

O programa desenvolvido pela ABAG originou-se em 2001 e converge, como uma das estratégias criadas pela associação, “na área da comunicação, utilizando os meios midiáticos e a escola pública como principais instrumentos de difusão da nova imagem do agronegócio” (Lamosa, 2016, p. 146).

A imagem do setor, não tão benquista pela sociedade em geral, preocupava o empresariado, o qual, por meio de estratégias ideológicas, começou a se organizar para entrar na disputa cultural e criar vínculos afetivos com a população em geral. Os

³⁸ Imagem disponível em: < <https://www.sistemafeap.org.br/programa-agrinho-2023-campo-e-cia-150/> > Acessado em 05 set. 2023.

programas educacionais do agronegócio, em geral, têm dois objetivos principais: 1) mudar a imagem do agronegócio perante a sociedade; e 2) transferir as ideologias do setor para a população em idade de aprendizado através da escola.

Cordeiro apresenta dados que “demonstram não apenas a dimensão do programa, mas sua intencionalidade em interferir nos conteúdos, práticas e metodologias escolares” (2022, p.215). Inicialmente, o programa vinha sendo desenvolvido em escolas públicas da microrregião de Ribeirão Preto, em São Paulo; no entanto, após a pandemia, o avanço das novas tecnologias de informação possibilitou a expansão do concurso para todo o país. O programa alcançou, entre 2001 e 2022, a totalidade de 258.271 alunos, 4.532 professores, proporcionou 2.299 visitas de alunos e de 150 professores às instalações do agronegócio, atingindo 745 escolas, de 207 municípios em 21 estados³⁹.

Os números revelam a dimensão do programa, que nem mesmo na pandemia ficou paralisado, adequou-se à realidade virtual que vivíamos naquele período para desenvolver seu programa pedagógico. Mostra-se, assim, a importância que o Programa Agronegócio nas Escolas representa para o setor em que, mesmo com cenários adversos, se mostrou capaz de continuar e, ainda por cima, ampliar o leque de atuação. As operações do programa, que antes eram desempenhadas na escala microrregional, se ramificam para a escala nacional, alcançando novos territórios, justamente, devido à adequação do sistema de aulas remotas desenvolvido durante a pandemia da Covid-19.

Destaca-se, que o programa, após a pandemia, voltou a atuar com atividades presenciais na microrregião de Ribeirão Preto, porém o concurso continua sendo aberto para concorrências de outras escolas e professores de todas as regiões do país. O programa vai além do concurso, conta com o que eles chamam de “capacitação de professores”, que acontece em Ribeirão Preto, mas também com transmissões online. Nessa capacitação são realizadas palestras com especialistas e treinamento aos professores interessados em utilizar o programa e a participar do concurso; acontecem também, visitas monitoradas de professores e alunos em sedes, fazendas ou empresas ligadas ao ramo do agronegócio.

Os concursos⁴⁰ premiam:

³⁹ Acessado em: < <https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola> >
Disponível em: 06 set. 2023.

⁴⁰ Informações retiradas do regulamento disponível no site da ABAG, disponível em: < https://www.abagrp.org.br/uploads/tinymce/uploads/Regulamento_2023_-_Programa_Educacional_Agronegocio_na_Escola.pdf > Acessado em: 31 ago. 2023.

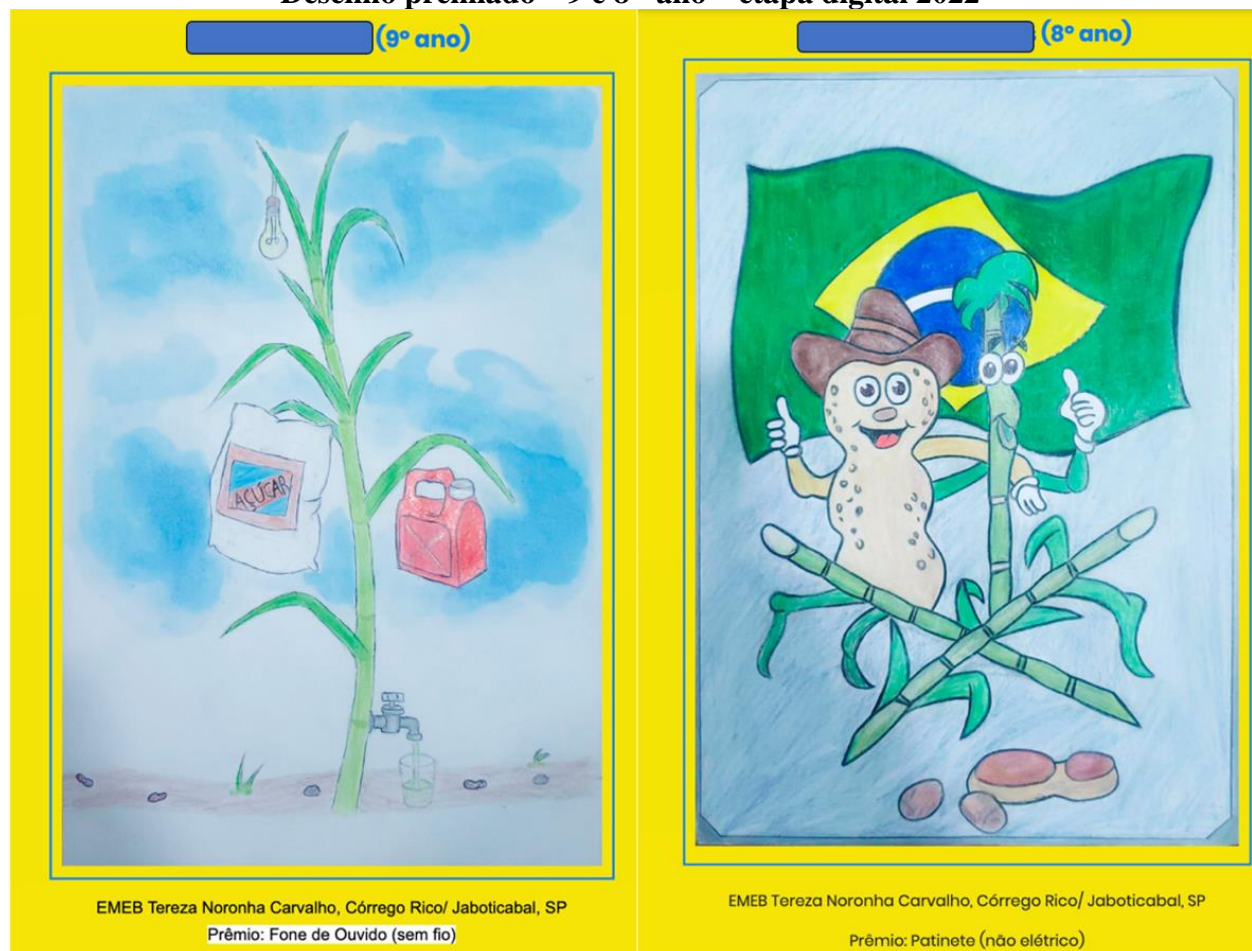
- os professores que em seus planos de aula “contemplem a inclusão de temas agro em qualquer disciplina da grade comum curricular”;
- os alunos que nos concursos de desenho e de redação versem sobre o tema escolhido pela ABAG na disputa daquele ano (Imagens 02 e 03);
- os grupos de alunos que realizem trabalhos na “Feira do Conhecimento “Agronegócio na Escola”;
- os trabalhos em estilo livre, “podendo ser texto, cartazes, maquetes, vídeos etc” e;
- as escolas concorrem em duas modalidades: no prêmio “Super Quiz Escolas” (uma competição online entre professores de diversas escolas diferentes “com testes de múltipla escolha com base nos módulos e palestras oferecidas”) e no “Prêmio Escola” (de acordo com a pontuação acumulada pela escola no decorrer do programa).

Para termos dimensão do concurso, no ano de 2023, listamos abaixo os prêmios para os alunos que vencerem as disputas: telescópio astronômico (iniciante e amador), skate, *smartwatch*, patinete, câmera *go pro*, kit *youtuber*, caixa de som sem fio, *smart speaker* e fone sem fio. Os prêmios para os professores são: bicicleta, micro-ondas, *airfryer*, aspirador de pó robô, *smart tv*, tablet, caixa de som sem fio, fone de ouvido sem fio, cadeira *gamer*, *grill*, panela elétrica, *smartphone*, *smart speaker*, *soundbar*, *e-book reader*, cafeteira elétrica e ar-condicionado *split*. Já os prêmios para a escola que ganhar o “Super Quiz” será uma impressora *ecotank* e para a que vencer o “Prêmio Escola”, saberá somente no dia do evento de encerramento. Na premiação em 2021, por exemplo, a escola vencedora recebeu uma impressora, um frigobar e um kit escritório.

Através desses programas educacionais, o agronegócio passa a imagem de solidário, vende uma reputação de dinamizador das relações escolares, passando a criar uma “boa aparência” sobre o setor perante a sociedade, espalhando a ideia de filantropia⁴¹, no estilo mais católico possível, “doar” sem a intenção de receber nada em troca. E aos poucos esses programas educacionais vão posicionando o agronegócio como referência moral nas comunidades escolares que trabalham com seus conteúdos.

⁴¹ Como diz Freitas “a filantropia é a peça-chave na propaganda e no financiamento da privatização da educação” (2018, p.41).

Imagem 02
Desenho premiado – 9 e 8º ano – etapa digital 2022⁴²



Fonte: site da ABA

⁴² Disponível em: < <https://www.abagr.org.br/vencedores-etapa-digital-2022> >. Acessado em: 06 set. 2023.

Imagem 03
Redação premiada - 7º ano – etapa digital 2022⁴³

Título da Redação: Agronegócio "A marca do Brasil".

O agronegócio é a locomotiva que move o Brasil e sustenta a cadeia produtiva no qual todo produto é necessário para manter a sobrevivência de todos os seres vivos.

Dentre os inúmeros produtos que permeiam o setor agrícola gostaria de destacar o amendoim que é classificado como uma leguminosa oleaginosa, proveniente da América do Sul e cultivado pelos povos originários.

O amendoim, no município em que moro é a base da economia, junto com a cana-de-açúcar e alimenta um setor essencial oferecendo empregos nos diversos segmentos, bem como riquezas e distribuição de renda.

Jaboticabal, atualmente é considerado a "Capital Nacional do Amendoim", título que me orgulho bastante por ser "menina do campo" e acompanhar de perto a vida daquele sustento cujo depende de uma teia interligada na qual o centro é o agronegócio.

Sendo assim, após estudar um pouco mais sobre o assunto, penso que o "agronegócio é a Marca do Brasil" e meu futuro já está escrito no solo desse rico país.

(7º ano)

EMEB Tereza Noronha Carvalho, Córrego Rico/Jaboticabal, SP

Prêmio: Fone de Ouvido (sem fio)

Fonte: Site da ABAG

⁴³ Título da redação: Agronegócio "A marca do Brasil"
O agronegócio é a locomotiva que move o Brasil e sustenta a cadeia produtiva no qual todo produto é necessário para manter a sobrevivência de todos os seres vivos.
Dentre os inúmeros produtos que permeiam o setor agrícola gostaria de destacar o amendoim que é classificado como uma leguminosa oleaginosa, proveniente da América do Sul e cultivado pelos povos originários.

O amendoim, no município em que moro é a base da economia junto com a cana-de-açúcar e alimenta um setor essencial oferecendo empregos nos diversos segmentos, bem como riquezas e distribuição de renda.

Jaboticabal, atualmente é considerado a "Capital Nacional do Amendoim", título que me orgulho bastante por ser "menina do campo" e acompanhar de perto a vida daquele sustento cujo depende de uma teia interligada na qual o centro é o agronegócio.

Sendo assim, após estudar um pouco mais sobre o assunto, penso que o "agronegócio é a Marca do Brasil" e meu futuro já está escrito no solo desse rico país.

O Programa Agrinho, o Programa Despertar e o Programa Agronegócio nas Escolas configuraram-se como os principais programas educativos do agronegócio atualmente. Porém, faz-se necessário destacarmos, outros programas, assinalados na pesquisa de Cordeiro (2002).

O Programa de Educação Ambiental Campo Limpo do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), que faz parte do Sistema Campo Limpo, criado “por empresas e entidades representativas do ramo dos “defensores agrícolas”, visa distribuir materiais escolares para “escolas públicas e privadas da rede de relacionamento das Centrais de Recebimento de Embalagens Vazias do Sistema Campo Limpo de todo o país” (Cordeiro, 2022, p. 220). Objetiva dialogar com questões ambientais que visam, principalmente, o uso do descarte de embalagens vazias e outros resíduos sólidos.

De acordo com informações obtidas no site do programa⁴⁴, foi alcançado, entre 2010 e 2022, um total de 2.312.430 alunos do 4º e 5º ano. Somente no ano de 2022, o programa atuou em 2.619 escolas de 312 municípios em 19 estados. São distribuídos “kits PEA” (Programa de Educação Ambiental Campo Limpo), que contêm o caderno do professor e um jogo de tabuleiro, para serem usados como atividades complementares.

Cada ano é elaborado um tema que interliga o material didático aos resíduos sólidos. Em 2016 era “O papel da sociedade”, em 2017 “O desafio da escola”, em 2018 “A contribuição das famílias”, em 2019 “O aluno como protagonista”, em 2020 e 2021 “A caminho da Economia Circular”, em 2022 “Caminhos da Logística Reversa” e em 2023 “No Desafio da Ecoeficiência” (Imagem 04).

⁴⁴ Disponível em: < <https://inpevcampolimpo.org.br/> > Acessado em: 06 set. 2023.

Imagem 04
Capa dos Cadernos do professor disponibilizado pelo PEA⁴⁵



Fonte: site do inpEV Campo Limpo

⁴⁵ Disponível em: < <https://inpevcampolimpo.org.br/edicoes-pea/> >. Acessado em: 05 set. 2023.

Na mesma perspectiva, encontramos o Programa Meio Ambiente na Escola ofertado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e pelo Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados do Estado de São Paulo (Sindoleo). O programa iniciou-se no ano de 2011, tendo sua área de abrangência inicial em 11 municípios do estado de São Paulo. Participam desta entidade as grandes empresas do ramo, Bunge, ADM, Cargill, Imcopa e LDC. Há um enfoque na educação ambiental, principalmente no que se refere ao descarte de resíduos e aos conceitos dos 3 Rs: reduzir, reutilizar e reciclar (Cordeiro, 2022).

Na imagem 05 temos o gibi para colorir, distribuído como material educativo do programa. Cordeiro, analisa criticamente o material. Em sua análise a autora diz que “todas as narrativas, sobre o pretexto de educação ambiental, a temática da destinação dos resíduos é trabalhada de forma a incentivar a responsabilização individual, que tem como pano de fundo a culpabilização dos indivíduos por problemáticas enfrentadas” (2022, p.232). É muito comum, nos discursos midiáticos, a construção da culpabilização do consumidor perante os danos ambientais causados por empresas e pelos modos de consumo desenfreios das sociedades modernas.

Cria-se, cada vez mais, a imagem do consumidor que é responsável pela degradação ambiental; paralelamente a isso, é criada também a exigência de que esse consumidor é o único responsável para exigir de empresas, maneiras mais sustentáveis de produção. Os discursos empresariais de educação ambiental nunca questionam o consumo e nem os modos de exploração da natureza e do trabalho que operam nos circuitos produtivos das empresas, focam sempre na culpabilização do indivíduo. Aquela velha história de quem está acabando com a água do mundo é o cidadão que escova os dentes com a torneira aberta, sem ao menos questionar o uso exacerbado de água limpa e potável nos sistemas agroindustriais do planeta.

Na história em quadrinho, analisado por Cordeiro, estes problemas ambientais “parecem ser facilmente superadas por uma simples mudança de atitude, possibilitada pela ação da conscientização. Os superpoderes da Capitã Recicla são elucidativos nesse sentido” (2022, p.232).

Imagem 05 –
Gibi da Capitã Recicla, distribuídos como material de educação ambiental⁴⁶



Fonte: site do Programa Meio Ambiente nas Escolas

⁴⁶ Disponível em: < https://www.oleosustentavel.org.br/pdf/HQ_Capita_Recicla.pdf > Acessado em: 06 set. 2023.

Vale a pena destacar algumas ações empresariais realizadas em conjunto com a entidade organizadora do programa. Por exemplo, as ações, junto à ADM, têm como “foco o trabalho de educação ambiental nas escolas, mobilizando as redes municipais de educação [...] para o descarte correto do óleo de cozinha usado, tornando as escolas em pontos de entrega voluntário do óleo usado”. Nos dados de 2018, suas ações ocorreram em 43 escolas municipais. A Cargill atua junto com a marca Liza, especificamente no município de Mairinque, coletando óleos usados nas escolas (Imagem 06). Outro exemplo, é a atuação da LDC na formação de gestores escolares, que visa capacitá-los para executar o programa⁴⁷.

Imagem 06 – Propaganda para divulgar os pontos de coletas nas escolas⁴⁸



Fonte: site do Programa Meio Ambiente nas Escolas

No setor sucroenergético, temos o Projeto Agora, que tem o propósito de comunicação institucional do agronegócio da cana-de-açúcar no Brasil. Este projeto conta

⁴⁷ Disponível em: < <https://www.oleosustentavel.org.br/programa-meio-ambiente-nas-escolas> > Acessado em: 06 set. 2023.

⁴⁸ Disponível em: < <https://www.oleosustentavel.org.br/programa-meio-ambiente-nas-escolas-sobre-programa-em-mairinque> > Acessado em: 06 set. 2023.

com a junção de 15 entidades⁴⁹ do setor, com o objetivo, segundo o seu site, de disseminar “impactos sociais e ambientais positivos [...] na disponibilização e ampliação de esclarecimentos para a conscientização da opinião pública sobre as questões da indústria da cana-de-açúcar e a sustentabilidade”⁵⁰. De acordo com a cartilha⁵¹ do projeto, as expectativas de abrangência seriam focadas nos “consumidores, formuladores de políticas públicas e estudantes do Ensino Fundamental das redes públicas estaduais” dos estados de “São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Bahia”. Segundo Cordeiro, “a estratégia utilizada também gira em torno de concursos/desafios com premiações, incluindo [...] debates e kits pedagógicos” (2023, p.222).

Por fim, destacamos o programa ANDEFedu da Associação Nacional de Defesa Vegetal, que atua, aparentemente, somente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Campinas, no estado de São Paulo. Cordeiro analisa a cartilha elaborada pelo programa que apresenta, como destaque, as “pragas agrícolas, como obstáculos enfrentados pela agricultura, só superados pelo avanço da ciência”. Ou seja, condizente com a linha de atuação da organização em relação ao uso dos agrotóxicos. No entanto, “apesar de não defender de forma direta, clara e objetiva o uso de defensivos agrícolas, bem como não ser um material de publicidade do setor, a cartilha pode ser considerada um instrumento de propaganda, ainda que sutil” (2022, p. 219).

A cartilha também apresenta um cenário da Revolução Verde, “apoiada em uma narrativa histórica sem lastro na realidade [...], há uma omissão e/ou falta de rigor teórico, evidenciados pelo desprezo das consequências nefastas desse modelo” (Cordeiro, 2022, p. 219), além de expor a defesa dos produtos transgênicos e do etanol de cana-de-açúcar como alternativa para redução de danos ambientais no mundo.

⁴⁹ Bioenergia Alcopar (Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná) / Sialpar (Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado do Paraná / SIAPAR (Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná); BioSul (Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul), Ceise (Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucoenergético e Biocombustíveis), Orplana (Organização de Associações de produtores de Cana do Brasil), SIAMIG (Associação das Indústrias Sucoenergéticas de Minas Gerais), SIFAEG (Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás), Sindaçúcar (Sindicato da Indústria e do Álcool); Sindaçúcar – Alagoas, SINDALCOOL (Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool) dos estados de Mato Grosso, Paraíba, Maranhão e Pará; UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar e Bioenergia do Brasil); além das indústrias: BASF; Bayer, Dedini, FMC; Monsanto e Syngenta.

⁵⁰ Disponível em: < <http://www.projetoagora.com.br/o-projeto/> >. Acessado em 31 ago. 2023.

⁵¹ Disponível em: < <https://unica.com.br/wp-content/uploads/2020/10/projeto-agora.pdf> >. Acessado em 31 ago. 2023.

Fica evidente que as entidades patronais do agronegócio necessitam difundir seus ideais e ao mesmo tempo criar uma imagem de confiança. Todas elas têm em comum difundir as supostas benesses do setor, camuflando sempre os impactos socioambientais gerados por eles. As escolas, um espaço autorizado e com credibilidade pela sociedade, difunde os discursos, fortalecendo a legitimidade do “bom agronegócio” para todo o senso comum.

Em geral, praticamente todas as organizações patronais do agronegócio têm projetos educacionais. Algumas com uma organização bem arquitetada e ramificada, enquanto outras, a maior parte, não tão bem estruturada, como as que vimos, porém com ações mais pontuais com cursos de formação ou doações de materiais para as escolas. Sugerimos, para aqueles que desejam explorar mais a temática, digitar no *Google* o nome da associação rural e em seguida a palavra “educação” ou “escola” ou “colégio”, aparecerá quase sempre nos resultados as ações educativas realizadas por tal entidade.

4.2 As empresas do agronegócio e o discurso de responsabilidade social empresarial: a educação no alvo das “boas ações” do mercado

As empresas do agronegócio atuam com projetos educacionais em multiescalaridades, tanto nas escalas meso ou microrregionais, mas também nas escalas nacionais e locais. Essa variação está relacionada com a atuação da empresa no território nacional. As intenções de suas atuações são camufladas pela “reponsabilidade social empresarial”, no entanto são atravessadas essencialmente por suas propostas ideológicas, que objetivam amenizar, em muitos casos, alguns danos socioambientais causados por elas nas intermediações das escolas.

Estas seriam agora imbuídas de realizar a formação político-cultural das comunidades, em especial das crianças e jovens, através do desenvolvimento de ações educativas, culturais, esportivas realizadas por meio de parcerias público-privadas. No fundo, cumpririam dois grandes objetivos ao mesmo tempo: executar o papel a elas destinado pelo Estado na implementação das políticas públicas sociais, e ao mesmo tempo, agregar valor às empresas e às suas marcas (Chã, 2019, p. 112).

Assim como nos casos das atuações das entidades patronais, não esmiuçaremos com detalhes, somente iremos pontuar os principais casos.

No que tange a um papel mais elaborado de inserção empresarial do agronegócio nas escolas, acreditamos que o Programa Suzano de Educação, da empresa Suzano Papel

e Celulose se destaca, devido à sua amplitude. Este programa abrange, atualmente, municípios dos estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A iniciativa da empresa se justifica com base nos índices do IDEB, e tem como objetivo melhorar tais índices nos municípios onde atua, através das ações elaboradas por eles.

O projeto funciona da seguinte forma: inicialmente há uma parceria da empresa com os municípios, em seguida formam o que eles chamam de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), uma aglutinação de municípios próximos e com contextos semelhantes. Esses municípios, juntos, analisam suas demandas mais necessárias, e criam planos de ação com metas e objetivos. Por último, repassam para as redes municipais de ensino que, por sua vez, executam as ações nas escolas. Além dessa estruturação, ocorrem atividades de formação com os funcionários das secretarias municipais de educação e das escolas. Assim, se arquiteta o que eles chamam de rede intersetorial de atuação no território (imagem 07).

Imagem 07

Rede intersetorial de atuação no território⁵²



Território que Educa



Fonte: Site do Programa Suzano de Educação

⁵² Disponível em: < <https://suzanonaeducacao.com.br/> > Acessado em: 07 set. 2023.

Cordeiro também cita o Programa Educar e Formar da mesma empresa. No que se refere aos desdobramentos pedagógicos, há uma parceria com o Instituto Ayrton Senna, que objetiva, desde a capacitação de gestores, até estratégias para combater o analfabetismo e as distorções de idade-série. Há também um programa chamado Formare da Suzano, que não está vinculado às escolas públicas, porém tem como objetivo formar jovens de baixa renda com foco no mercado de trabalho (Cordeiro, 2022).

Observa-se, na atuação da Suzano, um alinhamento entre as ações empresariais e os índices feitos por testes padronizados. O pacto empresarial em prol de melhores índices da educação justifica a entrada das empresas nas escolas. Essas, por sua vez, adentram nos territórios com as supostas respostas para melhorar a qualidade da educação, sempre com base e alinhadas aos princípios neoliberais.

Outra empresa estruturada na ação educacional é a Syngenta, com o projeto Escola no Campo, criado desde 1991, atuando junto às escolas que incorporam os moradores das zonas rurais do estado de São Paulo. O projeto, inicialmente, voltado para a educação ambiental, passou a abranger outras temáticas, como é o caso do combate ao trabalho infantil.

As secretarias municipais aderem ao projeto e recebem *kits* que incluem “livro do professor e livro do estudante (ambos abordando com destaque a questão da alimentação, sua produção, cultivo e modernização da lavoura), CD com quatro vídeos, guia para as famílias, gibi “Era uma vez no campo” e jogo do meio ambiente” (Cordeiro, 2022, p. 226). Ainda, de acordo com a crítica feita por Cordeiro, o material “não permite distinguir de forma clara o que é exploração do trabalho infantil do que é a transmissão do conhecimento dentro da estrutura produtiva familiar e camponesa e do trabalho cooperativo familiar” (2022, p.227).

Encontramos, também, notícias sobre a Dupont na Escola que funciona desde 2008, porém não foram encontradas informações sobre sua existência atualmente. O público-alvo teria foco de crianças entre 7 e 10 anos que estudam nas escolas rurais, além das premiações de alunos para os melhores trabalhos, havendo uma parceria com as secretarias municipais e com as empresas e/ou entidades locais para promover as atividades. É organizado de maneira mais pontual e não tão institucionalizada.

Cordeiro (2022) analisa o vídeo promocional do projeto, um desenho animado chamado “Meu Herói, o agricultor”; neste vídeo, “os trabalhadores do campo que utilizam agrotóxicos, usando adequadamente os equipamentos de proteção individual (EPI), são

considerados heróis por lutarem contra as pragas “de forma correta, preservando a qualidade dos alimentos, a saúde de quem está aplicando e a saúde do meio ambiente” (2022, p,228).

Observamos que ações de responsabilidade social empresarial nas escolas justificam teorias imbuídas de valores morais criadas pelo setor do agronegócio, para justificar as práticas agressivas das empresas em produzir certos produtos de extremo dano ambiental e social. As ações nas escolas são apresentadas para mitigar os empreendimentos empresariais danosos e desviar os olhares sobre os verdadeiros efeitos.

Na mesma linha da educação ambiental encontra-se o programa “Juntos pelo Meio Ambiente: aprender para ensinar”, da Louis Dreyfus Company (LDC); eles atuam nos estados de Minas Gerais e São Paulo, onde a empresa mantém 29 fazendas de frutas cítricas, em 23 municípios. O programa visa receber, nas propriedades, os estudantes do ensino fundamental residentes nas proximidades das fazendas. “No final das visitas às fazendas, os estudantes recebem uma cartilha com dicas e informações sobre a produção de suco de laranja, uma camiseta e uma semente “mágica” que forma a palavra natureza” (Cordeiro, 2022, p. 233).

Existem, também, alguns exemplos de responsabilidade social empresarial, sem atrelar necessariamente ao sistema educativo público. O programa Tributo ao Futuro, criado em 2004, da Fundação Norberto Odebrecht, que atua em municípios da zona rural do Sul da Bahia, tem como objetivo “promover educação de qualidade para que jovens possam empreender no campo, preservando o meio ambiente, junto às suas famílias” (Cordeiro, 2022, p.223).

Outro exemplo bem atuante é da Comunidade Educativa da Bunge, criado em 2002, com área de atuação em oito estados, trabalhando na modalidade de voluntariado para desenvolver atividades lúdicas e culturais em escolas, em espaços comunitários, em abrigos de crianças e de idosos.

Na mesma linha citamos o Programa Novos Rurais do Instituto Souza Cruz, que teve início em 2012 e atua nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco, tendo como justificativa a migração de jovens do campo para as cidades, e como objetivo formar jovens empreendedores do campo. De acordo com Cordeiro, “o programa tem nuances que o diferenciam de outras ações, assumindo a importância da agricultura familiar ao invés de focar no agronegócio e tendo como objetivo, em alguma medida, a permanência da juventude no campo” (2022, p.236). A

autora justifica isto, devido ao fato de a produção de fumo ser realizada em grande parte por pequenos produtores, revelando assim o interesse da empresa de cigarros nesta iniciativa.

Por fim, um exemplo de construção direta do agronegócio na educação é a Escola de Negócios Germinare, criada pelo setor e direcionada para a formação de gestores de negócio. Pertence ao grupo J&F Investimentos, que integra diversas instituições do agronegócio⁵³. Criada em 2010, a escola se localiza na cidade de São Paulo, ofertando o Ensino Fundamental II, o Ensino Médio e, a partir de 2015, o Técnico em Administração de Empresas.

Atualmente mais de 500 alunos estudam na escola, tendo já formado 1.300 alunos ao longo do tempo. Há um componente interessante no site da escola, pois expõe a média salarial dos recém-formados, no caso R\$5mil⁵⁴. Este não é um dado comum de encontrarmos nos portfólios das escolas, até porque a finalidade da educação não tem exatamente a ver com este argumento salarial. Além disso, em seu site, existe outra peculiaridade sobre a escola, “os alunos da Germinare realizam, em caráter permanente, projetos de gestão, visitas a ambientes produtivos e lêem 28 livros de gestão em negócios”. Só por essas informações encontradas em seu site, já compreendemos sua linha pedagógica, com um viés voltado totalmente para a formação empresarial. Uma escola voltada para a difusão da hegemonia empresarial, uma concepção de mundo calcada na ideologia das classes dominantes, onde a pedagogia se expressa através da competitividade, da produtividade e da valorização do capital como mérito.

A Escola Geminare foi “idealizada por Joesley Batista (JBS), que tem como mote a responsabilidade social e a formação de líderes em negócios”. Na questão institucional, “é uma instituição reconhecida pelo MEC e sem fins lucrativos [e] pode oferecer aos seus doadores dedução do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido” (Cordeiro, 2022, p. 234).

Configura-se como uma instituição para formar intelectuais orgânicos do agronegócio sem passar pelo sistema público de educação, não tendo como foco disseminar a ideologia ou mudar a imagem do setor, mas sim formar os futuros gestores

⁵³ A J&F Investimentos configura-se como uma *holding*, controlando grandes empresas do agronegócio brasileiro, como a JBS (maior produtora global de carne bovina, carne de frango e de couros), a Eldorado Brasil (no ramo da celulose), o Banco Original, a Âmbar Energia, a Flora, a J&F Mineração e o Canal Rural.

⁵⁴ Disponível em: < <https://jfinvest.com.br/instituto-germinare/>> Acessado em: 06 set. 2023.

de negócios. Observa-se que é instalada na cidade de São Paulo, no maior centro de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão do país. Em seu site, há uma imagem das instalações externas da escola e a frase “Transformar o Brasil através da educação” (Imagem 08), reforçando o investimento em educação como um valor universal, aceito pela sociedade, com quase nenhum posicionamento crítico em relação a isso.

Imagem 08 – Imagem principal do site da Escola de Negócio Geminare



Fonte: site da Escola de Negócios Geminare

Percebemos, até o momento, que o agronegócio (principalmente as empresas do setor), na maior parte das vezes, entra nas escolas com a justificativa da educação ambiental, desenvolvem materiais e executam ações pedagógicas com o intuito de promover um agronegócio sustentável. Os conteúdos são apresentados, a priori, sem uma razão crítica e tão pouco emancipatória, no fundo presenciamos a ideologia e o ego do setor, que são apresentados como os verdadeiros salvadores dos próprios danos causados por eles. Nessa perspectiva, vemos que as

empresas adentram na educação pública com programas e projetos que vem imbuído do ideário empresarial. A educação passa a ser um instrumento de

divulgação e convencimento das práticas empresariais capitalistas embasados no conceito da sustentabilidade aliada ao empreendedorismo e cidadania (Pereira, 2014, p. 05).

Nesse movimento, observamos, também, a educação pública servindo como instrumento de empresas privadas para intermediar, junto à população, uma mudança estrutural de suas imagens. É interessante perceber a repercussão de que as empresas não possuem ideologias por de trás de suas ações, seus valores adentram as escolas com muita facilidade, e na maior parte das vezes sem nenhum tipo de resistência. “Neste cenário de vínculo entre a instituição privada e a instituição pública, nota-se o quanto a educação tem se tornado instrumento de difusão ideológica de interesses privados, como se fossem públicos” (Nascimento; Almeida, 2021, p.61).

Cordeiro (2002) ressalta que, quando ocorrem iniciativas dos movimentos sociais e de organizações de trabalhadores, estas nunca são bem-vistas, pela sociedade em geral. Isso nos faz refletir que o ponto de vista da classe dominante sempre é considerado universal, sendo todos aqueles que não pertencem a essa classe, sujeitos a reproduzir seus ideais, ou caso pensem diferente, são taxados como aqueles que querem impor suas ideologias em espaços ditos, erroneamente, como “neutros”. Lembramos Demerval Saviani que nos diz que “agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes” (2017, online).

4.3 Agronegócio na escala local: manipulações ideológicas imersivas

Há, também, casos extremamente pontuais, que atuam na escala de um único município ou de pequenas localidades. Produtores rurais “amparam” as escolas dos locais onde têm sede suas fazendas. É sabido que, no interior do Brasil, ainda existem relações arcaicas e de poder estabelecido por personagens que são “donos” de toda uma localidade. Muitas vezes a relação do “dono das terras” aparece na forma de ajuda às escolas ou de ações filantrópicas. Esses casos são pontuais e pouco divulgados na internet.

Porém, durante meu período de formação acadêmica e profissional, em diversos trabalhos de campo, realizados através das pesquisas do grupo NUCLAMB, obtive somente uma única informação de atuação direta entre fazendeiro e escola. Um caso, localizado em um município do Vale do Xingu-Araguaia no estado de Mato Grosso, no

qual um produtor rural “estimula” a educação local, distribuindo prêmios aos estudantes no estilo “Agrinho”, através de concursos⁵⁵.

Há também casos de escolas localizadas dentro das fazendas. Um grande exemplo é a Escola da Fazenda Canuanã, localizada em Formoso do Araguaia, em Tocantins. A escola de regime de internato atende o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Técnico em Agropecuária, fazendo parte do sistema educacional da Fundação Bradesco. Existem aulas que ensinam o manejo com abelhas e com bovinos. De acordo com o site da instituição, “o cuidado com o estábulo e o manejo dos animais permite que os alunos desenvolvam o senso de responsabilidade e preparem-se para o mercado de trabalho local, adquirindo técnicas e práticas na área”⁵⁶. Ou seja, aquela velha ideia de uma escola voltada para a formação da força de trabalho para atender as demandas da indústria e/ou do campo.

A dificuldade de encontrar informações sobre esses casos, revela, por si só, o estado de imersão ideológica e de jogo de poder que existe em certas localidades no Brasil. Na escala local, os dirigentes do agronegócio, fazendeiros ou empresas locais, costumam atuar ideologicamente com mais intensidade. A imersão dos valores do setor passa a ser administrada por um único centro de poder, que age, quase sempre, com a ameaça da força e o auxílio da violência em relação aqueles que ousam reivindicar a ordem do ator hegemônico.

⁵⁵ No momento que obtive esta informação, o foco da entrevista e do trabalho de campo não era ligado à temática desta tese. A pessoa entrevistada ao querer saber do meu tema de doutorado, ficou interessada e compartilhou rapidamente que na região havia um fazendeiro com o mesmo modo de atuação. Houve a posteriori tentativas de retomar o contato para obter mais informações, mas infelizmente não conseguimos mais respostas.

⁵⁶ Disponível em: < <https://fundacao.bradesco/pt-BR/Escolas?ID=9> > Acessado em: 06 set. 2023.

CAPÍTULO 5 - FÁBULAS E PERVERSIDADES: O AGRINHO NO MATO GROSSO DO SUL

Este capítulo tem como finalidade esmiuçar as estratégias do agronegócio na educação e compreender as nuances e as consequências desse programa. Para isso, escolhemos o Programa Agrinho, implementado no ano de 2014, no estado do Mato Grosso do Sul, ocorrendo a escolha deste recorte por diversos fatos:

a) o estado tem grande relevância nacional na produção do agronegócio, estando presente em seu território os principais produtos comercializados pelo setor. Em 2021, de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi o 3º maior produtor de milho, o 4º maior de cana-de-açúcar, o 5º de soja e o 5º de algodão. No que se refere à Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal (PPM) o estado obtém o 5º maior rebanho de cabeças de bovinos, o 7º de suínos e o 11º em galináceos. Por fim, importante destacar o quantitativo da Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), indicando o estado como 2º maior produtor de carvão vegetal, o 5º em madeira em tora, para a produção de papel, de celulose ou para outras finalidades e o 9º em lenha;

b) depois do estado do Paraná, o Programa Agrinho no Mato Grosso do Sul encontra-se mais estruturado, quando comparado aos demais estados. Além disso, conta com uma abrangência bastante ramificada por todo território estadual, atingindo quase que a totalidade de seus municípios;

c) a força política pertence, quase que em sua totalidade, à Bancada Ruralista, tendo em vista o viés do setor em elaborar políticas públicas para o estado. Destaca-se também, a forte influência dos representantes políticos sul-mato-grossenses na formação do governo bolsonarista, como foi o caso do alto escalão da formação inicial dos ministérios, como Tereza Cristina na pasta da Agricultura e Luiz Henrique Mandetta na da Saúde. Nas eleições de 2018 e de 2022 o estado compôs uma grande base de eleitores que majoritariamente votaram para eleição e reeleição de Jair Bolsonaro. No período de mandato eleitoral entre 2019 e 2022, 5 dos 8 deputados federais e 2 dos 3 senadores do estado, pertenciam a FPA. Já no mandato atual, iniciado em 01 de janeiro de 2023, a presença da bancada ruralista se radicalizou mais ainda no estado, tendo 7 deputados federais e 3 senadores;

d) por fim, é uma maneira de dar continuidade a um trabalho que vem sendo realizado há mais de dez anos no monitoramento da expansão do agronegócio no estado e as suas repercussões socioambientais. Destaco que o tema da minha dissertação versava sobre as estratégias do agronegócio no Mato Grosso do Sul no que diz respeito aos conflitos com os povos Guarani e Kaiowá, principalmente da região sul do estado (Monteiro,2017)⁵⁷.

A compreensão prévia da estrutura do setor no estado, corroborou para que pudéssemos esmiuçar e tonificar as análises sobre as estratégias de expansão ideológica e de manutenção de sua hegemonia. O Agrinho constitui-se, também, como ferramenta do agronegócio no conflito de terra, fazendo parte de diversas estratégias que sustentam a psicofera do setor no estado.

O programa no Mato Grosso do Sul faz parte das ações de responsabilidade social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-MS) e da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), que vem crescendo desde o ano de sua fundação. As edições do programa são anuais e até o presente momento foram realizadas seis. Destaca-se que não houve edição do programa nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia, retornando em 2022 no formato online. Podemos observar os dados de expansão na tabela 03⁵⁸.

Tabela 03
Abrangência do programa Agrinho no Mato Grosso do Sul

Ano	Municípios	Alunos Participantes	Professores Participantes
2014	8	31.000	2.000
2015	20	60.000	3.000
2016	40	112.000	5.000
2017	57	184.000	8.000
2018	66	200.000	10.000
2019	72	160.000	sem dados

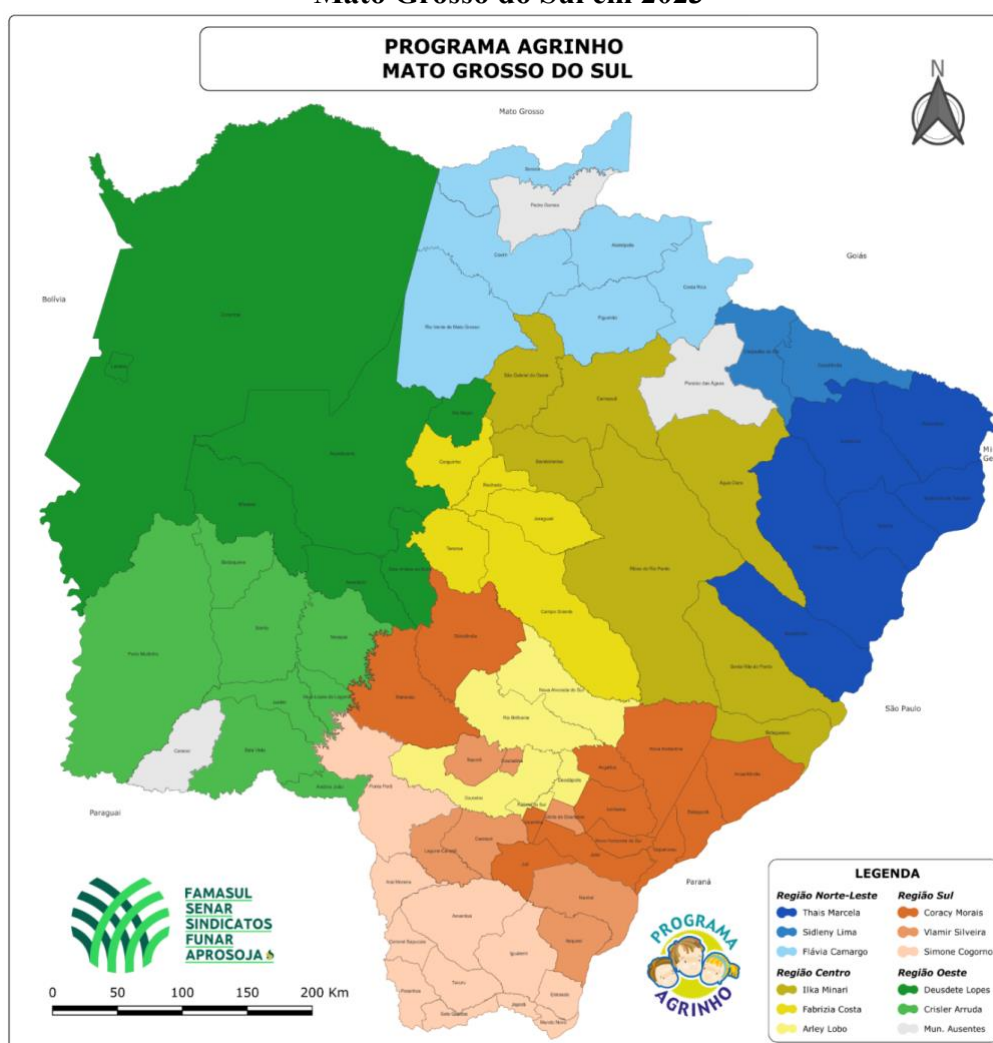
Fonte: Proposta Pedagógica Agrinho, 2019

⁵⁷ Dissertação defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “Disputa territorial no Mato Grosso do Sul: o tempo do direito dos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéva e as estratégias e táticas do agronegócio”.

⁵⁸ Os dados de 2022 não foram divulgados. Porém, na seguinte reportagem: Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/famasul-e-senar-ms-lancam-agrinho-2023>> Acessada em: 27 set. 2023, a CNA divulgou os números já alcançados até o momento pelo Agrinho-MS. Ao somarmos todos os dados de alunos e professores participantes em todos os anos do programa até 2019 e ao subtrairmos do número divulgado, conseguimos estimar que em 2022 o programa alcançou 53 mil alunos e 8 mil professores. Acreditamos que pelo baixo número de alunos que aderiram o programa, mesmo ampliando para as escolas privadas, eles não divulgaram os dados.

Destaca-se que Mato Grosso do Sul é constituído por 79 municípios, sendo que 72 participaram da última edição do Agrinho, correspondendo, esse número, a 91% do estado. Vale a pena ressaltar que, o programa, até 2018, era dedicado somente às escolas públicas, sendo, a partir de 2019, incluídas as escolas privadas. De acordo com os dados já publicados de 2023, o programa alcançou 76 municípios do estado, ficando ausente da cobertura somente três municípios, Pedro Gomes, Paraíso das Águas e Caracol (Mapa 02).

Mapa 02
Distribuição dos instrutores do Agrinho por município de Mato Grosso do Sul em 2023



Fonte: Agroin, 2023⁵⁹

⁵⁹ Disponível em: < <https://www.agroin.com.br/noticias/24699/agrinho-2023-tem-recorde-de-escolas-inscritas> > Acessado em 28 set. 2023.

É importante esclarecer que, nesta tese, o objetivo central não é analisar os materiais didáticos elaborados pelo programa⁶⁰, mas compreender como o agronegócio, ao adentrar na educação, opera em sua aparência e essência. Dessa forma, neste capítulo, parafrasearemos Milton Santos (2000) em sua obra “Por uma outra globalização”, pois iremos apontar o Agrinho como fábula, tal qual, o agronegócio nos faz crer; e compreender o Agrinho como perversidade, como ele realmente é. Entretanto, não somente parafraseamos Santos (2000), como utilizaremos sua base teórica, através de seu debate de compreensão da globalização, buscando analisar também a estrutura discursiva do agronegócio para adentrar na educação do estado.

Assim como Santos, acreditamos na “convicção do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual” (2000, p.14). Apesar dessa obra ter sido escrita há mais de 20 anos, encontra-se bastante atual, sendo de extrema relevância na compreensão dos processos calcados pelo capitalismo na fase de expansão global da acumulação. O agronegócio faz parte deste processo, sendo necessário compreendê-lo em uma escala menos ampliada, tendo em vista as concepções da globalização e suas estratégias de estruturação e reestruturação atualmente.

5.1 O agronegócio tal como nos fazem crer: o Agrinho como fábula

A máquina de ideologização maciça exige como “condição essencial o exercício de fabulações” (Santos, 2000). Observaremos, portanto, como o agronegócio concebe o Agrinho como instrumento de disseminação de suas ideologias. O Agrinho compõe um braço estratégico dos processos hegemônicos do agronegócio nacional. Para essa compreensão, apresentaremos aqui o funcionamento do programa, seu foco e sua publicidade. Assim, salientaremos a estrutura de quatro fábulas do Programa Agrinho: a fábula do material didático, a fábula dos temas transversais, a fábula do concurso e a fábula da capacitação dos professores. Para isso, analisaremos a proposta pedagógica do

⁶⁰ Ver: Rossi e Vargas, 2017.

Agrinho/MS (2019)⁶¹, o material didático elaborado em cartilhas⁶² e os regulamentos do concurso de 2023 para as escolas públicas⁶³ e para as privadas⁶⁴.

No entanto, também levaremos em consideração a atuação do agronegócio na educação como perversidade. Santos ao indicar o lado da globalização como ela realmente é, nos aponta que a “perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas” (2000, p.20). Portanto, revelaremos a práxis das mazelas presente no processo perverso de construção hegemônica do agronegócio no Brasil, utilizando-se da educação como meio de propagar suas ideologias, tão compatíveis com o desenvolvimento desigual, meritocrático e competitivo, imposto pelo neoliberalismo atual.

5.1.1 O Agrinho como fábula e a perversidade dos seus materiais didáticos

Este programa foi elaborado para ser implementado nas séries dos Ensinos Fundamentais da rede pública do estado, em parceria com as Secretarias Municipais e do Estado de Educação. Contudo, a partir da última edição, já passou a ser implementado, também, nas escolas privadas. Dessa forma, o programa desenvolveu materiais didáticos baseados na interdisciplinaridade, com foco nos docentes e discentes; nele, propostas e realidades voltadas para o agronegócio são apresentadas com uma linguagem apropriada a ser desenvolvida nas escolas.

Existem personagens criados pelo programa para promover uma interação e aproximar o material da “vida real” dos alunos. O personagem principal é o Agrinho, um adolescente que é “esportista e sensível às questões sociais e ambientais e envolve-se nas soluções dos problemas da comunidade onde vive” (Agrinho/MS, 2019, p.9). Há também os personagens coadjuvantes: Aninha, adolescente focada nas mídias sociais; Nando, a criança mais nova que as demais; o pai Sr. José, um homem do agronegócio preocupado

⁶¹ Atualmente a página da web na qual a proposta se encontrava está fora do ar.

⁶² Disponível em: < <https://agrinhoms.com.br/material-do-aluno> >. Acessado em: 25 set. 2023.

⁶³ Disponível em: <

<http://extranet.senarms.org.br/educacional/Administrativo/AgrinhoEscolaSolicitacaoMaterial/RegulamentoPublico/> >. Acessado em: 25 set. 2023.

⁶⁴ Disponível em: <

<http://extranet.senarms.org.br/educacional/Administrativo/AgrinhoEscolaSolicitacaoMaterial/RegulamentoParticular/> >. Acessado em: 25 set. 2023.

com as questões ambientais; e a mãe Dona Ana, aparentemente dona de casa que “oferece cuidado, proteção, carinho e assistência à sua família” (Agrinho/MS, 2019, p.9).

É necessária uma breve pausa nesta análise para destacar que todos os personagens principais do material do Agrinho são brancos e reproduzem a “família tradicional brasileira”, revela-se a falta de diversidade racial e o caráter machista atribuído à personagem da mulher adulta. No censo de 2010 o estado do Mato Grosso do Sul apresentou a distribuição racial ou por cor de sua população com 46,8% brancas, 44,1% pardas, 4,9% pretas, 2,9% indígenas e 1,2% amarelas. Os materiais do Agrinho não abrangem a diversidade do estado, na verdade só refletem a estrutura racializada da sociedade brasileira, um problema estrutural no Brasil, tão quanto à distribuição de suas terras. A questão agrária e a questão racial são indissociáveis (Girardi, 2022) e ao analisarmos o programa Agrinho, tal ponto torna-se latente ao nosso olhar.

No que diz respeito ao papel da mulher, destacamos que há poucas à frente das gestões do agronegócio, porém existem, inclusive, no comando de pastas valiosas para o agronegócio e de origem do próprio estado do Mato Grosso do Sul. No entanto, o material do Agrinho conserva um caráter conservador de costumes, atribuindo às mulheres a função do cuidado. Brugère nos revela sobre a “ética do cuidado”, evidenciando que “não pode existir liberalismo e, a *fortiori*, neoliberalismo sem que se leve em conta as tarefas relativas ao cuidado” (2023, p.8). Estes trabalhos – dedicados, na maioria das vezes, às mulheres – alicerçam a base para a reprodução do neoliberalismo, consagrando êxitos – na maioria das vezes aos homens – exigidos pelo capitalismo. A simples composição dos personagens do Agrinho já nos revela a estrutura de sociedade criada e /ou idealizada pelo agronegócio.

Ao todo são 9 materiais, cada um relacionado a um ano da série escolar do Ensino Fundamental. O material do 1º ano se intitula “Brincadeiras com o Agrinho”, é um material mais lúdico para ser utilizado nas classes de alfabetização, refere-se às “questões relativas à higiene, alimentação, esportes, lazer e saúde” (Agrinho/MS, 2019, p.8). Na Imagem 09 mostramos um exemplo.

Para o 2º ano o material se chama “Agrinho em cenas”, baseia-se em 21 fichas que retratam cenas que possibilitam desenvolver atividades de alfabetização, proporcionando, de acordo com a proposta pedagógica, “o exercício de fluência da oralidade e o desenvolvimento da escrita. No material podem ser trabalhados todos os temas transversais com diversas temáticas” (Agrinho/MS, 2019, p.8) (Imagem 10).

Imagem 09
Material do Agrinho para o 1º ano ⁶⁵



Fonte: site do Agrinho – cartilhas

⁶⁵ Este personagem nas figuras é o Agrinho, protagonista criado para estabelecer diálogo com as crianças. Este mesmo boneco está presente nas ações do projeto, visitando as escolas, mas também no concurso.

Imagem 10
Material do Agrinho para o 2º ano

a
V

A

e
E

i
I

o

O

u
U

VACA

Fonte: site do Agrinho – cartilhas

O material distribuído para o 3º ano, “Palavras com asas”, conta uma história e dialoga com a formação de palavras, propondo a interação do aluno que, por sua vez, já sabe ler sozinho. As tarefas ressaltam uma independência maior do estudante para com o material. Na proposta pedagógica eles indicam possibilidades de discutir “a importância de uma alimentação saudável e cuidado com o preparo dos alimentos” (Agrinho/MS, 2019, p.8). Porém, no material, não há indicação dessa possibilidade, aparecendo poucas vezes, a temática da alimentação (Imagem 11).

A partir do 4º ano observamos uma maior inserção da cultura do agronegócio nos materiais. O material didático elaborado para essa série, conta uma história de conexão do Agrinho - criança que mora no campo - com amigos que ele fez pela internet na cidade. Nessas conversas, Agrinho vai mostrando o circuito dos produtos do agronegócio, e revelando a importância do setor.

É uma iniciação do “agro é tudo”, demonstrando que há agronegócio do milho da pipoca ao combustível do carro. Inclusive, vale destacar, que a parte relacionada à cana, tem mais evidência nesse material do que os demais cultivos, tendo em vista a força do setor sucroenergético no estado (Imagem 12). Para além da cana-de-açúcar e do milho, há também a interação demonstrando, mesmo que superficialmente, o circuito produtivo do trigo, da soja e do algodão.

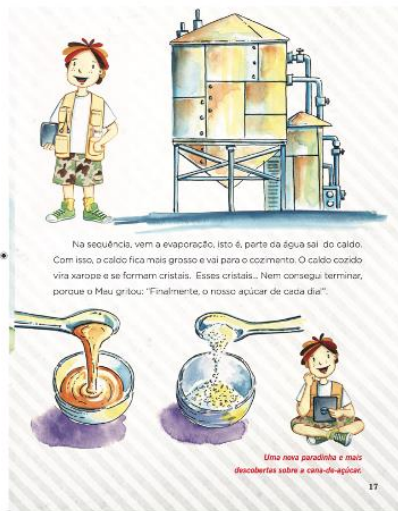
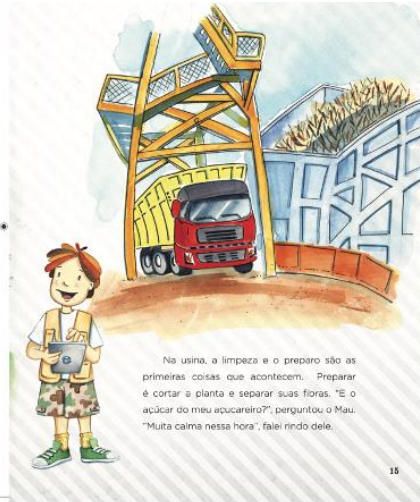
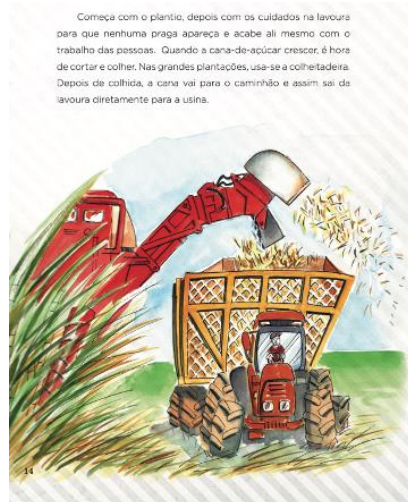
O material é apresentado como uma propaganda do agronegócio para as crianças da cidade, mostrando a importância da produção do setor. Vale destacar, que em nenhum momento, outros cultivos que não são alinhados ao agronegócio, aparecem. O personagem Agrinho enfatiza e explica para as crianças da cidade, que é através da “tecnologia” das linhas de produção do “agro” que este setor está em “tudo”. A mesma lógica do “agro é tudo”, que aparece nas propagandas da Rede Globo e do “Movimento Todos a uma Só Voz”⁶⁶.

⁶⁶ O “Movimento Todos a uma Só Voz” será discutido no capítulo 6, item 6.3.

Imagem 11
Material do Agrinho para o 3º ano



Imagem 12 Material do Agrinho para o 4º ano



Fonte: site do Agrinho – cartilhas

Para o 5º ano, o material conta a história dos alimentos, a modificação genética ao longo dos anos e as inovações técnicas apresentadas nos cultivos desde a Era Antiga. Destaca-se, mais uma vez, que os alimentos demonstrados no material, na verdade são os produtos do agronegócio. Exemplificam a domesticação dos animais e das plantas, com enfoque no milho, na cana-de-açúcar e no café. O interessante, é que o material aborda períodos como a Revolução Verde e a Fundação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), dois acontecimentos importantíssimos para a expansão do agronegócio no Cerrado brasileiro.

Como o enfoque se baseia em uma evolução cronológica, no final do material encontramos os exemplos atuais do avanço técnico da modernização do campo, com a introdução da agricultura de precisão, das colheitadeiras, das usinas modernas de cana, das máquinas de irrigação e do avanço dos transgênicos (Imagem 13). Mais uma vez, o alimento que consumimos no dia a dia não aparece no material e nada se discute sobre a história dos alimentos produzidos pelos pequenos agricultores que, de fato, em grande maioria, são os responsáveis por produzirem o que comemos em nossa mesa, no nosso dia-a-dia.

Os materiais confeccionados para o segundo segmento do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano são transmitidos no formato de revista, e, de acordo com a proposta pedagógica, o enfoque é na sustentabilidade, e “todos os assuntos são ligados por um fio, o fio da ética. É a ética que nos ensina a optar pelas melhores formas de agir com as pessoas, com os seres vivos e com o meio ambiente” (Agrinho/MS, 2019, p.8).

Para o 6º ano há uma discussão sobre sustentabilidade, com um viés, diga-se de passagem, bastante empresarial, relatando os principais danos ambientais, e claro, sem atribuir de fato aos verdadeiros causadores. A responsabilidade é construída através de mudanças de hábitos individuais. Temas como o consumo de água, descarte de resíduos, fontes de energia e poluição, são abordados nessa edição (Imagem 14).

Imagem 13 Material do Agrinho para o 5º ano

Esse invento, que recebeu o nome de shaduf ou breca de bomba, era formado por uma alavanca comprida de madeira, colocada sobre um par de postes verticais, que permitia a articulação. Numa das pontas era amarrada uma estaca fina com um balde e na outra, era fixado um contrapeso. E como funcionava? A estaca era empurrada até que o balde mergulhasse no rio. Com o contrapeso levantava-se o balde para que a água fosse despejada em um recipiente maior. Esse recipiente era levado para um cano de irrigação. Essa forma de elevação de água foi utilizada por mais de dois mil anos!



Linha do Tempo

1960 - "Revolução Verde", marcada pela disseminação de tecnologias agrícolas baseadas em melhoramento genético, técnicas de cultivo e compostos químicos. Aumento importante da produção agrícola em países subdesenvolvidos como a Índia e o Brasil.

Bem, as questões relacionadas à água e à agricultura despertaram muito cedo a atenção das civilizações. Os egípcios, por exemplo, aproveitavam ao máximo as enchentes do Nilo, usando, para tanto, canais e sistemas de transporte de água. Os chineses, por sua vez, criaram centenas de quilômetros de canais que impediam as inundações, levavam água às plantações e, de quebra, permitiam a circulação de pequenos barcos.



Linha do Tempo

1973 - Fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), responsável por avanços importantes na agricultura brasileira. Atualmente, há dezenas de centros de pesquisa da Embrapa, instalados em várias regiões do país, trabalham com temas tão variados como o desenvolvimento de softwares para a gestão e o aprimoramento genético de espécies florestais.

Por muito tempo, a irrigação foi resolvida com soluções tradicionais, baseadas em canais, reservatórios de água e processos mais primitivos de transporte de água. A partir da Revolução Industrial, em especial a partir do desenvolvimento de bombas hidráulicas, a irrigação ganhou um enorme impulso. Hoje, não só é mais fácil transportar a água, como também é possível fazer chover por meio de técnicas de bombardeio de nuvens com substâncias que transformam o vapor em gotas de chuva.



Linha do Tempo

Fim do século XIX e início do século XX - Avanço das pesquisas em campo de melhoramento genético das espécies vegetais e animais. Desenvolvimento de plantas transgênicas. Previsão dos transgênicos associados ao uso de defensivos agrícolas.



E quando chegava a hora de colher o que se havia plantado? Tal como acontece com o preparo da terra e o plantio, as colheitas eram feitas com as mãos ou com ferramentas relativamente simples como varas, foices ou alfanjes. Um trabalho demorado, cansativo e, em alguns casos, arriscado. Com a Revolução Industrial e a possibilidade de construção de mecanismos mais complexos, inventores criaram as primeiras máquinas para a colheita em tempos de plantio de grande escala. Foi nos Estados Unidos, no distrito de ILLINOIS, que viveu, entre outros, o inventor, Oskar Husco, que desenvolveu a primeira máquina para colheita de trigo. Outros inventos, movidos por cavalos ou bois.



A década de 1970 foi marcada por uma forte expansão da agricultura para as áreas do Cerrado. Algumas regiões com pequena densidade populacional se tornaram tradicionais regiões agropecuárias do país. De 1977, o Estado do Mato Grosso é dividido e cria-se o atual Estado do Mato Grosso do Sul. O estado ocupa, atualmente, lugar de destaque no agronegócio nacional. Os produtores do agronegócio representam mais de 60% do total das suas exportações, articulando assim, e impulsionando a produção rural na economia sul-mato-grossense.



O aparecimento das colheitadeiras (ou colhedoras), trouxe uma grande vantagem: tornou a colheita mais rápida e eficiente. Se com o aparecimento dos motores a explosão, as colheitadeiras ganharam ainda mais eficiência, inovações mais recentes, como os computadores, o sistema de georreferenciamento (GPS) e até o ar condicionado - que aumenta o conforto do operador da máquina -, melhoraram ainda mais o processo.




O Brasil também "está no mapa" das invenções associadas à colheita mecanizada. Em 1979, em São Paulo, o imigrante e inventor japonês Shunji Nishimura lançou a primeira colheitadeira de café, que hoje é amplamente utilizada no Brasil e em outros países produtores.




Enquanto desenvolvia a agricultura, a espécie humana se viu às vezes com outro desafio: como fazer com que os alimentos fossem mais bem aproveitados e não se estragassem tão rápido? Um caminho foi desenvolver técnicas de conservação que utilizavam, por exemplo, o sal e o fogo; outro foi criar ferramentas e máquinas de beneficiamento. Uma das mais antigas e importantes máquinas de beneficiamento de alimentos é o moinho, utilizado desde pelo menos o período romano. O nome, aliás, vem do latim: "molinus" e "molinum" e é "mole", palavra que significa moer ou triturar. E o que era triturado? Cereais, que eram transformados em farinha, que, por sua vez, era usada para a produção de pães, tortilhas, bolos e biscoitos.



Até chegar aos moinhos, os antigos agricultores desenvolveram outras formas de descascar e descaroçar cereais e amêndoas. A mais antiga é a que usa amassadores de pedra ou pilões. No caso dos pilões, que ainda são comuns em várias partes do mundo, os cereais são colocados em um recipiente de madeira de borda alta e "martelados" ou pilados com outra peça de madeira, normalmente um bastão grosso ou um martelo de cabeça cônica. Em muitas culturas, moer os cereais com pilões envolve várias pessoas que trabalham em grupo: enquanto uma bate com o bastão de pilar, as outras esperam; no momento seguinte, outra pessoa bate e assim por diante. Para evitar que batam ao mesmo tempo e se machuquem, elas cantam para criar um ritmo de trabalho - com isso, moem os cereais mais rápido e, ao mesmo tempo, ficam mais próximas umas das outras. Não é legal?




Fonte: site do Agrinho – cartilhas

Imagem 14

Material do Agrinho para o 6º ano

coleção Agrinho 6

ÁGUA, DOCE E SALGADA

Podemos encontrar a água em três fases: líquida (nos rios, mares, lagos), sólida (nas geleiras e nos polos) e gasosa (na atmosfera). A água salgada dos oceanos ocupa a maior parte do planeta, ou seja, 97% de toda a água ou um milhão de vezes a quantidade que está nos rios. A água dos continentes está, na sua maior parte, nas calotas polares, glaciais e no subsolo. O pouco que sobra é menos de 1% de toda a água doce do planeta e está distribuída nos rios, lagos e pântanos.

O desperdício de água no Brasil chega a 50%, um dos maiores índices do mundo

O Brasil abriga 12% de toda a água doce do mundo

A ÁGUA ESTÁ ACABANDO?

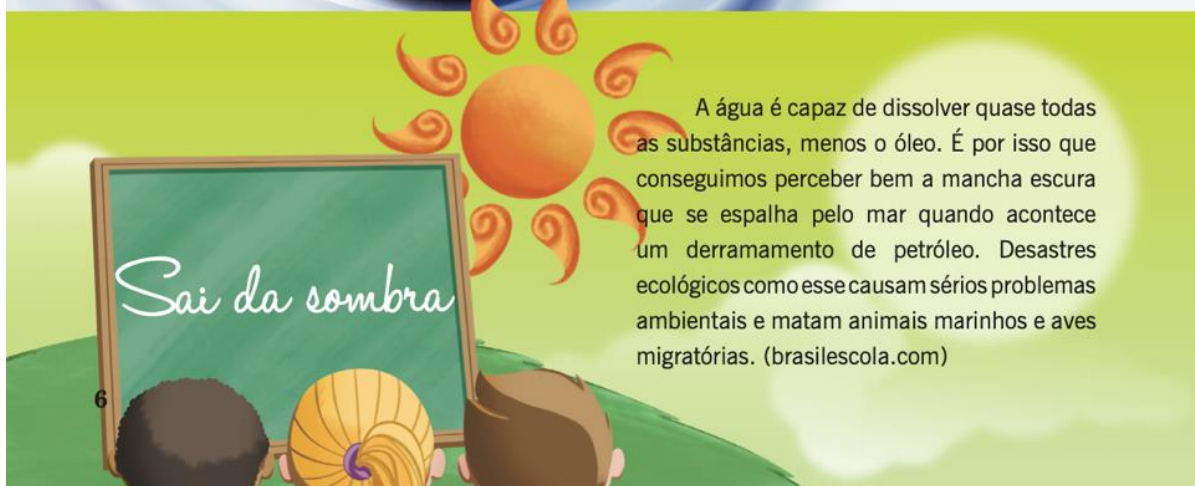
“Vai faltar água no mundo”. Esse comentário é muito comum, mas, de fato, a quantidade de água não está diminuindo. O que acontece é que a população mundial aumentou muito – somos sete bilhões de pessoas! – e, por isso, há mais gente precisando de água.

O Brasil é privilegiado quando o assunto é água: abriga 12% de toda a água doce do mundo, mas a maior parte (70%) encontra-se na Região Amazônica, onde está a bacia fluvial com maior volume de água do globo.

A disponibilidade de água boa, no entanto, vem diminuindo rapidamente por causa da contaminação de rios e lagos por metais pesados do garimpo clandestino e pela falta de tratamento dos dejetos domésticos e industriais tanto no campo como nas grandes cidades. Além disso, o desperdício de água no Brasil chega a 50%, é um dos maiores índices do mundo!

vectonvalley

dapino-colada



Fonte: site do Agrinho – cartilhas

O conteúdo do 7º ano foca na inclusão de pessoas diversas, no trabalho infantil e na ameaça à biodiversidade, revela exemplos de animais ameaçados em extinção e das necessidades das Unidades de Conservação. Como já vimos nos materiais dos anos anteriores, não há críticas aos causadores dos danos ambientais. Nesta edição, o tema da cana que fornece bioeletricidade, volta a aparecer, assim como o uso da água atrelado à sustentabilidade no campo (Imagem 15).

Imagem 15 Material do Agrinho para o 7º ano



Fonte: site do Agrinho – cartilhas

Na edição para o 8º ano o enfoque no tema da sustentabilidade continua. Persiste o debate sobre a necessidade de reciclar, e a presença da produção do agronegócio como atividade essencial para fornecer alimento para a população do planeta Terra, destacando a importância do solo e o cuidado deste. Demonstram que não é somente no meio rural que há degradação, ocorrendo também nas cidades. É interessante ressaltar que o material passa a abordar assuntos relacionados à sexualidade, tema bastante discutido para esta faixa etária. Por fim, destacamos mais uma vez, a presença de um conteúdo dedicado à energia gerada através do bagaço da cana-de-açúcar, demonstrando forte ligação do setor sucroenergético com o material distribuído nas escolas (Imagem 16).

Imagem 16

Material do Agrinho para o 8º ano

coleção Agrinho 8

A ENERGIA DO BAGAÇO

O Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo, e gera milhões de toneladas de alimentos. Nesse processo, gera, também, milhões de toneladas de resíduos, caules, folhas, palha, bagaço e raízes que não têm aproveitamento direto na alimentação ou na produção de bens. Esses resíduos, porém, constituem uma riqueza extraordinária, uma biomassa capaz de gerar energia suficiente para alimentar indústrias e cidades inteiras.

Um bom exemplo é o da cana-de-açúcar, que produz o etanol que alimenta grande parte da frota brasileira de automóveis. O processamento da cana produz uma quantidade enorme de palha e bagaço (a cana esmagada), que, por sua vez, é utilizado para a produção de eletricidade. Atualmente, a bioeletricidade gerada pela cana-de-açúcar no Brasil fornece uma quantidade de energia elétrica equivalente à necessária para alimentar cinco milhões de residências. É muita eletricidade!



E-mail da Aninha

Em uma revista sobre ciência, aprendi que a emissão de dióxido de carbono na atmosfera é responsável por 80% do aquecimento global causado por nós, os seres humanos. É muita coisa! Mas, apesar disso, o gás metano é 21 vezes mais potente do que o CO₂ e sua emissão vem crescendo em uma quantidade de 1% ao ano nas últimas décadas. E a emissão de CO₂ é

resultante da queima de combustíveis fósseis como o carvão, o petróleo e o gás natural – que, além disso, são recursos não renováveis, ou seja, que podem acabar se não substituirmos o seu uso pela energia de fontes alternativas. É aí que entra esta interessante palavra: “biomassa”. “Bio” é o termo grego para vida. E “massa” é massa mesmo, um conjunto ou quantidade de coisas, neste caso, de energia. No contexto da ciência, biomassa é a palavra utilizada para identificar todos os derivados recentes de organismos vivos que podem ser utilizados para a geração de energia. Por que recentes? Porque são renováveis, ou seja, podem ser produzidas em relativamente pouco tempo e de forma sucessiva. É na biomassa que reside uma das saídas para a produção de energia mais barata, menos poluente e renovável.

vector4free

21

Por fim, o material disponibilizado para o 9º ano mantém o foco destinado à questão ambiental, acrescenta também a necessidade de consumir alimentos saudáveis e há um debate sobre as questões relacionadas à saúde. Ressaltam, mais uma vez, a importância do uso do solo para a produção de alimentos que, segundo a cartilha, “falta espaço para dar conta de tanta demanda por alimentos” (Schwinden *et al.*, 2013, p.5). Novamente evidenciam a potência dos resíduos gerados nas cadeias produtivas do agronegócio para a geração de energia, destacando o papel do bagaço da cana-de-açúcar e também dos dejetos gerados por bovinos, suínos e aves (Imagem 17).

Imagem 17 Material do Agrinho para o 9º ano

coleção Agrinho 9



Vá mais longe

Infelizmente, ainda existem resíduos para os quais não há tecnologia ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação. Faça uma pesquisa para descobrir que tipo de resíduos ainda não podem ser reciclados.

E OS RESÍDUOS DO CAMPO?

Os resíduos do campo causam problemas ambientais sérios como a poluição dos solos, da água e até a emissão de gases na atmosfera que aumentam o efeito estufa. Mas existem soluções sustentáveis para resolver esse problema. Os dejetos gerados por bovinos, suínos e aves – que somam 1,7 bilhão de toneladas por ano – podem ser recolhidos e tratados para virar adubo e biogás. O bagaço da cana-de-açúcar, restos de alimentos e de madeira podem ser compostados ou utilizados para gerar energia. O grande

desafio é destinar corretamente as embalagens vazias dos agrotóxicos. O correto é lavá-las três vezes e devolvê-las para os fabricantes, depositando-as nos postos de coleta indicados na nota fiscal.

UM PROBLEMA SOCIAL

Manuel Bandeira fez o poema *O Bicho*, cuja primeira estrofe diz:

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

Esse poeta brasileiro nos ajuda a refletir sobre uma triste realidade: a vida das pessoas que dependem do lixo para sua sobrevivência. Nos lixões é possível encontrar gente garimpando as montanhas de resíduos na busca de objetos para vender o que encontram ou até mesmo se alimentar!



18

Fonte: site do Agrinho – cartilhas

Os materiais do Agrinho, à primeira vista, nos fazem acreditar que de fato existe uma preocupação sustentável a ser debatida em sala de aula através do programa. No entanto, não há nenhuma crítica aos danos causados pelo agronegócio durante os circuitos produtivos de suas mercadorias. Camuflam diversas questões, na qual o próprio setor é o principal causador dos problemas ambientais que ocorrem, como a utilização de água potável e o desmatamento.

Destaca-se que, no presente contexto energético brasileiro e mundial, o Agrinho apresenta o setor sucroenergético como alternativa para a produção de energia “limpa” e renovável. O etanol através da cana-de-açúcar surgiu como uma fonte energética alternativa aos combustíveis fósseis, sendo incentivado pelos governos das três esferas administrativas (federal, estadual e municipal) sob a égide da questão ambiental, onde alternativas menos poluentes - no que diz respeito à emissão de gás carbônico na atmosfera - e com certa eficiência, foram estimuladas. No entanto, pouco se fala, ou nada se fala (como é o caso do material do Agrinho) da expansão da cana-de-açúcar causando diversos conflitos no estado, principalmente em relação aos povos Guarani e Kaiowá.

Arruzzo e Cunha apontam três tipos de relações conflituosas dos agentes do setor sucroenergético com os indígenas. “Um primeiro ponto seria a plantação de cana-de-açúcar diretamente em terras indígenas ou em áreas reivindicadas pelos guarani e kaiowá. Um segundo ponto seria o trabalho no corte da cana-de-açúcar” (2019, p.131) e o terceiro em relação às questões ambientais decorrentes. Vale ressaltar que, o uso de agrotóxicos, um elemento que quase nunca aparece nos materiais do Agrinho, quando aparece, na maior parte das vezes, é relacionado à orientação sobre seu descarte.

O material resume e reflete a maneira na qual o setor do agronegócio deseja ser visto pela sociedade. Sua proposta é de articulação com a educação ambiental, como motivo necessário de adentrar nas comunidades através das escolas. Constroem uma “psicosfera”, na qual é atribuído a eles a principal produção de alimentos e, conseqüentemente, a construção dos agentes do agronegócio como os principais defensores do meio ambiente. Utilizam a cana-de-açúcar como bandeira de sustentabilidade a ser disseminada como ideia quase intrínseca à formação espacial do estado.

A Educação Ambiental é utilizada por setores empresariais através da justificativa de ações de responsabilidade empresarial social. A partir da elaboração de conteúdos e

ações ambientais, eles adentram ideologicamente nas escolas e desenvolvem conteúdos de autopromoção, transmutando as ações pedagógicas em verdadeira publicidade para os setores empresariais.

Os materiais desenvolvidos pelo agronegócio, que abrangem a temática da educação ambiental, revelam a direção proposta pelo setor, camuflam os verdadeiros danos causados por eles e atraem a população, principalmente urbana, para agregar ao discurso típico dos agentes do capital no mundo globalizado. Como nos diz Milton Santos, ao reforçar a obra de Maria da Conceição Tavares (1999), este mundo é apresentado como fábula, como fantasia, como verdade, “cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação” (2000, p.18).

5.1.2 O Agrinho como fábula e a perversidade dos temas transversais

Em cada ano o concurso estabelece um tema para ser desenvolvido nas escolas. Em 2014, 2015 e 2016 o tema foi “As coisas que ligam o campo e a cidade e o nosso papel para melhorar o mundo”; em 2017 “Cultivando saúde, colhendo qualidade de vida”; em 2018 “Produzindo água no campo: o agro preservando o maior bem da terra”; em 2019 “A tecnologia do campo conectada com a cidade”; em 2022 “Práticas agropecuárias que garantem alimentos saudáveis” e, agora, em 2023, “Alimentar é construir o futuro”. Os temas transversais têm ligações com o setor do agronegócio, fazendo com que o foco das atividades na escola e nas salas de aula sejam voltadas para estes assuntos. De certa forma, o professor perde sua função principal em sala de aula, “o protagonismo dos profissionais que trabalham nas escolas desaparece e estes passam a ter o papel de mediação na difusão dos interesses empresariais” (Lamosa, 2016, p. 228)⁶⁷.

Através destes temas observa-se a ideologia do desenvolvimento. Olivier de Sardan explicita que esta ideologia está sempre ligada ao paradigma altruísta e ao paradigma modernizador. Segundo o autor, “(a) o desenvolvimento tem por objeto o bem dos outros (paradigma altruísta). Daí resulta que o desenvolvimento tem uma forte conotação moral; (b) o desenvolvimento implica progresso técnico e econômico (paradigma modernizador)” (1995, p. 58).

⁶⁷ O trabalho docente será melhor analisado no item 5.1.4

Esses dois paradigmas também estão presentes nos itens 3.1 e 3.1.1 dos objetivos da proposta pedagógica do Agrinho-MS (2019):

3.1 Objetivo

Levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural, sendo instrumento eficiente na operacionalização de temáticas de relevância social da contemporaneidade dentro dos currículos escolares.

3.1.1 Objetivos Específicos

- Buscar transformar a realidade local e seus sujeitos sociais;
- Desenvolver nos currículos escolares uma proposta de educação crítica e criativa;
- Traçar uma ruptura com as propostas tradicionais de ensino;
- Empregar o aluno como principal agente no processo de ensino e aprendizagem;
- Valorizar a cultura local do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Levar a importância do meio rural, incentivando práticas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente;
- Criar hábitos de uma proposta pedagógica com base na pedagogia da pesquisa;
- Estimular metodologias de ensino através de projetos, por meio dos temas transversais e da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (Agrinho/MS, 2019, p.4-5).

No regulamento do concurso no ano de 2023, o objetivo do Agrinho muda o foco, que deixa de ser no meio rural e passa a ser na conexão campo-cidade. O objetivo é apresentado de maneira mais resumida e sem especificações, porém, observamos a ideia do paradigma altruísta e da conexão com a questão ambiental.

Tem como objetivo despertar a consciência de cidadania nas crianças e jovens em fase escolar, tendo a Ética e a Sustentabilidade como linhas condutoras de abordagem.

Com foco na conexão campo-cidade e na busca por transformações da realidade local e de seus sujeitos sociais. O Programa Agrinho é desenvolvido para o Ensino Fundamental (I e II) das escolas das redes públicas e privadas de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL e as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação (Agrinho/MS, 2023, p.3).

Como assinala Olivier de Sardan, o projeto revela que há a necessidade de “fazer o bem”, investindo na educação e, ao mesmo tempo, levando debates atrelados ao agronegócio como agente principal da modernização do cerrado e do estado do Mato Grosso do Sul, “daí resulta que o desenvolvimento tem uma forte conotação evolucionista e tecnicista” (1995, p.58).

Esta imagem vendida pelo agronegócio é reproduzida também no *jingle* das campanhas; no ano de 2019, por exemplo, reproduz a ideia de inovação e tecnologia desenvolvida pelo campo, sendo este, o grande responsável pelos investimentos na educação.

“A cidade convida a terra a produzir
A inovação completa o campo que faz florir
Muda a história dessa geração
Conecta o campo à cidade
E à nação

O Agrinho canta junto essa canção
E muda o futuro com educação

Agrinho 2019, a tecnologia conectando o campo com a cidade”
(Agrinho/MS, 2019)⁶⁸

Observa-se, então, que o desenvolvimento é atrelado ao cunho econômico, e que a educação faz parte desta “modernização” do campo. Como Rist (2000) aponta, o desenvolvimento surge rompendo relações sociais, destruindo os laços e os afetos, tornando-os mercadorias. No entanto, essa tentativa de introduzir a ideologia do agronegócio nas salas de aula, utilizando os professores como propagadores dos temas transversais, gera uma falsa autonomia do profissional, pois modifica seu planejamento inicial e coloca os projetos do agronegócio como foco das atividades.

Nessa perspectiva, o Programa do Agrinho-MS demonstra em sua proposta pedagógica que sua missão é “promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócio das pessoas do meio rural, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado”, almejando uma visão “de referência em educação, inovação e conhecimento das pessoas do meio urbano e rural atendendo às necessidades dos diversos setores do agronegócio de Mato Grosso do Sul” (Agrinho/MS, 2019, p.3).

Vale a pena, também, analisar, mesmo que brevemente, o atual tema transversal do ano de 2023, “Alimentar é construir o futuro”. Na propaganda deste ano, o *jingle* parece ser mais aprimorado, não é mais feito por desenho animado, como nos anos anteriores, mas sim com atores, demonstrando que houve um nível maior de sofisticação.

Durante a propaganda, a história é contada em dois cenários. O primeiro se passa na casa de uma família, composta por um pai, uma mãe, uma filha e um filho (Pedrinho).

⁶⁸ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=rhKV_FbNPzs&ab_channel=SistemaFamasul >
Acessado em: 27 set. 2023.

O pai chega em casa com uma caixa de milho para a família, que fica muito feliz com a chegada do produto. A partir de então é traçado um diálogo exaltando os benefícios do milho. O segundo cenário, se passa numa sala de aula, onde a professora fala sobre a produção do agronegócio no estado de Mato Grosso do Sul; em seguida Pedrinho, personagem principal, acrescenta informações sobre o setor, na fala da professora.

Nos dois cenários, o menino é parabenizado por saber tanta informação, no primeiro pela mãe e, no segundo, pela professora; dessa forma, Pedrinho responde dizendo que: é graças ao Agrinho que ele sabe tanto sobre o agronegócio no estado. Os diálogos são proclamados em forma de canção. Abaixo segue o roteiro da propaganda.

Pai: Olá, família! Que bom chegar! Hoje vai ter milho no jantar.

Mãe: Que alegria! Era tudo que eu queria.

Filha: Quero com manteiga. Na verdade, vou querer mais.

Filho/Pedrinho: Mais muito mais! Milho é rico em proteínas, vitaminas e sais minerais. Ele vai para a mesa, produz etanol e ainda vira ração para os animais.

Mãe: Que orgulho, filhinho!

Filho/Pedrinho: É! Aprendi com o Agrinho.

Professora: Repitam comigo: no MS tem boi, peixe, frango e também tem muito milho.

Filho/Pedrinho: Tem leite, mel, banana e o mais bacana, rotação de cultura. Depois da soja vem o milho, mais sustentável. Tá tranquilo!

Professora: Sabe tudo hein, Pedrinho!

Filho/Pedrinho: Aprendi com o Agrinho.

Locutor: Leve o Agrinho para sua escola! SENAR MS, transformando vidas. (Agrinho/MS, 2023) ⁶⁹

Nesta propaganda, observamos o teor explícito de uma publicidade do agronegócio. O vídeo ressalta muito bem a intenção de propagar os produtos do agronegócio, até mesmo a recente produção de etanol de milho, já aparece como algo positivo. Nos parece ser um indicativo da direção que o setor almeja alcançar. Os conteúdos, que antes eram direcionados em grande parte na sustentabilidade dos processos produtivos da cana-de-açúcar, a partir deste ano de 2023, passaram por uma mudança no tema central do programa, com enfoque no milho. A propaganda parece querer preparar a “psicosfera” do futuro. A informação da recente inserção da indústria de etanol de milho para os jovens de hoje é uma preparação para o cenário futuro da economia do estado.

⁶⁹ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=K58UCBLrVqU&ab_channel=SistemaFamasul > Acessado em: 27 set. 2023.

As características que são citadas, enaltecem a qualidade do milho, afirmam que ele faz rotação com a soja, demonstrando ser mais sustentável. Na propaganda, não há menção à cana-de-açúcar, mas, nas entrelinhas, observamos que, para além de uma publicidade do novo produto do setor no estado, o vídeo passa também um recado do SENAR/MS e da FAMASUL, um indicativo para o que virá. A educação servindo de estratégias para especializações do capital do futuro.

Observa-se, assim, o Agrinho, como instrumento de antecipação espacial. De acordo com Correa, é nas áreas de fronteira que a prática da antecipação espacial é frequentemente utilizada, significando “garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção” (1995, p.39). Mato Grosso do Sul não está configurado, de fato, na franja de expansão da agricultura moderna no Brasil. Porém, podemos considerá-lo como área de fronteira da agroenergia. É ali que há a expansão da produção de cana-de-açúcar para a produção de açúcar, etanol e energia - e agora, com a chegada do mais novo produto do setor energético brasileiro, do etanol de milho.

O Agrinho nos abre a possibilidade de compreender a espacialidade do agronegócio, pois a “psicosfera” é sempre criada com a intenção de dar suporte ao reino das técnicas que estão por vir. Os discursos, de acordo com Bittencourt, Romano e Castilho, “podem ser emblemáticos e reveladores de algumas das estratégias utilizadas na busca do que seria a formação e consolidação de hegemonia” (2022, p.200). Portanto, o Agrinho nos revela um indicativo das estratégias do agronegócio no território desse estado. Relembrando aqui, que o público-alvo, não são somente as crianças das escolas públicas localizadas em comunidades rurais; principalmente agora, nesta última edição, o público-alvo se ampliou para as escolas privadas, almejando, mais do que nunca, os núcleos urbanos e, claro, toda a comunidade que os circunda. O Agrinho, portanto, aparece como instrumento “preparador” do espaço. Através de um tema transversal generalizado (e falseado), o setor aprofunda as questões de seus interesses e difunde “recados” para toda a sociedade⁷⁰.

⁷⁰ É interessante questionarmos e compreendermos se há conflitos internos do próprio setor do agronegócio na elaboração dos materiais e das campanhas do Agrinho. O que antes tinha um destaque na cana-de-açúcar, como vimos nas cartilhas elaboradas, nos parece que, a partir deste momento, há uma nova direção. Questionamentos surgiram durante a escrita desta tese e que não foram possíveis de responder até o momento, são eles: o setor sucroenergético está perdendo força para o setor dos grãos na organização política do estado? Há complementariedade entre os setores (sucroenergético-carne-grãos)? Novos

Observa-se, também, neste momento, que há uma certa heterogeneidade do agronegócio no que diz respeito aos produtos elaborados e comercializados. Essa mudança de teor da publicidade do Agrinho revela, mais uma vez, que o agronegócio está em constante processo, demonstrando os diversos caráteres conflitivos que buscam reger a hegemonia do setor.

É interessante salientar que o programa se utiliza, em parte, da metodologia de Paulo Freire, para executar seus objetivos. O tema gerador foi proposto por Paulo Freire (1987), para articular de forma interdisciplinar o aprendizado na escola com a vida cotidiana dos educandos. No entanto, Paulo Freire articula esse método para ser utilizado na pedagogia problematizadora. O agronegócio, faz uso de uma parte do método, porém com o viés da “pedagogia bancária” analisada por Freire (1987).

Apesar de haver diferenças entre a “pedagogia bancária”, criticada pelo Paulo Freire, da atual pedagogia, utilizada pelo Agrinho, referimos aqui que o material do Agrinho comunga em grande parte do que Freire apontava como “pedagogia bancária”, uma vez que forma os seres de maneira alienante; nessa concepção, “o educador vai ‘enchendo’ os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos” (Freire, 1987, p.71). Mesmo utilizando temas transversais para enriquecer o processo pedagógico, estes temas do agronegócio atrofiam a verdadeira prática libertadora e conscientizadora da educação pensada por Freire.

Os temas transversais do agronegócio limitam a capacidade crítica do método, tendo em vista que o setor é apresentado como fábula, não havendo espaços para o questionamento. As problematizações não são estimuladas e consiste em reproduzir um mundo de acordo com a visão hegemônica dos agentes econômicos do Mato Grosso do Sul.

A diferença entre os temas transversais do Agrinho e o tema gerador de Paulo Freire, é a construção conjunta do tema. O tema gerador “é algo a que chegamos através, não só da própria experiência existencial, mas também de uma reflexão crítica sobre as relações homens-mundo e homens-homens” (Freire, 1987, p.88). Os temas do agronegócio orientam e fazem com que as diversas práticas pedagógicas sejam

materiais serão reelaborados incluindo o etanol de milho? A cana passaria de “mocinha” da sustentabilidade, para ser condenada como “vilã” por não fazer rotação de culturas e assim ser menos ambientalmente aceita? A construção dos novos discursos ainda não pode ser respondida neste trabalho, mas esperamos que essas questões estimulem futuras pesquisas.

estimuladas por eles, porém não abrem espaço para uma reflexão crítica das relações apontadas por Freire. Tampouco, esses temas, aparecem como potência para desenvolver assuntos essenciais para o debate atual nas escolas brasileiras.

Diversos temas apontados falseiam a realidade, pesquisas apontam para a qualidade dos produtos comercializados pelo agronegócio com alto teor de agrotóxicos e os possíveis danos à saúde (Carneiro *et al.*, 2015), além do uso controverso do uso de sementes transgênicas (Andrioli e Fuchs, 2012).

Observamos, também, a intenção de alcançar o público urbano através dos temas e dos materiais produzidos por eles. Ao contrário do que é dito no objetivo da proposta pedagógica, o programa não tem como função principal levar informação para as crianças do meio rural, o foco principal, é a formação ideológica daquelas que vivem no meio urbano.

De modo geral, a coleção Agrinho apresenta uma série de debates e reflexões que tentam a conexão dos espaços urbanos com a dinâmica social agrária. Entretanto, trata-se de uma abordagem extremamente simplista e que contribui para a reprodução das relações sociais capitalistas tanto no campo como nas cidades. (Rossi e Vargas, p.215, 2017).

No fundo, os temas transversais do Agrinho revelam mais sobre as ambições do setor no estado (e até mesmo no país), do que, de fato, servem para exercer um caráter pedagógico de interdisciplinaridade, com a função de se desdobrar em outros temas, como nos sugere Paulo Freire. Vimos nos temas transversais do Agrinho a preocupação em ensinar, e pouca preocupação em aprender. Diferente da pedagogia refletida por Freire, o agronegócio não está preocupado com aqueles que estão aprendendo, o foco deles parte de cima para baixo. Neste caso, é um método de ensino, não é um método de aprendizado. Não há a construção conjunta do tema com os alunos. São ideais que surgem no seio do intelectualismo orgânico do setor.

5.1.3 O Agrinho como fábula e a perversidade dos concursos

Acreditamos que o concurso seja a parte principal do programa do Agrinho; nesta etapa há uma mobilização dos estudantes, dos professores e das escolas. Iremos expor o funcionamento do concurso, mas não vamos nos ater na análise das categorias premiadas. O site do Agrinho/MS não disponibiliza as redações e desenhos vencedores do concurso,

assim, ficamos impossibilitados de analisar o material, ao contrário do “Agronegócio na Escola”, da ABAG.

Para aqueles que queiram participar do concurso é possível contar com a presença de um instrutor do Agrinho para acompanhar com um apoio pedagógico. Esse apoio se divide em 3 visitas, com o objetivo de: apoio para aderir ao programa Agrinho e acionar o pedido de recebimento das cartilhas elaboradas por eles, apoio pedagógico para desenvolver os trabalhos indicados pelo Agrinho e apoio para fazer as inscrições dos trabalhos que virão a participar do concurso. Ao todo são 11 categorias de premiação, separados em escolas públicas e escolas privadas, cada categoria possui um gênero e cada gênero um subtema, tudo articulado com o tema transversal de cada ano (Quadro 01).

Quadro 01
Organização do concurso Agrinho 2023

Categoria	Ano	Gênero	Subtemas	Prêmios		
				1° lugar	2° lugar	3° lugar
Desenho	1°	-	O abraço alimenta o afeto	Aluno e professor: <i>smartfone</i>		Aluno e professor: <i>tablet</i>
	2°					
Redação	3°	Fábula	Unindo o campo e a cidade			
	4°	Poema	O que nos alimenta nos une			
	5°	Carta	O conhecimento alimenta a educação			
	6°	Conto	Trabalhar juntos é o que nos alimenta			
	7°	Narrativa de Aventura	A conscientização alimenta a cidadania			
	8°	Gênero Textual Oral	Produtor alimenta o futuro			
	9°	Gênero Jornalístico	O progresso alimenta o emprego			
Relato de Experiência	Professores e coordenadores	Experiência Pedagógica	A tecnologia alimenta a sustentabilidade	Professor e coordenador: <i>notebook</i>	Professor: <i>notebook</i> Coordenador: <i>smartfone</i>	Professor e coordenador: <i>smartfone</i>
	Comunidade Escolar	Escola Agrinho	Levando bem-estar por meio da ciência e a natureza	Escola: <i>smart TV</i> Relator: <i>notebook</i>	Escola: <i>smart TV</i> Relator: <i>smartphone</i>	

Organizado por Daniel M. L. V. Monteiro.
Fonte: Agrinho-MS, 2023

A primeira e a segunda categoria são destinadas aos alunos que estão cursando o 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental; nela são desenvolvidas a premiação do melhor “Desenho”. O subtema a ser desenvolvido é “O abraço alimenta o afeto”. Nestas categorias “o aluno deve registrar, por meio da arte, a vivência durante o desenvolvimento do Programa na escola, atendendo aos requisitos estabelecidos neste regulamento” (Agrinho/MS, 2023, p.9).

As próximas 5 categorias se referem à redação, porém com gêneros distintos, de acordo com cada ano do Ensino Fundamental. O 3º Ano elabora uma fábula de no máximo 30 linhas, com o subtema baseado em “Unindo o campo e a cidade”; o 4º Ano um poema, de no máximo 25 linhas, com o subtema “O que nos alimenta nos une”; o 5º Ano uma carta, de também no máximo 25 linhas, sobre “O conhecimento alimenta a educação”; o 6º Ano um conto, de no máximo 35 linhas, sobre “Trabalhar juntos é o que nos alimenta” e o 7º Ano uma narrativa de aventura, de no máximo 35 linhas, de acordo com o subtema “A conscientização alimenta a cidadania”.

A categoria do 8º Ano propõe desenvolver um podcast, seguindo um gênero textual oral através do subtema “Produtor alimenta o futuro”. Há um tutorial no site explicando o passo a passo para criar um podcast. O arquivo enviado deve conter entre 3 e 8 minutos de duração; para isso é necessário também enviar um Termo de Autorização do uso de imagem, som e voz, assinado pelo responsável do aluno.

Para o 9º Ano o desafio é desenvolver uma reportagem jornalística, de acordo com o subtema “O progresso alimenta o emprego”. Deve ser enviado em formato de áudio e vídeo de no máximo 100MB de extensão, entre 3 e 8 minutos de duração. Há também um tutorial no site disponibilizando os passos e o Termo de Autorização para ser assinado pelos respectivos responsáveis.

Todas essas categorias, disputadas pelos estudantes, são contempladas com os mesmos prêmios aos vencedores. O 1º e o 2º lugar ganham um *smartphone* e o 3º colocado leva um *tablet*. Destaca-se que os prêmios são ofertados tanto para os alunos como para seus respectivos professores.

As últimas categorias são baseadas em “Relato de Experiência”, destinada aos prêmios de melhor “Experiência Pedagógica” atribuído aos professores e coordenadores com o subtema “A tecnologia alimenta a sustentabilidade” e ao prêmio de melhor “Escola Agrinho” atribuído à comunidade escolar através de um “Relato de Atividade” com o subtema “Levando bem-estar por meio da ciência e a natureza”.

No gênero “Experiência Pedagógica” deve ser encaminhado um relato das atividades desenvolvidas pelo professor com os alunos. O documento deve conter: capa, introdução (com objetivos e metodologia), desenvolvimento (incluindo referências teóricas), resultado e discussões, considerações finais, referências bibliográficas e anexos (fotos e demais documentos comprobatórios). Os trabalhos têm que levar em consideração o envolvimento dos alunos e o caráter inovador. Os prêmios para o 1º colocado é um *notebook* para o professor e outro para o coordenador pedagógico, para o 2º colocado um *notebook* para o professor e um *smartfone* para o coordenador e o 3º colocado um *smartfone* para cada.

No que concerne ao gênero “Escola Agrinho”, o objetivo é analisar todo o envolvimento da comunidade escolar com o programa. É pedido para que, no documento, haja uma contextualização, incluindo: um breve relato, à inserção da comunidade escolar (professores, alunos, responsáveis etc.), à sinalização de que trabalharam dando destaque a uma cadeia produtiva do agronegócio e um relato dos pontos positivos e negativos. Este documento deve conter fotos que demonstrem o tipo de evento realizado (feira escolar, palestra, *lives*, mesa de debates etc.). O prêmio para as escolas vencedoras será de uma *smart TV*, sendo que o 1º e o 2º lugar levará um *notebook* para o relator da proposta e o 3º, um *smartfone*.

Todo o resultado do concurso não é somente publicado no site do programa, mas também no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, ressaltando, assim, a ligação do Estado com o programa do agronegócio. Além do resultado, outros anúncios do programa Agrinho, como a convocação dos instrutores, são registrados no Diário Oficial do estado.

É importante destacar, também, que todo tipo de material desenvolvido nesse processo é destinado ao SENAR/MS, sem ônus à instituição. Ou seja, todo o material produzido pelos alunos, professores e coordenadores passa a pertencer ao SENAR/MS.

Os concursos, como vimos, servem de instrumento de estímulo para que as escolas e os professores passem a aderir a lógica do Agrinho. É realizado uma série de eventos que constroem, durante o ano letivo, as ações estabelecidas pelo agronegócio. O tema transversal estimulado rege as atividades daqueles que desejam participar do programa. O Agrinho não é obrigatório, porém há um estímulo muito forte para que professores, diretores e escolas participem das atividades, construindo um cenário propício para a propagação das ideias do setor no estado.

O programa do Agrinho não é uma imposição direta, sua aplicabilidade depende da aquisição do seu modelo pelas secretarias municipais de educação, pelas escolas e por cada docente. Por tanto, o concurso vai premiar aqueles que conseguiram utilizar de forma mais adequada o material e o tema proposto pelo agronegócio. Todo ano há o lançamento nacional da campanha que fica a cargo das secretarias, escolas e docentes participarem ou não. No entanto a “psicosfera” criada tende a inserir todos na competição proposta por esse modelo.

Com a inserção das escolas privadas, conseguimos observar uma espacialização diferente da aderência e da participação do público-alvo. O que antes era apenas concentrado nas escolas públicas do interior, com a inserção das escolas privadas, o programa atingiu camadas da classe média urbana, principalmente da capital. Revela-se a intencionalidade de dialogar com o público urbano e propagar a ideologia do setor. Evidencia-se que a maior parte da população brasileira (logo, maior número de eleitores) estão nas grandes metrópoles.

Ao mapearmos as premiações do ano de 2022, observamos que há, entre as escolas públicas uma dispersão maior pelo estado, quando se trata dos vencedores. Quando vemos a espacialização dos prêmios dentre as escolas particulares, observamos uma altíssima concentração no município de Campo Grande, capital do estado. O mapa nos ajudou a compreender a estratégia de expansão ao incluir as escolas particulares. O alvo passa a ser o centro de comando político do estado (Mapas 03 e 04).

O concurso corrobora para uma visão de uma educação pautada na competitividade e na meritocracia. É uma visão pedagógica voltada para um treinamento para o mundo capitalista. O Agrinho forma as bases tão desejáveis para a propagação do capital. No contexto neoliberal, o concurso exprime a prática da educação que estimula a competitividade entre os alunos.

Jessé Souza nos diz que a meritocracia é percebida como uma conquista e um esforço individual que se assegura na justiça e na legitimidade do privilégio moderno. É concebido por um pressuposto de justiça, pois “reside no fato de que “é do interesse de todos” que existam “recompensas” para indivíduos de alto desempenho em funções importantes para a reprodução da sociedade”, partindo do pressuposto do privilégio individual “legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição” (2009, p.43). É uma ideologia que separa o indivíduo da sociedade.

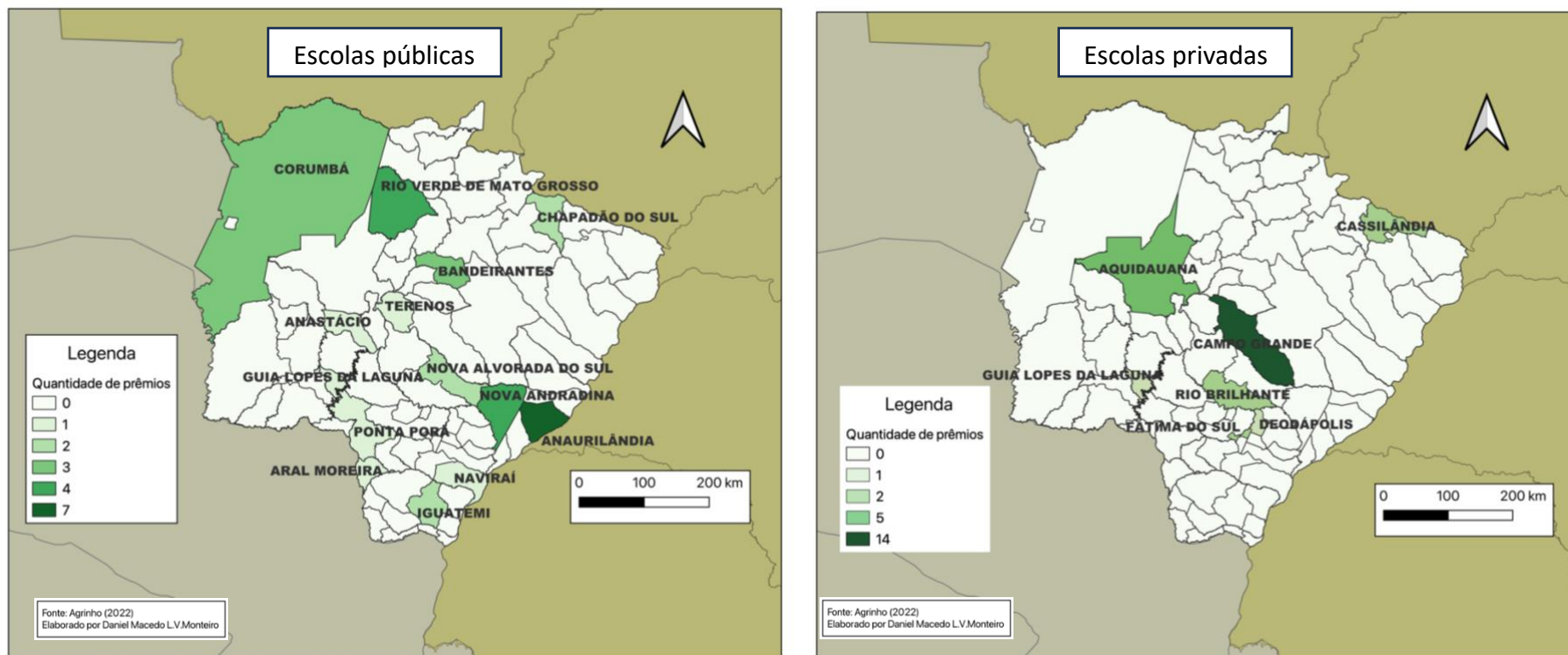
Os padrões da educação neoliberal se baseiam no princípio da meritocracia, e podemos vê-lo de maneira bem ilustrada nas estratégias do agronegócio nas escolas. A ideologia está no método. Os prêmios, servem para atrair e mover uma grande quantidade de pessoas, porém a recompensa é apenas para os melhores. Cria-se assim, a falsa ilusão de que ao se esforçar, os demais alcançarão o prêmio desejado.

O Estado, com fortes influências e poder de decisão do agronegócio – que, principalmente em Mato Grosso do Sul, obtém forte poder político e central na distribuição dos recursos estatais –, prefere estimular a competição alinhada diretamente aos desejos ideológicos do setor, do que possibilitar, por conta de políticas públicas, as condições necessárias para que as escolas possam adquirir bens necessários para o seu funcionamento.

Vejamos, também, o imenso trabalho dedicado por bimestres do ano letivo, concentrado nos temas do agronegócio, para ao final, serem premiados apenas 3 de cada categoria e com prêmios, convenhamos, de valores ínfimos, quando comparamos com a receita do setor no estado. Assim, finalizamos a análise dos concursos do Agrinho com o seguinte questionamento:

A quem interessa, afinal, culpar a má administração do Estado pelas mazelas sociais, cortar gastos públicos, pedir Estado mínimo, culpar os pobres pelo próprio fracasso, obscurecer conflitos, deixar que a busca de lucro seja o único princípio em todas as esferas sociais e interpretar o próprio sucesso como fruto “meritocrático” do próprio talento visto como “natural”? (Souza, 2009, p.87).

Mapas 03 e 04
Quantidade de prêmios do concurso Agrinho por município no ano de 2022⁷¹



Fonte: Agrinho, 2022

⁷¹ Foram computados os 3 primeiros colocados de cada categoria. Ressalta-se que não existia o prêmio de Escola Agrinho para as escolas privadas.

5.1.4 O Agrinho como fábula e a perversidade da “capacitação” dos professores

Recentemente observamos a entrada de institutos privados na gestão e formação de profissionais do ensino público no Brasil. Esse movimento faz parte do que vimos no item 3.3 desta tese, sobre a neoliberalização da educação. Com a Reforma do Ensino Médio tais institutos privados ganharam mais força, passam a assessorar redes estaduais de educação para que se adaptem às demandas da nova estrutura, em diálogo com o mercado.

A interferência desses “Aparelhos Privados de Hegemonia” (Fontes, 2010) não se limitam somente à gestão da educação ou à proposição de metodologias, estão focados também na “formação” dos professores. Uma das nuances do programa Agrinho, por exemplo, é formar professores para que utilizem seus materiais. Neste item, iremos apontar como ocorre o processo de cooptação dos docentes, e desvendar as estratégias do agronegócio, no contexto de estruturas precarizadas da educação pública brasileira.

Inicialmente, ocorre uma seleção para capacitar profissionais para serem instrutores do Agrinho. Esses serão os principais personagens que farão o elo entre os anseios do setor empresarial e a comunidade. O instrutor passa por uma pré-seleção curricular e, no final, recebe um certificado; isto revela uma maneira de atribuir valor e reconhecimento do projeto pela comunidade escolar. Eles são treinados com a metodologia do SENAR/MS e do Agrinho, para poderem, a partir daí, formar professores e coordenadores.

Dessa forma é estruturada uma cadeia para replicar os valores do agronegócio: no topo, os intelectuais orgânicos do setor que trabalham para o SENAR/MS e para a FAMASUL, são eles os responsáveis por elaborar os conceitos e as metodologias a serem perpassadas; em seguida, há o treinamento dos instrutores que serão responsáveis por transmitir as ideias para os professores e coordenadores; depois, os professores aplicam o conteúdo em sala de aula para os estudantes que, por sua vez, envolvem suas famílias no concurso. Esses familiares passam a estimular seus filhos a participarem para ganhar os prêmios; por fim, observamos que toda a comunidade é envolvida e indiretamente passa a ser influenciada pelas concepções do agronegócio (Gráfico 02).

Gráfico 02
Pirâmide do processo ideológico do agronegócio nas escolas do
Mato Grosso do Sul



O trabalho dos professores é de extrema importância neste elo entre a empresa e a comunidade; “na entrada empresarial nas escolas públicas, os profissionais da educação são os principais “parceiros” a serem convencidos pelo projeto privado” (Lamosa, 2016, p. 228). Ainda, segundo o autor, esta “parceria” é obtida com êxito pelos empresários, quando há a assimilação desses profissionais, através da formação continuada. O SENAR, ao fazer o concurso, também passa a avaliar o uso de seus materiais e o trabalho dos professores, no que diz respeito à aplicação do conteúdo em sala de aula. O concurso passa a ser um instrumento de avaliação disfarçado de estímulo à premiação dos melhores.

A participação no programa não é obrigatória, no entanto, é importante destacar, que há um processo de coerção do SENAR e da FAMASUL em relação aos diversos professores, escolas e secretarias municipais a participarem. É importante destacar, mais uma vez, a força política do agronegócio no estado; quando focamos na escala municipal, essa interferência do setor ocorre com maior coerção. Assim, coloca-se em evidência o questionamento no que diz respeito à autonomia dos profissionais da educação, principalmente quando estes estão em um regime de contrato com o Estado, e ao serem solicitados a participar do concurso, não veem outra saída, a não ser aceitar, para manter seu emprego.

Não foram pesquisados, nesta tese, a relação das secretarias estaduais de educação e das direções das escolas com o agronegócio. No entanto, com experiência de trabalhos de campo passados, podemos observar que, nos municípios pujantes do agronegócio, há

uma correspondência dos responsáveis desta pasta com o setor. Muitas vezes a direção das escolas e as secretarias de educação são comandadas por mulheres, esposas de proprietários de terra nos municípios em que atuam. Ressaltamos este ponto para compreender que a coerção ocorre por parte das chefias da educação local. Em cidades pequenas das regiões especializadas agrícolas no Brasil, a relação entre educação e agronegócio ocorre por interesses familiares-matrimoniais.

Ao pesquisar o programa Agrinho no Mato Grosso do Sul, observamos a importância da segurança do trabalhador da educação no que diz respeito à sua autonomia em sala de aula. A adesão entre professores efetivos e contratados ao programa do Agrinho ocorre de maneiras distintas. Esta percepção surgiu através de uma entrevista realizada com uma professora contratada da rede municipal de um município do interior do estado. Percebe-se que a entrada da indústria cultural do agronegócio nas escolas tem uma correlação proporcional entre a diminuição de concursos e o aumento dos contratos para ministrar aulas no ensino básico municipal.

Para ilustrar este envolvimento do corpo docente, trago aqui um trecho inicial da entrevista com uma professora do Ensino Fundamental I de um município localizado na região conhecida como Cone-Sul do estado de Mato Grosso do Sul. Os professores passam por um treinamento de 8 horas em um dia com os instrutores do Agrinho, no próprio município, para a realização do programa.

Daniel: “Como era essa capacitação? O que vocês fizeram nessas oito horas?”

Docente: “Primeiro foi introduzido para a gente sobre o SENAR, depois sobre o programa Agrinho, após as regras em que cada modalidade escolar poderia competir, depois sobre elaborar o projeto, e depois exercícios bem dinâmicos sobre tudo o que foi feito”.

Neste pequeno trecho observa-se a entrada inicial do agronegócio nas escolas. É a partir desse momento que a “psicosfera” do setor ganha força no âmbito escolar. Eles apresentam o curso como uma forma de capacitação. Muitos professores, carentes de especializações e de reconhecimento nas cidades menores, veem o programa como uma possibilidade de se capacitarem e são atraídos a desenvolverem o programa nas suas escolas e nas salas de aula com seus discentes. Esta “capacitação” é realizada como um bônus para o profissional. Além disso, há a possibilidade de haver imposições demandadas de cima para baixo, não restando outra opção, senão participar das “capacitações”.

A ideia de capacitação disseminada deturpa o real sentido atrás desse discurso. A “sedução” dos docentes para se “capacitarem” serve como mote principal para o sucesso deste programa. Contudo, evidenciamos que a tendência de precarização que atinge os docentes tem relação direta com o avanço do agronegócio nas escolas. Destaca-se, então, que o docente sem estabilidade (em regime de contrato), e sem possibilidade de formação continuada, se torna “refém” dos programas do agronegócio.

Percebe-se, assim, que a ordem do “jogo” não está completamente dada e definida pelos atores do agronegócio. Nem todos os professores aceitam participar dos projetos, estabelecendo pontos de divergência, precisando e estipulando os limites do agronegócio. No entanto, a maior parte dos professores que se negam a participar do Agrinho, são profissionais concursados, efetivos, que passaram a ter mais estabilidade, segurança e autonomia de exercer sua profissão. Abaixo outro trecho da entrevista, que revela tal situação:

“Daniel: Na sua percepção, você acha que a maior parte dos professores que participam são os contratados ou os concursados?”

Docente: Contratados

Daniel: É uma percepção sua ou de fato é uma realidade? E por que você acha que tem uma adesão maior dos contratados?

Docente: Uma realidade. Pode ser pelo fato de que do 1º ao 5º ano todos os professores são contratados. Mas assim, cá entre nós, os contratados sempre tomam a frente dos projetos da escola.

Daniel: Eu tenho percebido isso. Você acha que por serem mais instáveis, eles têm mais “medo” de perder o emprego e aceitam os projetos sugeridos pelas escolas?

Docente: Sim, os professores contratados abraçam a escola. Não que os efetivos não participem, mas eles não precisam “mostrar” serviço”!

A partir desse cenário, leva-se em consideração que os contratos são cada vez mais comuns nas redes públicas de educação, e a adesão destes profissionais contratados a projetos de interesse das secretarias municipais surge como táticas de permanência em seus empregos. Ou seja, quanto mais precária for a situação trabalhista, melhor será para o agronegócio (ou qualquer outro programa neoliberal da educação).

Este ponto sinaliza para um debate importante que diz respeito à estabilidade do servidor público, tão ameaçada nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Os trabalhadores que têm estabilidade, podem atuar em suas funções sem interferências de terceiros ou de persuasão de setores políticos-empresariais, ou, pelo menos, podem se

manter firmes, contrários às investidas. A ameaça ao trabalhador do serviço público, principalmente na educação, revela a entrada do mercado nas regras e na ocupação dos espaços frágeis da esfera pública. Vejamos, sem a estabilidade do servidor público, um profissional da educação, persuadido a trabalhar com o material do Agrinho, não pode se negar, podendo ter sua aprovação por concurso descontinuada. Lembrando que, a estabilidade está ligada à continuidade do serviço, não estando (ou pelo menos não deveria estar) disposta à revelia dos governantes e suas respectivas ideologias.

Há também uma outra relação de exploração do docente. Os profissionais da educação, ao participarem do concurso, assim como os discentes, geram materiais que podem ser utilizados pelo agronegócio, tanto no que diz respeito a um projeto que eles queiram implementar, ou até mesmo em propagandas do setor, sem que haja nenhum tipo de remuneração para aquele que produziu.

No artigo 13.6 do regulamento do concurso fica claro a apropriação do trabalho gerado; nesse contexto, ressaltamos que, a autonomia dada aos profissionais de educação, também esteja relativizada.

13.6. Fica autorizado ao SENAR/AR-MS, sem ônus e definitivo, pelo autor ou seu responsável, a utilização dos trabalhos, ao público em geral, todo e qualquer tipo de comunicação, divulgação, veiculação e enfim, publicidade e promoção relativamente ao seu nome, bem como as imagens e vozes obtidas em materiais e eventos, para fins de divulgação em publicações, em materiais e eventos da instituição, incluindo eletrônicos e na internet, desde que citada a autoria dos trabalhos (Agrinho/MS, 2023, p.22).

A criatividade gerada e trabalhada em sala de aula ou nos projetos individuais dos docentes são vendidas como uma forma de ludibriar o profissional, fazendo com que ele acredite que está realizando um trabalho com autonomia, porém, o que ocorre, é a exploração do trabalho intelectual e criativo desses professores e alunos.

Vemos como perversidade a relação do Agrinho para com os profissionais da educação que atendem a demanda do agronegócio na região, que passam a ser envolvidos em uma “psicosfera” da “modernidade” e do “progresso” do estado. Os processos que desenharam o atual cenário escolar no estado de Mato Grosso do Sul demonstram uma face do desenvolvimentismo do agronegócio e as concepções do mercado às quais estes são atrelados. Além disso, “progresso” com objetivos “desenvolvimentistas”, coloca à mercê, direitos básicos da autonomia dos profissionais da educação. Santos aponta que

Dentro de um mesmo país se criam formas e ritmos diferentes de evolução, governados pelas metas e destinos específicos de cada empresa hegemônica, que arrastam com sua presença outros atores sociais, mediante aceitação ou

mesmo elaboração de discursos “nacionais-regionais” alienígenas ou alienados (2001, p.87).

A conjuntura neoliberal reforça essa duplicidade da entrada empresarial na educação e a precarização do trabalho docente. O agronegócio age estrategicamente, direcionando sua ideologia a ser replicada em sala de aula, enfraquecendo a perspectiva de uma educação pública coerente.

5.2 A perversidade do Agrinho: análise do discurso

Neste capítulo, o objetivo consiste em destacar os componentes populistas do discurso empresarial embutido no programa Agrinho, no estado de Mato Grosso do Sul, a partir do referencial teórico da análise do discurso populista de Laclau (2009) e da teoria dos marcos de Galvan (2012).

Esta etapa foi dividida em três partes: inicialmente realizou-se a construção da demanda (Laclau, 2009) e a conotação afetiva dos símbolos arquitetados no discurso agroempresarial nesse programa de educação; em seguida, com base em quatro reportagens noticiadas no site do programa, foram realizadas análises, conforme as proposições teóricas da análise do discurso populista de Laclau (2009), para compreender o teor político e estratégico do agronegócio em investir na área da educação; e, por fim, a proposta metodológica desenvolvida por Galvan (2012), no que tange ao enquadramento (*frame analysis*) dos marcos do discurso para compreender a estrutura narrativa trabalhada pelo setor, almejando a entrada nas escolas do estado.

Destaca-se que, esta etapa, também teve como auxílio o desenvolvimento metodológico do livro intitulado “Paixões e Razão: os discursos políticos na disputa eleitoral 2018” (Romano, 2018), em que os autores traçam, de acordo com a teoria-metodológica de Laclau (2009) e Galvan (2012), a análise do perfil dos principais candidatos presidenciais nas eleições brasileiras de 2018, utilizando a apresentação dos discursos em formas de quadros e organogramas, além da pesquisa realizada sobre o discurso político durante a pandemia da Covid-19 (Romano, 2021a; 2021b; 2021c).

5.2.1 A estratégia populista do discurso do agronegócio: a construção da demanda

No atual contexto hegemônico do meio agrário brasileiro, o agronegócio busca, não somente apropriar-se fisicamente dos territórios, mas também construir políticas que entrelaçam as ideologias na disputa do imaginário da população brasileira. É importante compreender que, o discurso do agronegócio brasileiro é diretamente ligado às questões políticas, sejam elas institucionais ou não. Portanto, o discurso construído pelo setor, demonstra o caráter populista abrangente nas abordagens.

O populismo tratado aqui tem o significado adotado por Ernesto Laclau (2014). A abordagem neste trabalho não será baseada no sentido comum de populismo, que é atrelado a regimes políticos, mas sim como um modo de se fazer política. A construção ideológica do agronegócio no Brasil perpassa pelas estratégias da disputa hegemônica do discurso. O discurso populista pode adotar diversas formas/ideologias em função do momento e do lugar, sendo compatível de acordo com a variedade do campo institucional em que ele pode transitar (Laclau, 2014).

Mouffe (2018), ao referir-se à sua obra intitulada “Agonística” (Mouffe, 2014), destaca a importância determinante das práticas artísticas e culturais na luta hegemônica; segundo ela, “as práticas artísticas podem desempenhar um papel decisivo na construção de novas formas de subjetividade” (2018, p. 102), isto porque utiliza recursos que buscam respostas ligadas às afetividades e paixões. Assim sendo, o discurso populista também perpassa pelo apelo emocional, isto ocorre devido à eficácia ideológica embutida em cada discurso. Desta forma, o agronegócio constrói diversos componentes afetivos em seu discurso. Torna-se, conseqüentemente, atuante no campo do simbólico, tendo, cada vez mais, sua expansão territorial atrelada à cultural (Chã,2018).

Com a recente aposta na ampliação da sua atuação para aparelhos privados de hegemonia, como as escolas e o marketing cultural, tem mostrado que o processo de expansão do agronegócio, que ameaça a agricultura camponesa e as comunidades tradicionais, implica também uma territorialização da indústria cultural no meio rural que passa a ocupar um espaço central na vida dessas populações, cumprem muitas vezes um importante papel de desmobilização e perda de identidade com a vida no campo. (Chã,2018, p.18-19)

No entanto, o agronegócio busca a adesão e o convencimento de diversos setores da sociedade para desenvolver seus projetos de expansão, territorializando-se através das estratégias do discurso populista na educação. Assim, a hegemonia nos ambientes

educacionais vai sendo construída e ressignificada de acordo com as pretensões empresariais do agronegócio.

Laclau (2009) estabelece que o populismo institui traços estruturais que o definem, como a subjetividade popular, a construção dicotômica do social na criação de uma fronteira interna e a construção de uma cadeia de equivalências entre as demandas insatisfeitas. Segundo Laclau (2009), a categoria demanda é o fio condutor, sendo ela a forma elementar da construção do vínculo social. Quando não há formas de satisfazer certas necessidades, é o momento em que surgem as demandas. A entrada do agronegócio na educação tem como demanda central alimentar a “psicosfera” dos lugares de acordo com os seus desejos de expansão territorial; para isso utilizam a educação e os espaços escolares para alcançar maior adesão nas comunidades locais.

No entanto, a primeira condição na construção de uma demanda seria a “insatisfação”. A partir de um agrupamento de demandas negativas insatisfeitas, ocorre a articulação política que Laclau (2009) chama de populismo.

A educação permeia na sociedade brasileira como um valor importante a ser mantido e investido. A construção de uma ideia nacional da educação de baixa qualidade, assim como os discursos propagados sobre isto, abrem uma porta de entrada para o agronegócio nas escolas.

Vale ressaltar que, o programa Agrinho, do Mato Grosso do Sul, é caracterizado como um programa de responsabilidade social. Logo, a demanda construída pelo Programa Agrinho-MS perpassa pelo pretexto do retorno social advindo do ramo empresarial, com a justificativa de investimentos na educação. No entanto, demonstra em sua proposta pedagógica, que a sua intenção vai além do “retorno” de ações educativas voltadas à sociedade, como observado na missão estabelecida do programa, que é: “promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócio das pessoas do meio rural, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado” (Agrinho/MS, 2019, p.3).

Assim, torna-se importante compreender de que maneira essa demanda toma forma, mas principalmente como ocorre a adesão e o convencimento para que a comunidade escolar, em geral, sinta-se atraída pelas propostas oferecidas pelo agronegócio.

5.2.2 A construção da lógica de equivalências do discurso do agronegócio nas escolas: o outro a ser combatido

Laclau aponta que o surgimento de um discurso populista está fundamentado, basicamente, em dois aspectos: “a dicotomização do espaço social mediante a criação de uma fronteira interna e a construção de uma cadeia de equivalências entre as demandas insatisfeitas” (2009, p.58). O autor frisa que não são duas condições, mas dois aspectos da mesma condição, sendo a fronteira interna o resultado do funcionamento da cadeia equivalencial.

No entanto, o que seria essa fronteira interna? Laclau (2009) aponta que a primeira pré-condição do momento equivalencial é a criação da fronteira dentro do social, ou seja, a separação do “eu” e do “outro”. Para construir o discurso populista há a necessidade da criação discursiva do outro.

Essa construção do opositor, torna-se condição *sine qua non* do discurso populista, a criação discursiva de um antagonista a ser combatido e vencido. As condições do discurso populista são construídas através da oposição ao outro, através da insatisfação das demandas apresentadas pelo “outro” ou das demandas “vigentes”.

No entanto, qual seria o opositor a ser combatido pelo Programa do Agrinho-MS? Para esta etapa, foram analisadas todas as notícias vinculadas no site do programa, dentre as quais, 4 foram selecionadas para a análise mais concisa, pois trazem a fala transcrita de agentes importantes para compreender os objetivos do programa. As notícias são de anos distintos: duas são de 2019, uma de 2018 e uma de 2017.

*Notícia 01 – Emoção e homenagens marcam a premiação de alunos, professores e escolas no Concurso Agrinho 2019 - 03/12/2019 - 17:30*⁷²

As notícias costumam vincular a importância do programa e a magnitude do mesmo, sempre indicando que o Agrinho-MS é o maior programa de responsabilidade social do SENAR/MS. Na premiação do ano de 2019, o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Mauricio Saito, ressalta a

⁷² Disponível em: <http://www.agrinhoms.com.br/blog/emo%C3%A7%C3%A3o-e-homenagens-marcam-premia%C3%A7%C3%A3o-de-alunos-professores-e-escolas-no-concurso-agrinho-2019>. Acessado em: 30 jan. 2020.

conquista alcançada pelo programa ao atrelar o engajamento escolar às temáticas do agronegócio no estado, buscando “colher os frutos” no futuro, tendo em consideração a construção de uma visão do setor nas próximas gerações.

Ver crianças, educadores e escolas engajados no agro, apresentando trabalhos que evidenciam a relevância e inovação do setor, é motivo de orgulho para todos nós. Estamos empenhados no ‘fazer diferente’, em incentivar e projetar a agropecuária sul-mato-grossense a partir da visão da geração futura (Saito, 2019, online).

Os exames de análise de gestão da educação são atrelados à perspectiva do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), um exame internacional que estabelece parâmetros para a mensuração da educação. Segundo o INEP, o exame é realizado pela OCDE com o objetivo principal de produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação básica e, assim, gerar políticas para a sua melhoria. No entanto, esse exame têm um caráter que visa os parâmetros indicados pela OCDE, ou seja, atrelados a uma economia de mercado.

Agentes do setor público se baseiam nos indicadores do PISA para que possam interferir na educação, visando sempre uma melhor colocação no ranking. Já os agentes do setor privado consideram os baixos índices apresentados pelo Brasil nos exames, como uma justificativa para intervir na educação, através de suas ações de responsabilidades sociais. Nessa perspectiva, a notícia do Agrinho introduz a observação do presidente da FAMASUL

Saito citou os resultados do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), divulgados também nesta terça (3). A avaliação revela que, de cada dez estudantes de 15 anos no país, quatro não conseguem entender a ideia de um texto, ler gráficos, fazer cálculos simples. “Não vejo isso com pessimismo pois, tomando como base o Agrinho, temos um projeto que busca melhorar essas condições, o desenvolvimento das crianças. Mato Grosso do Sul é referência mundial na produção sustentável e de qualidade, e isso é um exemplo aos alunos que, futuramente, irão difundir os conhecimentos adquiridos em sala de aula para toda a sociedade” (Agrinho, 2019, online).

Esta cerimônia também contou com a presença do reitor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Marcelo Turine, demonstrando alinhamento aos ideais do programa, atrelando-o como instrumento de transformação e de relevância para o estado.

Esse programa é estratégico para o estado e tem a capacidade de transformar as crianças. Toda a instituição desenhou o programa para que ele chegasse ao formato que tem hoje. Para nós é um sonho ver essas crianças aqui, e eu espero que daqui alguns anos, vocês estejam todos em uma universidade, fortalecendo a educação em Mato Grosso do Sul (Turine, 2019, online).

Este trecho demonstra que o programa não é bem-visto somente pelos setores atrelados diretamente ao agronegócio, mas que comove afetivamente parte da sociedade local. É importante destacar, rapidamente, que o comando político do estado é diretamente atrelado ao agronegócio; assim sendo, os diversos setores, econômicos ou não, sediados no estado, perpassam pelo comando e viés ideológico do agronegócio.

*Notícia 02 - Agrinho transforma vida de professora e alunos em Guia Lopes da Laguna - 11/10/2019 - 15:00*⁷³

Esta notícia foi feita para mostrar o trabalho específico da professora Elyz Alcântara Santos, da Escola Estadual Salomé de Melo Rocha, no município de Guia Lopes da Laguna, em relação ao programa Agrinho-MS. Nesta reportagem existem dois elementos a serem analisados, a fala transcrita da professora e o vídeo feito para ilustrar seu trabalho.

O programa articula a realidade dos municípios interioranos que, no estado, são atrelados, em sua maioria, ao agronegócio, à oportunidade de melhoria do ensino naquelas comunidades. Quando há um vácuo de ações da esfera pública em certo território, a iniciativa privada observa o mesmo como um “terreno fértil” para implementar suas estratégias.

A professora inicia o vídeo dizendo que, desde o início encarou o Agrinho como uma possibilidade de melhora no aprendizado do aluno, afirmando que é uma ferramenta de transformações de vida, pois o programa mudou a vida dos alunos, mas também a dela.

Comecei a usar a metodologia do programa na sala de aula. Eu via o resultado nos alunos, que antes eram desmotivados. Eles começaram a participar, começaram a se interessar, então foi muito bom. Percebi que o Agrinho me ajudou muito como uma ferramenta de trabalho, de motivação para os alunos que têm dificuldade em aprender (Santos, 2019, online).

O vídeo utiliza o artifício do depoimento de uma professora para demonstrar as boas transformações que o Agrinho trouxe para seu trabalho. O exemplo pode servir como motivador para que outros profissionais da educação possam ser estimulados através do depoimento de Elyz Alcântara Santos. Ela ressalta os pontos negativos da profissão, e como com a ferramenta do Agrinho conseguiu superar essas dificuldades.

⁷³ Disponível em: <http://www.agrinhoms.com.br/blog/agrinho-transforma-vida-de-professora-e-alunos-em-guia-lopes-da-laguna> Acessado em: 03 fev. 2020.

Na minha vida profissional vi no programa Agrinho uma melhora na aprendizagem. E quem é professor sabe que o dia a dia de uma sala de aula não é fácil. Nós temos que ensinar da melhor maneira possível. O resultado que eu vejo é nas notas. Os meses que trabalho com o Agrinho, de uma forma mais intensiva, são os meses que as crianças melhoram o desempenho, a produção escrita, oralidade, frequência. Porque eles gostam (Santos, 2019, online).

A educação empresarial é presa às avaliações atreladas ao desempenho dos alunos, mensurado através de notas. A quantificação do desempenho, assim como as metas a serem supridas, são valores empresariais implementados pela ofensiva do capital. Portanto, a professora demonstra a ligação direta entre o programa e o desempenho das notas do corpo discente, alimentando, assim, a expectativa do setor e da sociedade. Os pais querem sempre que seus filhos tirem boas notas, e atrelar esse desempenho positivo ao Agrinho é uma forma do programa alcançar os familiares, tendo sua teia de alcance expandida para além dos muros das escolas. A fala da professora atende a todas as expectativas positivas do programa, assim como as analogias feitas por ela.

Com certeza é uma sementinha do bem. Porque quando as crianças avançam o ano escolar, cada vez que elas te olham, elas lembram do Agrinho. O Senar/MS oferece uma estrutura pedagógica do programa. Primeiro tem o site que auxilia o trabalho do professor, os instrutores e o material didático com as cartilhas. Eles gostam de trabalhar os assuntos. E a partir daquele livro a gente cria (Santos, 2019, online).

Neste trecho, observa-se toda a facilidade do programa Agrinho nas vantagens que ele oferece no trabalho do professor em sala de aula, mas principalmente nas lembranças de afetos positivos que as crianças carregam do programa.

Professores dedicam tempo para trabalhar com os temas propostos em cada ano do Agrinho, significando que, por bimestres, o estudante ficará sendo atrelado às temáticas nas diversas disciplinas por ele assistidas. Fica evidente que a abordagem de um tema transversal por um período, marca a memória das crianças, atingindo os ideais do agronegócio.

Nesta reportagem há também um vídeo, no qual foram selecionadas duas imagens pausadas. A primeira (imagem 18) ilustra uma lousa em que está escrito, no canto superior esquerdo de quem vê a imagem, a frase: “o que estudamos em sala?”. Logo abaixo desta frase foram coladas fotos de atividades na escola com os personagens do programa. Dessa forma, demonstra a ligação direta e personificada do agronegócio na escola.

Imagem 18 – Print do vídeo da aula sobre Agrinho

Na segunda imagem selecionada (imagem 19), observa-se a interação dos estudantes com a professora. A imagem revela todos os alunos com o dedo indicador levantado, como se fossem perguntar ou responder algo. Esta cena tem a intenção de ilustrar o interesse e a participação dos alunos em sala de aula, assim demonstra que o Agrinho desperta esses sentimentos nas crianças.

Imagem 19 – Print do vídeo dos alunos motivados

Notícia 03 - Agrinho 2018: Senar/MS inicia formação de instrutores - 23/02/2018 - 16:30⁷⁴

O Agrinho não está voltado somente aos estudantes, eles oferecem um curso de formação, como forma de capacitação dos professores. Muitos profissionais da educação, carentes de especializações e de reconhecimento nas cidades menores, veem o programa como uma possibilidade de se capacitarem, e são atraídos a desenvolverem o programa nas suas escolas e nas salas de aula com seus discentes. Esta “capacitação” é realizada como um bônus para o profissional, porém está atrelada às intenções do agronegócio, como destaca o superintendente do SENAR/MS, Lucas Galvan,

Para esse ano vamos envolver 200 mil alunos, 10 mil professores de 520 escolas públicas em 66 municípios. Mas o sucesso desse projeto não está apenas nos números, mas sim na capacidade de transformar vidas. Na capacitação, reforçamos o compromisso do Agro de ofertar oportunidade e melhoria de vida para a sociedade. E, mais ainda, preparamos essas crianças que poderão no futuro atuar no setor que é a vocação do nosso estado (Galvan, 2018, online).

Nesta fala o superintendente deixa evidente a intenção do programa, em formar uma força de trabalho para atuar no setor. Mas para isso é necessário que haja uma capacitação para os professores e instrutores. Como vimos no item 5.1.4, os trabalhos dos professores são de extrema importância neste elo entre a empresa e a comunidade. Nesse sentido, a coordenadora do Agrinho-MS, Luciana Baumhardt, reafirma a intenção desse elo de capacitação.

Ter instrutores qualificados, bem preparados e motivados para enfrentar os desafios que terão durante as formações é essencial para a melhoria da relação ensino-aprendizagem, bem como fundamental para o sucesso do Programa, pois esses profissionais são o Senar/MS na ponta [...] É um investimento essencial que mantém a qualidade da equipe e, conseqüentemente, a produtividade do trabalho desenvolvida por todos, além da troca de experiência, que é enriquecedor, auxiliando na evolução profissional e pessoal de todos os integrantes. Capacitar é uma forma de motivar e unir o grupo, estimulando à dedicação e empenho coletivo (Baumhardt, 2018, online).

⁷⁴ Disponível em: <http://www.agrinhoms.com.br/blog/agrinho-2018-senarms-inicia-forma%C3%A7%C3%A3o-de-instrutores> . Acessado em: 03 fev. 2020.

Pontuar o programa como um instrumento formador não só das crianças, mas também dos adultos, estimula o discurso necessário para a proliferação ideológica do agronegócio. A estratégia de atuar na escola é uma porta de entrada para outros setores da sociedade e a disputa ocorre na conquista dos corpos e das mentes que ali transitam. Assim, depoimento de especialistas na área que são favoráveis ao seu discurso, favorecem a entrada de suas ideologias.

A pedagoga Ana Luiza Cartides é estreada na equipe de instrução do programa e relata a expectativa sobre os trabalhos do Agrinho. “O meu ingresso nessa equipe é um divisor de águas na minha vida pessoal e profissional. Pela primeira vez tenho contato com o Agro e fiquei impressionada com a dimensão do setor, e mais ainda com a importância do Senar/MS[...] Tem sido uma descoberta constante participar de um projeto que estimula a autoestima de crianças e transforma a realidade da comunidade escolar e de famílias. Me sinto privilegiada em fazer a diferença na vida das pessoas” (Agrinho, 2018, online).

Dessa forma, a reportagem é finalizada com o aval de uma pedagoga que se diz impressionada com as possibilidades de atuação do agronegócio⁷⁵.

*Notícia 04 - Marcada pela emoção, Senar/MS realiza cerimônia de premiação do Agrinho 2017 - 31/10/2017 - 15:30*⁷⁶

O Agrinho se propõe a ser inovador na educação, lançando temas transversais, podendo abarcar diversas disciplinas. Os temas são encaixados nas grades escolares de acordo com a vontade do professor, fomentando e integrando as ações do agronegócio de uma maneira contextualizada.

Muito mais que a premiação, o importante é saber que essas 185 mil crianças tiveram acesso a diferentes metodologias de ensino, focadas em temas transversais, tão necessários nos dias de hoje no país, como Ética, Cidadania e Sustentabilidade, para maior aproximação entre o campo e a cidade (Saito, 2017, online).

O Agrinho tem uma perspectiva que agrega não somente o campo, mas também a cidade. Para eles é importante que a mensagem do agronegócio seja levada para as cidades, assim conquistando a “psicosfera” do urbano, suas ações no meio rural/agrário têm mais adesões e podem ser legitimadas por um número maior de pessoas. Nesta

⁷⁵ Vimos nesse discurso a pirâmide do processo ideológico do agronegócio nas escolas do Mato Grosso do Sul, mencionada no item 5.1.4.

⁷⁶ Disponível em <http://www.agrinhoms.com.br/blog/marcada-pela-emo%C3%A7%C3%A3o-senar/MS-realiza-cerim%C3%B4nia-de-premia%C3%A7%C3%A3o-do-agrinho-2017>. Acessado em: 03 fev. 2020.

reportagem, é interessante que alguns depoimentos, selecionados durante o evento voltado para a educação, foram de conotações ligadas diretamente ao agronegócio, sem ao menos terem indicações diretas com o tema pedagógico escolar, como é o caso do presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins:

O que chama atenção é que os produtores daqui estão moldando o Estado, devido ao seu elevado nível tecnológico e social, diferenciando-o de outros estados. O futuro do Brasil é a agropecuária e o MS é referência para o mundo (Martins, 2017, online).

A fala do presidente da CNA pode parecer desconectada com o tema, mas na verdade revela a importância dos projetos educacionais para o agronegócio. Na reportagem também está presente a necessidade de reforçar traços da sociedade sul-mato-grossense.

Durante todo o calendário letivo, o programa permitiu a formação continuada para professores e coordenadores do ensino fundamental, por meio de um material exclusivo que contempla toda a regionalidade com objetivo de agregar valores e potencialidades presentes no estado, destacando o território cultural, ambiental, econômico e geográfico, fundamentais para o fortalecimento do sentimento de pertencimento às raízes sul-mato-grossenses (Agrinho, 2017, online).

Dessa forma, o projeto demonstra ser adaptado à sua localidade. A reportagem ainda sinaliza o depoimento do diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), Enelvo Felini, para destacar a produtividade e a extensão da produção agrícola.

Hoje o Senar/MS é um grande parceiro em prol da agropecuária no campo, buscando resultados, levando conhecimento, e melhoria de vida para a comunidade rural. O estado tem uma lógica muito própria, com aumento de produtividade e extensão da produção agrícola, e fazendo com que a área rural seja cada vez mais fortalecida (Felini, 2017, online).

A presença de autoridades do agronegócio sempre é citada no final das reportagens que relatam as premiações; nelas são contidas os nomes e municípios dos presidentes dos sindicatos patronais rurais. Tal fato evidencia a aprovação dos agentes do agronegócio das localidades ao programa do Agrinho. A presença deles ali é uma forma de fortalecer as intenções do setor e de compreender como as estratégias são estabelecidas.

Analisando o discurso: a criação da fronteira entre o “nós” e os “outros”

De acordo com essas reportagens, o opositor a ser combatido é a educação tradicional, seus métodos desmotivadores e as ferramentas que não facilitam o trabalho do professor. É nesse momento que é criada a fronteira interna: o estabelecimento do “outro” e o surgimento do Agrinho como a solução do problema. Ou seja, o SENAR-MS através do Agrinho-MS apresenta a solução dos péssimos índices de educação. Há nessas falas não somente a criação do outro, mas a reafirmação da identidade do programa (Quadro 02).

Quadro 02 - Reconhecendo o opositor no discurso

Opositor/“outro”	Solução/“nós”
Educação atual	Programa do Agrinho
Índices ruins na educação	O excelente desempenho do programa
	Educação voltada para a vocação econômica do estado
Alunos desmotivados	Alunos motivados
	Estímulo a autoestima
	Premiação da motivação
Alunos com dificuldade	Melhora a aprendizagem
Notas ruins	Boas notas
Trabalho docente difícil	Materiais que facilitam o trabalho do professor
Professor desvalorizado	Capacitação do professor
Método tradicional de ensino	Método inovador
Monotonia	Empenho em fazer diferente
	Transformador da realidade
Temas isolados	Temas transversais
Desconectado com o local	Valorização da realidade local

Para compreendermos melhor a cadeia de equivalências criada no discurso do SENAR-MS, é necessário estabelecer seus significantes vazios. Para Laclau (2009), a subjetividade no discurso só é possível de acordo com uma base, sendo esta a produção

discursiva de significantes tendencialmente vazios. É através desse significante vazio que a cadeia equivalencial é estabelecida.

Estes significantes representam o símbolo no discurso político em sua eficácia. Laclau (2009) afirma que “na sua expressão mais extrema, este processo chega a um ponto em que a função homogeneizante é levada a cabo por um nome próprio: o nome do líder” (2009, p.60). Isso ocorre no caso analisado. Na construção de identidade do “nós” - o significante vazio que faz a ligação de todos os pontos positivos - é o próprio Programa do Agrinho.

Destaca-se que Laclau (2009) utiliza o termo “significante” e não “significado”, pois no discurso a mesma palavra pode ter intuitos distintos, o que dependerá do ator que estará discursando. Por isso Laclau destaca que há uma luta política pelos significados. Um exemplo fácil de compreendermos é a palavra “terra”, usada com frequência nos conflitos, quando um produtor de soja constrói seu discurso com base na terra, tem um significado totalmente diferente de quando um indígena Kaiowá mobiliza utilizando o mesmo termo.

Observamos o Agrinho como uma referência universal de solução dos problemas educacionais. Segundo os discursos analisados esses problemas são fruto do sistema educacional vigente. De acordo com as falas, a educação tradicional deve se transformar, seus métodos não são tão inovadores quanto o do Agrinho, portanto necessitam ser “combatidos”. Podemos observar nos diagramas 01 e 02 como os elementos discursivos são atrelados à solução e ao problema.

Portanto, o “Programa Agrinho” em si e a “educação como ela é hoje”, são considerados no discurso construído pelo SENAR-MS como os pontos nodais, significantes vazios, que articulam o elo da cadeia de equivalências. Apesar de frisar elementos antagônicos no discurso, as reportagens demonstram tons de agregação. Elementos são observados nas falas com a intenção de “trazer/unir” todos para o Agrinho, ou seja, fazer chegar o projeto em todas as localidades que ainda não estão inseridas no programa.

Contudo, aspectos emocionais perpassam o discurso a todo momento, como por exemplo, as condecorações para aqueles que obedeceram a cartilha e as frases motivadoras. A construção simbólica que interliga a educação ao agronegócio é explícita. É passada a noção de que a educação, um valor universal, está sendo melhorada por causa do programa feito pelo agronegócio. Assim, o agronegócio demonstra que atua em

diversos campos, “melhorando” a vida das pessoas. A construção narrativa perpassa pela territorialização dos seus ideais.

Dessa forma, o agronegócio vai levando seus conceitos fundamentais, suas concepções de vida e de competitividade para o seio da sociedade em geral. Ele, muitas vezes mal-visto pela sociedade, devido aos seus impactos socioambientais em função dos seus modelos de produção, vê esse modelo de inserção nas escolas como uma maneira de melhorar sua imagem perante a sociedade. No entanto, o setor precisa de estratégias no seu discurso para estabelecer o problema e apresentar-se como a solução do mesmo.

Diagrama 01 - Cadeia equivalencial do discurso do “nós”



Diagrama 02 -Cadeia equivalencial do discurso do “outro”



5.2.3 A metodologia da *frame analysis* para estabelecer os marcos nos discursos do programa do Agrinho sul-mato-grossense

A partir das quatro reportagens descritas no item anterior, utilizaremos a metodologia de *frame analysis* de Galván (2012) para analisar os marcos do discurso dos agentes envolvidos no programa do Agrinho-MS. Esta metodologia “busca desvendar os meios pelos quais um determinado movimento gera, estende e, eventualmente, impõe certos esquemas de atribuição de significado político à realidade, visando promover a mobilização política” (Galván, 2012, p.263).

De acordo com o autor, a teoria do discurso é complementada pela análise dos marcos, sendo a primeira imbuída pela “construção de identidades políticas na luta pela hegemonia” e a segunda “analisa os mecanismos concretos pelos quais essa produção opera, generaliza-se e, por fim, obtém êxito” (Galván, 2012, p.263).

Com base nos aportes do modelo de Snow (1988), Galván (2012) estabelece os marcos a serem considerados no discurso, a saber: o marco do diagnóstico, que constitui a identificação do problema; o marco do prognóstico, no qual busca uma solução para o problema; e o marco da motivação, que provê os símbolos, os estímulos e as expectativas que movimentam a mobilização.

Assim, conseguimos traçar marcos no discurso do agronegócio no que tange às proporções dadas nos noticiários do Agrinho. No marco do diagnóstico, identificamos quatro estruturas apresentadas no discurso que marcam o problema que deva ser mudado, sendo elas: os índices ruins da educação no Brasil; a desmotivação e a dificuldade de aprendizado do alunado; a realidade do professor em sala de aula; e as metodologias não atrativas e arcaicas presentes na atual didática escolar.

Já no marco do prognóstico a proposta de solução dos problemas identificados é elucidada com a implementação do programa do Agrinho-MS. Através dele pode haver: a interação dos temas escolares com os pontos do agronegócio; a oferta de propostas e metodologias do programa para combater os problemas mencionados acima; a vantagem para professores e alunos como uma ferramenta inovadora; e o rompimento da barreira da escola com a finalidade de integrar toda a sociedade de acordo com as temáticas transversais abordadas pelo Agrinho.

Quadro 03 - Marcos do discurso das notícias do site do Agrinho-MS

Quadro 03 - Marcos do discurso das notícias do site do Agrinho-MS						
Diagnóstico	Índices de educação	Alunos		Professores	Metodologias	
	O resultado ruim do Brasil no PISA	Desmotivados Com dificuldade no aprendizado		Dificuldades do dia a dia da profissão	Não inovadoras	
Prognóstico	Programa Agrinho-MS					
	Agronegócio	Programa inovador	Trabalho docente	Corpo discente	Comunidade	Temas
	Atrelar: o engajamento escolar ao agronegócio; crianças ao agronegócio; educadores ao agronegócio; escolas ao agronegócio Oferta em oportunidade e melhoria de vida para a sociedade Treinamento futuro para atuação no setor que é a vocação do estado	Projeto que busca melhorar as condições dos índices de educação Empenho em fazer diferente Transformar a vida de professores e alunos Oferecimento de uma estrutura pedagógica Estímulo à dedicação e empenho coletivo Estímulo à autoestima das crianças Acesso a metodologias diferentes de ensino Temas transversais	Ferramenta de trabalho docente Facilita a didática O site como auxílio no trabalho Oferta de materiais didáticos e cartilhas Curso de capacitação para formar, motivar e unir Capacitação com instrutores qualificados, bem preparados e motivados Liberdade em trabalhar com os temas Formação continuada para professores e coordenadores	Projeto que busca o desenvolvimento das crianças Melhora a aprendizagem Ferramenta de motivação para os alunos com dificuldade de aprendizado Melhora o desempenho na escrita, na oralidade e na frequência	Transformar da realidade Estimular a dedicação e empenho coletivo Valorização da realidade sul-mato-grossense Fortalecimento do pertencimento às raízes do estado	Ética Cidadania Sustentabilidade Aproximação do campo com a cidade Fortalecimento da área rural
Motivação	Dimensões do Agrinho	Realidade dos discentes		Comunidade	Futuro	
	Agrinho como o maior programa de responsabilidade social do SENAR Premiações Abrangência do programa A presença de autoridades do agronegócio nos eventos Fala de especialistas "Divisor de águas" Os instrutores	O agronegócio do Mato Grosso do Sul como referência mundial na produção de qualidade, um exemplo para os alunos O interesse dos alunos antes desmotivados Melhoria no resultado das notas A melhora do desempenho escolar dos alunos Agrada os alunos "Transforma as crianças"		Transmitir o conhecimento adquirido em sala de aula para toda a sociedade A transformação de vidas Levar conhecimento e melhoria de vida para a comunidade rural "Fazer diferença na vida das pessoas" A escola sendo visitada pelos personagens do Agrinho	Retornos futuros Lembrança positiva do Agrinho "Sementinha do bem"	

Para finalizar, foi estabelecido no marco da motivação o estímulo para a adesão do programa por ter uma dimensão ampla, significando a aprovação de partes da comunidade escolar do estado do Mato Grosso do Sul. Os exemplos são explicitados com a intenção de demonstrar como o programa é capaz de modificar positivamente a vida daqueles que são envolvidos na proposta. Galvan afirma que este marco levanta “um sentimento coletivo de empoderamento, capacidade e dever” (2012, p. 290), o que de fato ocorre com o Agrinho-MS, mostrando o efeito do programa em toda a comunidade, sendo a sua adesão, uma ferramenta a um futuro melhor.

A construção de um discurso agroempresarial nas escolas demonstra o teor político estratégico do setor no Brasil. As disputas narrativas estão em todos os campos e o convencimento de uma imagem positiva se faz necessário para a sua expansão. Laclau (2009) demonstra como a articulação de diversos elementos vão construindo um discurso populista. O agronegócio organiza as demandas no ramo da educação e se utiliza dessa “arma” política para transitar nos espaços que são almejados por ele. O agronegócio, em Mato Grosso do Sul, ao longo da história, se constituiu na maior importância econômica do estado, alimentando, assim, a “psicosfera” daquele lugar. A disputa de significados faz parte do projeto de abrangência do setor.

O apelo emocional é uma estratégia utilizada pelo agronegócio para adentrar as escolas, pois na construção da cadeia de equivalência de seus discursos, estabelecem opositor a ser combatido, a educação tradicional, e para isso o Programa do Agrinho-MS revela-se como uma ferramenta inovadora para superar as barreiras construídas pelos métodos tradicionais de educação. Logo, ao mesmo tempo que eles inserem as ideias do agronegócio nas escolas, eles agregam valor às suas ações, reconstruindo sua imagem perante a sociedade em geral.

Para finalizar este capítulo, faz-se necessário uma breve reflexão. Afirmamos, a partir do exposto, que o agronegócio se retroalimenta da precarização da educação, quanto mais a educação se mostrar deficiente ou precária, melhor é o cenário para eles. Justificam, assim, a entrada ideológica no sistema educativo.

O cenário da educação, não necessariamente necessita ser deficiente ou precário, basta criar parâmetros inalcançáveis ou situações pontuais para demonstrar, discursivamente, perante a sociedade, que há uma necessidade de intervenção. Freire já nos dizia que os “opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça”

(1987, p.31). Dessa forma, Freire aposta que a “ordem social injusta” se torna necessária para que os “opressores” possam se valer de generosos. Assim, expomos o trecho do Sermão contra os Usurários do ano de 330 de São Gregório de Nisa, citado por Paulo Freire.

Talvez dê esmolas. Mas, de onde as tiras, senão de tuas rapinas cruéis, do sofrimento das lágrimas, dos suspiros? Se o pobre soubesse de onde vem o teu óbulo, ele o recusaria porque teria a impressão de morder a carne de seus irmãos e de sugar o sangue de seu próximo. Ele te diria estas palavras corajosas: não sacies a minha sede com as lágrimas de meus irmãos. Não dê ao pobre o pão endurecido com os soluços de meus companheiros de miséria. Devolve a teu semelhante aquilo que reclamaste e eu te serei muito grato. De que vale consolar um pobre, se tu fazes outros cem? (Nisa, 330 *apud* Freire, 1987, p.31).

Em suma, quanto menos libertadora for a educação, mais forte tornará a entrada das empresas nos ambientes escolares. É um movimento duplo para o capitalismo, de “quanto pior for, melhor será”. Ou seja, quanto menos crítica for a educação, melhor será a entrada dos agentes hegemônicos nesses espaços.

CAPÍTULO 6 - “ESCOLA COM PARTIDO”: O BOLSONARISMO E AS RECENTES OFENSIVAS DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil passou por um período de efervescência política e de mudanças drásticas no sentido pragmático da sua administração. O país passava por uma fase de crescimento econômico e de progresso social no que tange aos direitos básicos dos seus cidadãos. De fato, é importante destacar que, por mais que tenhamos obtido mudanças em alguns setores da sociedade, permaneceram e se fortaleceram: os interesses da oligarquia endinheirada e os desejos da velha classe política.

Após a vitória da presidenta eleita Dilma Rousseff, para exercer o seu segundo mandato, em 2014, o país passou a ter sua base política e moral abalada. Os resultados das eleições democráticas passam a serem questionados pelo então candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, que disputara com Dilma o segundo turno da corrida presidencial. Neste momento, os conflitos e interesses de classe vieram à tona e os segmentos das camadas mais abastadas do país apoiaram a corrosão da decisão suprema do povo.

Os dois anos iniciais do segundo mandato de Dilma foram repletos de crises institucionais de todas as ordens. O poderio político e econômico se rebelou contra a estrutura estabelecida pela então presidenta. Passou, a partir de então, a desenhar um golpe de Estado, desrespeitando a população e as instituições democráticas. Torna-se necessário no início deste sexto capítulo, desenharmos a conjuntura política, para compreendermos como o setor do agronegócio passou a agir no campo da educação, após o golpe de 2016.

Por conseguinte, não entraremos nos detalhes da história, apenas faremos uma síntese dos fatos ocorridos. Afirmamos, nesta tese que o golpe de 2016 estabeleceu-se como um marco fundamental, a partir do qual as ações do agronegócio puderam se reestruturar. Os ideais ideológicos do setor passaram a ser legitimados pela hegemonia política vigente a partir deste evento. Dessa forma, vale a pena lembrarmos um trecho do discurso de Dilma Rousseff no momento em que sofreu, por definitivo, o golpe⁷⁷. Sua fala resume, perfeitamente, o ponto onde desejamos chegar:

⁷⁷ Discurso na íntegra disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=gKkpe53jaPk&ab_channel=TVBrasil> Acessado em: 24 jan. 2024.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social. Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência (Rousseff, 2016).

Este trecho, lido 8 anos após esse acontecimento, impressiona pela exatidão dos fatos que ocorreram. Veremos alguns desses retrocessos, ao analisarmos rapidamente a conjuntura política dos anos seguintes a 2016. Forças reacionárias se organizaram para derrubar a Dilma, mas o que precisamos deixar evidente, é que tais forças sempre existiram no Brasil e os projetos conservadores também.

Na década de 2010 rondava com bastante veemência o espectro conservador-reacionário de um movimento chamado “Escola sem Partido”. Era um movimento que visava atingir as três escalas da administração pública: no nível federal, estadual e municipal; resumidamente, se fundamentava na busca de um ensino “neutro” nas escolas, que, segundo eles, eram dominadas por um “marxismo cultural”. O movimento se propunha “combater as ideologias de esquerda nas escolas”, propagando práticas de perseguição e ataque aos docentes.

O “Movimento Escola sem Partido” chegou a elaborar dois projetos de leis que tramitaram no Senado e na Câmara de Deputados Federais, PL 193/2016 e PL 867/2015. Em diversos estados e municípios, projetos semelhantes, com o mesmo objetivo final, passaram a ser apresentados nas câmaras locais (Guilherme e Picoli, 2018). Foi durante esse período de reassunção das forças conservadoras e reacionárias no Brasil, que o movimento surge, colocando em voga toda autonomia e liberdade de ensino conferida aos professores.

De acordo com Guilherme e Picoli, os projetos do “Movimento Escola Sem Partido” manifestam “traços autoritários que remontam à educação oficial da Ditadura Militar”. Os autores apontam que a intenção do movimento era de coibir discussões de “cunho ético, moral e político nos espaços escolares sob o argumento da limpeza

ideológica”. No entanto, essa justificativa “traz consigo uma perspectiva ideológica muito mais grave que o autoritarismo” (2018, p.13).

Guilherme e Picoli se baseiam em Arendt, para compreender o elemento totalitário que existe no modelo pretendido pelo “Escola sem Partido”.

Excluir a política do ambiente escolar — além de ser uma postura política — tem como consequência a exclusão da ação e da liberdade. Em outras palavras, educa-se no sentido do inculcamento que no mundo a mudança não advém da ação livre, individual ou coletiva, mas ocorre como fruto de um processo incontrolável, irresistível e independente da vontade (que move a ação). Além disso, inculca que algumas coisas nunca mudam. É uma negação da realidade a partir do enquadramento do real plural e complexo em uma narrativa simplista e mutiladora (2018, p.13).

Para os autores, o totalitarismo, mais do que o autoritarismo, está presente no projeto, visto que ao

instaurar uma realidade fictícia que, ao alterar e negar fatos (neste caso, a complexidade religiosa, cultural e sexual e a ação livre e política como elementos transformadores do/no mundo), estabelece seu domínio sobre a História, ou melhor, cria uma narrativa mutiladora que afirma que o mundo é como é porque não havia outra alternativa e que, além disso, qualquer alternativa proposta conduzirá a um mundo pior. A novidade, presente como potência em cada nova geração, é sufocada por uma educação normatizadora que não promove o pensamento, não problematiza o mundo e as relações humanas com o planeta e desmotiva a ação (2018, p.13).

Muitos movimentos em defesa da educação “apelidaram” estes PLs como “leis da mordaza”, em razão do amordaçamento dos educadores e por outorgarem “à família e ao Escola “sem” Partido o direito de definir o que o aluno deve aprender e o professor ensinar, significando negar o papel fundamental da escola que é o da transmissão dos conhecimentos científicos para poder intervir na realidade e transformá-la” (Silveira e Orso, 2019, p.261).

Após o golpe de 2016, Michel Temer, vice de Dilma, assumiu a presidência do Brasil. Junto com sua equipe de planejamento colocou em prática medidas de cunho neoliberal que respondiam aos anseios do mercado financeiro, que outrora não foram categoricamente contemplados por Dilma. Neste período, algumas reformas e leis foram aprovadas, as quais ainda repercutem diariamente na atualidade. Trazemos os exemplos: da PEC 241 (ou 55)⁷⁸ do corte de gastos, que foi aprovada com o intuito de estabelecer um teto de gastos públicos, impedindo o governo federal de criar um orçamento maior do que no ano anterior, apenas corrigido de acordo com a inflação; essa medida congelou

⁷⁸ PEC 241 tramitou na câmara dos deputados e a PEC 55 tramitou no Senado Federal.

por 20 anos a possibilidade de investimentos em áreas essenciais, como a educação e a saúde; a proposta da Reforma da Previdência, que serviu como base para a Reforma efetivada no ano de 2019, que alterou a idade mínima de aposentadoria e os cálculos de benefícios; a Reforma Trabalhista, que mudou regras sobre férias, jornada de trabalho, contribuição sindical, descanso intrajornada para alimentação, banco de horas, demissão, entre outros; e a Reforma do Ensino Médio, que vimos no capítulo 3.

Durante o ano de 2018 o Brasil passou por eleições presidenciais e, mais uma vez, um golpe foi articulado. O candidato favorito nas pesquisas, Luís Inácio Lula da Silva, foi preso. O juiz Sergio Moro, condutor do processo que acusava o então candidato Lula de corrupção - por aceitar propina na forma de um apartamento triplex em Guarujá, São Paulo, aferiu a sentença de condenação. Impossibilitado, Lula não participou das eleições, abrindo espaço para o candidato que era o segundo colocado nas pesquisas, Jair Bolsonaro.

O Brasil, durante as eleições de 2018, presenciou pela primeira vez a força das Redes Sociais. A articulação discursiva e a elaboração de notícias falsas que corriam nesse mais novo meio de propagação de notícias, determinaram os rumos das eleições. A extrema direita se articulava como nunca desde a redemocratização do país. Os valores retrógrados, que muitos acreditavam terem sido superados, ressurgiram. Observamos, o revisionismo de momentos históricos, elementos arcaicos e visivelmente falseados pautaram os discursos do então candidato Bolsonaro.

Vargas *et all* (2018) nos aponta os elementos articuladores da cadeia de equivalência discursiva de Bolsonaro, em sua campanha eleitoral no ano de 2018. Seus discursos enquanto candidato, se pautavam no “cidadão de bem”, com base na “segurança”, na “moral” e na masculinidade, acionava valores da “família” e da “pátria”, se colocava como defensor do “controle da natalidade”, da “redução da maioria penal”, dos “valores cristãos conservadores”, da “Escola sem Partido”, de políticas “armamentistas”, dos “policiais”, dos “militares”, do “agronegócio”, da “segurança para os proprietários de terra”, da “livre iniciativa” e do “mérito”.

Inevitavelmente, Bolsonaro nomeia Sergio Moro, que prendera Lula, como seu Ministro da Justiça, e coloca em prática o projeto de país elaborado por ele. Em comparação às reformas do governo Temer, Bolsonaro não se aprofundou em novas mudanças, entretanto seus discursos levaram a legitimar práticas ofensivas de seus seguidores. Práticas destrutivas, que não necessitaram de leis para serem autorizadas. No

governo Bolsonaro, assistimos a atitudes políticas associadas às ofensivas ideológicas de viés extremista na educação. Durante este período, quatro ministros da educação atuaram na gestão da pasta, demonstrando inexperiência e incompetência para gerir tal ministério de extrema importância para o país.

De acordo com Leher, quatro grupos acionavam forças para gerir a pasta da educação, os do “bloco de poder”, os “fundamentalistas”, os do “judiciário” e os “militares”. No início da gestão e em grande parte dela, os “fundamentalistas” conseguiram vencer as demais forças que rondavam o Ministério da Educação. Leher, que escrevera seu livro em 2019, apontou que

Até o momento, os educadores vinculados ao bloco no poder, especialmente os organizados no Todos pela Educação, foram rechaçados pelo Ministério da Educação (MEC) em favor da ala *olavista*, expressão relacionada à existência de um exótico ideológico denominado Olavo de Carvalho. Até mesmo os militares tecnocratas foram afastados, inclusive com exonerações humilhantes no MEC (2019, p.15, [grifo do autor]).

De fato, durante o governo Bolsonaro a linha fundamentalista obteve mais força no Ministério da Educação, não somente no início. O primeiro ministro da educação Ricardo Velez Rodríguez, “pouco afeito à ciência, à cultura e à filosofia, apesar de ser professor desta área” (Leher, 2019, p.25) pretendeu realizar um revisionismo sobre o período da ditadura, objetivando mudar os livros didáticos e apontar tal período como um “movimento cívico”.

Em poucos dias no MEC, três meses, o ministro, colombiano de nascimento, qualificou os brasileiros em viagem como canibais: “rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião”; propugnou que “as universidades devem ser reservadas para uma elite intelectual”; defendeu que a “gestão cívico-militar (nas escolas) afasta o traficante da escola”, elogiando a ação cívica de Pablo Escobar (sic!) [...] O MEC enviou mensagem às escolas pedindo que as crianças fossem perfiladas para cantar o hino nacional e que fossem gravadas, solicitando, na mensagem, que o slogan da campanha de Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, fosse lido (Leher, 2019, p. 26)

Após a demissão de Velez, o novo ministro nomeado foi outro aluno de Olavo de Carvalho, Abraham Weintraub. Suas ações pautavam-se em combater o “marxismo cultural” nas universidades. Seus discursos eram combativos e não dialogáveis, passou rapidamente a ser questionado pelos movimentos estudantis e de setores progressistas que defendiam a educação. De acordo com Roberto Leher os ataques disparados por Weintraub agradavam segmentos do governo Bolsonaro, agregando e nutrindo os

sentimentos “anti-intelectualista, anticulturalista e anticientificista, fração social que afirma a existência de um confuso bolsonarismo” (2019, p.28).

Leher (2019) nos relembra que, além das propostas de Weintraub para desqualificar a universidade, principalmente os cursos das Ciências Humanas, o ministro ainda alimentava ações como a retirada de Paulo Freire como o patrono da educação brasileira. Weintraub chegou a realizar cortes de 30% no orçamento de três universidades brasileiras (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia e Universidade de Brasília), que, segundo ele, eram consideradas promovedoras de “balbúrdia”, que promoviam “eventos políticos ou festas inadequadas” e de baixo desempenho. Os cortes se estenderam para as demais universidades e instituições de ensino federais, promovendo a primeira (e única) grande manifestação contra o governo Bolsonaro.

Após erros no Enem e no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o ministro Weintraub foi demitido, havendo forte pressão para sua saída, até mesmo de um pedido protocolado por parlamentares ao Supremo Tribunal Federal para que pudesse ser realizado seu *impeachment*. Vale ressaltar que, seu último ato, foi revogar a “portaria 13”, publicada no mandato da então presidenta Dilma, que apoiava as cotas das vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação das instituições de ensino superior federal.

O terceiro ministro da educação do governo Bolsonaro foi Carlos Decotelli, que ficou apenas cinco dias no cargo. Ele pediu demissão após descobertas de irregularidades em seus diplomas e títulos em seu currículo Lattes. Decotelli, em seu currículo, afirmava ter obtido o grau na Universidade Nacional de Rosário, na Argentina; no entanto, ao ser investigado, descobriu-se que o então ministro fora reprovado devido às evidências de plágio.

Após a queda de Decotelli, Milton Ribeiro tornou-se o quarto ministro da educação na antiga gestão. Milton é pastor evangélico e fervorosamente atrelado às pautas de costumes, fez declarações associando a homossexualidade a “família desajustadas”, fazendo com que adolescentes “optassem a serem gays”. Em sua gestão, focou na concretização de propostas para expandir o modelo de escolas cívico-militares e o *homeschooling* no Brasil.

No que se refere às escolas cívico militares é importante destacarmos que,

Entre as iniciativas de captura das redes públicas de ensino, a mais esdrúxula é a entrega da gestão de escolas às corporações militares. Goiás, Distrito Federal, Roraima, Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Tocantins, Sergipe, Piauí. Estados da federação governados por partidos distintos, e até adversários entre si, convergem na adoção da militarização da gestão das escolas públicas. Os motivos alegados são invariavelmente impressionistas, baseados em relatos de violência no interior das escolas. Outras localidades já adotaram ou pretendem seguir esse tipo de política (Ricci, 2019, p.108).

Torna-se questionador o motivo de adoção de militares nas escolas para resolver problemas relacionados à educação, que poderiam ser resolvidos com profissionais da área, como pedagogos e/ou psicólogos, formados para tal função. Torna-se, ainda mais impressionante, a adesão de governos estaduais de gestão de esquerda ao mesmo modelo. No ano de 2018, em trabalho de campo junto com o grupo Nuclamb, em um município da fronteira agrícola dos grãos, localizado em Mato Grosso, na divisa com o Pará, observamos o discurso de entidades locais para justificar a entrada dos militares nas escolas. Infelizmente, a justificativa era torpe, num município pequeno, de cerca de 9 mil habitantes, julgavam que existia um aluno que atrapalhava o ritmo da escola.

No que tange ao *homeschooling*, esse assunto obteve assertividade, principalmente em outra pasta do governo Bolsonaro. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conduzido por Damares Alves, defendia a implementação de tal modelo; “a ministra argumentava que “ o pai que senta com aluno duas, três horas por dia pode estar aplicando mais conteúdo que a escola durante quatro, cinco horas”. Não se sabe de onde vieram os dados sobre a otimização do tempo de estudo usado pela ministra” (Pichonelli, 2019, p.99-100). No entanto, no fundo, a intenção da implementação dessa proposta tem a ver com valores e ideologias.

A proposta de instituir o *homeschooling* ocorre em um momento de tensão também na relação entre governo e professores, quando articuladores de propostas como a da Escola sem Partido veem uma possibilidade real de transformar perseguição, intimidação e execração de docentes em política pública. Daí a desconfiança com o entusiasmo de Bolsonaro e de seus apoiadores em relação ao *homeschooling*, a começar por seu filho Eduardo, que em 2015 apresentou um projeto de lei que autorizaria o ensino domiciliar na educação básica (PL n. 3.261/2015). O tema ganhou evidência em setembro de 2018, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu que o *homeschooling* não deveria ser admitido enquanto não houvesse uma lei que o regulamentasse. Com o novo governo [Bolsonaro], que agora ensaiava uma MP, a proposta ganhou força – e levou alguns veículos a prestarem mais atenção na iniciativa e em seus defensores, sem o debate da crônica que nos trouxe até aqui. Criada em 2010, a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned) estima que atualmente 65 mil famílias brasileiras sejam praticantes do *homeschooling* (Pichonelli, 2019, p.102).

Voltando ao pastor evangélico, ex-ministro da educação, Milton Ribeiro, “homem de bem” (ou seria de “bens”?), revelou o cunho fundamentalista, mais uma vez, que rondava a pasta, com um dos maiores orçamentos dentre os ministérios. Atraído pelos “bens” ofertados pelo ministério, Milton Ribeiro foi atuante num esquema de corrupção, que atrelava as prefeituras ligadas aos pastores evangélicos e ao então bloco político conhecido como Centrão⁷⁹.

Um áudio exposto pelo jornal Folha de São Paulo revelou que o então ministro priorizava as indicações de verba a municípios indicados por pastores, a pedido do presidente Bolsonaro⁸⁰. O escândalo gerou sua prisão pela Polícia Federal e o ministério passou, então, no último ano de gestão de Jair Bolsonaro, a ser comandada pelo secretário-executivo do ministério Victor Godoy Veiga.

Podemos observar que, nestes 4 anos de governo Bolsonaro, a pasta da educação atravessou conturbadas gestões, guiadas, em grande parte do tempo, por homens que tampouco obtiveram formação necessária para isto. Vimos ser criado um ambiente que instigasse acusações diversas para com os professores. Essa classe trabalhadora tornou-se altamente afrontada durante esse período, acusada de promover doutrinações em suas aulas, foi vigiada, perseguida e insultada, em muitos casos.

Vale destacar, que o projeto do “Escola sem Partido”, foi arquivado na Câmara dos Deputados em 2018. A própria base governista da época demonstrou desorganização, e com pressão feita pela oposição, os debates da comissão do projeto de lei foram encerrados. Todavia, suas nuances continuaram e se mostram visíveis nas campanhas atuais coordenadas pelo agronegócio. Neste tocante, intitulamos o capítulo com a analogia ao que fora observado nos anos passados, ainda muito vivo e atuante nos dias atuais.

A partir do advento do surgimento do governo Bolsonaro, passaram a ser organizados movimentos nacionais do agronegócio que atuam na escala nacional, focados em atingir os públicos dos grandes centros urbanos do país, e de áreas ainda não

⁷⁹ Grupo de partidos políticos, que juntos, possuem grande quantidade dos parlamentares. Passam a exigir vantagens políticas e financeiras dos executivos, seja de esquerda ou de direita. Sua face foi revelada ainda na Constituinte de 1988, são partidos e políticos de centro a centro-direita, que apoiaram ou são formados por resquícios familiares da ditadura militar. Geralmente são envolvidos nos esquemas de corrupção e adentram o sistema político, atravancando os projetos de país que não tenham aderência aos seus privilégios.

⁸⁰ Áudio disponível em: < <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/ouca-audio-em-que-milton-ribeiro-relata-conversa-com-bolsonaro-ele-acha-que-vaio-fazer-buscas-e-apreensao.ghtml>> Acessado em: 24 de jan. 2024.

dominadas pela “psicosfera” do setor. São projetos e movimentos que ganharam maior articulação e força depois da legitimação dada pelo governo Bolsonaro que, por sua vez, se mostrou extremamente alinhado às ideias do agronegócio.

Inicialmente a tese não objetivava abranger este capítulo, no entanto, com o advento recente das ofensivas organizadas do agronegócio na educação, fez-se necessário compreendermos a radicalização de suas ações. Assim, iremos pontuar os movimentos que surgiram no Brasil após 2019: as “Mães do Agro”, que depois originaram um grupo chamado “De Olho no Material Escolar”; e o “Todos a uma Só Voz”.

6.1 Pânicos morais, medo e mobilização de forças conservadoras: o discurso da carta das “Mães do Agro”

Um grupo de mães, durante a pandemia, se reuniu para elaborar uma carta à direção de uma escola particular do interior de São Paulo, questionando os conteúdos e exigindo mudanças. Elas teriam ficado insatisfeitas com os conteúdos que seus filhos estavam aprendendo em sala de aula, conteúdos esses que versavam com as áreas de interesse e atuação do agronegócio brasileiro.

Para isso, as ofensivas passaram a ocorrer de diversas maneiras, como a descredibilização do trabalho docente, os ataques aos livros didáticos e as aulas, a criminalização de campos dos saberes como a História e a Geografia e a propagação de uma única verdade, a deles. Os ataques, em grande parte, são feitos com a justificativa de combater a utilização da ideologia esquerdista em sala de aula.

A partir desta carta, abre-se a justificativa para a criação do movimento das “Mães do agro”, fundado por Andréia Bernabé e Leticia Jacintho. O movimento ganhou força e passou a ter adesão de outros responsáveis e, principalmente, pelas entidades do agronegócio, que através de seus intelectuais orgânicos amplificaram as demandas exigidas por elas.

Os discursos desse movimento acionaram pânicos morais, provocaram medo e mobilizaram forças conservadoras. Com isso, tornou-se necessário analisarmos a carta inicial que resultou na criação do movimento das “Mães do Agro”, assim como os elementos acionados por essa carta que estruturam seu discurso. No primeiro momento realizamos uma breve apresentação da carta feita pelos responsáveis dos estudantes da escola Anglo, que se tornou o pontapé inicial das campanhas de fiscalização do

agronegócio nas escolas; no segundo momento, uma análise a partir do contexto atual onde o neoliberalismo e o populismo de direita dão subsídios a legitimação e o fortalecimento dessa campanha; por fim, no terceiro momento, compreendemos os elementos mobilizados no discurso da carta.

6.1.1 O surgimento das “Mães do Agro” e a carta para o Colégio Anglo

As ofensivas do agronegócio funcionam de maneira organizada, vão se unindo e se fortalecendo em torno de uma só agenda. Por mais diverso e heterogêneo que é o setor do agronegócio no Brasil, percebe-se uma união quando o interesse é adentrar as comunidades escolares. De fato, o corporativismo encontrado entre os setores do agronegócio quando se trata do campo da educação é bastante revelador. Os interesses convergem. Assim, eles vão construindo uma unidade institucionalizada e organizada.

As “Mães do Agro” é um grupo de mulheres que criaram o movimento “De Olho no Material Escolar”⁸¹. Elas tinham como objetivo, modificar o currículo, além de fiscalizar os conteúdos aplicados em sala de aula e, principalmente, aqueles fixados nos livros didáticos. O foco é na educação em geral, tanto nas escolas públicas, como nas privadas.

A campanha começou após uma mãe produtora rural, Letícia Jacintho, se indignar com o conteúdo e a abordagem dada em sala de aula para seu filho no Colégio Anglo, no município de Barretos, São Paulo. Ela, junto com outras mães e pais escreveram uma carta, em 29 de setembro de 2020, criticando a abordagem sobre alguns temas, destacando especificamente os que envolviam: o conflito de terras indígenas, o uso do termo monocultura, a associação com trabalho escravo, o desmatamento e a aplicação de agrotóxicos, chamados por eles de “defensivos agrícolas”⁸².

Como a escola se localiza em uma região especializada na produção de cana-de-açúcar, a defesa do produto aparece nas justificativas. Torna-se necessário expor os argumentos escritos por esses responsáveis na carta. A questão indígena foi o motivo principal que fez despertar tal mobilização. Segundo eles, o material didático aplicado pelo colégio estimula que as crianças manifestem piedade aos povos originários e

⁸¹ Item 6.2

⁸² Carta na íntegra. Disponível em: <https://srb.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Material-Didatico-Anglo-Geral-com-fotos-12020.09.08.docx.pdf>. Acessado em: 05 jun. 2021.

repudiem a cultura da cana-de-açúcar. O trecho da carta revela que as crianças “são estimuladas a se colocar na posição de uma família indígena que teve suas terras retiradas para plantação de cana, no entanto, nenhum contraponto é oferecido pelo material ou escola” (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.2). Dois pontos são sintomáticos nesse mote inicial: o fato de os responsáveis não quererem que seus filhos se comovam com a situação dos indígenas no Brasil e o fato de quererem que haja um contraponto positivo ao genocídio indígena. A partir desse questionamento, observamos que a conjuntura política legitimou que demonstrações de opiniões como essas fossem manifestadas publicamente.

O segundo argumento se baseia na monocultura. De acordo com eles, o plantio de um único produto em vastas extensões de terra é necessário, devido à especificidade edafoclimática de cada região. Segundo a carta, a concentração de culturas em certas regiões ocorre devido aos microclimas locais, que influenciam a produção e a especialização de somente um cultivo. Além de associarem a monocultura ao barateamento do alimento que chega na mesa do consumidor.

O que ocorre é que, agronomicamente, as plantas dependem de microclimas e determinados solos para produção. Como exemplo disso temos o arroz, muito produtivo no Rio Grande do Sul, mas pouco produtivo em nossa região, e a Serra Catarinense, super competitiva em produção de maçãs, as mesmas que não produziram um fruto sequer em nossa região. Com esse ganho de eficiência produtiva, o produtor consegue colocar na mesa do consumidor um alimento seguro e muito mais barato (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.4).

Dessa forma, tentam mostrar o contraponto e os motivos da existência de uma monocultura através de justificativas naturais. Em entrevistas com os agentes hegemônicos do agronegócio, é usual presenciarmos discursos semelhantes, a mesma velha história do “local com vocação”, justificado pelos produtores como “o pedaço de terra predestinado a ser cultivado somente por um cultivo”.

Sobre a questão do trabalho, a carta indica que o setor emprega com salários justos, dentro das leis e com respeito ao meio ambiente, fazem questionamentos sobre a necessidade de se levantar certos assuntos em sala de aula. Ao olhar delas, certos assuntos confundem a cabeça da criança associando seus pais a exemplos cruéis.

Por que impregnar nas inocentes mentes de nossas crianças dúvidas dolorosas e inexistentes como essa? Que benefício isso poderá trazer a elas? Que benefício isso poderá trazer às mentes que, em 20 anos, como tantos outros alunos pregressos do Colégio, estarão liderando equipes, empresas e instituições de nossa região? Que benefício isso poderá trazer ao bem-estar das famílias, à confiança que as crianças têm em nós, seus pais, e ao convívio e

amor dentro de nossos lares, que são a base na qual tanto trabalhamos para desenvolver as mentes saudáveis, alegres e fortes de nossos pequenos? (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.6).

Ou seja, não aceitam que posicionamentos críticos sejam acionados em sala de aula, que questionem as ações do setor. Segundo eles, no futuro isso traria um reflexo prejudicial à economia das famílias. Neste trecho fica evidente a preocupação pela manutenção do patrimônio familiar e o medo de que as práticas de comando de seus filhos sejam diferentes das deles. Expressam um desejo de propagação das ideias de “propriedade” e de “família”, dois itens mobilizadores da direita e das oligarquias brasileira desde os primórdios do país.

Há também a indignação por associar a degradação das terras com os agrotóxicos (chamado por eles de defensivos agrícolas), assim como a associação do êxodo rural com o latifúndio/monocultura, segundo a carta esses termos conduzem a uma

visão pesada, atrasada, carregada de ideologia e que expressa a opinião pessoal do autor do texto, mas não se preocupa em oferecer qualquer base para suas afirmações descabidas. Opiniões, sobretudo enviesadas como esta, não constituem conteúdo educacional, e não podem estar presentes nas apostilas de nossas crianças! (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.9).

Observa-se, então, um questionamento em cima de termos não aceitos pelo setor. Exigem a mesma estratégia que adotam no ramo empresarial, a mudança de palavras que amenizam certas relações arcaicas ainda existentes.

A conclusão da carta destaca pontos que associam os conteúdos como “uma ideologia amarga e ultrapassada” (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.13). Apontam de fato para o rumo que querem que seus filhos tomem. Associam os conteúdos à tristeza e que geram desunião, afirmando que as crianças

Precisam de um programa educacional que os prepare para os grandes desafios que a vida lhes trará em poucos anos. E precisam de alegria, de amor, de fé na vida, em sua família, em sua região, em seu País. Essas são as sementes que formarão adultos fortes, que poderão colaborar para o futuro da nossa civilização (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.13).

Para eles, tratar desses assuntos da maneira que são abordados, prejudicam o crescimento das crianças em adultos saudáveis. Observamos que nesse momento há uma certa narrativa criada por eles sobre o que é ser um “adulto forte”. Questiona-se: seria aquele adulto que propaga as ideias do agronegócio sem nenhum senso crítico?

Apontam que os conteúdos devam ser passados de forma isenta e verdadeira. Assim descaracterizam os materiais, indicando-os como não ideais para seus filhos e

ainda os categorizam como falsos. Há, assim, uma busca e construção por uma única verdade. Destacam o papel do professor que segundo eles não agem com a intensão de doutrinar, porém é necessário que atuem mostrando “as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas atuais” (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.14). Quais seriam essas?

Vejamos que havia uma forte tentativa de cooptação e até mudança do conteúdo. Dentro da conjuntura política daquele momento, essa carta tinha como mote a mesma estrutura (i)racional daqueles que queriam mudar a bula da cloroquina durante o período da pandemia. Dentro do momento político que o Brasil vivia, legitimado pelos discursos do Executivo, os fatos foram suspensos, passara a valer a verdade de uma única vertente política radicalizada. Nesta “página infeliz da nossa história” (Buarque e Hime, 1984) os argumentos utilizavam a autoridade, passaram a ser inquestionáveis e suas verdades não poderiam ser colocadas em dúvidas. Não se importavam com a ciência ou com os fatos verídicos, eles forçavam as estruturas, buscavam mudar na aparência para que suas verdades fossem aceitas, mesmo essas não sendo validadas e tampouco comprovadas.

Os responsáveis que escreveram a carta evidenciam que o papel do professor é despertar a consciência crítica, e isso deve ser feito com base no grupo que, segundo eles, de fato contribui para o desenvolvimento e para a economia do país, o agronegócio.

Acreditamos que os professores, mesmo abordando temas conflitantes, devem fazê-lo despertando a consciência crítica dos alunos, sem que, no entanto, confundam nossos filhos em relação à sua posição na sociedade, oriundos que são de uma classe trabalhadora, produtiva, consciente de suas responsabilidades perante o mundo e que contribui de maneira relevante para o desenvolvimento e para a economia deste país (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.15).

A força do discurso que o agronegócio é o setor que “salva” o Brasil, faz parte das estratégias elaboradas nas propagandas e nas campanhas de marketing, e transbordam como exigência do que deve ser dito em salas de aula, mesmo não sendo verdade. É a verdade que eles querem que seja propagada⁸³. A carta faz uma disputa por verdades.

Em toda a carta, diversas vezes, os responsáveis pedem que sejam exigidos contrapontos ou que determinado fato seja abordado por diversos ângulos. Este

⁸³ Melin ao falar sobre o negacionismo em tempos de pandemia na Argentina, traz uma reflexão que se encaixa certamente nessa perspectiva sobre “as verdades” que foram acionadas. Segundo ela “un fenómeno en que lo falso probado como falso puede ser considerado verdadero, mientras que lo verdadero probado y constatado puede ser livianamente desacreditado” (2021, online).

Versão traduzida: “um fenómeno em que o falso provado falso pode ser considerado verdadeiro, enquanto o verdadeiro provado verdadeiro pode ser levianamente desacreditado”.

argumento era o mesmo usado no movimento do “Escola sem Partido”. Nos perguntamos: qual é o outro argumento que podemos oferecer em sala de aula que justifique o trabalho-escravo que ainda existe no Brasil? O contraponto em se falar da escravidão é mostrar os benefícios desse sistema para o patrão/senhor de escravos? O discurso da neutralidade é forçado dentro das discussões políticas, principalmente no Brasil do período bolsonarista. Essa neutralidade falseada chega no campo da educação, mascarando as intenções ideológicas que têm por trás disso.

Por fim, eles afirmam a necessidade de ensinar temas ambientais em convergência com temas do agronegócio brasileiro. A questão ambiental, principal “calcanhar de Aquiles” do setor, passa por tentativas de cooptação a todo momento. A imagem de que o agronegócio preserva a natureza é articulada na mídia pelas empresas, principalmente nas suas estratégias de responsabilidades social empresarial (e ambiental). Agora, desejam que as escolas construam essa perspectiva narrada por eles. Assim, a carta é encerrada e resumida em quatro pontos de manifestação, são eles: a substituição do material didático; a apresentação da verdade em sala de aula, junto com a necessidade de se apresentar sempre contrapontos que incentivem as crianças a se orgulharem da sua região e do trabalho de seus pais; que seja feita uma capacitação para os professores para que eles sejam informados sobre a realidade atual da agropecuária; e que o colégio disponibilize equipamentos de tecnologia que aumentem a capacidade de diversificar as aulas.

A partir desta carta, abre-se a justificativa para a criação do movimento das “Mães do Agro”, fundado por Andréia Bernabé e Leticia Jacintho. O movimento ganha força quando essas mães fazem chegar a carta e os livros didáticos nas mãos de Xico Graziano, ex-deputado pelo PSDB, um dos principais porta-vozes do agronegócio atual no Brasil. Com isso é criada a campanha “De olho no Material Escolar”, talvez ironicamente comparado ao site jornalístico que atua na denuncia das ações do agronegócio, “De Olho nos Ruralistas”.

Destaca-se que esse movimento aparentou-se muito bem articulado, com entradas no Congresso Nacional através da Bancada Ruralista, no diálogo e com apoio de ministros do governo Bolsonaro - Tereza Cristina (Agricultura), Milton Ribeiro (Educação) e Ricardo Salles (Meio Ambiente) - e com o secretário de educação do estado de São Paulo, Rossieli Soares da Silva. Além de apoio institucional de empresas e até mesmo de servidores públicos, como é o caso do professor universitário, Marcos Fava Neves, da

USP. A rapidez que esse movimento ganhou força, ainda mais nos tempos atuais é revelador da influência política e da força econômica que está por de trás (Imagem 20).

Imagem 20

Reportagem anunciando a chegada das “Mães do Agro” ao Ministério da Educação⁸⁴



Fonte: Caderno Educação do Jornal O Globo.

6.1.2. O terreno fértil das “Mães do Agro”: contexto de neoliberalismo e populismo de extrema direita

O cenário neoliberal atual do mundo passou nos últimos anos por uma mudança no que se refere as suas concepções morais. Antes o discurso neoliberal, mesmo não tendo uma atuação uniforme em todo planeta, era propagado pelas perspectivas das óticas morais de liberdade e, em alguns casos, atrelado aos direitos humanos. No entanto, nas últimas décadas há uma ascensão do conservadorismo, que encontrou terreno fértil dentro do mundo neoliberal para se propagar.

No Brasil o neoliberalismo, assim como em outras partes do mundo, encontrou condições confortáveis para sua reprodução, através dos projetos políticos voltados para o conservadorismo moral da sociedade. Tamames (2019) ao destacar a ficção do liberalismo como uma “utopia austera”, abre diálogo para essa adaptação do sistema

⁸⁴ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/grupo-maes-do-agro-vai-ao-mec-pedir-visao-mais-positiva-do-setor-nos-livros-escolares-25229031> > Acessado em: 06 set. 2023.

econômico nas mais diversas propostas políticas. O liberalismo não é engessado. Ele é facilmente adaptável.

No Brasil com o comando da extrema direita, o neoliberalismo encontrou uma conjuntura favorável para se reproduzir. A exemplo disso, observamos que as ações ideológicas do agronegócio se assemelhavam com as ações ideológicas do ex-presidente Jair Bolsonaro. De forma impositiva, acreditavam que havia somente uma verdade possível de produção no campo, agiram /agem ocultando outros modos de produção e se intitulam como a economia necessária para a sobrevivência dos brasileiros.

Esses elementos são encontrados nas ações de publicidade e marketing do setor, como na carta das “Mães do Agro”. O investimento do agronegócio na indústria cultural e na educação tem como propósito interligar o setor aos sentidos da vida e das ações do cotidiano da população. Há uma ideia propagada e convicta que perpassa pela concepção de que “você só existe, por causa do agronegócio”. Constroem assim, uma cadeia de equivalências para propagar a ideia de que necessitamos do agronegócio para sobreviver.

A carta endereçada à escola Anglo apela para um discurso que aciona dispositivos morais. Mouffe (2019) ao analisar o populismo de direita, diz que seus representantes se apresentam como libertadores do povo, aqueles que dão a voz a quem antes estava silenciado⁸⁵. O Bolsonaro, desde sua campanha para presidente, se colocava como libertador daqueles que são silenciados pelos discursos politicamente corretos. É uma construção feita pela extrema direita brasileira ao menosprezar as pautas das minorias, conquistadas pelos movimentos progressistas, sempre ridicularizando-as e inferiorizando-as, dando a ideia de que os costumes conservadores estavam sendo sufocados e as “famílias tradicionais brasileiras” ameaçadas.

Elementos do discurso do presidente se assemelham aos apelos dos responsáveis na carta. Seus filhos “precisam de alegria, de amor, de fé na vida, em sua família, em sua região, em seu País” (Carta ao Colégio Anglo, 2020, p.13). Ou seja, o conteúdo passado pelo material didático coloca em xeque a harmonia da família construída por causa dos valores do agronegócio. Dessa forma, Bolsonaro, quando eleito, legitimou e fortaleceu as falas de grupos que não trabalham com a ideia de diversidade na sociedade.

O discurso populista do presidente era conivente para que houvesse a propagação ideológica do agronegócio e que, conseqüentemente, suas ações fossem colocadas em

⁸⁵ Mesmo Mouffe (2019) tendo como ponto de partida uma análise do cotidiano europeu, podemos ver pontos semelhantes, pois a essência da extrema-direita é a mesma tanto lá, como aqui.

prática com mais veemência. O populismo de direita percebeu a necessidade de mobilizar uma identidade coletiva e assim o fez, e ainda o faz, através de campanhas ideológicas do agronegócio na educação. Desse modo, há a intenção de tornar o agronegócio como um propagador de ideais, construindo um pensamento universalizante sobre o setor em todas as escolas do Brasil.

No período político do Brasil, governado por Bolsonaro, o agronegócio encontrou base para se propagar ideologicamente com mais força do que nunca, conseguiu tencionar os espaços escolares e os ambientes da educação impondo suas demandas. A carta, das “Mães do Agro” e as outras campanhas que veremos a seguir, geraram, e ainda geram, pânico morais. Acionam o medo entre seus iguais, levando em conta que o medo é constantemente mobilizado pela direita política por ser uma razão central que sensibiliza as pessoas. Provocam um tensionamento entre os pais e as mães que são do ramo do agronegócio com as escolas de seus filhos. Há aí pontos de ruptura a partir de uma escala local. É um movimento que nasce, inicialmente nessa escala, mas passa a ser articulado, com a intenção de atingir, cada vez mais, a escala nacional.

6.1.3 Processo hegemônico do agronegócio e o populismo da carta ao colégio Anglo

A educação sempre foi um espaço de conflito. No entanto, há um novo ator dentro dessa disputa, o agronegócio. A arena educacional torna-se um espaço de luta política tensionada pela imposição das necessidades do setor. Destaca-se a busca de uma hegemonia do agronegócio em diversas esferas da sociedade brasileira, neste caso, agindo estrategicamente ao acionar o discurso da neutralidade e dos contrapontos para interferir ideologicamente na educação.

Por isso, que aos educadores que atuam de acordo com a “prática da educação problematizadora” (Freire, 1987), a luta pela hegemonia no espaço escolar perpassa por defender a pluralidade de ideias e combater a ordem imposta pelos agentes da educação neoliberal.

O agronegócio procura construir um discurso hegemônico. Retomamos aqui, a teoria de Laclau (2009) para compreender o discurso da carta elaborada. Torna-se necessário compreendermos a fronteira interna e a cadeia de equivalências entre as demandas insatisfeitas acionadas pelas “Mães do Agro”. Relembramos que Laclau (2009) aponta que a primeira condição do momento equivalencial é a criação da fronteira

dentro do social, ou seja, a separação do “nós” e do “eles”. Para construir o discurso populista há a necessidade da criação discursiva do oponente. As condições do discurso populista são construídas através da oposição ao outro, através da insatisfação das demandas apresentadas pelo “outro” ou das demandas “vigentes”.

A carta apresenta um “nós” voltado para uma articulação através de um ponto nodal racionalizado pelo agronegócio, como uma solução para resolver os problemas indesejáveis do ponto de vista dos responsáveis. O “eles”, o inimigo a ser combatido, aparece sempre como “propagador de tristezas”, “mentirosos”, “atrasados”, “tendenciosos”, “propagadores de ideologias descabidas”. Enquanto o “nós” na carta aparece como “alegria”, “fé na vida”, “credibilidade na família”, “credibilidade no agronegócio”, “modernos”, “verdadeiros”, “sem ideologias”, “aqueles que apresentam contrapontos” e “defensores do meio ambiente” (Quadro 04).

Quadro 04 - Elementos antagônicos e equivalentes na construção do discurso acionados na carta das Mães do Agro

Fronteira discursiva		
Eles – os conteúdos tradicionais	Nós – Agronegócio	
Propagador de tristezas	Alegria	Sem ideologias
Mentirosos	Fé na vida	Modernos
Atrasados	Credibilidade na família	Defensores do meio ambiente
Tendenciosos	Credibilidade no agronegócio	Verdadeiros
Propagadores de ideologias descabidas	Aqueles que apresentam contrapontos	

Elaboração: Daniel M. L. V. Monteiro

De acordo com a teoria de Laclau, é a partir das demandas antagônicas que há a construção do discurso. O discurso busca “preencher todos os sentidos que permitam sua completa universalização” (Mendonça, 2009, p.162), como vemos no sentido acionado pela carta elaborada pelas “Mães do Agro” ao construir uma ideia universalizante através dos aspectos morais, que favoreçam a expansão ideológica do setor. A educação, portanto, a partir do governo bolsonarista, tornou-se cada vez mais necessária para o projeto de ampliação da hegemonia do agronegócio. A disputa passa pelo campo simbólico e através disso se formulam discursos que vão sendo aos poucos aceitos e inquestionáveis.

6.2 O apelo pela verdade e pela ciência: articulação discursiva do “De Olho no Material Escolar”

O movimento “De Olho no Material Escolar”⁸⁶, foi fundado em 2021 e busca organizar as demandas criadas inicialmente pelas “Mães do Agro”, portanto questionam materiais didáticos que segundo eles são conteúdos “desatualizados, descontextualizados, incompletos e com problemas conceituais”. Utilizam-se da bandeira da ciência para disputar politicamente os conteúdos, principalmente aqueles da área de geografia.

O movimento pressiona professores, escolas, secretarias municipais e editoras para que revisem seus conteúdos e se adequem a uma realidade favorável no que se refere ao ponto de vista do agronegócio. No site do programa existe uma página chamada de “agroteca” que disponibiliza conteúdos, destinados aos professores, considerados ideais para o setor.

Iremos dividir a análise em duas partes. Primeiro, analisando uma das primeiras divulgações públicas do movimento; segundo, vamos observar atuação do movimento nas redes sociais nos dias atuais. É importante percebermos a mudança estratégica do discurso entre os dois momentos. Porém, é importante destacar que o discurso deste movimento, apesar de ser liderado pelas mesmas mulheres que escreveram a carta das “Mães do Agro” e mesmo tendo os mesmos princípios e fins, os seus meios se distinguem.

No movimento “De Olho no Material Escolar” o alvo muda, não estão mais dialogando na escala do local. O alvo não é apenas uma única escola particular de uma região especializada do agronegócio. A escala de atuação é a nacional. Os territórios que almejam alcançar são diversos, portanto, as estratégias discursivas do mesmo grupo, se modificam.

⁸⁶ É importante traçarmos um paralelo de semelhanças no nome do movimento, demonstrando um certo cinismo do setor ao fazer uma analogia ao site de jornalismo investigativo “De Olho nos Ruralistas”, que atua como um observatório do agronegócio no Brasil. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/>

6.2.1 Primeiras impressões: exposição pública das intenções do movimento “De Olho no Material Escolar”

No dia 13 de maio de 2021, foi realizado um webinar, intitulado “O agro para estudantes”⁸⁷, visando divulgar as ações do movimento. Apesar de ter sido organizado nas redes do “Todos a uma Só Voz”, as falas pautavam-se na afirmação que o “De Olho do Material Escolar” enaltecia um debate de suma importância para o Brasil, visando um horizonte no futuro da educação, com a finalidade de levar o “agro” também para a população urbana. Considera-se necessário destacarmos algumas das principais falas para compreendermos a intenção e os objetivos traçados por eles. Este webinar contou com a participação de 6 debatedores/“especialistas” e a mediação de Ana Vaz, gerente de marketing da “*Big Food*” e embaixadora do “Instituto Capitalismo Consciente” (Imagem 21).

Imagem 21 – Participantes do Webinar “O agro para estudantes”



Fonte: Youtube do “Todos a uma só voz”

A fala inicial foi da coordenadora e umas das líderes do movimento “Mães do Agro”, Andrea Bernabé. Inicialmente ela criticou as charges que existem em alguns livros didáticos sobre o uso de agrotóxicos, o desmatamento e o trabalho análogo à escravidão,

⁸⁷ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=-9oqxsyLgcw&ab_channel=Todosaumas%C3%B3voz%21 > Acessado em: 05 set 2023.

levando para o debate propostas de alterar o conteúdo. Afirmou que estava atuando junto com o governo federal (Governo Bolsonaro) na discussão para que essa alteração pudesse ser efetuada o mais rápido possível.

Os conteúdos questionados por Andrea atingem diretamente o currículo da geografia. No entanto o diálogo com o então governo Bolsonaro, revelava que as pautas do agronegócio passavam a assumir um lugar cada vez mais relevante, inclusive em áreas que antes não configuravam entre as prioridades para o setor. Por isso que se faz necessário analisar esses movimentos recentes na educação, tendo em vista o contexto do bolsonarismo e as conexões criadas após a legitimação do governo para com segmentos que o apoiaram e se beneficiaram.

No debate também estava Xico Graziano que afirmava a “existência de perpetuações de mitos nas escolas” no que tange aos conteúdos sobre o agronegócio, segundo ele as mães estavam preocupadas quando eram indagadas pelos filhos sobre as ações que elas desenvolviam em seus trabalhos. Assim, ele propunha levar um conteúdo “mais contemporâneo” e “atrelado à ciência”. Julgava os conteúdos atuais como desatualizados, que falavam muito do passado sem serem atraente para os dias atuais. Ainda explanou dois exemplos: o primeiro em relação ao trabalho escravo que, segundo ele, ocorreu somente em 110 propriedades, tendo no Brasil mais de 5 milhões de estabelecimentos⁸⁸; no segundo exemplo, questionou o gosto popular pela “uva sem caroço”, em seguida afirmou que esta só existe devido ao agronegócio, fazendo uma conexão com o uso da biotecnologia na mudança genética realizada na fruta⁸⁹.

Percebemos que ele utiliza do argumento da ciência para marcar suas verdades, demonstrando somente o ponto de vista do agronegócio como o correto. Isso ocorreu com muita frequência também no governo Bolsonaro, durante a gestão da pandemia, onde métodos que comprovadamente através da ciência demonstravam ser ineficientes, eram receitados pelo Ministério da Saúde, tendo dentre os diversos defensores, o próprio presidente da república, que se baseava em argumentos questionáveis e os frisava como uma verdade absoluta. É o negacionismo científico utilizando-se do discurso da ciência para se legitimar.

⁸⁸ Isso nos faz recordar, mais uma vez, a lógica do governo bolsonarista que ao divulgar os números da pandemia, diziam que não deveríamos ver as pessoas que estavam se contaminando e morrendo, mas sim as que estavam vivas. A prática hegemônica do agronegócio comunga em demasiado com as práticas do governo Bolsonaro, a estratégia da deturpação da interpretação dos dados, é uma delas

⁸⁹ Essa citação da “uva sem caroço” nos faz crer na tentativa de fazer uma analogia em defesa da soja transgênica.

Havia também a presença de Marcos Fava Neves que destacava a importância de que os pontos positivos do agronegócio deveriam ser os primeiros a terem maior magnitude. Para o professor, era necessário levar a “ideia de ser o 1º”. De acordo com ele “já fomos o 1º no futebol, Ayrton Senna, agora somos liderança em produzir comida para o mundo”. Além disso, o Fava Neves destaca que foco deva ser na “produção de comida” e na exclusão de termos que segundo ele, estão ultrapassados, como “latifúndio” e “proletariado”. O professor também ressaltou a importância do setor em formar jornalistas, para além dos estudantes, pois as imagens passadas pela mídia não eram favoráveis a eles, afirmando que os jornalistas não sabem o que é “agro”.

Vale ressaltar, que o professor também invalidou o manifesto contra as ofensivas do agronegócio nas escolas⁹⁰ realizado por um grupo de geógrafos, alegando que esses tampouco sabiam sobre o tema. Por fim, afirmou, com a prepotência clássica dos intelectuais orgânicos no agronegócio, que se o estudante de escola pública tem educação, este fato se daria por conta do imposto arrecadado pelo setor.

É evidente no discurso de Fava Neves a noção meritocrática de enaltecer o agronegócio como se estivesse em uma competição. O mais interessante é que os ditos “especialistas” tampouco têm formação em educação. Infelizmente, no neoliberalismo vimos que os verdadeiros especialistas em educação e professores com larga experiência, nunca são aqueles que elaboram as políticas públicas. O setor da educação sempre é legitimado para ser gerido por administradores, economistas, mas quase nunca por pedagogos ou profissionais da educação.

Vimos no discurso também, a ideia construída de o agronegócio ser o grande carro-chefe da nação. Para eles, é devido aos impostos pagos pelo setor, que os serviços públicos são mantidos. Essa ideia atribui ao agronegócio uma certa autoridade em intervir em quaisquer assuntos por eles elegidos. Um discurso elaborado para justificar que as decisões do país, necessitam passar pelo crivo do setor. É uma visão autocentrada e determinista, que leva em consideração somente os aspectos econômicos.

Entretanto, para além de tudo, nem há justificativas plausíveis sobre tal afirmação feita por Fava Neves. Vimos através do trabalho de Mitidieiro Júnior e Goldfarb que a

⁹⁰ Manifesto realizado pelos grupos GeoAgrária (Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária) da FFP-UERJ (Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e GTAgrária (Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários) da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros - seções Rio de Janeiro e Niterói, intitulado “A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação”. Disponível em: < <https://agb.org.br/a-nova-ofensiva-do-agronegocio-sobre-a-educacao-geoagraria-e-gtagraria/> >. Acessado em: 07 set. 2023.

arrecadação do setor não é tão pujante quanto eles falam, basta fazermos uma “análise da balança comercial, da balança de pagamentos e dos créditos recebidos pelo setor somados aos incentivos fiscais, como é o caso da Lei Kandir [, além da] baixa arrecadação, como no caso do ITR, e [da] constante renegociação e perdão das dívidas” (2021, p.1 [grifos nossos]). Vale, ainda, acrescentar o uso intensivo dos bens naturais que, sem nenhuma contrapartida aos territórios locais, são exauridos para produção das *commodities* do setor.

A terceira pessoa do debate foi Mônica Bergamaschi, presidenta da ABAG-Ribeirão Preto, que destacou a eficiência dos programas já realizados na educação como o Agrinho e o Agronegócio nas Escolas da ABAG. De acordo com ela, “investir na educação é necessário para não ter gastos em publicidade na mídia depois”. Ela ainda afirmou que os programas educacionais do agronegócio “abrem a cabeça do aluno para formar novas opiniões”.

Apesar de ter sido o discurso mais comedido dentre os palestrantes, Mônica revela o que viemos explicando durante a tese até o momento, a construção hegemônica do setor, visando uma “agrossociedade”. Quando a presidenta da ABAG afirma que é necessário entrar hoje na educação para não ter gastos futuros com a mídia, significa dizer que atualmente se faz ter necessidade de tanta publicidade, pelo fato de existem outros agentes contrários ao setor. Vimos nessa fala a construção do processo hegemônico e as intenções ideológicas do agronegócio atuantes em escala nacional.

O quarto a participar do evento foi o Professor Ademar Batista Pereira, presidente da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), que em um discurso extremamente reacionário e conservador, destacou a importância das escolas privadas, ressaltando que no Brasil, as mesmas obtinham elevados índices nas avaliações internacionais, em comparação com as públicas. Reclamou da falta de reconhecimento das escolas privadas e as comparou com o agronegócio, sugerindo uma junção de forças dos dois setores, que segundo ele não têm o prestígio que deveria ter.

Segundo Ademar Pereira, a escola privada já tem experiência no enfrentamento do “debate com a petezada” (referindo-se ao Partido dos Trabalhadores em seu termo), que conforme ele tem a ver com “uma doutrinação nas escolas”, pois as escolas privadas já enfrentam muito debate nas questões de temas que envolvem “gênero” e a “história da África”. Reafirmou, como Fava Neves, que existem conceitos ultrapassados, e exemplificou que não era errado o agro derrubar árvores, de acordo com ele, “pode derrubar, só não pode derrubar tudo”. Declarou, ainda, a necessidade de um modelo para

formar mão-de-obra e finalizou destilando uma fala extremamente preconceituosa, afirmando que os alunos de escolas públicas eram analfabetos funcionais.

Infelizmente, a desigualdade abissal que existe no Brasil não foi levada em consideração em nenhuma das falas, sendo inclusive desconsiderada ao se referirem aos estudantes de escolas públicas. O webinar foi ideal para desnudar as máscaras sociais e as verdadeiras intenções que existem por de trás dos processos das ofensivas do agronegócio na educação, mas também do setor privado. Os últimos anos vividos no Brasil, revelaram com mais evidência as intenções dos agentes neoliberais. As articulações do agronegócio ficaram mais perceptíveis no que se refere, principalmente, ao fortalecimento de uma “psicosfera” que passava a ser cada vez mais legitimada com a chegada de Jair Bolsonaro na cadeira presidencial.

Por fim, o publicitário Ricardo Nicodemos, coordenador do projeto “Todos a uma Só Voz”, palestrou. Defendeu que deveria estabelecer um material e ações que orientem pais e professores para transmitir o conhecimento, segundo ele, com base na ciência. Destacou que há a necessidade de demonstrar toda a cadeia produtiva para fazer a conexão com as cadeias do agronegócio, indo ao encontro da propaganda publicitária da TV Globo quando afirma que o “agro é tudo”. Finalizou, dizendo que era necessário mostrar o Brasil como “país do agronegócio, não só do futebol e do carnaval”.

De fato, percebemos que a educação, conforme nos diz Leher e Santos (2023) está num escopo de uma “guerra cultural”. Existe a necessidade de se criar o agronegócio como um símbolo do Brasil, criar assim uma identidade nacional. Como afirmado por Monteiro o “agronegócio não é somente o modo de produzir, o agronegócio está no modo de pensar” (2022, p.17) e nesta disputa o setor age tentando se impor diante de outros atores que compõem o país. Isso dito, compreendemos os elevados números de investimentos na Indústria Cultural (Chã, 2018), concomitante aos ataques à cultura popular.

A construção do discurso dessa webinar gira entorno da mudança de conteúdos relacionados ao agronegócio. Observamos no quadro 05 a fronteira da construção dos discursos desses agentes. Os materiais didáticos atuais, são os que devem ser combatidos, pois são “desatualizados”, “não são atraentes”, “contém doutrinação” e são “ultrapassados”. Nos discursos, “o agronegócio” têm a solução para esse problema, pois levam “conteúdos contemporâneos”, “se baseiam na ciência”, “são referências no Brasil e no mundo”, “são os produtores de nossos alimentos”, “devido a eles que os serviços

públicos funcionam”, “formam novas opiniões” e “apresentam bons índices”. Lembramos mais uma vez que é no antagonismo que se constrói o discurso político.

**Quadro 05 –
Elementos antagônicos e equivalentes na construção dos discursos
acionados no webinar do “De Olho do Material Escolar”**

Fronteira discursiva		
Eles – materiais didáticos atuais	Nós – Agronegócio	
Desatualizados	Conteúdos contemporâneos	Provedores dos serviços públicos
Não são atraentes	Baseados na ciência	Formadores de novas opiniões
Contém doutrinação	Produtores de nossos alimentos	Bons índices
Ultrapassados	Referências no Brasil e no mundo	

Esse webinar, transmitido no Youtube, serviu de grande valia para observarmos as redes criadas pelo movimento e com que atores eles se articulam na batalha de mudança de conteúdos dos livros didáticos. Percebe-se uma semelhança de termos articulados no discurso desses atores, com os do Agrinho e da carta endereçada ao Colégio Anglo, demonstrando uma sintonia na construção discursiva do agronegócio. Entretanto, quando concentramos somente a análise nas redes sociais do movimento, a abordagem muda.

6.2.2. “De Olho no Material Escolar”: estratégias e redes sociais

As redes sociais do “De Olho no Material Escolar” configuram como uma importante fonte de dados sobre o programa e sobre as estratégias organizadas por esse grupo. Observar as redes desse movimento tornou-se necessário ao longo da tese, pois ajudam a ilustrar o processo de hegemonia do agronegócio na educação. A análise das mídias sociais do agronegócio e a reprodução dos seus discursos configuram com um importante aporte de compreensão política, levando em consideração o contexto inserido. É de suma importância destacar o uso das redes sociais como mídias que dão continuidade às estratégias do setor. O perfil do programa no Instagram revela a dimensão já alcançada,

além disso, através dos dados divulgados, podemos observar as ações do programa, os eventos que participam e os depoimentos de mães, de lideranças do setor e de professores.

Vale ressaltar que há a possibilidade de associar empresas ao movimento para ajudar a manter o programa. Atualmente existem 216 associados em 85 municípios brasileiros, de 16 estados em todas as regiões do país⁹¹. Em 2022 o movimento participou de 23 eventos, envolvendo aqueles relacionados ao agronegócio e à educação, elaboraram 12 vídeos em parceria com a Editora Somos⁹² e organizaram 46 práticas de vivências, levando para empresas e propriedades rurais, professores, editores, secretários de educação e alunos, alcançando 9 mil pessoas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás, Rondônia e no Distrito Federal.

No perfil do Instagram, existem conteúdos que abordam os temas questionados por eles, sempre com a ideia de “desmistificar o que é difundido em sala de aula”, como por exemplo, a questão dos agrotóxicos (Imagem 22) e a questão da irrigação (Imagem 23), mas também há conteúdos que fazem uma ligação do “agro” com a defesa do meio ambiente (Imagem 24) e com a produção familiar (Imagem 25). Destaca-se que há sempre postagens frisando que estão utilizando a ciência (Imagem 26), além de pontuar que existe somente uma verdade e que ela deve ser revelada nas salas de aula (Imagem 27).

⁹¹ Dados atualizados em 27 dez. 2023.

⁹² Maior editora de livros didáticos do Brasil.

Imagem 22

Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” sobre a utilização dos insumos na agropecuária⁹³



Fonte: Perfil do Instagram @deolhonomaterialescolar

Imagem 23

Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” sobre a o uso da água na agropecuária⁹⁴



Fonte: Perfil do Instagram @deolhonomaterialescolar

⁹³ Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CmMCKQuOVRE/?img_index=1 > Acessado em: 08 set. 2023.

⁹⁴ Disponível em: < https://www.instagram.com/p/ClnzfsIOV36/?img_index=1 > Acessado em: 08 set. 2023.

Imagem 24

Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” sobre a semana do meio ambiente⁹⁵



Fonte: Perfil do Instagram @deolhomaterialescolar

Imagem 25

Publicação do perfil do “De Olho do Material Escolar” sobre a agricultura familiar⁹⁶



Fonte: Perfil do Instagram @deolhomaterialescolar

⁹⁵ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CeV6Ogqvj8/> > Acessado em: 08 set. 2023.

⁹⁶ Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CvHpt0KoQUJ/?img_index=5 > Acessado em: 08 set. 2023.

Imagem 26

Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” sobre a falta de rigor científico nos materiais⁹⁷



Fonte: Perfil do Instagram @deolhonomaterialescolar

Imagem 27 –

Publicação do perfil do “De Olho no Material Escolar” a necessidade da verdade⁹⁸



Fonte: Perfil do Instagram @deolhonomaterialescolar

Há conteúdos que instigam os responsáveis a fiscalizar os materiais escolares e a denunciarem enviando para o canal do movimento. No perfil também encontramos uma pesquisa, encomendada pelo movimento à Fundação Instituto de Administração da

⁹⁷ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CvCqySHMpYb/> > Acessado em: 08 set. 2023

⁹⁸ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/COHDgSyDfwI/> > Acessado em: 08 set. 2023

Universidade de São Paulo (FIA-USP)⁹⁹ que revela que as visões negativas do setor são 60% a mais do que as positivas nos conteúdos dos livros didáticos adotados pelo Ministério da Educação. A pesquisa foi encomendada pelo próprio agronegócio, realizada por especialistas do agronegócio e de acordo com eles, foi alcançado um resultado de forma isenta. O resultado da pesquisa indicava 3 conclusões, que havia: uma “precariedade de embasamento científico” nos materiais analisados; uma “falta de valorização do papel do produtor rural e da agroindústria na economia do país” e; uma “falta de entendimento sobre conexão do campo com a cidade: riscos à sucessão pela falta de atratividade do setor rural, sobretudo, entre os jovens”.

O interessante neste ponto é compreender como a ciência é mobilizada pelos grupos hegemônicos para elaborar políticas públicas relacionadas aos seus interesses. Evidenciam a ciência como instrumento neutro, acima de toda a verdade indiscutível. Os métodos das ciências duras aparecem para explicar a sociedade, não levam em consideração que as ideologias sempre embasarão as políticas públicas e que por de trás de um discurso defensor da ciência, há também parcialidade. Não levam em consideração que posições neutras tendem a corroborar com as decisões de acordo com a lógica hegemônica vigente. “Sustentar a "neutralidade da ciência" representa de fato uma forma de ocultação ideológica de seu caráter histórico e de seu compromisso com interesses sociais dominantes” (Menezes, 1978, p. 17).

O agronegócio move-se ideologicamente baseado na construção de mitos, como por exemplo, ao dizerem que o setor é o mais importante na economia do país ou quando replicam a ideia que o agro está em tudo, inclusive na preservação do meio ambiente. A educação do agronegócio tem como proposta a disseminação desses mitos como verdade, através de um discurso neutro. A ideia de neutralidade disseminada deturpa o real sentido atrás desse discurso. Retamorzo (2014) nos alerta que o mito tem a função de ser um suplemento e uma função na compreensão das identidades políticas no imaginário. O mito “exerce uma função comunicativo-comunitária, religando a realidade e o imaginário de um grupo social através de uma lógica semântica” (Cassirer, apud Gomes, 2014, p. 49).

⁹⁹ De acordo com as informações divulgadas o estudo “reuniu 12 analistas de conteúdo e especialistas do agronegócio, durante mais de 3 mil horas, para avaliar de forma isenta mais de 9 mil páginas de dez das principais editoras que fornecem livros para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), utilizados nas redes pública e privada em todo Brasil nos ensinos Fundamental I e II e no Ensino Médio” (Instagram do “De Olho no Material Escolar, [online], 2023). Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CtuSHTEs8Fv/> > Acessada em: 07 set. 2023.

Os mitos são articulados pela demanda. Segundo Laclau (2009) a categoria de demanda é o fio condutor, sendo ela a forma elementar da construção do vínculo social. As demandas surgem quando não há formas de satisfazer certas necessidades. A entrada do agronegócio na educação tem como a demanda central construir a “agrossociedade” de acordo com os seus desejos de expansão do setor.

Através da particularidade da construção de uma demanda insatisfeita, no caso “combater mentiras nos livros didáticos”, que o discurso do agronegócio se universaliza, articulando-se em uma cadeia de elementos equivalentes, e construindo um discurso “salvador” com base nos seus argumentos. Um discurso uno de somente uma verdade.

É interessante observar que o discurso no Instagram é redirecionado, a intenção de mudar o conteúdo escolar continua, no entanto os meios são outros. O tom não é agressivo e nem há ataques diretos. Acionam a ciência, apelam para a questão ambiental e tentam passar uma imagem mais dialogável. O apelo emocional é uma forte estratégia utilizada por eles.

6.2.3 E na prática? O discurso como elemento antecipador das ações neoliberais

Vale destacar que o movimento também participou da “Bett Educar”, o maior evento de educação e tecnologia da América Latina. Nessa feira as editoras expõem seus materiais didáticos. Isso revela uma proximidade do “De Olho no Material Escolar” com as editoras, principalmente com a “Editora Somos”. Juntos, produziram vídeos institucionais sobre o agronegócio para servir de material para a elaboração dos livros didáticos. Vimos, portanto, cada vez mais o alinhamento desse movimento com o mercado, e ao mesmo tempo o mercado passa a se adequar as exigências do setor. Revela-se um movimento recíproco de solidariedade entre os agentes hegemônicos do capital.

Neste tocante, foram realizadas duas entrevistas¹⁰⁰ com dois trabalhadores de editoras de material didático, para compreender como essas demandas chegam na prática. Compreender de fato como esses discursos se convertem em ações e como isso ocorre no

¹⁰⁰ As perguntas estruturadoras das entrevistas foram:
a) Você sente alguma pressão por parte da editora em relação aos conteúdos relacionados ao agronegócio?
b) Você percebe que há uma sensibilidade maior da editora em relação aos temas que envolvem o agronegócio atualmente, quando comparado com tempos atrás?
c) Na sua opinião, os conteúdos que envolviam o agronegócio configuravam entre os temas mais difíceis de desenvolver?

“chão das editoras”. Para isso selecionamos: um profissional de uma editora especializada em desenvolver apostilas de acordo com a demanda de cada escola; e um profissional que trabalha em uma editora comercial de renome, pertencente a uma *holding* do setor da educação. Ambos trabalham elaborando conteúdos didáticos de Geografia. Ressalto que seus nomes e as empresas que trabalham não serão revelados nesta tese, para proteger os trabalhadores de futuras represálias.

O profissional que elabora conteúdo na editora menor, que faz trabalhos para escolas específicas, sob demanda, nos revelou que não existe uma grande pressão em relação aos conteúdos que envolvem a parte agrária, porém existem ressalvas, cuidados que eles tomam quando tratam do tema, principalmente quando este é relacionado ao desmatamento. Esses temas, considerados sensíveis, aparecem de maneira amena e não revelam com efetividade a relação direta do agronegócio com o desmatamento, por exemplo. Algumas palavras são utilizadas para amenizar a relação, sempre se atentando em não relacionar diretamente certos acontecimentos com o setor.

Afirmou, ainda, que os conteúdos que envolvem o agronegócio são feitos com mais cautela, principalmente quando comparado com outros conteúdos, como o da mineração ou da produção energética, por exemplo. De acordo com o entrevistado, não existe nenhuma política da empresa enviesada com a ideologia do agronegócio, mas há uma orientação dos chefes em deixar o texto “protegido” caso aconteça certas represálias. Ou seja, para tratar de certos assuntos, necessita ter cuidado redobrado.

Já o profissional que elabora conteúdo na grande empresa comercial, afirmou que recebeu um manual sobre como abordar os temas do agronegócio, temas, esses, considerados como “sensíveis” e “polêmicos”. No manual existe “níveis de palavras”, uma classificação que aponta aquelas que não podem aparecer no conteúdo de forma alguma e palavras que poderiam ser utilizadas, desde que fossem explicadas muito bem o uso. O termo “agrotóxicos”, por exemplo, não pode ser utilizado de forma alguma, sendo substituído por termos reivindicados pelo agronegócio, como “defensivos agrícolas”. Outro termo que não pode aparecer é “exploração”, a ideia deve ser explicada de outra maneira. De acordo com eles, esses termos carregavam certa “carga negativa”.

O cuidado não era somente na utilização de certas palavras, mas também na forma como se escrevia sobre o agronegócio. Na parte de geografia agrária a exigência em relação aos dados oficiais era maior, com a necessária apresentação de fontes oficiais, buscando sempre mostrar os “dois lados”. Os pontos negativos sobre o agronegócio não

eram totalmente retirados, mas em compensação teria que ser feito apontamentos positivos em relação ao tema. Ou seja, se houvesse algum ponto crítico ao setor, deveria pontuar também a sua defesa ou então, as perspectivas eram suavizadas, sem atrelar diretamente o assunto ao agronegócio.

Assim, como dito pelo primeiro entrevistado, o segundo apontou alertas voltados à questão do desmatamento. Por exemplo, não era dito que o “agronegócio era culpado pelo desmatamento no avanço da fronteira”, mas que “somente uma parte” era responsável por isso, não englobava o setor como um todo. Acrescentavam, ainda, ações positivas realizadas, como reflorestamento e o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Desta forma, evidencia-se que eles não apontavam somente os problemas, mas também os mas também os avanços institucionais.

Para além da equipe de produção dos conteúdos, o material passava por um “controle de qualidade” da editora para avaliar e atestar que certos temas tenham sido abordados conforme o indicado, havendo uma grande preocupação com esse material antes de chegar nas escolas, principalmente no que se refere às disciplinas das áreas das Ciências Humanas, como Geografia, História e Filosofia.

Configurava-se assim, para o entrevistado, um dos temas mais difíceis para elaborar, caso alguma abordagem fosse realizada em desagravo com o que foi determinado, a responsabilidade era voltada para o editor que o escreveu, portanto, o nível de tensão era maior. Destaca-se que junto com temas que envolviam o agronegócio, existiam outros temas apontados como “temas sensíveis”, como exemplo: meio ambiente, racismo, capacitismo, LGBTQIA+, entre outros.

A empresa deixava claro para os funcionários sobre a necessidade de evitar certas abordagens para que o material possa ser aceito em regiões mais conservadoras do Brasil, uma lógica que obedece a cartilha do mercado. Ao adotar certas abordagens, passaria a ser mais atrativa a incorporação daquele produto pelas escolas. Lembramos que estamos tratando de mercadorias e produtos, é um pequeno exemplo da educação mercantilizada, aos moldes do neoliberalismo.

Nas duas entrevistas acima, o discurso criado pelo movimento, mobilizou as ações. As ideologias dos agentes hegemônicos do capital atravessam os espaços com muito mais rapidez e fluidez, do que as ideologias das resistências. Vimos que, por mais que o grupo tenha sido recebido por agentes políticos da extrema-direita, não foi preciso uma mudança efetiva normativa para que suas ações fossem efetivadas. As próprias leis

do mercado, se dispuseram a organizar as demandas do setor. De acordo com Harvey, “a particularidade da mercadoria tem de ser convertida na unidade do dinheiro [...] Alguém tem de necessitar, querer ou desejar essa mercadoria particular à venda para que isso seja possível. Se ninguém a quiser, então ela é inútil e sem valor.” (2011, p.91). Ora, os livros didáticos são mercadorias, assim, o agronegócio se organiza para que esses produtos sejam feitos de acordo com suas exigências, portanto suas ações visam criar, organizar e inflamar o seu próprio mercado consumidor.

As ações do “De Olho no Material Escolar” visam politizar os consumidores, com o viés do agronegócio, para exigir as mudanças desejadas dos produtos. Harvey continua, “aqueles que necessitam, querem ou desejam a mercadoria também precisam ter o dinheiro para comprá-la. Sem dinheiro eles não podem fazê-lo.” (2011, p.91). Articula-se, assim, a demanda do agronegócio que tem capital para comprar os livros, com as editoras que querem vender seus produtos.

No neoliberalismo o livro didático deixa de ter caráter pedagógico e auxiliar, passa a ter caráter mercantil. Assim, na educação estruturam-se ações determinadas pela relação capital-mercadoria. A educação, no neoliberalismo, se reduz à lucro. O Estado, muitas vezes, nem o papel de regulador consegue alcançar, tendo em vista que esse também é composto por agentes hegemônicos em suma maioria.

Portanto, o projeto “De Olho no Material Escolar” visa, acima de tudo, “chamar atenção para o tema”, seu caráter é altamente publicitário. No neoliberalismo “uma imensa quantidade de esforço, incluindo a formação de uma vasta indústria de publicidade, tem sido colocada para influenciar e manipular as necessidades, vontades e desejos das populações humanas para assegurar um mercado potencial” (Harvey, 2011, p.91).

6.3 “Todos a uma só voz”: difusão de padrões homogêneos legitimados pelo agronegócio

Por fim, é importante citar um outro movimento que surgiu nos últimos anos, chamado de “Todos a uma só voz: juntos tornando o agro mais forte”, que tem como objetivo, difundir o que o setor pensa sobre ele próprio. Comunicar ideologicamente ações e práticas para toda a sociedade. Esse movimento surge através de um manifesto que lembra a estrutura de uma oração religiosa, na qual faz reverência ao agronegócio

como divindade. Inclusive observamos pontos de referência da organização da matriz católica presente não somente no manifesto, mas no próprio nome do movimento. É comum durante as missas, antes de algumas canções e/ou orações, o padre proclamar para a igreja: “cantemos/rezemos/louvemos todos a uma só voz”.

Alguns pontos se fazem interessantes em destacar no manifesto: a maneira de afirmar que o agronegócio preserva o meio ambiente; que produz com consciência e; a necessidade de repassar essas informações para as crianças para cultivarem “empatia e admiração pelos produtores rurais”. Destacam a importância de divulgar a cadeia produtiva em uma só narrativa para que toda a população brasileira passe “a valorizar o Agro do nosso Brasil”. (Imagem 28)

Imagem 28

Manifesto à união do agro, elaborado pelo movimento “Todos a uma Só Voz”¹⁰¹

MANIFESTO À UNIÃO DO AGRO

Benditos sejam os homens e as mulheres que trabalham no campo provendo o que nos alimenta. Benditos sejam eles, que, não por acaso, são chamados de produtores. Que reconheçamos o empenho, amor e dedicação que esses valentes empenham todos os dias, ainda antes do galo cantar e desde o princípio, agora e sempre.

Lembremos que antes, décadas atrás, precisávamos comprar alimentos do estrangeiro. Até que os produtores rurais entenderam que era tempo de mudar, arregaçaram as mangas e, à custa de muito trabalho, mudaram nossa posição de dependência e nos tornaram um dos líderes mundiais do agronegócio.

Tornemos notório que o Agro do Brasil é inovador, respeita a fauna e preserva o meio ambiente. Que tenhamos discernimento para entender que a má conduta de poucos não pode macular a imagem do setor que é um dos pilares da economia.

Que todos saibam que aplicamos muita ciência e tecnologia no campo e assim elevamos nossa produtividade em proporções maiores que o aumento de área de cultivo e de pastagem. Hoje produzimos muito mais, em bem menos espaço e com mais consciência.

Que as nossas crianças aprendam desde cedo que o Agro é a maior riqueza do Brasil e cultivem a empatia e a admiração pelos produtores rurais.

Que partilhemos o pão, não nos abstenhamos de ajudar a saciar a fome dos menos favorecidos e ajudemos a prover recursos para que o alimento que vem do Agro chegue até eles.

Que nos conscientizemos que precisamos evitar o desperdício de alimentos a todo custo e em qualquer situação, assegurando a sustentabilidade dos nossos recursos naturais.

Divulguemos que o Agro é um campo de oportunidades, que gera emprego para quem quer trabalhar e negócios para quem quer empreender.

Que tenhamos o cuidado e a responsabilidade de não compartilharmos informações que possam ser equivocadas ou que não sejam de fontes confiáveis, não dando combustível e nem lastro para *fake news*.

Que unamos toda a cadeia produtiva sob uma única narrativa e, assim, mostremos à população que o Agro pode tornar a nossa vida melhor e a economia mais circular.

Assim, quando todos nós, brasileiros, passarmos a valorizar o Agro do nosso Brasil, que produz e alimenta, seremos uma nação que brilhará como jamais se viu e aí seremos completos e imbatíveis.

O Agro é forte, é criativo, é grande e ficará ainda mais se estivermos todos juntos, Todos A Uma Só Voz.

**ESTE É O NOSSO COMPROMISSO PELA
UNIÃO DO AGRO BRASILEIRO.**

**TODOS
A UMA
SÓ VOZ**
JUNTOS, TORNANDO
O AGRO MAIS FORTE

Fonte: site do Todos a uma só voz

¹⁰¹ Disponível em: < https://todosaumasovoz.com.br/site/wp-content/uploads/2021/02/TUV_MANIFESTO.pdf > Acessado em: 07 set. 2023.

Na página do movimento, há uma sessão dedicada ao ensino do agronegócio nas escolas, com o objetivo de “mostrar os valores do agro para os estudantes e motivar a admiração deles pelos produtores”. Assim, são disponibilizados dois materiais: um compêndio elaborado por Xico Graziano e Marcos Fava Neves, feito para professores aplicarem em sala de aula, 10 temas para tornar o ensino do agronegócio mais atrativo; e uma “cartilha do ABC do Agro” para ser utilizada com pais e professores nos anos iniciais da formação da alfabetização da criança, relacionando a aprendizagem aos produtos que provem do “agro”. O interessante é que utilizam a noção do “agro” sem o “negócio” para abarcar diversos produtos que não provêm da produção do setor, como espinafre, jaboticaba, seriguela, rúcula e umbu (imagem 29).

Imagem 29
Cartilha do ABC do Agro – Letra S¹⁰²



Fonte: site do Todos a uma só voz

Vale a pena destacar a estória em quadrinhos elaborada pelo movimento, intitulada “O Reino de Agrus”. A estória tem apenas dois capítulos e se passa em um reino que vivia da indústria e pecuária. O primeiro capítulo relata um sonho que o rei teve, seus membros do corpo se rebelavam, fazendo com que ele não conseguisse dormir durante a noite.

¹⁰² Disponível em: < https://todosaumasovoz.com.br/site/wp-content/uploads/2022/07/CARTILHA_ABC_DO_AGRO_10.pdf > Acessado em: 07 set. 2023.

Assim, o rei resolveu chamar um mago para desvendar seu sonho. O mago percebe que o sonho tinha relação com os produtores rurais do reino, que ao comercializar seus produtos brigavam entre si. Nisso, o rei estabeleceu um decreto para que os produtores trabalhassem em união. A partir de então, os produtores passaram a ter relações mais amigáveis, trabalhando todos em comunhão, fazendo surgir pratos que conhecemos hoje como o “arroz com feijão” e o “romeu e julieta”. A moral do conto revela que a união entre os setores do agronegócio era necessária (Imagem 30). Já o segundo episódio mostra a importância da sustentabilidade do agronegócio, revela a preocupação do “Reino de Agrus” em preservar o meio ambiente e em produzir ciclos poucos danosos à natureza.

Imagem 30

Parte da história em quadrinho do Reino de Agrus¹⁰³



Fonte: site do Todos a uma só voz

A estratégia por trás do movimento é unificar os setores do agronegócio e divulgar somente uma visão escolhida por eles. É um movimento publicitário que objetiva

¹⁰³ Disponível em: < https://todosaumasovoz.com.br/site/wp-content/uploads/2021/02/LIVRO-O-REINO-DE-AGRUS_EPISODIO-1_O-SONHO_compressed.pdf > Acessado em: 07 set. 2023.

disseminar a ideologia de uma aparência social tão fantasiosa, quanto o “Reino de Agrus”. Vimos que há uma dissimulação de fatos que tende a apaziguar as visões críticas ao agronegócio. Essas ações ideológicas do setor perpassam ideias sistemáticas e coerentes para eles, além de disseminar os seus valores e normas de conduta.

O agronegócio na educação visa abranger todo processo formativo de todo período de ensino e aprendizado da criança e do adolescente em idade escolar. Vimos que a educação passa não somente a ser necessária para oferecer a força de trabalho, mas também como instrumento de disseminação de valores do setor.

O “Reino de Agrus” pode parecer uma inofensiva estória lúdica para crianças, mas ele ilustra através de sua mensagem, o que o setor do agronegócio acredita e deseja disseminar. Assim como nos mitos do cristianismo, que serviram para explicar o mundo, colonizar povos e conquistar territórios, o agronegócio brasileiro busca se organizar com a mesma estrutura, tendo em vista que “as narrativas mitológicas contam lendas que são, ao mesmo tempo, mensagens exemplares que representam um certo vivido, o qual é revivido no momento em que o mito se faz discurso” (Gomes, p.49, 2014). É através do mito que o agronegócio tenta implementar seus discursos absolutos no território. O mito serve para justificar as territorializações das suas ações.

A educação pensada pelo agronegócio caminha com os anseios ideológicos do setor. Percebe-se que conforme há o avanço do agronegócio sobre o território brasileiro, a educação é pressionada para atender a demanda. As ofensivas desse setor na educação têm como objetivo levar suas ideologias para as crianças e assim criar uma sociedade que pense e aceite o agronegócio, conforme a imagem que eles querem passar. O debate crítico sobre o setor é totalmente apagado e com isso as outras visões são criminalizadas e atacadas.

CAPÍTULO 7 GEOGRAFIA DAS ESTRATEGIAS, DAS ESCALAS E DOS DISCURSOS

Para iniciar este último capítulo precisamos ressaltar que a hegemonia é um processo (Williams, 1977; Laclau e Mouffe, 2004), sendo assim necessário compreender que suas forças operantes estão em marcha a todo momento. O agronegócio age de acordo com essa premissa, os investimentos em publicidade, educação e cultura fazem parte dessas estratégias. No Brasil, as organizações patronais e as empresas do agronegócio, como vimos, organizam uma rede de agentes que visam pensar estratégias de expansão do setor, não somente no sentido de expansão territorial ou de divisas econômicas, mas no sentido ideológico. Vale ressaltar que, para além das estratégias analisadas nesta tese, o agronegócio se articula em diversas camadas da sociedade brasileira.

Apontamos exemplos trabalhados por Chã (2018), no que tange às estratégias das empresas do agronegócio na indústria cultural, mas vale ressaltar, mais uma vez, o que Alfredo Wagner Almeida categoriza como “agroestratégias”. O autor afirma que as entidades patronais do agronegócio

compõem uma complexa coalizão de interesses, agrupando figuras da mídia, como jornalistas, editorialistas e comentaristas regionais, que escrevem para um público amplo e difuso nas colunas de “opinião”, escandindo os efeitos da estrutura fundiária, exaltando as possibilidades do mercado de commodities e relativizando os efeitos das mudanças climáticas. Agrupam também professores universitários, economistas de renome, especialistas em implementação de políticas públicas, ONGs e grandes empreendedores com soluções pragmáticas e operacionais, pressionando as decisões políticas. Pode-se dizer assim, que se está diante de instituições intelectuais que se consideram criadoras de ideias e de políticas e planos econômicos supostamente exitosos (2010, p.103).

É importante retomar, mais uma vez, a citação de De Certeau, que trouxemos na introdução desta tese, “as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor” (2014, p.87), porque são essas estratégias que vão criar as “psicosferas” e “tecnosferas” tão necessárias para a reprodução ampliada do capital hegemônico do agronegócio brasileiro. Torna-se necessário, depois do exposto, dialogar de forma mais direta com as perguntas centrais desta tese e revelar, como esses agentes hegemônicos na produção do espaço, utilizam a educação, articulando-a, de acordo com seus interesses, no intuito de influenciar, dominar ou manter sua soberania. Se faz importante compreender como eles se apropriam desses espaços.

Dessa forma este último capítulo trará dois movimentos espacialmente dispostos. Na primeira parte elucidaremos a relação entre geografia e discurso, abrangendo o debate sobre o conceito de escala, que proporcionou as evidências da organização espacial do discurso do agronegócio como agente hegemônico neoliberal. Na segunda parte, traremos um debate sobre a importância e as possibilidades de conter a marcha hegemônica do agronegócio na educação brasileira.

7.1 A geografia dos discursos hegemônicos: estratégias escalares

Biglieri (2017) nos mostra que a luta emancipatória por igualdade abre a possibilidade da organização de um espaço discursivo, atribui a lugares e a funções uma legibilidade e a possibilidade de um horizonte simbólico-imaginário diferente do neoliberal. Para ela, o discurso neoliberal “no satisface, no da cuenta, no responde a la “reivindicación igualitaria” populista.”¹⁰⁴ (2017, p. 259-260).

De acordo com a autora, se o discurso populista, segundo Laclau, articula diversas demandas distintas em um só ponto, pressupõem-se que há uma junção de elementos diversos com vistas à emancipação. Para Biglieri, não há populismo na extrema-direita, para ela, as demandas desses discursos não têm o horizonte emancipatório. Segundo a autora, o que chamamos de populismo de direita é “precisamente, neofascismo o posfascismo en la medida en que, además de procurar eliminar las diferencias, ha demostrado que puede establecer convenientemente una alianza con el neoliberalismo” (2020, p.20)¹⁰⁵.

Acreditamos que, mesmo que não exista um horizonte emancipador no discurso da extrema-direita, existe uma articulação de demandas, que constroem equivalências, mesmo sendo diversas dessas demandas de caráter neofascistas ou pós-fascistas. No discurso podem articular elementos do mesmo espectro político ou não, mas sem almejar uma emancipação, somente para fortalecer a manutenção da hegemonia, pois esta sempre estará em processo, tendo a necessidade de estar sempre sendo produzida e reproduzida.

Assim, pela análise do discurso do agronegócio, observamos que sua construção hegemônica não faz articulação por igualdade, nem por liberdade ou autonomia do

¹⁰⁴ Versão traduzida: “não satisfaz, não dá conta, não responde à " reivindicação igualitária" populista”.

¹⁰⁵ Versão traduzida: “precisamente, o neo-fascismo ou o pós-fascismo, na medida em que, para além de procurar eliminar as diferenças, demonstra que pode estabelecer de forma conveniente uma aliança com o neoliberalismo”.

pensamento crítico, mas que serve para reproduzir um processo hegemônico que ou aciona disparadores morais dos elementos sociais em outros espaços ainda não conquistados por eles, ou no fortalecimento e/ou radicalização de espaços já hegemônicos pelo setor.

Há a necessidade de se compreender a hegemonia espacialmente. Os processos hegemônicos nem sempre alcançam os distintos espaços com as mesmas intensidades e ao mesmo tempo. Eles chegam aos espaços, de acordo com as territorialidades que encontram por lá. É a partir de uma relação de poder, que podemos mensurar a propagação dos discursos hegemônicos no espaço.

Destaca-se, também, que os atores hegemônicos elaboram seus discursos de acordo com o espaço que desejam dominar ou se fortalecer. A construção do discurso hegemônico do agronegócio na carta das “Mães do Agro” tinha como objetivo interferir na escola Anglo, portanto, articulava elementos que se assemelham, mas não são exatamente os mesmos articulados pelo setor do agronegócio, quando deseja interferir em outros espaços. O horizonte pode ser o mesmo, mas as estratégias utilizadas em cada disputa são distintas.

Por exemplo, percebemos na construção discursiva da “Carta ao Colégio Anglo”, a equivalência de elementos diferentes do que vimos nas redes do Instagram do “De Olho no Material Escolar”. O público da carta, foi direcionado à escala micro do local, uma escola de classe média de um município onde o agronegócio já é hegemônico, Barretos. A carta articula elementos que convergem com os mesmos horizontes simbólicos predominantes na região. Por isso, o teor mais radical e extremista, a linguagem aciona elementos que podem ser radicalizados. Entre seus iguais, a extrema-direita aciona notoriamente os dispositivos neofascistas ou pós-fascistas. O discurso acionado na carta serve para manter a hegemonia já existente. Destaca-se que já existe uma “agrossociedade” na região de Barretos. No entanto, a carta é mais um elemento no processo que auxilia o fortalecimento da hegemonia do setor no local.

Já na elaboração do discurso do perfil do Instagram do “De Olho no Material Escolar” elas acionam outros elementos, não necessariamente neofascistas ou pós-fascistas, fazendo apelo para que seja utilizada a ciência, articulando o setor como se fosse favorável ao meio ambiente, demonstrando uma abertura mais amigável para com a

sociedade. A escala¹⁰⁶ de atuação é a nacional, e os locais onde querem avançar, correspondem a outras ordens dominantes. Não existe uma hegemonia totalizadora no país que adere ao discurso do agronegócio; o Brasil, não é, por mais que estejam tentando, uma “agrossociedade”. Por isso a necessidade estratégica de se retirar o termo “negócio” da palavra. O “agro” articula elementos da cadeia equivalente que atraem outros agentes. Os atores hegemônicos mudam seus discursos de acordo com a escala de impacto¹⁰⁷, é importante levar em consideração que “cada escala corresponde a um nível de intencionalidade” (Santos, 2021, p.91). Está aí, a Geografia dos Discursos.

Por exemplo, vamos supor que o “território X” seja hegemonicamente dominado por forças operantes do agronegócio, as ações hegemônicas serão mobilizadoras na intenção de manter a hegemonia, estimulando um consenso do agronegócio, geralmente utilizando práticas e elementos neofascistas, não havendo diálogo com outros modos de produção e de pensar. No entanto, se um “território Y” não for hegemonicamente dominado por forças operantes do agronegócio, o setor irá mobilizar elementos de outros aspectos, para “negociar” com o jogo de poder já estabelecido. O discurso ideológico do agronegócio serve também para conquistar novos territórios e tentar se fazer hegemônico onde não é.

No Brasil, a intenção do agronegócio em dominar outros territórios que não são atraentes no modo produtivo do setor, tem a ver com a representatividade política nas eleições. Como vimos no mapa 01, no início desta tese, há a necessidade de construir uma hegemonia e manter-se hegemonicamente no Congresso Nacional, impondo forças nos demais poderes. Um exemplo recente que serve como ilustração é o caso do Marco Temporal, decidido como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e vetado pelo Presidente Lula, no entanto aprovado na Câmara dos Deputados e tendo o veto do presidente derrubado no Senado Federal. A intenção de dominar outros territórios, se faz valer no apoio às decisões de interesse do setor, que age, como neste caso do Marco

¹⁰⁶ É importante ressaltar que a escala tratada aqui “não é uma categoria fixa ou determinada; pelo contrário, ela é um constructo social, fluido e contingente” (Moore, 2008, p.204). Utilizaremos escala neste capítulo como uma ignição interpretativa de uso político. Acreditamos no poder dos conceitos da geografia e no uso político que podemos utilizá-los para “desvendar as máscaras sociais” (Moreira, 2008), “superar a falsa consciência do mundo” (Freire, 1987) e reconstruir o Brasil pós o auge do neofascismo.

¹⁰⁷ Usamos o termo “escalas de impacto”, levando em consideração o debate realizado por Milton Santos quando trata das forças capazes de produzir eventos e a incidência dessas forças nas áreas. Santos diz que “a noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da “origem” das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização” (1996, p.121). A fim, de interpretar para os não-geógrafos, me permito a “traduzir” grosseiramente, que Santos ao se referir aos “eventos”, está se referindo ao “tempo”, precisamente ao “tempo da realização das ações”.

Temporal das Terras Indígenas, sem levar em consideração a diversidade encontrada no país, apagando a história da formação territorial brasileira e das existências desses povos¹⁰⁸. Primeiro há uma cooptação de territórios, depois há aplicação de elementos neofascistas. Esse processo ilumina as nuances e prerrogativas da “agrossociedade”.

Portanto, quanto mais próxima for a escala da origem para com o território do impacto, mais fortes serão os discursos ideológicos. Se os agentes compõem as forças hegemônicas do neoliberalismo, mais fortemente estimulará o neofascismo. E quanto mais distante for a escala da origem para com o território de impacto, mais elementos “novos” serão incorporados nos discursos. A disputa pela hegemonia nos diversos territórios, pode envolver também o “roubo” de elementos que mobilizam os discursos dos agentes antagônicos, havendo uma deturpação estratégica dos temas (Exemplo: o movimento “De Olho no Material Escolar” mobiliza elementos da ciência, expõem dados de pesquisa, evoca um discurso pró-meio ambiente). Demonstra-se, assim, que os discursos se articulam como ferramenta de poder nos territórios, e são formulados levando em consideração a escala do impacto. Nota-se que os agentes podem ser os mesmos, e a finalidade também, mas os meios são distintos.

Castro, ao analisar o “problema da escala”, considera que há uma mobilidade na mudança dos fenômenos de acordo com a amplitude da escala, “quando o tamanho muda, as coisas mudam, o que não é pouco”. No entanto, fazemos uma indagação em corroboração ao que nos diz a autora: o que nos importa, geograficamente, com a mudança das coisas? De acordo com ela, “tão importante quanto saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber como elas mudam, quais os novos conteúdos nas novas dimensões. Esta é, afinal, uma problemática geográfica essencial” (1996, p.137). Através dessa indagação, consideramos o jogo de escalas como estratégia política do agronegócio.

Como vimos, os atores hegemônicos organizam seu discurso de acordo com a abrangência das escalas de impacto. O discurso tem como origem forças operantes hegemônicas. Portanto, a intensidade dessas forças operantes discursivas chegará na área impactada conforme a organização dos territórios locais. Por isso é importante levar em

¹⁰⁸ É importante ressaltar a contradição entre o discurso falseado de proteção ambiental e a votação relacionada aos temas ambientais no Congresso Nacional. Nos perguntamos: se o setor se preocupa com as questões ambientais, por que votam em medidas que ameaçam a proteção dos biomas? Se sabemos que as Terras Indígenas são as mais protegidas ambientalmente em todo território nacional, por que o agronegócio que se diz preocupado com o meio ambiente, insiste na tese do Marco Temporal? Nestes casos, a prática demonstra o inverso do discurso, colaborando para concluirmos que o setor se utiliza de inverdades nas tentativas de tornarem-se hegemônicos.

consideração a “escala de origem” e a “força operante do emissor”. Esse agente hegemônico está vindo de que lugar? Quais são as forças econômicas e/ou políticas que eles operam? Ao trazer a discussão para o tema desta tese, observamos que o agronegócio na educação é pensado a partir das grandes organizações patronais e nas empresas do setor, tendo como consequência a criação de programas de interferência ideológica na educação, aplicados de acordo com as dimensões territoriais dos locais impactados. É importante levar em consideração, também, as conjunturas, na medida em que, a depender do período histórico, as forças operantes tornam-se mais ou menos intensas.

O agronegócio, na conjuntura econômica neoliberal, ganha forças para propagar suas ideologias em conjunto com a capitalização da educação que vem ocorrendo, como vimos no capítulo 3. Na conjuntura política de radicalização da extrema direita, iniciada pós o golpe de 2016, o agronegócio atua com extremismo, mobilizando os discursos que não dialogam com a diversidade do país, acionando “pós-verdades” e mecanismos de negacionismo científico. Na conjuntura cultural de cada território, o agronegócio é mais aceito como um agente educador de importante valia, nos territórios onde o setor já tem hegemonia; enquanto nos territórios onde culturalmente não há a força da máquina hegemônica do setor, ele desempenha estratégias “camufladas” de ideologização. Santos trabalha a escala na assimilação de espaço e tempo, para ele a “escala do acontecer pode assim ser fundida com a noção de escala geográfica. Podemos admitir que cada combinação de eventos, ao mesmo tempo cria um fenômeno unitário, unitariamente dotado de extensão e se impõe sobre uma área, necessária à sua atuação solidária” (1996, p. 124).

Relembramos, que deve ser levada em consideração, a intencionalidade por detrás das ações hegemônicas. O agronegócio está frequentemente enviando transmissões de ideologia nas redes culturais no Brasil. Essas transmissões, em diferentes instâncias (educação, música, moda, cinema, novela, jornalismo, política institucional, produtos alimentícios, propagandas etc.), e em diferentes escalas, se conjugam solidariamente e mutualmente para construir no país ideias hegemonicamente comuns e favoráveis a ele.

A hegemonia do agronegócio passou a ser decisiva para a configuração do território brasileiro e das ideologias de extrema-direita fortalecidas pós o golpe de 2016. O setor mobiliza elementos internos do colonialismo presente no Brasil, fruto de séculos de dominação e espoliação das elites agrárias. Assim, resta-nos tentar articular estratégias e táticas para superar e embarreirar esse processo. Como?

7.2 “Que fazer”?

Inicialmente esta tese almejava apontar os movimentos de resistência ao programa do Agrinho no Mato Grosso do Sul. Havíamos pensado em realizar trabalhos de campo nas escolas vencedoras dos prêmios, e em compreender a ideologia do agronegócio, de acordo com um recorte político eleitoral. A finalidade era tentar saber se o vínculo entre a ideologia do Agrinho se relacionava com os totais das eleições presidenciais de 2018, entre os municípios que tiveram maiores porcentagens de votos no Bolsonaro, e naqueles que tiveram menores. Destaca-se que, nem todos os municípios do estado do Mato Grosso do Sul votaram majoritariamente em Jair Bolsonaro, nem em 2018 e nem em 2022¹⁰⁹. O resultado das eleições instigava minha curiosidade de pesquisador em saber como ocorria a aplicação do Agrinho nesses municípios.

No entanto, não foi possível realizar tal trabalho de campo, tendo em vista diversos contratempos ao longo do período de doutoramento¹¹⁰. Essa tese foi iniciada em 2018. No período em que começaríamos a desenvolver o trabalho de campo, ocorreu a crise pandêmica da COVID-19, quando todos nós mantivemos estratégias de sobrevivência, e o que menos pensávamos durante os anos de 2020 e 2021 era em realização de trabalho de campo, até porque as escolas estavam fechadas e o programa do Agrinho suspenso; o segundo motivo, ocorreu, devido ao fato de que, metade desse período eu não obtive bolsa, podendo me dedicar com mais profundidade para realizar trabalhos de campo somente a partir de 2020, exatamente no período pandêmico; o terceiro motivo foi a assunção de um projeto da extrema direita que radicalizava as prerrogativas neofascistas, principalmente em regiões do agronegócio no Brasil, o Mato Grosso do Sul, assim como o Centro-Oeste, que passou a configurar uma zona de perigo para pesquisadores que trabalhassem com a temática crítica do agronegócio, principalmente se a investigação fosse realizada individualmente; por fim, após a derrota de Jair Bolsonaro, passei 10

¹⁰⁹ No Ano de 2018 o candidato Jair Bolsonaro alcançou 65,22% dos votos do estado no segundo turno e Fernando Haddad 34,78%. Porém Haddad obteve maioria em 10 municípios: Japorã (68,37%), Tacuru (67,18%), Dois Irmãos do Buriti (62,14%), Miranda (55,85%), Selvíria (55,91%), Taquarussu (55%), Juti (53,62%) Paranhos (53,20%), Vicentina (53,15%) e Itaquiraí (50,85%). No ano de 2022 o candidato Jair Bolsonaro alcançou 59,49% dos votos do estado no segundo turno e Luís Inácio Lula da Silva 40,51%. Porém Lula obteve maioria em 13 municípios: Japorã (71,52%), Tacuru (64,06%), Dois Irmãos do Buriti (63,14%), Miranda (58,22%), Paranhos (57,98%), Vicentina (57,85%), Selvíria (57,62%), Taquarussu (53,83%), Itaquiraí (53,62%), Anaurilândia (52,33%), Juti (50,97%) Alcionópolis (50,89%) e Novo Horizonte do Sul (50,23%).

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

¹¹⁰ Apesar de não ter sido possível ser realizada esta parte da tese, desejo que a ideia sirva para possíveis trabalhos, meus ou de quem tiver interesse para investigar.

meses realizando meu doutorado-sanduíche na Argentina, sem possibilidade de tempo para ir a Mato Grosso do Sul, averiguar minhas inquietações.

Assim, escrevemos o final desta tese, articulando uma discussão com debates de outros trabalhos já realizados, que envolvem a temática do agronegócio; na análise teórico-conceitual de pesquisadores importantes para o debate; na experiência adquirida em outros trabalhos de campo realizados; e em pesquisas pretéritas realizadas por mim, que envolveram os conflitos do agronegócio no Brasil. Todavia, é importante mencionar que não tínhamos a pretensão de expor as táticas de sobrevivência dos agentes que se negam a trabalhar com o Agrinho, levamos em consideração que a vida cotidiana de pessoas e de grupos que se opõem à hegemonia do agronegócio nas regiões especializadas do setor é deveras arriscada, do ponto de vista da sobrevivência cotidiana.

Assim, para iniciarmos o último debate desta tese, consideramos o trabalho de De Certeau (2014), para compreender as estratégias e as táticas numa arena de conflitos. Sobre a inserção do agronegócio na educação, faz-se necessário alertar que a população local não absorve passivamente 100% dessas investidas. Na obra de Michel de Certeau (2014), “A invenção do cotidiano”, ele concebe as culturas como múltiplas, sendo elas enraizadas no sujeito. Nasce, a partir disso, sua preocupação para compreender o cotidiano, ou seja, a maneira como cada sujeito se relaciona com a cultura. O autor traz exemplos voltados para o debate em relação à mídia¹¹¹, sendo a partir dessa prerrogativa que passa a destacar a importância em relativizar o olhar, levando em consideração o ponto de vista.

O usuário das mídias, segundo De Certeau (2014), não é um receptor passivo, mas sim o que recebe a comunicação e, a partir dela, extrai a informação, faz a síntese e produz novas coisas. Ou seja, o sujeito recebe a informação e a modifica em sua própria cultura, articulando “maneiras de fazer”, de acordo com suas intenções. Ao receber o conteúdo, o usuário consegue “escapar” da informação que lhe é engessada e imposta, modificando-a de acordo com suas percepções e interesses. Nota-se, a partir desse ponto, o questionamento central de De Certeau: o que esses sujeitos fazem com esses conteúdos que são distribuídos? Está aí a importância da obra focada na valorização do sujeito e na capacidade do mesmo em se desviar da linha padrão que lhe é apresentada.

¹¹¹ Vale destacar que a todo momento nesta tese, fizemos ligações entre a geografia do agronegócio e as intercessões aos meios comunicação. Desperta-se a emergência da ciência geográfica em compreender o papel desses meios na espacialização dos conflitos.

O usuário não é submisso, ele sintetiza o que lhe é passado pela ordem hegemônica, exercendo o seu poder dentro do campo imposto, não se submetendo ao rigor da estrutura, mas se apropriando do espaço, fugindo da ordem. Nesse ponto é que se manifesta a inovação e a rebeldia, abalando as normas vigentes.

A voracidade dos acontecimentos mundiais no ano de 1968 fizeram De Certeau perceber que os indivíduos não são passivos ao consumir os produtos oferecidos, mas sim se desviam do uso desses produtos. A partir daí, o autor utiliza o modelo polemológico para compreender a relação dos usuários no espaço, suas ações e práticas. Esse modelo polemológico, instigado num contexto de guerra, ajuda a compreender o conflito, através do uso de táticas e estratégias utilizadas no território.

Leva-se em consideração que, as estratégias são “capazes de produzir, mapear e impor” (De Certeau, 2014, p.87), postulando “um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações como *uma exterioridade* de alvos ou ameaças” (De Certeau, 2014, p.93 [grifos do autor]), ou seja, a estratégia origina-se do lugar que transmite, anuncia, informa.

No que concerne aos que resistem às estratégias hegemônicas, De Certeau nomeia como “homem ordinário”. Esse, representa os agentes que tecem o cotidiano, que se movimentam e que se articulam dentro do campo construído estrategicamente da hegemonia. Assim, esse “homem ordinário”, que chamaremos aqui de “agentes da resistência”, articula maneiras de se locomover dentro da ordem imposta. Podemos pontuar diversos agentes que sobrevivem no Brasil dentro de territórios hegemônicos do agronegócio, que não comungam com suas práticas e tampouco alimentam-se da ideologia imposta. Esses agentes elaboram ações, muitas vezes, no mesmo ambiente dominado por forças operantes contrárias as suas e, para sobreviver, instauram a criatividade e a pluralidade, constituindo maneiras ou métodos de transitar no “campo do inimigo”.

Esses “agentes da resistência” são aqueles que agem através de táticas em um espaço hegemônico contrário ao seu. Eles atuam com astúcia e, muitas vezes, tem o tempo como seu aliado.

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de

totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estourar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (De Certeau, 2014, p.94-95).

Ana Clara Torres Ribeiro, ao utilizar Michel de Certeau, nos diz que a “ação estratégica reservada aos pobres e homens comuns manifesta-se sobretudo, na forma de ações táticas” (2013, p.181). Nesse contexto, torna-se importante destacar alguns exemplos de resistências táticas percebidas durante a pesquisa.

Lamosa (2016) ilustra, com exemplos entrevistados por ele, que se negaram a participar do projeto de educação da ABAG. O autor caracteriza como tentativas de resistência organizada por professores, representantes do MST, e até mesmo de um secretário de educação. Na obra é destacado que os professores mantêm suas criticidades diante dos interesses privados.

Dentre os entrevistados há dois professores que se negaram a participar do projeto, devendo-se ressaltar que estes estavam organizados na Associação dos Profissionais de Educação de Ribeirão Preto (Aproferp), criada em 2013. O autor acredita que, após o surgimento dessa organização, novas possibilidades aparecerão no intuito de “reformular a resistência à inserção das ações pedagógicas privadas, incluindo aquela dirigida pela ABAG” (2016, p.286). A organização é fundamental, como nos diz Paulo Freire, “ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (1987, p.52).

Em Lucas do Rio Verde, por exemplo, o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), apesar de ter tido força para ser implantado pelos políticos do agronegócio, é considerado um “antro de comunistas”, ataque comum nos tempos atuais, pelo fato de ter vários professores que são contra as medidas e as inserções do agronegócio na escola. Deve-se ressaltar que, os agentes do agronegócio não conseguem ter tanto controle de instituições federais, como têm nas estaduais e municipais, pelo mesmo motivo que relatamos no item anterior, em relação à proximidade da escala de impacto.

Esse indicativo assegura a importância dos concursos para trabalhadores efetivos, tendo em vista que os professores federais são em grande maioria concursados, podendo, assim, manter autonomia para ministrar suas aulas. A relação das políticas neoliberais com a interrupção de realizações de concursos públicos, para além da justificativa utilizada por eles, do corte de gastos da máquina pública, muito tem a ver com a

prerrogativa ideológica, devido a maior dificuldade de cooptação dos agentes concursados.

Além dos Institutos Federais, existem outros agentes educacionais contrários ao sistema do agronegócio, a exemplo: das pastorais da igreja católica, voltadas à vertente da Teologia da Libertação, muito influentes no Vale do Araguaia mato-grossense e em algumas localidades de Goiás; a influência de ONGs, principalmente aquelas que trabalham com a preservação ambiental, como o Instituto Socioambiental; as escolas dos movimentos sociais que lutam por terra; as escolas do campo que foram desenvolvidas e pensadas por agentes que têm uma dinâmica cíclica diferente das escolas regulares; a educação indígena muito forte nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e até mesmo os CEFAPROS (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso).

Outras formas não hegemônicas de educação são ações de valorização das múltiplas existências. É importante transcender a ideia de que certo indivíduo ou grupo está inerte, aguentando as investidas do capital e de ações truculentas dos atores hegemônicos. Precisa-se olhar para estes grupos como protagonistas em suas lutas ao tomar decisões de combate. Portanto, é importante alertar, que não podemos subestimar e afirmar que as formas antagônicas ao agronegócio estão derrotadas ou sendo dizimadas pouco a pouco por eles. O poder de determinado grupo não é totalizante, podendo ser desestabilizado devido à força e existência de outros grupos articulados no mesmo território ou em territórios distintos (Monteiro, 2017).

Williams (1977) aponta que hegemonia não trata de formas passivas de dominação, pelo contrário, é algo constantemente disputado, negociado e alterado, principalmente de acordo com as forças de resistências. As hegemônias nunca se estabelecem sem resistências e pressões. Lembremos mais uma vez, que temos que compreender a hegemonia como um processo, nunca como algo totalizador ou exclusivo (Williams, 1977; Laclau e Mouffe, 1987), “nenhum modo de produção e, portanto, nenhuma ordem social dominante, nunca na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana” (Williams, 1977, 125). Se a hegemonia é um processo, a resistência a ela também é. E as “contra-hegemonias” ou “contra-racionalidades” (Santos, 1996), também precisam continuamente serem recriadas, alteradas e modificadas.

Como demonstrado no item anterior, as estratégias podem ser identificadas em um olhar escalar. Vimos o agronegócio se organizando de cima para baixo, logo a

alternativa a superar esses jogos de escala, seria o movimento ao contrário, tecer as resistências de baixo para cima. Nesse contexto, é importante a organização em rede, pois agir individualmente, torna a luta muito mais difícil, levando em consideração o que Gutierrez Luna nos aponta, quando relata a experiência vivida pelos zapatistas no México, a proposição da organização em rede a “tejer geografías y calendarios desde abajo”¹¹² (2016, p.25), objetivando a superação das escalas de ação dos agentes hegemônicos impostas “desde arriba”.

Haesbaert, ao mencionar a “multiplicidade escalar e a colonialidade interna” sugere, para além das organizações tecidas em rede, resistências que viabilizem “ações “saltando” escalas, surpreendendo os poderes constituídos através da subversão da tradicional hierarquia escalar com que eles se movem” (2021, p. 126). Tal proposta conversa com o que pretendemos mostrar nesta tese. Se as ordens hegemônicas se organizam estrategicamente de acordo com as escalas de impacto, as territorialidades locais necessitam se fortalecer, tecendo rede e, se possível, quebrando o “jogo de escalas” deles, em um movimento de baixo para cima, sem obedecer a hierarquia imposta pelos hegemônicos.

As redes podem ser tecidas no fortalecimento da cultura popular. Compreendemos que, os agentes neoliberais tendem a ter certa dificuldade de homogeneizar paisagens em territórios fortificados culturalmente. A cultura torna-se uma arma importante, extremamente fundamental nos movimentos contrários ao agronegócio. Villas Boas, na orelha do livro de Chã (2018) relembra, ao ler o trabalho da pesquisadora, a afirmação do militante Lupércio Damasceno, do setor de Cultura do MST, “que formulou uma equação original: a cultura popular está para a reforma agrária tal como o agronegócio está para a indústria cultural” (2018). A partir dessa equação trago um exemplo, de força de resistência, por mim presenciado intimamente por anos, ou seja, a arma principal do povo Kaiowa no conflito de terras no Mato Grosso do Sul é sua cultura.

Dentre os Kaiowá, a luta de resistência se configura, também, na valorização da história e da memória dos mais velhos, assim como o diálogo dos mais novos com esses/as anciãos/ãs. A perpetuação da cultura guarani é de extrema validade para a luta pela terra. Envolver todos na luta política é importante, seja criança ou idoso, afinal esses dois grupos etários são fundamentais para as táticas de resistência. Abaixo, exponho um trecho da minha dissertação, onde faço o seguinte relato.

¹¹² Versão traduzida “tecer geografias e agendas/calendário de baixo para cima”.

A história e a sabedoria dos mais velhos são importantes para marcar o espaço vivido por eles, através da cultura oral; além disto, há sempre a presença das crianças mais novas (7, 8, 9, 10 anos) nas discussões políticas que envolvem a comunidade, o que gera uma coletividade no ouvir e uma necessidade de se ouvir todos. É interessante perceber como é importante ouvir o mais novo. No trabalho de campo, pude observar que os mais velhos pediam para que as crianças falassem sobre minha estadia no local e sobre o que acharam de mim, assim como pediam para que os novos falassem sobre o dia a dia de conflito em suas vidas. O movimento contrário também ocorre. Ao ouvir dos mais velhos, os mais novos aprendem sobre a cultura e perpassam às demais gerações. Afirmar-se como Kaiowá ou Guarani se torna a principal estratégia para que a luta possa continuar e prosseguir. Os valores são rigorosamente obedecidos com a intensão de manter os costumes e a cultura o mais parecido possível com a dos antepassados (2017, p.167).

Esse exemplo dos Kaiowá serve de gancho para a busca da descolonização dos nossos pensamentos e das nossas práticas; “descolonizar é, na prática, um processo contínuo de resistência que acompanha, em diferentes níveis e escalas, toda a história do capitalismo” (Haesbaert, 2021, p.10). Esse processo de descolonização tem que ser acrescido da valorização da diversidade sociocultural que há no Brasil, levando em consideração as diversas epistemologias, a visibilização dos sujeitos, do território e das diversas territorialidades.

Assim como é importante quebrarmos a monocultura das mentes (Shiva, 2003), se faz indispensável romper com o monopólio da palavra, ou seja, apresentar outras formas de existir para além do agronegócio, e demonstrar que, na educação, há outras alternativas, para além dos parâmetros neoliberais de possibilidades da vida humana. Uma educação que permita o ser humano desenvolver autonomamente a criticidade que as situações da vida podem lhe apresentar. Uma educação para além do utilitarismo e tecnicismo da formação de forças de trabalho, para reproduzir riqueza para os agentes hegemônicos.

Em regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra e em que multidões imensas nem sequer têm condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a “pedagogia do oprimido” (Freire, 1987, p.21).

É preciso levarmos aos professores o movimento crítico da pedagogia do oprimido, como nos aponta Freire (1987). É necessário educar os educadores para que a tomada de consciência venha também desses trabalhadores que, por muitas vezes, são levados na onda do discurso neoliberal do agronegócio. Um educador com consciência

crítica questionará os métodos das ofensivas neoliberais, mas para isso é necessário que a profissão tenha condições de autonomia e segurança do trabalho, que os concursos públicos possam ser realizados, a fim de dar estabilidade a esses profissionais. Além disso, é necessário que esses valores críticos sejam debatidos nos espaços de formação dos professores.

Quem educa os educandos? Nas redes sociais é comum vermos perfis do programa Agrinho criado por educadores. Ao jogarmos a palavra “Agrinho” no comando de busca do Instagram, encontramos diversos perfis de escolas públicas e pequenas, sobretudo do interior do Ceará, que divulgam suas ações nas redes a partir das propostas do Agrinho. As atividades são, em grande maioria, desconexas com os propósitos da educação. Tudo vira Agrinho. Entra na concepção ideológica do setor de transformar “tudo” em “agro”.

Nesse tocante, ficamos com o questionamento da professora Júlia Adão Bernardes, na mesa “Construção e desafios do PPGG-UFRJ na consolidação da geografia brasileira”,¹¹³ ao ser indagada se as práticas de mudança da sociedade brasileira não seriam de responsabilidade da educação superior, mas sim da educação básica, a professora na ocasião questiona “e quem forma os professores da educação básica?”. Excelente questionamento, e acrescentamos: onde está Paulo Freire nos cursos de Licenciatura?¹¹⁴ É preciso demandar dos centros de formação de professores no Brasil, que os profissionais licenciados saiam do seu processo de graduação com uma consciência minimamente crítica que os faça perceber que podem ser instrumento de manipulação da hegemonia neoliberal. E que, para aqueles que podem se rebelar contra as ofensivas desumanas desse sistema, que assim o façam.

O trabalho de conscientização deve ser constante, que se faça numa direção que presuma retirar os agentes da hegemonia de sua comodidade, criando desconfortos e abalos nos seus processos de perpetuação. Freire (1987) nos diz que a conscientização do povo possibilita inseri-lo “no processo histórico como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação” (1987, p.24).

¹¹³ Mesa de abertura realizada em comemoração aos 51 anos de Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9bcAZgqv_qU&t=10s&ab_channel=BIBLIOTECADOPPGG-UFRJ> Acessado em: 30 dez. 2023.

¹¹⁴ Confesso que em 10 meses de doutorado-sanduiche na Argentina eu tive mais contato com a obra de Paulo Freire do que em mais de 10 anos de formação em professor de geografia no Brasil. De fato, é importante nos questionarmos sobre o apagamento do projeto de Paulo Freire no Brasil, não somente após o golpe de 2016, mas entre as instituições que mais deveriam prezar pelo seu legado.

A publicidade também educa, vemos isso na força que o setor aplica nas suas propagandas. Quando falamos em educação, focamos somente nas escolas como lugares autorizados a exercer a transformação social. Lenin (1978), ao questionar “Que fazer?” aponta a importância do esforço contínuo do uso da propaganda, da construção filosófica de um pensamento científico revolucionário, e da divulgação desses ideais por toda a Rússia. Essa estratégia hegemônica muito se assemelha às *práxis* do agronegócio, com seus intelectuais orgânicos, suas propagandas e seu processo de difusão em todo Brasil. Temos em Lenin (1978), inspiração para uma possível organização e conscientização da população e da “libertação do oprimido” (Freire, 1987).

Conscientizar a população brasileira sobre as práticas do agronegócio necessita de propostas e filosofias revolucionárias, neste sentido traremos brevemente aqui cinco pontos para contrapor ao agronegócio e que de alguma forma conversa com esse trabalho: a agroecologia, a Reforma Agrária, os direitos territoriais e culturais dos povos originários e populações tradicionais, o fortalecimento da Educação do Campo e uma educação do campo para além do campo.

Em primeiro, a agroecologia e a potência do diálogo com essa área. Nesse sentido, torna-se interessante que seja amplamente divulgada nos veículos de educação da população. Urge a necessidade de um projeto político de Brasil que pense estrategicamente a divulgação da agroecologia como filosofia e modo de produção, “na busca por construir uma sociedade (...) na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana” (Guhur e Toná, 2012, p.64).

É necessário fazer geografia contemplando as práticas espaciais insurgentes, e a agroecologia é um belo modelo de inspiração. Ao incorporar os “princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42), tal atitude nos remete à ideia de *práxis* política, que almeja uma transformação da realidade.

Em segundo, que a importância da Reforma Agrária seja explicada e aplicada nas salas de aula. De acordo com Stedile, a “Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir” (2012, p.659). Portanto, que a democratização da propriedade das terras seja debatida no seio da sociedade, tendo a escola como um dos meios propulsores dessa discussão, levando em

consideração a formação histórica do território brasileiro, as mazelas e as desigualdades perpetuadas ao longo desse processo.

Por mais que apontem a Reforma Agrária como questão ultrapassada, ficamos aqui com a reflexão de Carter, que leva em consideração a necessidade de uma reforma Agrária como fio condutor para a resolução de questões e problemas brasileiros para além do campo.

O debate em vigor no Brasil sobre a reforma agrária toca assuntos que ultrapassam a questão fundiária e o desenvolvimento rural. Os assuntos em pauta levantam problemas mais profundos da sociedade brasileira. Na alvorada do século XXI, a reforma agrária continua sendo parte de uma conversação complexa e contenciosa sobre o futuro do Brasil – suas promessas e necessidades, seus temores e sonhos. (CARTER, 2010, p.71).

Portanto, um assunto necessário e ainda em voga para ser debatido nas escolas, principalmente nos conteúdos de geografia, história e sociologia.

Em terceiro, a conscientização dos direitos territoriais dos povos originários e das populações tradicionais. Por mais que a Constituição de 1988 tenha ratificado o potencial reivindicatório dos povos originários do Brasil, no que tange às suas terras demarcadas, não houve uma correspondência entre a lei e sua aplicação, reverberando ainda, quase 4 décadas depois da constituinte, a questão da concentração de terras no processo de formação territorial do Brasil.

Levar para as escolas o caráter diverso que compõe a sociedade brasileira é de extrema importância, para que sistemas de pensamento diferente do imposto possam convergir e movimentar bases do país que estão sendo sufocadas com a imperatividade de forças que a todo momento tentam dizimá-las. Torna-se necessário uma reflexão mais profunda nas escolas envolvendo os povos tradicionais e a questão ambiental, principalmente na emergência climática que se acentua na atualidade.

No Brasil há um percentual significativo das áreas com maior cobertura vegetal, com florestas e cursos-d'água preservados, sob o controle direto de povos e comunidades tradicionais. Embora sejam elevados os índices de concentração fundiária, não é nos grandes imóveis rurais que se encontram as áreas preservadas mais significativas. Estas estão localizadas nas terras tradicionalmente ocupadas: terras indígenas, de quilombolas, de seringueiros, de quebradeiras de coco babaçu, de castanheiros, de ribeirinhos, de comunidades de faxinais e de fundo de pasto, entre outras formas de uso comum dos recursos naturais controlados por unidades familiares agroextrativistas. Essas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, por meio de ações organizadas, têm erigido uma muralha de proteção em torno das culturas alimentares e das territorialidades específicas nas quais asseguram sua reprodução física e social (Almeida, 2010, p. 139-140).

Em quarto, o fortalecimento da Educação do Campo que vise a levar em consideração

às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (Caldart, 2012, p.259).

Uma Educação do Campo ativa, estruturada e fortalecida por políticas públicas visa não somente levar em consideração o modo de vida das populações que vivem no campo, mas também pautam a necessidade de reconhecimento de vida no rural brasileiro para além do agronegócio.

A Educação do Campo como parte da luta ampliada pela terra só é realizável alargando- se ainda mais seu horizonte, que parte e reivindica, mas ultrapassa, o próprio campo educativo, confrontando assim a multidimensionalidade e a multiterritorialidade da questão agrária e do campo em sua relação íntima com o capital em sua fase neoliberal. Tem, portanto, capacidade de abrir fissuras na hegemonia do agronegócio que podem ser tensionadas coletivamente. Em janelas históricas abertas como a que vivemos, em conjunturas difíceis de crise, em interregnos, é tarefa também da Educação do Campo criar as possibilidades de gestação do novo, derrotando as saídas do polo capital, com suas revoluções passivas, contrarreformas e contrarrevoluções (Cordeiro, 2022, p.369).

Em quinto, levar a Educação do Campo para além das escolas do campo. Nesse ponto, quero indicar que há a necessidade de apresentar o campo brasileiro vivido pelas populações rurais para toda a sociedade. O meio urbano nacional, e principalmente as grandes metrópoles, necessitam compreender as diversas outras formas de produção do campo, atrelar à alimentação que chega na cidade, debater o consumo de agrotóxicos e os modos de vida ao relacionar, por exemplo, a agricultura familiar às cidades.

Para além de levar o conteúdo para as escolas, acreditamos que devemos debater tais assuntos nas universidades. Que o campo da geografia, principalmente da licenciatura, possa levar em consideração a importância das Escolas do Campo, mesmo tendo licenciandos que vão atuar no mercado de trabalho urbano. As concepções e noções da Educação do Campo precisa ser debatida nas salas de aula das universidades brasileiras, é a universidade que forma os professores, precisamos fazer da universidade um local de formação humana que leve em consideração a compreensão dos movimentos que existem para além do espaço urbano.

Tais práticas citadas abarcam as manifestações categorizadas por Souza (2013), ao tipificar as práticas espaciais insurgentes: em sua territorialização, no sentido estrito e

amplo, na refuncionalização/reestruturação do espaço material, na resignificação dos lugares, na construção de circuitos econômicos alternativos e na construção de redes espaciais. Cabe, portanto a nós, pensarmos estratégias de construção para uma hegemonia como contraponto ao agronegócio no Brasil.

Como nos diz Milton Santos, a “globalização atual não é irreversível” e um “novo mundo é possível”, precisamos desmascarar os processos cruéis de ideologização do agronegócio, dissolver a ideia de “agrossociedade”, persistir nas utopias, articular iniciativas, superar obstáculos, contrariar as forças das estruturas dominantes, ajustar as etapas e acreditar em um novo projeto possível. “O futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade” (Santos, 2000, p. 161).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja na sala de aula ou no laboratório de pesquisa, nossas reflexões sempre procuravam valorizar o agir solidário e uma produção científica comprometida com a superação da exploração e da opressão, denunciando a perversidade do discurso falso e apontando para o compromisso com a busca da verdade.
Júlia Adão Bernardes, 2019

Esta tese buscou desvendar as ações do agronegócio na educação. Dessa forma, pudemos compreender as práticas do setor e as estratégias ideológicas tão caras a este ramo da economia. Concluímos alguns pontos a partir do questionamento central desta tese:

- a) para além da questão produtiva, o setor tem um projeto de poder nacional;
- b) o agronegócio atua em um elo entre cultura e política;
- c) o setor investe em aparelhos ideológicos para disseminar seus ideais;
- d) o setor camufla algumas de suas práticas com a intenção de angariar popularidade com a população urbana;
- e) o setor se fortalece em cenários de avanço da extrema-direita e de cerceamento dos direitos conquistados pelos grupos diversos no país;
- f) quanto mais diversidade houver, pior será para eles disseminar a cultura do agronegócio;
- g) o setor utiliza a educação como um instrumento favorável para sua expansão em todo território nacional; e
- h) o setor tem planos estratégicos de alcançar todos os territórios nacionais, agindo diferenciadamente em cada escala de atuação.

Portanto, resta-nos denunciar essa mais nova ofensiva do capital na educação. Mouffe nos diz que a única forma de combater o discurso de direita é formar uma força progressista no debate. “Isso supõe reconhecer a existência de um núcleo demográfico nestas demandas e a possibilidade, através de um discurso diferente, de articular em uma direção democrática as multifacetadas demandas democráticas existentes em nossas sociedades” (2019, p.157).

Mouffe (2019) nos alerta que devemos construir, como povo, uma “vontade geral”, cujos adversários são as “oligarquias” que sustentam a ordem neoliberal. Acreditamos, com base nisso, na possibilidade de reforçar as outras formas de concepção de produção e de vivência do campo que não sejam atreladas ao agronegócio, assim como uma conscientização do consumo feito pela população em geral. No entanto, somente isso

não basta, precisamos construir nossas demandas como sociedade, defendendo uma educação emancipatória, como a que nos legou Paulo Freire.

Espero que este trabalho possa somar no debate entre geografia e educação, no âmbito de traçar estratégias e de denunciar práticas perversas nas disputas políticas presenciadas no atual contexto nacional. Não se pretendeu estabelecer um caráter nulo ou apolítico nesta pesquisa, por não acreditarmos que a ciência atua de forma neutra e imparcial. Há políticas e ideologias, mesmo quando não há pretensões políticas e ideológicas explícitas nos trabalhos. O ser humano carrega em si as parcialidades historicamente depositadas em suas vidas.

O debate “sem partido” e “sem ideologia,” construído burlescamente nos cenários políticos brasileiros, fizeram tornar necessário o nosso posicionamento nesta escrita, um posicionamento ético e fiel à ciência geográfica que, a partir de argumentos e de uma construção teórico-metodológica, pudesse expor tal situação.

A educação é tida como esperança pessoal para alguns, atrelada como processo para atingir “níveis civilizatórios” por outros. A escola e a educação são focos de todos os tipos de governo e de todas as ideologias. As bases construídas, a partir deste espaço, refletirão no futuro os traçados almejados pelos governos no presente.

A história do Brasil é repleta de golpes articulados pelas oligarquias que comandam o país, desde os primórdios; o agronegócio faz parte dessas classes dominantes. Ana Clara Torres Ribeiro aponta que as mudanças comportamentais e a noção de meio técnico-científico-informacional são fundamentais para compreendermos a concentração da riqueza no Brasil, exigindo que desenvolvamos novas reflexões de análise, conforme a expressão das novas formas de exercício do poder. As elites agrárias sempre estiveram disputando o comando do país, mas agora, no projeto econômico do agronegócio, possuem novos instrumentos e desenvolvem novas práticas, tornando-se, portanto, necessário

uma análise preocupada com a estrutura sócio-espacial, consolidada a partir da modernização autoritária do país, permitindo reconhecer a existência de desigualdades sociais e territoriais criadas e recriadas pela expansão técnica que sustenta a atual estrutura de operação e domínio da circulação de mensagens (imagens e informações) (Ribeiro, 1991, p. 49).

A educação institucionalizada “tiene como función la distribución de los conocimientos que una sociedad considera relevantes en cada momento histórico; por lo tanto, recupera y transforma los objetos de las disciplinas académicas que operan como

pontos de referencia”¹¹⁵ (Stenhouse, 1987 *apud* Caso, 2007, p. 22). Ou seja, o debate curricular tem a ver com as forças operantes da sociedade de cada momento. Vivemos atualmente num projeto hegemônico do agronegócio que tenta transformar os conhecimentos da sociedade de acordo com a sua própria visão.

Vimos que as classes hegemônicas não visam projetos de interesse somente para sua classe, eles almejam construir interesses gerais para toda sociedade. Por isso, torna-se necessário discutirmos a dimensão política da educação que é comandada pelos interesses do capitalismo. O agronegócio não está preocupado em mudar somente o conteúdo abordado na escola Anglo de Barretos, a intenção é na construção de uma agrossociedade. É um projeto político de país. Corroboramos, portanto, com o que Nascimento e Almeida (2021) nos dizem que, deixar os filhos da classe trabalhadora expostos a uma educação escolar sem emancipação, é deixá-los ser capturados por uma doutrina que visa os interesses mercantis.

Nessa perspectiva, estabelecemos, de acordo com Williams (1977), que a hegemonia vivida é sempre renovada, portanto as resistências necessitam ser também continuadas. Um bom exemplo disso é o ENEM realizado no final do ano de 2023. Questões críticas, embasadas cientificamente por geógrafos estudiosos no tema, foram questionadas pela FPA, exigindo o cancelamento do concurso ou das questões. O setor visa articulações em novas estratégias, e nós, da ciência e da cultura popular, permanecemos fortalecendo nossas resistências, seja no ENEM ou em salas de aula, no combate ao negacionismo científico e aos avanços neofascistas. É fundamental nos movermos com astúcia no campo hegemônico desenhado por eles.

Finalizamos esta tese, lembrando a criticidade de Milton Santos, ao apontar as mazelas do consumismo e a necessidade do reaprendizado da cidadania.

A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida (2014, p.154).

¹¹⁵ Trecho traduzido: “tem como função a distribuição dos conhecimentos que uma sociedade considera relevante em cada momento histórico, portanto recupera e transforma os objetos das disciplinas acadêmicas que operam como ponto de referência”

Portanto, lutamos por uma educação que se liberte das amarras do mercado, que revele o caminho da emancipação das pessoas, o seu horizonte. No mundo perverso e desigual, vimos a educação como conquista pessoal e não como direito social. Santos nos diz, que isso “vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar um cidadão por inteiro se reduz” (Santos, 2014, p. 155).

A educação precisa ser vista como possibilitadora e capaz de desmascarar as perversidades da globalização. Precisamos colocá-la no patamar de possibilidades de libertação dos povos. Nesse sentido, concluimos com Paulo Freire: “se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar” (1987, 184).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; et al. Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Orgs.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; et all. (Orgs.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). Transgênicos: as sementes do mal: a silenciosa contaminação de solos e alimentos. Tradução: Ulrich Dressel. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AQUINO, Manuela. O projeto agronegócio na escola: dominação e pedagogia. In: STAUFFER, Anakeila de Barros; BAHNIUK, Caroline; VARGAS, Maria Cristina; FONTES, Virgínia (Orgs.). Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (ESPSJV/PRONERA). Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

ARANTES, Rafael de Aguiar; PEREIRA, Carla Galvão. Gramsci e o sentido da política: materialismo histórico, recusa dos dogmas economicistas e das ilusões “ideologistas”. Prelúdios, Salvador, v. 2, n. 2, p. 45-71, jan./jun, 2014

ARENDDT, Hannah. Da violência. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985 [1969/1970].

ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARRUZZO, Roberta Carvalho; CUNHA, Livia Domiciano. O setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos, vulnerabilidades e conflitos territoriais. In: BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo. Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

AVELAR, Marina. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

AZEVEDO, Fábio Palácio. Marxismo, comunicação e cultura – Raymond Williams e o materialismo cultural. São Paulo: Tese de doutorado (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2014.

AZEVEDO, Fábio Palácio. Formas de dominação do capitalismo contemporâneo. Site do Partido Comunista do Brasil. 27 dez. 2019. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/noticias/43358/>>. Acessado em: 09 mar. 2023.

BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna. Geografias da soja: BR-163: fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. Espaço e Circuitos Produtivos: a cadeia de carne/grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Emília Jomalinis de Medeiros. Estratégias das empresas comerciais exportadoras da cadeia de grãos na fronteira da BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão; Bühler, Ève Anne; COSTA, Marcos Vinícius Velozo da. (Orgs.). As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

BERNARDES, Júlia Adão. Educadora e aprendiz da ciência e da vida. In: Ciência hoje. Seção Mulheres na Ciência, ago. 2019. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/educadora-e-aprendiz-da-ciencia-e-da-vida/>> Acessado em: 25 jan. 2024.

BERNARDES, Júlia Adão. Aula 05: A expansão do agronegócio no cerrado e na Amazônia Legal na contemporaneidade: discussão do conceito fronteira. In: Curso Geografia e Agronegócio. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

BERNARDES, Júlia Adão; SANTOS, Patrícia Cristina; NASCIMENTO, Ayrton Senna. Repercussões socioambientais do consumo de agrotóxicos: a produção de grãos na BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão; MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; PEIXINHO, Dimas Moraes; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes; ARACRI, Luís Angelo dos Santos; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). O setor carne-grãos no Centro-Oeste: circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

BIGLIERI, Paula. Populismo y emancipaciones. La política radical hoy. Una aproximación (con variaciones) al pensamiento de Ernesto Laclau. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México. Nueva Época, Ciudad de Mexico, Año LXII, núm. 229, p. 245-262, 2017.

BIGLIERI, Paula. Populismo: ¿izquierdas y derechas? Recerca. Revista de Pensament i Anàlisi, 25(1), pp. 5-24, 2020.

BITTENCOURT, Thaís Ponciano; ROMANO, Jorge Osvaldo; CASTILHO, Ana Carolina Aguiar Simões. O discurso político do agronegócio. Revista Tamoios: São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 186-207, 2022.

BOMBARDI, Larissa Mies; CHANGOE, Audrey. Comércio tóxico: a ofensiva do lobby dos agrotóxicos da união Europeia no Brasil. Friends of the Earth Europe; Seattle to Brussels Network, 2022.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRONZ, Déborah. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

BRUGÈRE, Fabienne. A ética do cuidado. Tradução: Ercilene Vita. 1 ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

BRUNO, Regina; LARCERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo B. Organizações da classe dominante no campo. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BUARQUE, Chico; HIME, Francis. Vai passar. Rio de Janeiro: Barclay: 1984.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; FRIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (Orgs.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In CARTER, Miguel. (org.) Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CASO, María Victoria Fernández. Discursos y prácticas en la construcción de un temario escolar en geografía. In: CASO, María Victoria Fernandez; GUREVICH, Raquel. Geografía: Nuevos temas, nuevas preguntas: um temario para su enseñanza. Buenos Aires: Biblos, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTILLO, Ricardo; BERNARDES, Júlia Adão. Apresentação e apontamentos teórico-metodológicos. In: CASTILLO, Ricardo; BERNARDES, Júlia Adão (Orgs.). Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

CHÃ, Ana Manuela. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, Dênis de (Orgs.). Poder midiático e disputas ideológicas. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O ensino superior privado-mercantil em tempos de economia financeirizada. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHESNEAUX, Jean. De la modernité. Maspero-La Découverte. Paris, 1983.

CLOKE, Paul; COOK, Ian; CRANG, Philip; GOODWIN, Mark; PAINTER, Joe; PHILO, Chris. Practicing human Geography. London: SAGE Publications Ltd., 2004.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo. Rio de Janeiro: Tese de doutorado (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Marcos Vinícius Velozo da. Novas fronteiras da expansão do capital na rodovia Cuiabá-Santarém. Rio de Janeiro: Tese de doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

CRUSH, Jonathan. Power of development. London; New York: Routledge, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o fracasso da ditadura. In: Cadernos de pesquisa. V. 44, n.15, p.912-933, 2014.

DAVID, Maria Beatrix de Albuquerque. Les Transformations de l'agriculture brésilienne: une modernisation perverse (1960-1995). Paris: EHESS/CRBC, 1997.

DAVIS, John Herbert; GOLDBERG, Ray Allan. A Concept of Agribusiness. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1980].

DELGADO, Guilherme da Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme da Costa. Economia do Agronegócio (Anos 2000) como Pacto do Poder com os Donos da Terra. Reforma Agrária, Campinas, ed. especial Agronegócio e realidade Agrária no Brasil, p. 61-68, jul. 2013.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.13, n.2, 2011.

FELIPPE, Ana Carolina de Souza; SILVA, Leonela Guimarães da; LOURENÇO, Taiana Ciscotto Martins. Circuitos espaciais da produção na BR-163 mato-grossense: os novos desafios da cadeia carne-grãos na área concentrada. In: BERNARDES, Júlia Adão; MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; PEIXINHO, Dimas Moraes; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes; ARACRI, Luís Angelo dos Santos; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). O setor carne-grãos no Centro-Oeste: circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

FIALHO, Bernardo, et all. As elites agrárias do terror: do golpe de 1964 ao 8 de janeiro de 2023, entenda como fazendeiros atuam contra a democracia. De Olho nos Ruralistas. Disponível em: < https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/05/As_Origens_Agrarias_do_Terror_2023.pdf > Acessado em: 05 jun. 2023.

FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV-Fiocruz/UFRJ: 2010.

FREDERICO, Samuel; BÜHLER, Ève Anne. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no oeste da Bahia. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1970].

FREITAS, Luiz Carlos. Prefácio. In: MARTINS, Erika Moreira. Todos pela educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUCHS, Richard. Cultivos transgênicos no mundo: do Canadá à Argentina, da Romênia à China quase 90 milhões de hectares de plantas transgênicas. In: ANDRIOLLI, Antônio

Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). *Transgênicos: as sementes do mal - a silenciosa contaminação de solos e alimentos*. Tradução Ulrich Dressel. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GABRIG, Israella Pires Alves. *O processo da produção e os agentes modeladores das cidades do agronegócio*. In: BERNARDES, Júlia Adão; Bühler, Ève Anne; COSTA, Marcos Vinícius Velozo da. (Orgs.). *As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais em Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

GALVÁN, Íñigo Errejón. *La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo*. Tese de doutorado (Doutorado em Conflicto político y procesos de pacificación). Universidad Complutense de Madrid, 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GONZAGUINHA, Luiz Gonzaga Jr. *E vamos a luta*. Rio de Janeiro: Polygram, 1980.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol 2. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 [1949-1951].

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 3 [recurso eletrônico]: Maquiavel, notas sobre o estado e a política*. Tradução: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 [1949-1951].

GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. *Escola sem Partido – elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt*. *Revista Brasileira de Educação*. v. 23, 2018.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *O complexo agroindustrial*. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. *Agroecologia*. In: In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GUTIÉRREZ LUNA, Diana Itzu. *Sociedades OTRAS: recuperación, reconfiguración y resignificación territorial en México*. *Aproximaciones a la expresión territorial zapatista en*

Chiapas (2000-2016). Tese de doutorado (Doutorado em Estudios Sociales Agrarios). Universidad Nacional de Córdoba, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HINKELAMMERT, Frantz. O antropocentrismo ocidental e o desastre ecológico. In PROCÓPIO, Argemiro (Org.). Os excluídos da Arca de Noé. São Paulo: Hucitec, 2005.

HORIGUTI, Angela Curcio. Do MOBREAL ao PROEJA: conhecendo e compreendendo as propostas pedagógicas. Bento Gonçalves: Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Especialização em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009

IANNI, Octavio. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

JOHNSTON, Harry. The British Central Africa Protectorate. Geographical Journal. v. 5, 1895.

KATUTA, Ângela Massumi. Educação e democracia: dilemas e perspectivas em tempos desafiadores. In: SILVA, Flávia Damacena Sousa et al. (Orgs.). Educação e democracia: dilemas e perspectivas. Goiânia: Kelps, 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia. Siglo XXI, Madrid, 1987.

LACLAU, Ernesto. Populismo: que nos dice el nombre?. In: Paniza, Francisco (org.). El populismo como espejo de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

LACLAU, Ernesto. Los fundamentos retóricos de la sociedad. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução: Maria Cecília França. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1989 [1976].

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Curitiba: Appris, 2016.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LEHER, Roberto. Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. Que fazer?. São Paulo: Hucitec, 1978 [1902].

LÊNIN, Vladímir Ilitch. A democracia operária e a democracia burguesa. In: MAZZEO, Antonio Carlos (org.). Democracia e luta de classes: textos escolhidos. Tradução: Edições Avante!, Paula Vaz de Almeida, 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2019 [1918].

LYRA, Carlos. Quando Chegares. Rio de Janeiro: Philips, 1954.

MACHIAVELLI, Niccolò. O príncipe: Maquiavel; com notas de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia. Tradução: Mário e Celestino da Silva – 1. reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019 [1532].

MARTINS, Erika Moreira. Todos pela educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARX, Karl. O capital: livro 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2023 [1867].

MAZZEO, Antonio Carlos. Possibilidades Lenineanas para uma Paidéia Comunista. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos; DEL ROIO, Marcos. Lenin: teoria e prática revolucionária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MEGIDO, José Luiz Tejon. Agrossociedade: a nova fronteira do agronegócio. Revista da ESPM – Agrossociedade: o Brasil que deu certo, São Paulo, Ano 20, Edição 93, n.3, maio /junho, 2014.

MELIN, Nora. La política por otros medios en medio de la pandemia: dispositivo de falseamiento de la realidad. Pagina 12. 26 abr. 2021. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/338181-dispositivo-de-falseamiento-de-la-realidad> >
Acessado em: 05 jun. 2021

MENDONÇA, Daniel de: Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 1, p. 153-169, 2009

MENEZES, Eduardo Diatay Bezerra de. Sobre a neutralidade das ciências. Revista de Ciências Sociais, Vol. IX, n. 1, p. 15-40, 1978.

MESZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. São Paulo: ABRA/FES Brasil, 2021.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. Disputa territorial no Mato Grosso do Sul: o tempo do direito dos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéva e as estratégias e táticas do agronegócio. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; PACHECO, Gleice Kelly de Souza. A cidade do agronegócio como “terra de oportunidades”: contradições, segregação urbana e estigmatização da força de trabalho em Lucas do Rio Verde (MT). In: BERNARDES, Júlia Adão; MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; PEIXINHO, Dimas Moraes; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes; ARACRI, Luís Angelo dos Santos; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). O setor carne-grãos no Centro-Oeste: circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. Processos de espoliações no Brasil atual: ofensivas do agronegócio sobre os direitos ambientais e territoriais. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 74-95, 2022.

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, 32(2), 203-225, 2008.

MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

MOUFFE, Chantal. *Agonística: pensar el mundo políticamente*, Buenos Aires, FCE, 2014.

MOUFFE, Chantal: *Izquierda. Por un populismo de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

MOUFFE, Chantal. O momento populista. In: *Revista Simbiótica*, vol.6, n.1, 2019.

NASCIMENTO, Érica Nayara Santana; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. A mercantilização da educação pública nos moldes do capital: agronegócio na escola. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas*, v.1, n.34, p.49-68, 2021.

OLIVEIRA, Chico. *O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVIER DE SANDAN, Jean-Pierre. Stéréotypes, idéologies et représentations. In: *Anthropology et développement. Essai em sócio-anthropologie du changement social*. Marseille/Paris: APAD/Karthala, 1995.

PEREIRA, Veninha Bortoluzzi. Programa Agrinho, concepção política- pedagógica para a formação de professores. In: *X ANPED SUL*, Florianópolis, p. 01-19, outubro de 2014.

PICHONELLI, Matheus. Homeschooling e a domesticação do aluno. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

POMPEIA, Caio. As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Questões do tempo presente, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.93843>> Acessado em: 20 jan. 2023.

PRONKO, Marcelo; FONTES, Virgínia. Hegemonia. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

QUESNAY, François. Quadro econômico dos fisiocratas. In: PETTY, William; QUESNAY, François. *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1758].

RETAMOZO, Martín. Populismo en América Latina: Desde la teoría hacia el análisis político. *Discurso, sujeto e inclusión en el caso argentino*. Colombia Internacional (82), p. 221-258, 2014

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, R; RIBEIRO, A. C. T. *Brasil, território da desigualdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1991.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – Vol.4*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

RIST, Gilbert. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del desarrollo? In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (orgs.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: BID, Fundación Felipe Herrera, Universidad de Maryland, Fondo de Cultura Económica, 2000.

ROCHA, Daniel Leonel da. Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 6, n. 1, p. 61-86, jan. 2020

ROMANO, Jorge (Org.). *Paixão e Razão: os discursos políticos na disputa eleitoral de 2018*. São Paulo: Veneta, 2018.

ROMANO, Jorge (Org.). *A negação da pandemia e os anticorpos da ciência: disputa política de discursos sobre a pandemia da Covid-19*. Seropédica: EDUR; São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, 2021a.

ROMANO, Jorge (Org.). *O vírus em disputa: práticas discursivas internacionais e lutas por hegemonia no acontecimento pandemia da Covid-19*. Seropédica: EDUR; São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, 2021b.

ROMANO, Jorge (Org.). Política e pandemia: práticas discursivas nacionais e lutas por hegemonia no acontecimento pandemia da Covid-19. Seropédica: EDUR; São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, 2021c.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque. Ideologia e Educação: para a crítica do Programa Agrinho. Revista Nera: Presidente Prudente, ano 20, n.40, p. 206-224, 2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Pronunciamento após votação final do impeachment. TV Brasil, 2016. Disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=gKkpe53jaPk&ab_channel=TVBrasil > Acessado em: 24 jan. 2024.

SACK, Robert. Human territoriality, its teory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SADER, Emir. Apresentação. In: MESZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAHLBERG, Pasi. The fourth way of Finland. Journal of Educational Change, v. 12. n. 2, 2011.

SANGARI, Bem. O cordão umbilical do desenvolvimento econômico. In: WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da. (orgs.). Investimentos em educação, ciência e tecnologia: o que pensam os empresários. Brasília: UNESCO, 2004.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. Texto apresentado no Seminário “Análise do Sistema Mundo e da Economia Mundial”, organizado pelo GEMDEV. Paris, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo. 5aed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013^a [1994].

SANTOS, Milton. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. 5aed. São Paulo: Editora da USP, 2013^b [1978].

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. Ed, 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1987].

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6 ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021 [1988].

SAVIANI, Demerval. “Escola sem Partido”: o que significa?. Portal Vermelho, 8 set. 2017. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/301679-1>>. Acessado em: 21 dez. 2023.

SCHWINDEN, Antônia; TORRES, Patricia Lupion; LIMA, Annalice Del Vecchio de; APOLLONI, Rodrigo Wolff. Em total conexão. V. 9. Curitiba: SENAR-PR, 2013.

SILVEIRA, Danielli Maria Neves da; ORSO, Paulino José. O movimento Escola “sem” Partido e a “doutrinação” liberal no atual contexto brasileiro. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

SHIVA, Vandana. Monocultura da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Catia Antonia. Território e mudança: contribuições da Professora Júlia Adão Bernardes no estudo sobre o agronegócio no Brasil. Revista Tamoios, São Gonçalo, v.18, n. 1, 2022

SOUZA, Jessé. A tese do patrimonialismo: a demonização do Estado corrupto e a divinização do mercado como reino da virtude. In: SOUZA, Jessé (Orgs.). Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TAMAMES, Jeorge. Governar a ritmo de cambio. El pensador austrohúngaro Karl Polanyi no estaría sorprendido o por el periodo convulso actual. El País, 3 dic. 2019. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2019/12/03/opinion/1575386687_029370.html> Acessado em: 10 set. 2023.

TAVARES, Maria da Conceição. Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VARGAS, Alex L. B.; ROMANO, Jorge O.; FEITOSA, Annagesse de Carvalho; BALTHAZAR, Paulo A. A.; BITTENCOURT, Thais P.; BARBOSA, Yamira R. de Souza. O discurso político de Bolsonaro: “cidadãos de bem, segurança e moral”. In: ROMANO,

Jorge O. (Org.). Paixão e razão: os discursos políticos na disputa eleitoral de 2018. São Paulo: Veneta, 2018.

VIANA, Marta Loula Dourado. Educação, cultura e revolução: O PCB e os intelectuais marxistas no período nacional desenvolvimentista (1946-1964). Campinas: Tese de Doutorado (Doutorado em Faculdade de Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 2020.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. [Orelha do livro]. In: CHÃ, Ana Manuela. Agrongócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.